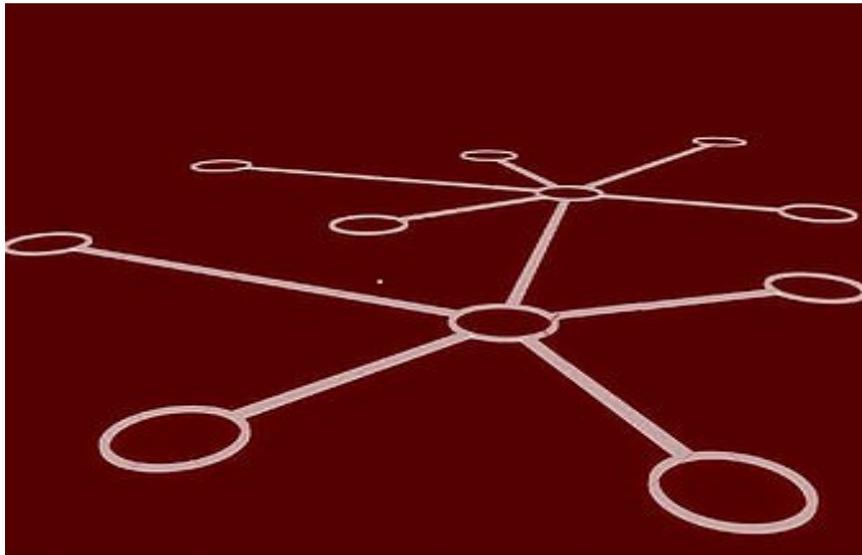


Pontos de Interrogação:
Revista de Crítica Cultural



Número Temático:

A SEMÂNTICA COGNITIVA EM FOCO

ISSN 2237-9681

Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural

Número Temático:

A SEMÂNTICA COGNITIVA EM FOCO

ORGANIZAÇÃO:

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)

Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

Fábrica de Letras
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural
Departamento de Educação do Campus II
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

ISSN 2237-9681

Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural

Número Temático:

A SEMÂNTICA COGNITIVA EM FOCO

ORGANIZAÇÃO:

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)

Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

Fábrica de Letras
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural
Departamento de Educação do Campus II
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Pontos de Interrogação	Alagoinhas	v. 5	n. 1	p. 1-190	jan./jul. 2015
------------------------	------------	------	------	----------	----------------

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)
Departamento de Educação, Campus II
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3
CEP 48.040-210 Alagoinhas — BA
Caixa Postal: 59
Telefax.: (75) 3422-1139
E-mail: sec.poscritica@uneb.br

Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural

Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, v. 5, n. 1, jan./jul. 2015. Número temático: A semântica cognitiva em foco.

Organização deste número:

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)
Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

Acompanhamento editorial:

Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel (UNEB)

Revisão linguística e científica:

Dos respectivos autores e organizadores

Apoio técnico neste número:

Cassiano Pereira dos Santos e Tailon Carvalho de Cerqueira

Preparação de texto:

Dos organizadores

Imagem da capa:

Banco de imagens — Nuvem de palavras da web semântica em língua alemã

Sítio de internet: <http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti> e www.revistas.uneb.br

Distribuição:

Editora Fábrica de Letras
E-mail: distribuicao.fabricadeletras@uneb.br

Ficha Catalográfica

Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia. — N. 1 (2011)-. — Alagoinhas: Fábrica de Letras/UNEB, 2011-.
v. ; il., 29,7 cm.
Semestral.

ISSN 2237-9681 online
ISSN 2178-8952 impresso

1. Crítica cultural — Periódicos. 2. Letras — Periódicos. 3. Artes — Periódicos. I Universidade do Estado da Bahia.

© 2015 da Fábrica de Letras

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora Todos os direitos reservados à Fábrica de Letras do Programa em Crítica Cultural. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Reitor: José Bites de Carvalho

Vice-Reitora: Carla Liane Nascimento Santos

Pró-Reitoria de Extensão: Maria Celeste Souza de Castro

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação: Atson Carlos de Souza Fernandes

Pró-Reitoria de Graduação: Káthia Marise Borges Sales

Departamento de Educação II: Áurea da Silva Pereira

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Coordenador: Profa. Dra. Edil Silva Costa

Vice-Coodenador: Prof. Dr. Arivaldo Lima Alves

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Cordiviola (Literatura — UFPE/UEPB);

Ângela Kleiman (Linguística Aplicada — UNICAMP)

Eneida Maria de Souza (Literatura Comparada — UFMG);

Eneida Leal Cunha (Teorias e Críticas da Cultura — UFBA);

François Soulages (Filosofia da Arte — Universidade Paris VIII/França)

Jorge de Souza Araújo (Literatura e Diversidade Cultural — UEFS);

Luciano Tosta (Literatura e Cultura Brasileira — University of Illinois at Urbana-Champaign/EUA)

Maria Nazaré Mota de Lima (Crítica Cultural — UNEB)

Marinyze Prates de Oliveira (Cultura e Sociedade — UFBA);

Roberto H. Seidel (Estudos Literários — UEFS; Crítica Cultural — UNEB);

Ramon Grosfoguel (Estudos Étnicos — University of California at Berkeley/EUA)

Os conceitos emitidos nos artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>A. Ariadne Domingues Almeida</i> (UFBA) <i>Elisângela Santana dos Santos</i> (UNEB)	
O estudo do significado sob a perspectiva da Linguística/Semântica Cognitiva	11
<i>Elisângela Santana dos Santos</i> (UNEB)	
Mente corporificada: mapeamento do conceito, interfaces e possibilidades de aplicação	29
<i>Máira Avelar</i> (UESB)	
Por uma abordagem ecológica da linguagem	55
<i>Paulo Henrique Duque</i> (UFRN)	
Metáfora e futebol na mídia das Gerais	79
<i>Luciane Corrêa Ferreira</i> (UFMG)	
Metáfora na escola brasileira: dicionários em pauta	103
<i>A. Ariadne Domingues Almeida</i> (UFBA)	
Por uma abordagem compreensiva da reduplicação no português do Brasil	123
<i>Carlos Alexandre Gonçalves</i> (UFRJ/CNPq/Faperj) <i>Luciana de Albuquerque Daltio Vialli</i> (IFRJ)	

Um enfoque da morfologia construcional sobre
as formações x-ário no português arcaico | 143

Natival Almeida Simões Neto (PPGLinC/FAPESB/UFBA)
Juliana Soledade (UFBA/PROHPOR)

RESENHA

Desafios entre a formação docente e a atuação em sala de aula | 173

Maria Neuma Mascarenhas Paes (UNEB)

ENTREVISTA

José de Sousa Teixeira, da Universidade do Minho (UM) —
A Semântica Cognitiva e suas conexões com as
ciências da linguagem e com aspectos socioculturais | 177

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)
Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

Sobre as autoras e os autores | 189

APRESENTAÇÃO

Desde a derradeira vintena do século XX, estudiosos de diversos cantos do globo terrestre começaram a refletir sobre a importância da Semântica para a elaboração de nós de significação e, por conseguinte, para a própria vida da espécie humana, de tal sorte que a Semântica, antes considerada “a prima pobre” da Linguística, passou a ocupar, no âmbito da Linguística Cognitiva, lugar de destaque. Em face dessa virada cognitivista, impulsionada pelos estudos das ciências cognitivas, da Inteligência Artificial e das múltiplas áreas do saber que se voltam para o estudo da cognição humana, os mais variados pensadores da linguagem, em uma mobilização contínua e crescente, promoveram pensamentos interdisciplinares, de maneira tal que não mediram esforços para compreender como o ser humano é capaz de significar, a partir da sua experiência com o mundo que o circunda.

Importantes eventos têm sido realizados nas últimas décadas, consolidando ainda mais esse campo de estudos por tanto tempo invisibilizado. Em espaço brasileiro, neste ano, por exemplo, especificamente em João Pessoa, ocorreu a *VII Conferência Linguística e Cognição*, em que foram socializadas diferentes pesquisas, as quais estarão disponíveis em uma publicação especializada. Nesse mesmo ano, três universidades públicas da Bahia somaram forças e realizaram o *I Congresso Ibero-americano de Semântica Cognitiva (I CISCOG)* que teve por principal objetivo prestar uma justa homenagem ao fundador dos estudos da significação, Michel Bréal, e à publicação do livro seminal da Linguística Cognitiva: *Metaphors We Live By*, de George Lakoff e Mark Jhonson. Neste evento, pesquisadores de diversas regiões do país e de outros lugares de línguas ibero-americanas apresentaram resultados de suas pesquisas e dessas exposições derivou a publicação de dois livros que se encontram em processo de edição. Ainda, nesse ano, a *Revista Investigações*, da Universidade Federal de Pernambuco, fez a sua homenagem aos trinta e cinco anos da publicação da mencionada obra, reunindo artigos de expoentes desse domínio do conhecimento humano. Além disso, a Universidade Federal de Minas Gerais realizou o *V Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pen-*

samento, em que estudiosos de várias localidades apresentaram trabalhos acerca de aspectos concernentes à Linguística Cognitiva e realizaram profícuas discussões que também serão socializadas em uma publicação.

Por fim, neste corrente e produtivo ano de 2015, a *Revista Pontos de Interrogação*, da Universidade do Estado da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do campus II, em Alagoinhas — Bahia, traz alguns estudos semânticos, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva, enfocando a sua relação com outras teorias, com a cognição humana, com a vida, com a sociedade, com a cultura, com o mundo. Para isso, congregamos, neste dossiê, professores pesquisadores que têm proposto discussões sobre diversas questões relativas à significação e que vêm realizando pesquisas com o propósito de desenvolver no Brasil o pensamento da mais atual geração de cognitivistas (cujas primeiras reflexões manifestaram-se no espaço estadunidense), mas que nem por isso se limitam a repetir o pensamento dos norte-americanos, uma vez que buscam elaborar constructos teóricos e metodológicos com a finalidade última de aplicá-los a estudos que se voltem para as diferentes sociedades brasileiras e que procurem, em especial, compreender como a linguagem se interconecta com outros aspectos da cognição em um espaço antro-bio-psico-sociocultural.

Encontram-se reunidos neste volume, portanto, sete artigos de autores brasileiros, a fim de apresentar discussões teóricas acerca da Linguística/Semântica Cognitiva, bem como suas aplicações e algumas reflexões que têm sido feitas em diferentes campos do país. No texto *O estudo do significado sob a perspectiva da Linguística/Semântica Cognitiva*, a Prof^ª. Dr^ª. Elisângela Santana dos Santos, da Universidade do Estado da Bahia, traça um breve percurso dos estudos em Semântica Lexical no devir do tempo e se concentra nos contributos da Linguística Cognitiva em sua vertente semântica para o estudo do significado, enquanto, em *Mente corporificada: mapeamento do conceito, interfaces e possibilidades de aplicação*, a Prof^ª. Dr^ª. Máira Avelar, da Universidade do Sudoeste da Bahia, aborda o conceito de mente corporificada; para isso, discorre sobre o seu histórico, contextualizando-o no âmbito das Ciências Cognitivas e da Filosofia, apresentando as interfaces entre esse conceito e teorias da Linguística Cognitiva. Já o Prof. Dr. Paulo Henrique Duque, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especifica como um tipo de conhecimento sobre o mundo (*affordances*) interage com um tipo de conhecimento linguístico (construções), com vistas a produzir significado. Para tanto, identifica processos envolvidos nessa integração, tipos de combinação possíveis e algumas consequências semânticas dessas combinações. Em seguida, a Prof^ª. Dr^ª. Luciane Corrêa Ferreira, da Universidade Federal de Minas Gerais, no texto *Metáfora e fute-*

bol na mídia das Gerais, analisa metáforas e metonímias utilizadas para falar sobre futebol, que motivam Modelos Cognitivos Idealizados a partir de domínios experienciais. Por sua vez, a Prof^ª. Dr^ª. A. Ariadne Domingues Almeida, da Universidade Federal da Bahia, em seu artigo *Metáfora na escola brasileira: dicionários em pauta*, propõe uma reflexão sobre como os dicionários escolares aprovados pelo PNLD — Programa Nacional do Livro Didático — Dicionários, 2012, do tipo 3, destinados a estudantes do 6^o ao 9^o anos, exploram o conceito de metáfora. Já no artigo intitulado *Por uma abordagem compreensiva da reduplicação no português do Brasil*, o Prof. Dr. Carlos Alexandre Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Prof^ª. Dr^ª. Luciana de Albuquerque Daltio Vialli, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, mostram que a reduplicação é um processo de formação de palavras de uso bem abrangente no português brasileiro e observam em que situações o fenômeno se manifesta, buscando diferenciar repetição de reduplicação, além de fornecer uma descrição adequada para cada padrão de reduplicação existente em português. Em seguida, Nival Almeida Simões Neto, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, bolsista FAPESB, e a Prof^ª. Dr^ª. Juliana Soledade, da mesma universidade e pesquisadora do PROHPOR — Programa para História da Língua Portuguesa, buscam investigar a polissemia apresentada pelo esquema de construção das formações com o sufixo *-ário* no português arcaico. Para isso, analisam um *corpus* representativo entre o séc. XIII a meados do séc. XVI e aplicam aos dados encontrados a proposta de modelo construcional para a morfologia.

Integrando ainda este volume encontra-se a resenha da Prof^ª. Dr^ª. Maria Neuma Mascarenhas Paes, da Universidade do Estado da Bahia, que busca analisar criticamente os artigos que abordam os desafios da formação docente na área de Letras e a prática em sala de aula, sobretudo no que se refere ao trabalho com a significação, no livro *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*, publicado pela Edufba, em 2015, o qual reúne textos de professores doutores de algumas universidades do Nordeste que têm por objetivos expor suas reflexões sobre os possíveis diálogos entre as múltiplas perspectivas de ensino de línguas e suas contribuições para o desenvolvimento do pensamento crítico do profissional de Letras.

Por fim, encontra-se a entrevista realizada pelas professoras A. Ariadne Domingues Almeida e Elisângela Santana dos Santos e dirigida ao Prof. Dr. José de Sousa Teixeira, da Universidade do Minho, em Portugal, sobre os contributos que os estudos em Semântica Cogniti-

va trouxeram para as ciências da linguagem, para a compreensão do contexto sociocultural em que estamos inseridos e para a ampliação de pesquisas no campo linguístico-literário.

Em síntese, desejamos proveitosas leituras!

Aurelina Ariadne Domingues Almeida (UFBA)

Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

O ESTUDO DO SIGNIFICADO SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA/SEMÂNTICA COGNITIVA

Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre o estudo da significação ao longo dos diferentes estágios da Semântica Lexical, destacando as suas inter-relações e dando ênfase para a investigação do significado no âmbito da Linguística Cognitiva. Para isso, apresentam-se alguns dos postulados teórico-metodológicos que norteiam a abordagem cognitivista da linguagem, destacam-se as suas principais linhas de pesquisa e tecem-se algumas considerações sobre a estreita relação entre significado, cognição, linguagem, experiências, mundo, cultura e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Significado; Semântica Lexical; Linguística Cognitiva; Semântica Cognitiva.

THE STUDY OF MEANING IN THE PERSPECTIVE OF COGNITIVE LINGUISTICS/SEMANTICS

ABSTRACT: This article aims to discuss the study of meaning throughout the different stages of Lexical Semantics, highlighting their interrelations and giving emphasis to the investigation of meaning in the context of Cognitive Linguistics. For this, we present some of the theoretical and methodological assumptions that guide the cognitive approach to language, the main lines of research and weave some considerations about the close relationship between meaning, cognition, language, experiences, world, culture and society.

KEYWORDS: Meaning; Lexical Semantics; Cognitive Linguistics; Cognitive Semantics.

ALGUMAS PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Os estudos sobre a significação passaram por diferentes fases ao longo dos séculos; ora sendo enfatizados, ora sendo preteridos. Algumas justificativas costumam ser dadas para isso. Se, por um lado, a falta de unidade e de uma definição precisa para significado resultaram em um certo desinteresse pelos estudos semânticos que culminaram no seu descrédito, em alguns períodos do último milênio; por outro, as múltiplas possibilidades de investigação desse mesmo objeto de estudo contribuíram para o desenvolvimento da Semântica como ciência e, por conseguinte, para o surgimento dos seus diferentes epítetos.

Ulmann (1964, p. 113), ao tentar explicar a pouca atenção dada aos estudos semânticos no passado, afirmou que “o significado é um dos termos mais ambíguos e controversos da teoria da linguagem”, sendo a dificuldade de defini-lo uma das causas apontadas por Greimas (1966, p. 12-13) para justificar o comportamento receoso e, muitas vezes, refratário de alguns

linguistas quanto às pesquisas relativas à significação. Mais recentemente, Otaola Olano (2004) defendeu que o significado ainda é uma incógnita nos estudos sobre a linguagem.

Corroborando tais afirmações, alguns linguistas brasileiros asseveraram que a falta de consenso quanto a esse tema é um dos fatores que podem ter dificultado o trabalho com a Semântica. Para Oliveira (2008, p. 13, 30), trata-se de “um nó ainda não desatado pelos linguistas”. Para Ilari e Geraldí (2006, p. 6), seus limites são imprecisos e o seu objeto não muito claro, conforme se pode ler a seguir:

[...] a semântica é um domínio de investigação de limites movediços; semanticistas de diferentes escolas utilizam conceitos e jargões sem medida comum, explorando em suas análises fenômenos cujas relações não são sempre claras: em oposição à imagem integrada que a palavra ciência evoca, a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como o terreno em que se debatem problemas cujas conexões não são sempre óbvias.

Todavia, apesar dessas observações e de outras tantas possíveis, acredita-se que a falta de consenso e de uma definição mais precisa de significado é, ao contrário do que se possa pensar, bastante proveitosa para os estudos linguísticos e para o desenvolvimento de pesquisas na área dos estudos semânticos. Verifica-se, por exemplo, que os questionamentos acerca dessa área de estudos têm dado lugar a tentativas diversas de explicação para as possíveis relações entre sentidos, significados, fatores intralinguísticos e extralinguísticos, caracterizando as múltiplas possibilidades de investigação que linguistas, semanticistas ou não, podem seguir.

Como observou Silva (2006), o interesse antigo pela mudança semântica está sendo, hoje, revalorizado pela Linguística Funcionalista e pela Linguística Cognitiva, tanto do ponto de vista sincrônico, como do ponto de vista diacrônico, o que justifica um crescente interesse em pesquisar alguns fenômenos semânticos em distintos períodos da língua portuguesa. Já Vilela (1994, p. 24) acrescenta que, diferentemente do que ocorreu no século XX, quando houve uma predominância das teorias formalistas, os estudos semânticos mais recentes têm ocupado uma posição de destaque do ponto de vista linguístico, adotando perspectivas pragmáticas, comunicativas e cognitivas, em que o léxico volta a ser objeto de interesse, assim como o uso, o indivíduo e o contexto sócio-histórico-cultural em que está inserido, conforme comprova o modelo teórico da Linguística Cognitiva.

Sendo assim, para melhor entender como o significado passou a ser analisado sob a ótica cognitivista, far-se-á, na seção seguinte, uma breve explanação sobre a análise do significado nos diferentes estágios de desenvolvimento da Semântica Lexical.

1 O ESTUDO DO SIGNIFICADO EM ESTÁGIOS DA SEMÂNTICA LEXICAL

A Semântica Lexical é uma ciência que estuda os fenômenos relativos à significação das palavras, isto é, dos itens lexicais ou lexemas. Um dos primeiros passos para que esse tipo de investigação tivesse maior visibilidade foi dado pelo germânico Karl Reisig que, em 1825, instituiu, nos cursos universitários que ministrava, um programa de estudo do significado, de caráter historicista, denominado Semasiologia, no qual explorou a afinidade entre a metáfora e a similaridade, assim como entre a metonímia e a contiguidade, consideradas mecanismos básicos de associação de ideias (ULLMANN, 1964, p. 16).

Todavia, ainda que essa iniciativa tenha sido importante para o desenvolvimento dos estudos semântico-lexicais, as diretrizes da nova ciência só foram traçadas um pouco mais tarde, com a publicação de um artigo assinado pelo francês Michel Bréal, datado de 1883, em uma revista de estudos clássicos, vindo a consolidar-se em 1897, quando foi registrado pela primeira vez, no livro de sua autoria, intitulado *Essai de Sémantique, Science des significations*¹, o termo “semântica”, cujo radical grego “sem” significa ‘sinal, marca, significação’ (CUNHA, 1986, p. 713).

Desde o seu surgimento, há mais de cem anos, a Semântica Lexical vem assumindo um rumo multifacetado que se caracteriza, sobretudo, pelos diferentes enfoques dados ao significado no decorrer dos séculos e conforme as teorias linguísticas que predominaram em cada época. Têm-se, como exemplos, a Semântica Estrutural, a Semântica Formal ou Semântica das Condições de Verdade, a Semântica Argumentativa, a Semântica da Enunciação, a Semântica das Condições de Uso, a Semântica Cognitiva, dentre várias outras.

Para efeito didático, Geeraerts (1998, p. 125) nomeou, inicialmente, os referidos estágios da seguinte maneira: Semântica Diacrônica Pré-Estruturalista ou Histórica, Semântica Estruturalista, Semântica Gerativista ou Neoestruturalista, Semântica Lógica e Semântica Cognitiva. Já em estudos posteriores (Cf. 2006, 2009), o mesmo autor propôs algumas mudanças nas denominações, a saber: o primeiro estágio passou a corresponder à Semântica Histórico-Filológica; o segundo, à Semântica Estruturalista; o terceiro, à Semântica Gerativista; o quarto, à Semântica Neoestruturalista, que se desdobra em Semântica Neo-Gerativa Formal

¹ A obra consultada para a realização da presente pesquisa foi a tradução para o português, intitulada *Ensaio de Semântica: ciência das significações* (1992).

ou simplesmente Neogerativista; e o quinto, à Semântica Cognitiva. Esse procedimento, conforme argumenta o próprio autor, não segue um modelo de evolução semelhante ao que se faz em Física ou Biologia, pois a sucessão de variadas perspectivas teóricas no estudo dos significados das palavras não implica, em geral, refutação nem substituição de uma teoria mais velha por uma teoria mais nova, considerada melhor. Muito pelo contrário, ao referir-se ao tema, ficam evidentes as conexões entre as distintas fases dos estudos semântico-lexicais e a relevância de trabalhos anteriores para elaboração de pesquisas e de trabalhos presentes e futuros.

O primeiro estágio, denominado de Semântica Diacrônica Pré-Estruturalista ou Histórica (GEERAERTS, 1998) ou Semântica Histórico-Filológica (GEERAERTS, 2006, p. 368-374; 2009, p. 9, 19-21), predominou entre os anos de 1870 e 1930. Seus principais representantes foram Paul, Darmesteter, Nyrop, Carnoy, Stern e Bréal. Tratava-se de uma abordagem de caráter histórico-filológico, que pode ser considerada como uma das primeiras manifestações da Semântica de cunho verdadeiramente linguístico, já que se embasava na Linguística como uma disciplina empírica autônoma, diferentemente do que havia sido feito até aquela época.

Esse primeiro período que teve Bréal como o seu maior representante, conforme já mencionado, apresentou as seguintes características: a) orientação diacrônica ou histórica para análise do significado, por influência da Linguística Histórica e do método histórico-comparativo, com foco não apenas no estudo da mudança semântica, mas, sobretudo, nos mecanismos propulsores desse tipo de mudança; b) concepção psicológica de significado, pois tanto os significados lexicais deveriam ser considerados entidades psicológicas e estar atrelados ao pensamento e às ideias, como as mudanças semânticas resultariam de processos psicológicos, e c) caráter hermenêutico do estudo do significado, uma vez que se defendia a possibilidade de interpretar os significados de modo subjetivo, levando em consideração as experiências e o conhecimento de mundo do sujeito interpretante.

Já a o segundo estágio, denominado Semântica Estruturalista, teve como marco inicial o trabalho monográfico de Trier, datado de 1931, e compreendeu as primeiras décadas do século XX, mais especificamente os anos de 1931 a 1963, quando predominou o Estruturalismo europeu, capitaneado por Ferdinand Saussure. Mas, outros representantes da época, como Porzig, em 1934; Goodenough, em 1956; Lounsbury, em 1956; Lyons, em 1963, e Pottier, em 1964, também se destacaram (GEERAERTS, 2009, p. 52).

Esse estágio diferiu do anterior, exatamente em relação às suas três características. Para os seus seguidores, o estudo do significado não deveria ser atomístico, mas estar voltado para a estrutura semântica; não deveria ser diacrônico, mas sincrônico, e deveria ser autônomo, ou seja, não-psicológico. Portanto, limitava-se às relações internas ao sistema e excluía o referente (a coisa à qual o significado e o significante se referem), a história, e, principalmente, o mundo exterior e o modo como o sujeito o percebia e conceptualizava. O triângulo semiótico de Ogden e Richards (1923) ilustra bem essas questões. Eles propõem um conceito de significado que pode ser representado simbolicamente por uma forma triangular, em que se tem o pensamento ou a referência (o conceito), o símbolo (a palavra enquanto forma significante e a sua imagem acústica) e o referente (a coisa nomeada) em três extremos. Entre esses dois últimos elementos, observa-se a ausência de uma relação direta, pois se trata de uma relação atribuída, evidenciando o caráter arbitrário da linguagem.

Em outras palavras, o significado, na perspectiva Estruturalista, era determinado prioritariamente pela posição que o item lexical analisado ocupava na estrutura linguística, ou seja, as suas relações sintagmáticas e paradigmáticas, sem levar em conta os fatores extralinguísticos que as determinavam. Tal comportamento, inspirado no postulado saussureano da arbitrariedade do signo linguístico, ilustra, conforme ressaltou Salomão (1999, p. 62), o custo da precisão conquistada pelo Estruturalismo, que se caracterizava, principalmente, pelo “foco no significante” e pela “exclusão do sujeito como usuário ‘voluntarioso’ da linguagem” e, portanto, capaz de construir significados a partir de suas crenças, de seu modo ver e sentir a vida, da sua sócio-história.

O terceiro estágio de desenvolvimento da Semântica Lexical refere-se ao Modelo Gerativista, conforme denominado por Geeraerts (1998; 2006; 2009), que vigorou entre a segunda metade da década de 60 e na maior parte dos anos 70. Numa tentativa de integrar a Semântica ao Gerativismo e relacioná-la com os estudos sintáticos priorizados por essa teoria formalista, os linguistas gerativistas Katz e Fodor (1963) mobilizaram-se em favor de uma teoria interpretativa do significado, depois desenvolvida por Katz (1972), sem grande sucesso. Embora houvesse uma tendência a dar uma maior importância aos aspectos do significado e a desviar o foco da sintaxe, essa tentativa não foi exitosa. Em defesa de uma tese que pregava a autonomia da linguagem, por considerá-la um sistema que se bastava em si mesmo, os gerativistas deram mais ênfase à sintaxe, considerando-a um módulo autônomo da gramática, em detrimento da pesquisa dos fenômenos do significado. A análise componencial proposta por esse modelo era, ao mesmo tempo, descritiva e, por influência do modelo chomskyano, altamente

formal, sendo o sujeito, um mero usuário da língua, dotado apenas de uma competência gramatical, linguística, que lhe permitia interpretar sentenças como formas lógicas. O caráter mentalista dessa abordagem residia no interesse em investigar como o conhecimento linguístico do indivíduo se processava no seu cérebro, considerado uma máquina, um módulo independente das outras partes do corpo, cuja interação com o que está à volta é pouco relevante.

Como se pode perceber, o modelo proposto de Semântica Gerativa ou Interpretativa representou uma combinação das características de uma perspectiva estrutural, com o formalismo herdado da Gramática Gerativa e com a filosofia da linguagem mentalista. Isso tudo culminou no surgimento de duas novas tendências nos estudos semânticos: de um lado, tinha-se uma abordagem lógico-formal, e, de outro, uma abordagem inicialmente mentalista, que depois seguiu uma orientação psicológica, cognitiva.

Sem dúvida, o estágio referente à Semântica Gerativa alavancou importantes mudanças e tendências na história da Semântica Lexical, que ainda vigoram na atualidade. Podem ser citados, como alguns dos seus desdobramentos, além da Semântica Cognitiva, que se constituiu em um estágio à parte, a Semântica Formal e a Semântica Computacional. A Semântica Formal, também denominada Semântica Lógica busca explicar a relação entre a linguagem e o mundo, apoiando-se na lógica das condições-de-verdade e na filosofia da linguagem. É a partir dessa perspectiva, considerada também referencial, que algumas propriedades semânticas entre sentenças são explicadas em termos de verdade, a exemplo das noções de contradição, acarretamento e de ambiguidade. Quanto à Semântica Computacional, costuma-se atribuir a sua origem à Linguística Computacional, a qual tem forte ligação com a Inteligência Artificial e com as Ciências Cognitivas. Na tentativa de mostrar como o significado pode ser representado no meio digital e como a representação formal pode ser usada em processos de inferência automatizada, a Semântica/Linguística Computacional tem servido tanto como ferramenta para a linguística descritiva e teórica, como para a linguística de *corpus*, dirigindo-se, também, para aplicações práticas em tecnologia da linguagem, como tradução mecânica (GEERAERTS, 2009, p. 111).

Ainda de acordo com a proposta de periodização de Geeraerts (2006, 2009), o quarto estágio diz respeito à Semântica Neoestruturalista, a qual foi considerada, em Geeraerts (1998), apenas uma tendência da Semântica Gerativa tal como a Semântica Cognitiva, também se desdobra em diferentes grupos que serão apenas citados à frente, devido às suas inúmeras especificidades. Têm-se, portanto, o Modelo da Metalinguagem Semântica Natural, cujo princi-

pal representante é Wierzbicka, e o Projeto *WordNet*, ao lado do paradigma de Funções Lexicais e do paradigma de Análise de *Corpus* Distribucional. Essas vertentes focalizam as relações lexicais e a abordagem decomposicional do significado, que encontram, também, ressonância nos modelos da Semântica Conceptual apresentados no trabalho de Jackendoff, de 1996, e na Teoria do Léxico Gerativo, de Pustejovsky, em 1994, que, embora se enquadrem na abordagem Neostruturalista, assemelham-se ao paradigma da Gramática Gerativa, o que justifica as denominações atribuídas por Geeraerts (2006, p. 398-415; 2009, p. 116-165) a esses desdobramentos de Semântica Neo-Generativa Formal ou simplesmente Semântica Neogerativista.

Por fim, encontra-se o quinto estágio da Semântica Lexical, a Semântica Cognitiva, que surgiu entre fins dos anos 70 e início da década de 80, em meio a discordâncias de alguns gerativistas, que, influenciados pelas ciências cognitivas e pelos avanços da Inteligência Artificial e da modelagem computacional e inconformados com a pouca atenção dada ao significado linguístico de fato, demonstraram uma forte reação à teoria chomskiana. Seus principais representantes, Johnson, Talmy, Langacker e Lakoff, não só questionaram a separação entre a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática, como se opuseram à exclusão do uso linguístico, passando a tratar os fenômenos semântico-lexicais sob a ótica de uma nova proposta teórica: a Linguística Cognitiva. Vale lembrar que Lakoff tornou-se uma das figuras mais importantes desse novo modelo teórico, não só por protagonizar uma longa história de luta entre a Semântica Gerativa e a Gramática Gerativa de Chomsky, como também por defender o Experiencialismo, bem como propor uma versão ampliada da Teoria do Protótipo, um pouco diferente dos moldes pautados na Psicolinguística de Eleanor Rosch, na década de 70, e por desenvolver a Teoria da Metáfora Conceptual, que considera a metáfora, assim como a metonímia, mecanismos conceptuais por excelência e não meros ornamentos linguísticos presentes apenas nos textos literários.

Em face disso, costuma-se considerar, como marco inaugural para os estudos semânticos desenvolvidos sob a égide cognitivista, o livro *Methaphors we live by*, de autoria de George Lakoff, em parceria com Mark Johnson, publicado em 1980, em inglês, e traduzido para o português, com o título *Metáforas da vida cotidiana*, em 2002. No entanto, linguistas como Cuenca e Hilferty (1999, p. 11) afirmam que só no ano de 1987 nasceu, de fato, essa ciência, devido à publicação do primeiro volume de *Foundations of cognitive grammar*, de Langacker, e do livro *Women, fire and dangerous things*, de Lakoff, obra que, segundo Batoréo (2000, p. 131), é referência para outros trabalhos produzidos nessa área. Silva (2004, p. 1), porém, con-

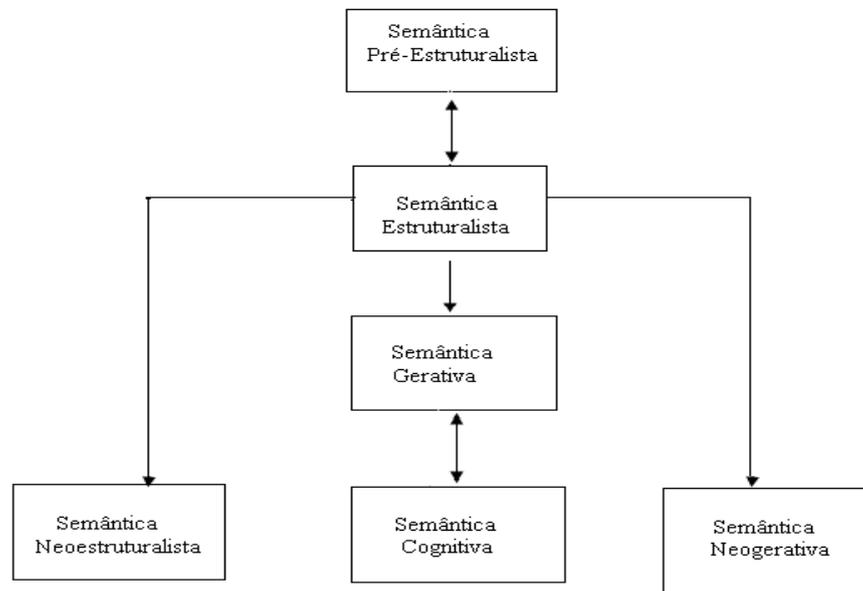
sidera que os pontos de partida para institucionalizar e consolidar a Linguística Cognitiva como paradigma científico foram a criação da *International Cognitive Linguistics Association* e a realização do primeiro *International Cognitive Linguistics Conference*, ocorridos em Duisburg, na Alemanha, em 1989, seguidos da fundação da revista *Cognitive Linguistics* e da coleção *Cognitive Linguistics Research*, em 1990.

Inicialmente, os principais representantes desse novo modelo não chegaram a organizar um programa em conjunto ou uma escola linguística, mas se uniram por uma série de ideais e de convicções, apoiando-se em uma filosofia de base. Também, não havia características de uma teoria pré-estabelecida, como aconteceu com o Estruturalismo e com o Gerativismo. Daí ora ser empregada indistintamente a designação Linguística Cognitiva, ora Semântica Cognitiva, ora Gramática Cognitiva (BATORÉO, 2000, p. 131).

Geeraerts (2006, p. 2) descreve a Linguística Cognitiva como um arquipélago ao invés de uma ilha, ao contrário de outras teorias, já que esse modelo teórico não possui um único fundador nem uma área de estudo claramente delimitada. Trata-se de um conglomerado de centros de investigação espalhados pelos EUA, pela Europa e, mais recentemente, pela Ásia e pela América do Sul que partilham de uma perspectiva geral comum e desenvolvem distintos programas e teorias linguísticas (ainda) não redutíveis a uma única e uniforme teoria da linguagem, conforme ressalta Silva (2007, p. 52).

Como foi possível verificar, as diferentes fases da Semântica Lexical, até aqui citadas, apresentam pontos de intersecção e de discordância perceptíveis em todos os estágios de desenvolvimento destacados. Tais inter-relações também podem ser visualizadas, na figura a seguir, adaptada de Geeraerts (2006, p. 407):

Figura — Principais estágios da Semântica Lexical e suas inter-relações



Fonte: Geeraerts (2006, p. 407)

Nesse diagrama, o autor mostra que a Semântica Cognitiva compartilha com a Semântica Histórico-Filológica ou Pré-Estruturalista as concepções psicológica e enciclopédica de significado e com a Semântica Gerativa a concepção mentalista, ao mesmo tempo em que a abordagem Estruturalista herda algumas características da Pré-Estruturalista e assemelha-se também à Gerativa, por defender a autonomia da estrutura semântica, preocupando-se com as relações sintagmáticas e paradigmáticas, tal como fazem as Semânticas Lógicas Neoestruturalista e Neogerativa, visto que buscam uma abordagem da língua imanente, autonomista e presa ao rigor formal.

Para melhor conhecer o modelo teórico denominado Linguística Cognitiva e como se dá o estudo do significado segundo o seu enfoque, serão mostrados, nas seções seguintes, alguns princípios que o norteiam, bem como as suas diferentes, mas nem por isso desconectadas, linhas de investigação.

2 FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA PARA O ESTUDO DO SIGNIFICADO E SUAS PRINCIPAIS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

O modelo teórico cognitivista para o estudo do significado e seus desdobramentos se constitui, hoje, como importante paradigma científico, que apresenta princípios, métodos e variadas linhas de investigação, com vistas a explicar a construção do significado e a estudar os diferentes fenômenos semânticos.

Apoiando-se em Rudzka-Ostyn (1993, p. 1-2), Silva (1999, p. 11) considera que as concepções gerais e comuns da linguagem e do conhecimento/cognição podem ser assim resumidas: 1) a linguagem está intimamente ligada a outros domínios cognitivos, daí haver a necessidade de uma investigação interdisciplinar; 2) a estrutura linguística depende da conceptualização e está condicionada à experiência individual, à experiência do mundo exterior e à relação do indivíduo com esse mundo; 3) as unidades linguísticas estão sujeitas à categorização, a qual origina estruturas com base em protótipos e são tipicamente polissêmicas; 4) a gramática é motivada por aspectos semânticos; 5) a significação de uma unidade linguística é uma estrutura conceptual convencionalmente associada a essa unidade e, por fim, 6) as teses sobre a autonomia da linguagem e as dicotomias difundidas por outras teorias linguísticas devem ser rejeitadas.

Cuenca e Hilferty (1999, p. 18-19), por sua vez, defendem que a base para a definição da teoria cognitiva consiste nos postulados a seguir: 1) o estudo da linguagem não pode se separar de sua função cognitiva e comunicativa, devendo-se basear no uso; 2) a categorização ou operação mental realiza-se a partir de estruturas conceptuais, de relações prototípicas e por semelhanças de família, com limites difusos entre as categorias, e não a partir de condições necessárias e suficientes; 3) a função primeira da linguagem é significar, devido ao seu caráter simbólico; portanto, não se pode separar o componente gramatical do componente semântico; 4) a gramática consiste na estruturação e simbolização do conteúdo semântico a partir de uma forma fonológica, desse modo, o significado é um conceito fundamental na análise gramatical, e 5) a gramática é uma entidade em evolução contínua, isto é “um conjunto de rotinas cognitivas que se constituem, se mantêm e se modificam pelo uso” (LANGACKER, 1987, p. 57).

Já Batoréo (2000, p. 165), complementando o que disseram os referidos autores, apresenta como bases metodológicas desse modelo teórico, os seguintes pressupostos: a) o signifi-

cado reduz-se à conceptualização, que deve ser entendida como experiência mental e explicitada como processamento cognitivo; b) a gramática é um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais, sujeitas à categorização, estruturada com base em esquemas e protótipos; c) uma expressão linguística, utilizada com frequência, pode dar origem à polissemia; d) as estruturas semânticas caracterizam-se em função de domínios cognitivos, devidamente configurados e sujeitos a extensões e elaborações, e e) as estruturas semânticas são portadoras de imaginários convencionalizados, que permitem formar constructos conceptuais.

Como se pode notar, diante dos princípios e fundamentos apresentados, a Linguística Cognitiva busca não só descrever os fenômenos linguísticos que se manifestam na linguagem humana, como também tenta explicar o que subjaz à sua manifestação, levando em conta fatores subjetivos, emocionais, mas sobretudo, sociais e culturais que interferem na formulação do pensamento e na elaboração da linguagem. Além disso, busca analisar, dentre outras coisas, de que maneira se estabelece a interdependência linguagem/mente e como o subjetivismo do homem e o seu conhecimento enciclopédico interferem na formulação de conceitos.

Os inúmeros encontros, simpósios, conferências e congressos realizados em diferentes continentes, no âmbito dos estudos cognitivistas, ao longo dos últimos anos, evidenciam um processo rápido de amadurecimento e de crescimento desse modelo teórico, confirmado pelo volume de publicações disponíveis e pelos grupos de pesquisa organizados e representativos de que se têm notícias. Conta-se, atualmente, com um número considerável de pesquisadores nessa área, dentro e fora do Brasil, e com um importante acervo de obras bibliográficas e eletrônicas.

As principais linhas de investigação da Linguística Cognitiva apontadas por Silva (2004, p. 1722; 2007, p. 53) podem ser assim enumeradas²: I) a Semântica Cognitiva, que estuda, em linhas gerais, o significado como conceptualização e tem como representantes Lakoff, Langacker e Talmy; II) a Gramática Cognitiva, que investiga as construções como objeto primário de descrição e o conhecimento gramatical, que está representado na mente dos falantes, cujos modelos mais elaborados são a Gramática Cognitiva, de Langacker, e a Gramática das Construções, de Goldberg e de Croft; III) a Teoria do Protótipo, que se dedica a estudar a categorização linguística, a polissemia, a mudança semântica, a variação léxica, a análise das categorias em forma de redes radiais e redes esquemáticas, que tem por representantes Taylor,

² Para maiores informações, consultar o artigo intitulado *Os estudos de Linguística Cognitiva do português de Silva* (2007, p. 53).

Geeraerts, Lakoff e Langacker; IV) a Teoria da Metáfora Conceptual, que apresenta estudos sobre metáfora e metonímia conceptuais, tanto no nível do léxico, como nos da gramática e do discurso, e também se dedica a estudar os esquemas de imagens ou padrões de movimento no espaço, a manipulação de objetos e interações perceptivas, cujos expoentes são Lakoff e Johnson, dentre outros; V) a Teoria dos Marcos/Quadros Conceptuais ou *Frame Semantics*, com Fillmore e sua implementação no projeto *Framenet*; VI) a Teoria dos Espaços Mentais, com Fauconnier; VII) a Teoria da Integração Conceptual, com Fauconnier e Turner; VIII) a Teoria dos Modelos Culturais e o desenvolvimento da Linguística Cultural, com Palmer, Lakoff e Tomasello e Kövecses; IX) a Teoria da Gramaticalização, com Hopper e Trougott, Trougott e Dasher; X) a Teoria da Subjetivação, com Langacker, e desenvolvida mais recentemente por Athanasiadou, Canakis e Cornillie; e XII) a Teoria Neural da Linguagem, com Lakoff.

Na Europa e, mais especificamente, em Portugal, os estudos em Linguística Cognitiva enquadram-se nos domínios da Semântica Cognitiva, da Gramática Cognitiva, da Gramaticalização e Discurso e de estudos interdisciplinares, destacando-se vários nomes, distribuídos em diferentes centros de pesquisa, a exemplo de: Isabel Hub Faria, José Pinto de Lima e Clotilde Almeida, na Faculdade de Letras de Lisboa, e Hanna Batoréo, na Universidade Aberta, em Lisboa; Mário Vilela, na Faculdade de Letras do Porto; Ana Macário Lopes, na Faculdade de Letras de Coimbra; Rosa Lúcia Coimbra, na Universidade de Aveiro; José de Sousa Teixeira, na Universidade do Minho, e Augusto Soares da Silva, na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, no Centro Regional de Braga, onde foi implantado o primeiro Curso de Mestrado em Linguística Portuguesa — Perspectiva Cognitiva, em 1998, e onde foi, também, criado o Mestrado em Ciências Cognitivas, que inter-relaciona as áreas da Filosofia da Mente, da Linguística Cognitiva e das Neurociências.

No Brasil, centros de pesquisa, de norte a sul do país, que integram, na sua grande maioria, o Grupo de Trabalho Linguística e Cognição da ANPOLL, vêm desenvolvendo diferentes linhas de estudo nessa área e já se fazem presentes em vários programas de pós-graduação do país, tendo como principais expoentes: Maria Margarida Salomão (pioneira nos estudos de Linguística Cognitiva no Brasil), Neusa Salim Miranda e Maria Cristina Name, na Universidade Federal de Juiz de Fora; Lilian Ferrari e Maria Lúcia Leitão de Almeida, na Universidade do Rio de Janeiro; Heliana Melo, na Universidade Federal de Minas Gerais; Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo e Emília Maria Peixoto Farias, na Universidade Federal do Ceará; Ataliba T. de Castilho, na Universidade Federal de São Paulo; Edwiges Morato e Ingedore Vilaça Koch, na Universidade Estadual de Campinas; Margarida Basílio e Helena Martins, na

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Heronides Moura, na Universidade Federal de Santa Catarina, e Heloísa de Moraes Feltes, na Universidade de Caxias do Sul; Aurelina Ariadne Domingues Almeida, na Universidade Federal da Bahia.

3 O SIGNIFICADO SOB O OLHAR DA LINGUÍSTICA/SEMÂNTICA COGNITIVA

Ao contrário do que se podia observar num passado ainda recente, o estudo do significado passou a ocupar um lugar de destaque para a Linguística Cognitiva, transpondo inúmeras barreiras nos últimos tempos e reafirmando, assim como prenunciou Bréal no século XIX, que os múltiplos sentidos atribuídos a coisas, situações, fatos, palavras resultam das experiências, dos movimentos corpóreos, da interação dos seres humanos com o mundo que os cerca, e não apenas de um processamento mental, como acreditaram os teóricos adeptos das teorias linguísticas de cunho formalista que surgiram no século XX.

Ao posicionar-se a esse respeito, Silva (2004, p. 2) compartilha com Langacker (1999, 2007, p. 422) a ideia de que a linguagem deve ser vista como parte integrante da cognição e não como um módulo isolado, devendo, por isso, ser estudada em seu uso e no contexto da conceptualização, como se pode constatar na citação a seguir:

[...] as mentes individuais não são entidades autônomas, mas corporizadas-encarnadas e altamente interativas com o seu meio; e é através dessa interação e acomodação mútua que a cognição e a linguagem surgem, se desenvolvem e se estruturam. Não existe, pois, propriamente linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural. Mas não é menos verdade que a linguagem reside primeiramente nas mentes individuais, sem as quais a interação não poderia ocorrer (SILVA, 2004, p. 2).

Oliveira (2006, p. 43) reforça essa ideia, ao salientar que o significado está no corpo que vive, que se move, que está em várias relações com o meio e não na correspondência entre palavras e coisas simplesmente. Essa concepção é também defendida por Martelotta e Palomanes (2009, p. 183), quando afirmam que a conceptualização está fortemente ligada à cognição e, por conseguinte, à experiência corpórea, social, cultural e histórica do indivíduo:

Toda informação é posicionada, no sentido de que, normalmente, não falamos a respeito do que o mundo é, mas da visão que temos dele. Ou seja, os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e até mesmo a inclinações individuais caracterizadas no uso da linguagem. Incorpora-se, portanto, no processo de significação o sujeito, ou seja, a perspectiva de quem produz no discurso [...].

Nessa afirmação, duas questões importantes da Linguística/Semântica Cognitiva se evidenciam: a subjetividade na formulação de conceitos e o caráter perspectivista do significado. Ambos caracterizam a orientação interpretativa e, portanto, hermenêutica dessa ciência. Sendo assim, os significados resultam de uma representação mental particular, subjetiva, que decorre de processos cognitivos (como atenção, percepção, memória, categorização etc.) do indivíduo, que, por sua vez, estão atrelados a aspectos culturais, sociais, políticos, entre outros.

Para explicar como tudo isso é processado no cérebro humano, a Linguística Cognitiva utiliza a noção de conceptualização. Segundo Langacker (2007, p. 431), a conceptualização consiste no ato de envolver-se no mundo e inclui a experiência perceptual, o controle central da atividade motora e as sensações cinestésicas que ela induz, daí a natureza enciclopédica do significado linguístico. Por isso, uma análise semântica conceptualista, de base experiencial, não pode estar dissociada do uso, que, por sua vez, reflete os mecanismos de abstração provenientes de esquemas imagético-cinestésicos, a exemplo da metáfora e da metonímia, e da categorização, que são responsáveis pela formulação dos conceitos. Essa abordagem está claramente expressa no experiencialismo ou realismo corporizado (*embodied realism*) defendido por Lakoff e Johnson (LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987; LAKOFF & JOHNSON, 1999).

Assim, diferentemente dos modelos de análise sêmica ou componencial, em que o léxico é concebido como uma organização estrutural e o significado pode ser analisado por meio da identificação de semas, isto é, de traços distintivos mínimos, o estudo da significação, segundo o enfoque cognitivo, pauta-se na experiência humana e, portanto, na relação que os seres humanos estabelecem com o meio, com o mundo. Para Lakoff (1987), experiência envolve a totalidade da experiência humana e tudo o que nela desempenha um papel, assim incluem-se a natureza de nossos corpos, capacidades geneticamente herdadas ou formas de fisicamente operar no mundo, nossa organização social, cultural etc.

Em síntese e corroborando algumas palavras de Geeraerts (2006, p. 4-5), pode-se dizer que o significado linguístico, segundo o enfoque cognitivo, é perspectivista, porque não reflete apenas a realidade objetiva do mundo; é dinâmico e flexível, porque está suscetível a mudanças e transformações históricas, culturais, dentre outras; é enciclopédico e não-autônomo, pois reflete o conhecimento e as experiências de quem o constrói, não podendo ser considerado algo isolado da mente e independente de outras capacidades cognitivas, e, por fim, reiterando tudo que já foi mencionado, o significado linguístico é baseado no uso da língua e na experiência individual e coletiva dos indivíduos que a utilizam.

Dentre os vários fenômenos semânticos que podem ser estudados sob a ótica da Linguística Cognitiva, um, em especial, destaca-se pela sua complexidade e pelo seu caráter polêmico e inconcluso. Trata-se da polissemia, objeto de estudo do trabalho desenvolvido por Santos (2011), na sua tese de doutoramento. Mas, esse é o tema de um outro artigo.

ALGUMAS PALAVRAS PARA CONCLUIR

Como se pode verificar, por meio dessa breve explanação, os estudos acerca da significação sob a abordagem cognitivista trouxe, nas três últimas décadas, contribuições importantes para o conhecimento de algumas capacidades e mecanismos cognitivos envolvidos no processo de construção dos sentidos e no uso da linguagem como manifestação do pensamento. De fato, os limites do significado são imprecisos, mas nem por isso o seu caráter deve ser interpretado como obscuro ou controvertido; sua análise está para além da mera observação de um contexto linguístico, tornando a sua investigação ainda mais instigante.

Em face das questões apresentadas, resta considerar, de modo bastante sintético e previsível, que significar, de acordo com a Semântica Cognitiva, é essencialmente conceptualizar, o que implica dizer que se trata de um processo que envolve aspectos sócio-histórico-culturais, experienciais, sendo, portanto, dinâmico, flexível, subjetivo, hermenêutico.

Por último para concluir o texto, mas não a discussão, retomam-se algumas palavras de Silva (2010, p. 52): “Finalmente, a Semântica Cognitiva oferece hoje um contributo da maior importância para o desenvolvimento da semântica lexical e da lexicologia, justamente porque representa uma forma recontextualizante e maximalista de fazer semântica”.

REFERÊNCIAS

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. *Expressão do espaço no português europeu. Contributo psicolingüístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbeikian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. Trad. Aída Ferras et al. São Paulo: EDUC & Pontes, 1992.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la Linguística Cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2 ed. rev. acresc. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GEERAERTS, Dirk. Hundred years of lexical semantics. In: VILELA, Mário; SILVA, Fátima (Org.). *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Porto, 1998.

GEERAERTS, Dirk. Prototype theory. In: GEERAERTS, Dirk (ed). *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

GEERAERTS, Dirk. *Theories of Lexical Semantics*. New York: Oxford University Press, 2009.

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. 2. ed. Trad. Haquira Osakabe; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1966.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Princípios; 8).

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KATZ, Jerold J.; FODOR, Jerry A.. The structure of a semantic theory. *Language*, 39, 1963.

KATZ, Jerold J. *Semantic Theory*. New York: Harper and Row, 1972.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*: Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Maria Sophia Zanotto, Campinas, S.P. : Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002. (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 1: *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 2: *Descriptive Application*. Stanford: Stanford Press, 1991.

LANGACKER, R. W. *Grammar e conceptualization*. Berlim, New York: Mouton de Gruyter, 1999.

LANGACKER, R. W. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.

MARQUES, M^a Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- MARTELOTTA, Mário Eduardo; PALOMANES, Roza. Linguística Cognitiva. In: MARTELOTTA et al. (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- OTAOLA OLANO, Concepción. *Lexicología y semántica léxica*. Madrid: Ediciones Académicas, S.A., 2004.
- OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A.. *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of science of symbolism*. Flórida: Harcourt Brace Jovanovich, 1923.
- OLIVEIRA, Roberta. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, v.2. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- RUDZKA-OSTYN, Brygida. Introduction. In: GEIGER & RUDZKA-OSTYN. *Conceptualizations and Mental Processing in Language*, 1993.
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. In: *Veredas: Revista de Estudos lingüísticos on line*. v.4, n.1, 1999. Disponível em: <http://www.revistaveredas.ufjf.br>. Acesso em: jul. 2009.
- SANTOS, Elisângela Santana dos. Salvador: A polissemia do verbo tomar ao longo da história da língua portuguesa: um estudo à luz da Linguística Cognitiva. UFBA, 2011.
- SILVA, Augusto Soares da. *A semântica do deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.
- SILVA, Augusto Soares da. Linguagem, cultura e cognição, ou a lingüística cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da.; TORRES, Amadeu; GOLÇALVES, Miguel (Org.). *Linguagem, cultura e cognição: Estudos de Lingüística Cognitiva*. v. 4. Coimbra: Almedina, 2004.
- SILVA, Augusto Soares da. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.
- SILVA, Augusto Soares. Os estudos de Linguística Cognitiva do Português. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Estudos Linguísticos, 11-1, 2007.
- SILVA, Augusto Soares. *Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade*. Cadernos de Letras da UFF — Dossiê: Letras e cognição, nº 41, p. 27-53, 2010.
- TALMY, Leonard. How language structures space. In: H. Pick e L. Acredolo (Eds.) *Spatial Orientation: Teory, Research, and Application*. New York: Plenum Press, 1983.
- TAMBA-MECZ, Iréne. *A semântica*. Trad. De Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.
- ULMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. J. A. Osório Mateus. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

Recebido em 15 de março de 2015.

Aceito em 13 de junho de 2015.

MENTE CORPORIFICADA: MAPEAMENTO DO CONCEITO, INTERFACES E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

Maíra Avelar (UESB)

RESUMO: O objetivo deste artigo é abordar o conceito de mente corporificada, tendo em vista a relevância dele na área de Linguística Cognitiva. Primeiramente, traçamos um histórico do conceito, contextualizando-o no âmbito das Ciências Cognitivas e da Filosofia. Posteriormente, apresentamos interfaces entre tal conceito e teorias da Linguística Cognitiva, tais como a abordagem experientialista, os esquemas imagéticos e a teoria da metáfora conceitual. Do ponto de vista metodológico, apresentamos alguns dos diferentes âmbitos de aplicação da cognição corporificada, como também seus níveis metodológicos de sistematização. Por fim, aplicamos a metodologia apresentada na análise das metáforas presentes numa charge eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Mente Corporificada; Esquemas Imagéticos; Metáfora Conceitual; Charge política-eleitoral.

EMBODIED MIND: MAPPING OF THE CONCEPT, INTERFACES AND POSSIBILITIES OF APPLICATION

ABSTRACT: The goal of this paper is to approach the concept of embodied mind, taking into consideration its relevance to the Cognitive Linguistics field. First, we traced the concept history, contextualizing it in the Cognitive Sciences and Philosophy scope. Then, we presented interfaces between the concept and some theories from Cognitive Linguistics, such as the experientialist approach, the image schemas and the conceptual metaphor theory. From a methodological point of view, we present some of the several embodied cognition fields of application, as well as their methodological levels of systematization. Finally, we apply the exhibited methodology in the metaphor analysis of an electoral cartoon.

KEYWORDS: Embodied Mind; Image Schemas; Conceptual Metaphor; Political-electoral Cartoon.

1 MENTE CORPORIFICADA: MAPEAMENTO DO CONCEITO

A construção do conceito de mente corporificada parte do questionamento de uma longa tradição científica, filosófica e mesmo do senso comum que dicotomiza a questão “corpo x mente”. Essa tradição é nomeada por Johnson (2007) de teoria representacional da mente. De acordo com a teoria representacional, haveria um “dentro”, representado pela mente e pelos pensamentos abstratos, e um “fora”, representado pelo corpo físico e suas relações com o mundo: “A teoria representacional afirma que a ‘mente’ opera em ‘representações internas’ (ideias, conceitos, imagens) que podem re-(a)presentar (e, assim, ‘ser sobre’) objetos e

eventos externos” (JOHNSON, 2007, p. 112)¹. Dessa forma, haveria uma separação de natureza ontológica entre aquilo que compõe o corpo e aquilo que compõe a mente. Em última instância, a análise tradicional cria um fosso entre duas entidades de natureza diferente, sendo impossível estabelecer uma ponte entre corpo e mente.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS COGNITIVAS

No âmbito das Ciências Cognitivas, a teoria representacionista serviu de base para abordagens cognitivista e conexionista. A abordagem cognitivista surgiu nos anos 50 como uma contrapartida à análise behaviorista do funcionamento da mente. Uma boa metáfora para descrever a abordagem cognitivista, segundo Thompson (2007), é a da mente vista como um computador, pois, de acordo com essa abordagem, a cognição seria vista como processamento de informação. Os processos mentais seriam, então, entendidos como computações feitas pelo cérebro, utilizando uma linguagem interna própria, que seria inteiramente inconsciente. Assim, haveria uma separação entre mente e sentido de um lado, e subjetividade e consciência de outro. Essa separação radical entre mente e consciência acabou criando uma lacuna explicativa entre a computação cognitiva e os fenômenos subjetivos.

O conexionismo, por sua vez, surgiu na década de 80. Segundo Thompson (2007), uma boa metáfora para descrever essa abordagem é a da mente como uma rede neuronal. Enquanto no cognitivismo a mente estava alojada no cérebro, o conexionismo forneceu uma visão mais dinâmica da relação entre os processos cognitivos e o ambiente: os cognitivistas estabeleceram que as propriedades estruturais do raciocínio sequencial e da cognição linguística emergiriam de manipulações de símbolos no cérebro, enquanto os conexionistas estabeleceram que tais propriedades estruturais emergiriam da interação das redes neuronais com recursos simbólicos do ambiente externo, tais como diagramas, símbolos numéricos e a linguagem natural.

Apesar dos avanços no sentido de se considerar a cognição como um processo dinâmico, a abordagem conexionista não leva em consideração a questão da ligação entre o sistema sensorio-motor e o ambiente, pois o conexionismo opera com entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) artificiais — definidos de fora pelo observador do sistema — e continua a sustentar a

¹ Todas as citações extraídas de originais em inglês constituem traduções livres feitas por nós.

ideia de que as representações computacionais operam de maneira inconsciente. Portanto, em tese, o conexionismo se afasta do cognitivismo apenas no que diz respeito à maneira como a computação da mente é realizada. Porém, é importante ressaltar que o conexionismo ancorou-se no paradigma da complexidade para tratar, como foi dito anteriormente, de padrões de redes neuronais, tão caros à discussão sobre esquemas imagéticos — ver próxima seção. É necessário, então, cautela ao tratarmos dessa abordagem, para não incorrerem no erro de simplificá-la demais.

Entretanto, no que diz respeito à lacuna explicativa entre a computação cognitiva e os fenômenos subjetivos estabelecida pelo cognitivismo, o conexionismo continua a manter essa lacuna, sem prover uma alternativa para superá-la. Assim, durante praticamente 50 anos — dos anos 50 ao fim dos anos 90 —, a cognição foi vista como ocorrendo independentemente do meio físico:

Infelizmente para a ciência cognitiva, muitos acadêmicos dessa vertente particular simplesmente se esqueceram de que seres humanos possuem corpos — cientistas cognitivos teorizaram deliberadamente o corpo fora [da teoria]. Na maior parte desses cinquenta anos, a ciência cognitiva estava atravessando um eixo particularmente diabólico entre a teoria da informação em ciência da computação e o funcionalismo na filosofia da mente e na psicologia (ROHRER, 2007b, p. 340).

Detalhando um pouco mais as afirmações feitas por Rohrer (2007b), no âmbito da ciência da computação e da teoria da informação, ancoradas na abordagem cognitivista, a mente era vista pelos cientistas da cognição como a computação de princípios e funções matemáticas; enquanto no âmbito do funcionalismo, ancorado na abordagem conexionista, a mente era vista como uma série de programas computacionais modulares — ou, nas palavras de Rohrer (2007b, p. 340), como “caixas pretas”, cujas entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) poderiam ser especificados em termos simbólicos. Desse ponto de vista, o foco da Ciência Cognitiva era obter as entradas (*input*) dessas “caixas pretas” para computar as saídas (*outputs*) corretas.

A abordagem da ação corporificada (VARELLA; THOMPSON; ROSCH, 2003) surgiu no fim dos anos 90 como uma alternativa à separação entre corpo e mente, até então vistos como entidades independentes, em que haveria um espelhamento do mundo externo por meio de um modelo representacional alojado dentro do cérebro/mente. Uma boa metáfora para descrever essa abordagem é a da mente como um sistema dinâmico, que tem como foco os sistemas auto-organizados:

Um modelo de sistema dinâmico assume a forma de um conjunto de equações evolutivas que descrevem como o estado do sistema muda ao longo do tempo. A cole-

ção de todos os estados possíveis do sistema corresponde ao “espaço estado” do sistema, ou “espaço fase”, e as maneiras pelas quais o sistema muda de estado correspondem a trajetórias nesse espaço (THOMPSON, 2007, p. 11)

Sendo assim, os sistemas dinâmicos forneceriam explicações que focalizariam a questão de como as trajetórias que promovem as mudanças no sistema são moldadas a partir de seu desdobramento temporal. De acordo com essa lógica, as entradas (*inputs*), em vez de serem vistas como instruções a serem seguidas, são vistas como perturbações na dinâmica intrínseca dos sistemas, assim como os estados internos são descritos como compensações auto-organizadas desencadeadas por perturbações, em vez de serem vistos como representações de estados de coisas externos. No que diz respeito à questão da computação cognitiva, considerada como um mecanismo neurofisiológico inconsciente, a abordagem corporificada fornece uma perspectiva diferente da abordagem representacionista: em vez de considerar tal mecanismo como um símbolo abstrato ou como um padrão de reconhecimento separado das emoções e das ações motoras no mundo, o “inconsciente cognitivo” é visto como um processo cognitivo corporificado e incorporado que se estende por todo o corpo e entrelaça-se com os ambientes materiais, sociais e culturais em que o corpo está imerso:

Usando o termo *corporificada*² queremos chamar a atenção para dois pontos: primeiro, que a cognição depende de tipos de experiência decorrentes de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras, e segundo, que essas capacidades sensório-motoras individuais estão, elas mesmas, embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente. Utilizando o termo *ação* queremos enfatizar novamente que os processos sensoriais e motores — a percepção e a ação — são fundamentalmente inseparáveis na cognição vivida. De fato, os dois não estão apenas ligados contingencialmente nos indivíduos: eles também evoluíram juntos (VARELLA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 177 — grifos dos autores).

A partir das considerações acima, é possível inferir que as estruturas de processamento cognitivo não estão limitadas aos processos neuronais no/do cérebro, pois a abordagem corporificada estabelece que os processos cognitivos emergem de interações sensório-motoras contínuas entre cérebro, corpo e ambiente. Assim, é possível constatar que, ao contrário do que estabelecem as abordagens cognitivista e conexionista, a abordagem da ação corporificada não concebe os pensamentos — ou os processos mentais em geral — como entidades trancafiadas na mente, tentando desesperadamente fazer contato com o mundo exterior: ao contrário, pensamentos seriam formas de ação e interação. Eles seriam, então, “no” e “do” mundo, em vez de serem “sobre” o mundo, pois são processos de experiência (JOHNSON, 2007). Consequentemente, a abordagem corporificada propõe um distanciamento do senso comum,

² Substituímos o termo “incorporada” por “corporificada”, pois achamos que o segundo termo se adequa com maior precisão à palavra inglesa “embodied”. Essa substituição também foi feita nas traduções em que constam o termo “incorporação” — substituído por “corporificação”.

para o qual a “representação” é compreendida em sentido estrito, como a re-(a)presentação de um mundo previamente dado.

De fato, se desejamos recuperar o senso comum, então devemos inverter a atitude representacionalista e tratar o conhecimento dependente do contexto, e não como um artefato residual que pode ser progressivamente eliminado pela descoberta de regras mais sofisticadas, mas como, na verdade, a própria essência da cognição *criativa*” (VARELLA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 156 — grifos dos autores).

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO NO ÂMBITO DA FILOSOFIA

Após termos apresentado brevemente a diferença entre a abordagem cognitiva corporificada e as abordagens cognitivas representacionalistas — cognitivismo e conexionismo —, gostaríamos de apresentar algumas abordagens filosóficas complementares à abordagem corporificada: a abordagem fenomenológica e a abordagem pragmática, pois o entendimento básico dessas abordagens fornece-nos uma compreensão de noções filosóficas basilares que contribuíram para a construção da abordagem da “mente corporificada”, tal como a entendemos hoje. Como se tratam de abordagens muito amplas, faremos um recorte, tratando apenas algumas questões relevantes à construção da abordagem corporificada, inseridas em cada um dos complexos quadros teóricos dos quais trataremos.

No que diz respeito ao Pragmatismo, os teóricos pragmatistas, ao abordarem questões relacionadas à mente, partem do princípio de que “cognição é ação”. Nesse sentido, a cognição seria uma estratégia de resposta que envolve o processamento neurofisiológico inconsciente ou ocasionalmente consciente, objetivando resolver problemas práticos do mundo. Ao adotarem o ponto de vista de que a cognição é uma forma de ação concreta no mundo, os pragmatistas problematizam a questão da existência de uma mente abstrata que representaria o mundo, bem como a afirmação de que o “pensamento lógico abstrato” diferenciaria o homem dos outros animais, pois, do ponto de vista pragmatista, nós seres humanos somos animais. Sendo assim, a racionalidade humana não estaria separada do corpo, mas seria moldada pela interação do corpo com ambiente.

Segundo Dewey (apud JOHNSON, 2007, p. 121 — grifos do autor), “ver o organismo *na* natureza, o sistema nervoso *no* organismo, o cérebro *no* sistema nervoso, o córtex *no* cérebro é a resposta para os problemas que assombram a filosofia”. A estrutura cerebral não é composta por entidades isoladas e estáticas: ela está incorporada a um sistema nervoso e a um corpo que interage no ambiente físico e sociocultural. Enxergar essa integração pode ser a

resposta para os problemas que assombram não apenas a filosofia, mas também as Ciências Cognitivas. Isso implica lançar mão dos recursos da neurociência cognitiva para se estudar a estrutura conceptual da linguagem sem, no entanto, reduzir o estudo da linguagem apenas à sua dimensão biofísica, pois, para o Pragmatismo norte-americano, não apenas o cérebro, mas também a situação sociocultural desempenha papéis relevantes nas interações que moldam a linguagem (ROHRER, 2006).

Como é possível perceber, a noção de continuidade é uma noção-chave para as teorizações propostas por Dewey, pois não é possível estudar a mente isolada do ambiente com o qual o organismo interage. Isso conduz a uma mudança de foco: em vez de tentarmos responder à pergunta de como as ideias internas podem representar a realidade externa, devemos focalizar a questão de como se constrói o processo contínuo que vai do nível mais simples, envolvendo nosso sistema sensorio-motor, ao nível mais complexo, envolvendo o nosso sistema de racionalização abstrata. Visualizar os processos cognitivos como níveis diferentes de um processo contínuo evita dualismos no que diz respeito à natureza ontológica desses processos.

A partir do raciocínio continualista, Dewey defende que os organismos ditos “superiores” não possuem uma mente com propriedades ontológicas “adicionais” que emergiriam na história evolutiva das espécies; e que o nosso “eu superior” — razão, vontade — não seria totalmente diferente, em sua natureza, do nosso “eu inferior” — percepção, emoção, imaginação. Dessa forma, o que é “interno”; mental não necessita de explicações ontológicas adicionais e diferentes em sua natureza daquilo que é “externo”; físico. Apesar de se tratarem de processos que possuem níveis de complexidade diferentes, os processos físicos e mentais não diferem entre si no que diz respeito à sua natureza, mas apenas no que diz respeito ao seu nível de complexidade.

Há também uma grande convergência entre a abordagem corporificada e a abordagem fenomenológica, pois ambas compartilham a visão de que a mente constitui seus objetos. Constituir, no contexto fenomenológico, não significa fabricar ou criar, mas trazer à consciência; revelar. No sentido husserliano tradicional, a Fenomenologia parte do princípio de que, a partir da nossa perspectiva em primeira pessoa, diferentes atitudes mentais ou posturas são direcionadas ao mundo, à vida e à experiência. Husserl considera a atitude de estarmos imersos no mundo como “a atitude natural” (HUSSERL apud THOMPSON, 2007, p. 17), que seria caracterizada por um posicionamento irreflexivo em que o mundo seria considerado como “externo”, existindo num grau mais ou menos independente de nós. Por outro lado, a

“atitude fenomenológica” surge quando nos distanciamos da atitude natural, não no sentido de negá-la, mas no sentido de investigar as várias experiências que essa atitude compreende.

Convém, então, detalhar o que Husserl nomeia como investigar: para o teórico, nossa atenção deve estar direcionada ao mundo tal como o experienciamos. Devemos, então, atentar para o modo como as coisas aparecem para nós. Dessa forma, temos que atentar para como o mundo está estreitamente correlacionado com a nossa experiência. Sendo assim, o foco de nossa investigação torna-se a estrutura correlacional entre nossa subjetividade e o aparecimento ou revelação do mundo. A investigação de tal correlação é conhecida como “redução fenomenológica”, que requer a suspensão de atitudes, crenças, teorias, em função da focalização da experiência. Sendo assim, ao adotar uma atitude fenomenológica, o foco não recai sobre “o que” as coisas são, mas em “como” elas são experienciadas e, portanto, como estreitamente correlacionadas à nossa subjetividade.

A redução fenomenológica ou esse “colocar o mundo entre parênteses” (SARTRE, 2006) não implica, tal como critica Johnson (2007), um desligamento do homem de suas experiências no mundo, pois, para os teóricos da fenomenologia, “o homem é um ser do mesmo tipo que o mundo” (SARTRE, 2006, p. 20), sendo as noções de mundo e realidade humana (*Dasein*) completamente indissociáveis. Portanto, “colocar o mundo entre parênteses” não significa abdicar das experiências, mas, ao contrário, abolir um “elemento intermediário” entre a experiência subjetiva e a realidade. O mundo não “vem de fora” da realidade humana: é o homem que a experiencia. Colocar o mundo entre parênteses — ou reduzi-lo fenomenologicamente — significa assumir que as experiências — desde as sensório-motoras, até as que envolvem emoções, raciocínio lógico etc — constituem, à sua maneira, o todo da realidade humana (existencial), não sendo apenas um efeito desta.

Em conclusão, a cognição e, conseqüentemente, a construção de sentido, emergem de nossa experiência corporal, sendo que o cérebro é uma peça-chave — embora não única e nem tampouco isolada — do padrão de interação organismo-ambiente:

Assim, segundo o nosso modelo neuronal, nós poderíamos prever que as inferências abstratas são “computadas” usando a estrutura neuronal sensório-motora, e ativadas como inferências fonte-alvo, pois há conexões neuronais provenientes das áreas sensório-motoras do cérebro para outras áreas que são responsáveis pelas ditas funções cognitivas superiores (JOHNSON, 2007, p. 180).

A partir das considerações feitas por Johnson (2007), que fazem eco às abordagens continualista e fenomenológica, é possível perceber que nós não executamos um processo

inferencial no nível sensório-motor e, em seguida, executamos um processo inferencial completamente diferente para conceitos abstratos. Em vez disso, usamos os padrões inferenciais encontrados nas regiões sensório-motoras do cérebro para construirmos o nosso raciocínio abstrato. Essa visão não-separatista entre a atividade sensório-motora e o raciocínio abstrato remete à visão continualista, segundo a qual não há necessidade de se introduzir um novo tipo de raciocínio — com uma base ontológica distinta do nosso padrão sensório-motor — para explicar o raciocínio lógico de conceitos abstratos.

Assim, tal como já ressaltado anteriormente, a mente não está “alojada” no cérebro, pois ela é construída por meio de um processo contínuo que possui vários níveis de interação, envolvendo: um cérebro, que opera num corpo, que, por sua vez, encontra-se continuamente envolvido em ambientes complexos — não só físicos, mas também sociais e culturais. Sendo assim, as estruturas mapeadas no cérebro, decorrentes da ativação de grupos e padrões neuronais, advêm da experiência sensório-motora e de nossa orientação corporal:

A ideia central é que os esquemas imagéticos [que serão abordados com maior detalhe na subseção 2.2], que surgem recorrentemente em nossa percepção e movimento corporais, têm sua própria lógica, que pode ser aplicada a domínios conceituais abstratos, por meio de metáforas primárias e daquelas de nível conceitual mais elevado. A lógica dos esquemas imagéticos serve, então, como base para inferências sobre entidades e operações abstratas (JOHNSON, 2007, p. 18).

Convém ressaltar, no entanto, que a estrutura do cérebro é dinâmica e, embora haja um limite de maleabilidade dessa estrutura, é importante considerar que há diferenças entre o cérebro de um recém-nascido e o cérebro de um adulto; entre um cérebro machucado e outro são etc, pois essa dinamicidade orgânica tem um impacto direto sobre a cognição e a linguagem:

Um cérebro é fundamentalmente uma entidade orgânica; ele cresce, matura, muda, fere-se e se recupera, adapta-se em resposta a um ambiente em mudança; ele evolui ao longo de gerações. É muito fácil chegar a conclusões sobre a estrutura cerebral em adultos dominantes destros e generalizá-las inapropriadamente. Se falharmos em observar as limitações dos métodos e do escopo da pesquisa atual sobre o cérebro, corremos o risco de reificar a “estrutura cerebral” dentro de uma força causal estática que determina a linguagem, em vez de moldar e modificar essa estrutura (ROHRER, 2006, p. 120).

A construção de sentido depende, então, de três dimensões: do cérebro, de um corpo em ação e da interação organismo-ambiente. Se abrirmos mão de uma dessas dimensões, não há emergência de sentido: “Assim, a mente emerge” (JOHNSON, 2007, p. 151). A mente emerge por meio da interação entre organismo e ambiente — físico, social e cultural. Sendo assim, nós não nascemos com uma mente “pronta” para raciocinar: a mente é um processo que vai

sendo construído e moldado ao longo da vida. Quando somos crianças, possuímos capacidades cognitivas primitivas que, por meio da interação com o mundo e com outras pessoas, se tornam uma mente funcional. Desse ponto de vista, a mente pode ser vista como uma questão de grau, que se estende desde a mente primitiva de bebês recém-nascidos à mente mais desenvolvida de adultos. Portanto, “a mente é uma conquista, não uma faculdade pré-concebida” (JOHNSON, 2007, p. 152).

2 MENTE CORPORIFICADA: INTERFACES

Tomando como eixo a abordagem teórica da mente corporificada, exposta anteriormente, tentaremos demonstrar, por meio do detalhamento de abordagens convergentes, tal como a abordagem experiencialista e de conceitos da Linguística Cognitiva que se ancoram nessas abordagens, tais como os de Esquemas imagéticos e Metáfora Conceptual, como a nossa construção conceptual abstrata tem como base a nossa orientação corporal e experiência sensório-motora.

2.1 A ABORDAGEM EXPERIENCIALISTA

No que diz respeito à abordagem experiencialista — ou mito experiencialista —, ela surgiu como uma tentativa de fazer frente aos mitos objetivista e subjetivista que, segundo Lakoff e Johnson (1980), dominam a maneira de pensar ocidental. Os autores questionam esses mitos, argumentando que ambos ignoram uma maneira de compreender o mundo por meio de nossas interações com ele: por um lado, o objetivismo ignora o fato de que a compreensão — e, portanto, a verdade — é relativa ao nosso sistema conceitual, que é culturalmente construído. Portanto, a compreensão não pode ser moldada por um sistema conceitual absoluto e neutro. O subjetivismo, por outro lado, ignora o fato de que a compreensão, mesmo a mais imaginativa, é construída nos termos de um sistema conceitual, que, por sua vez, é construído a partir do funcionamento bem sucedido nos ambientes físico e cultural.

A partir da construção do mito experiencialista, Lakoff e Johnson (1980) tratam as questões do sentido e de como nós compreendemos nossa linguagem como sendo moldadas pela nossa experiência, em vez de serem questões apriorísticas do ponto de vista dos pressupostos e da argumentação filosófica. Para comprovar o seu ponto de vista, os autores abordam a me-

táfora conceptual como ponto central de sua construção teórica, comparando como tal conceito é abordado pelas correntes objetivista e subjetivista, por um lado, e pela corrente experientialista, por outro. De acordo com os autores, a metáfora é tratada pelos objetivistas como um fenômeno dependente de similaridades pré-existentes entre objetos, baseadas em propriedades inerentes a esses objetos. No entanto, ao admitirmos que as propriedades dos objetos são interacionais, é necessário superar o mito da objetividade. Isso não significa negar a existência de similaridades, mas enxergá-las como emergentes da interação, em vez de advindas de uma comparação entre propriedades inerentes. Assim, as similaridades surgiriam como resultado de metáforas conceptuais.

As posições subjetivistas — “o sentido é privado”, “a experiência é holística” e “o contexto não é estruturado” —, em seu turno, baseiam-se todas num mesmo pressuposto: o de que a experiência não tem uma estrutura natural e, conseqüentemente, não há nenhuma restrição natural externa sobre o sentido e a verdade. Já do ponto de vista experientialista, a nossa experiência é estruturada holisticamente, por meio de *gestalts* experientiais. No entanto, essas *gestalts* não possuem uma estrutura arbitrária: as estruturas que as constroem emergem naturalmente da nossa experiência. O uso das metáforas surge como uma alternativa para compartilharmos essas experiências individuais. Tal uso só se torna possível pelo fato de a nossa experiência possuir uma estrutura natural. Apesar de questionarem os mitos objetivista e subjetivista, Lakoff e Johnson (1980) reconhecem a importância de tais mitos na construção da cultura ocidental e procuram observar o que o experientialismo herda de cada um desses mitos.

O mérito do objetivismo diz respeito à questão de se enxergar além do âmbito individual e promover generalizações de maneira racional. Em relação ao subjetivismo, seu mérito seria o de reconhecer a importância de que o sentido é sempre o sentido para alguém. Entretanto, o experientialismo, ao contrário de isolar o homem do ambiente a fim de compreender aspectos externos e internos, a compreensão emerge da interação; da negociação constante com o ambiente e com outros homens. Segundo Lakoff e Johnson (1980), a natureza dos nossos corpos interage com o ambiente e impõe uma estrutura à nossa experiência: experiências recorrentes levam à formação de categorias, que são *gestalts* experientiais. Essas *gestalts*, então, fornecem coerência à nossa experiência.

Chegamos, então, a um ponto crucial da formulação de Lakoff e Johnson (1980) a respeito da formulação do mito experientialista — convergente com as correntes pragmatista

e fenomenológica, apresentadas na seção 1.3: a não oposição entre “interno” e “externo”, que advém da separação do homem de seu ambiente, tanto no caso do mito objetivista, em que o funcionamento bem-sucedido da busca pela verdade decorre não apenas da separação, mas também do domínio do homem sobre o ambiente, quanto no caso do mito subjetivista, que separa o homem de seu ambiente e também de outros homens. O mito experiencialista toma como perspectiva o homem como parte do ambiente, em vez de separado deste, focalizando as constantes interações do indivíduo com o ambiente físico e com outros indivíduos. Sendo assim, a interação do homem com o ambiente envolve uma troca mútua: o homem modifica o ambiente, assim como o ambiente modifica o homem. Em suma:

O corpo da ciência cognitiva corporificada não está limitado às influências fisiológicas e neurofisiológicas sobre a mente, nem àquela soma das interações corporais físicas com o mundo físico, pois esse corpo também incorpora as experiências do corpo social e cultural. Em outras palavras, é necessário levar em conta o contexto sócio-cultural no qual um corpo específico está situado (ROHRER, 2007b, p. 345).

Analisando a citação de Rohrer, é possível notar que há uma relação de continuidade e reciprocidade entre corpo, mente, cérebro e ambiente físico, social e cultural. Não há, portanto, uma verdade e um mundo absolutos e isolados do indivíduo e do ambiente — como também não há, no outro extremo, um mundo de pura intuição e subjetividade. A verdade é, dessa forma, relativa ao nosso entendimento e à nossa experiência. Isso não significa que não haja verdades, mas apenas que elas são relativas ao nosso sistema conceptual — nos termos de Lakoff e Johnson (1980, p. 193) —, sendo construídas e testadas pelas nossas experiências e pelas experiências de outras pessoas pertencentes à nossa cultura, nas nossas interações cotidianas com outras pessoas e com o ambiente físico, social e cultural. Estendendo ao âmbito cognitivo a questão de o homem e o ambiente se moldarem reciprocamente:

O ponto é que não só o corpo molda a mente corporificada, mas que as experiências do corpo-no-mundo também moldam a mente corporificada. Mas os mundos experienciais com os quais interagimos são mais do que simplesmente físicos; nós nascemos inseridos em meios sociais e culturais que transcendem nossos corpos individuais [situados] no tempo [...]. A linguagem é outra porção do meio sócio-cultural dentro do qual existimos. É possível investigarmos como os fatores sócio-culturais (tais como a linguagem dentro da qual nascemos) moldam a nossa cognição? (ROHRER, 2007b, p. 343).

Na seção de análises deste capítulo, tentaremos responder a esta pergunta. Nosso foco recai, sobretudo, em como o contexto de produção e circulação e o contexto semiótico-enunciativo de uma charge moldam e são moldados pela cognição.

2.2 OS ESQUEMAS IMAGÉTICOS

Tendo em vista o princípio, adotado por teóricos ligados à abordagem corporificada, de que a mente é uma conquista e uma questão de grau, Johnson (2007) postula que construímos estruturas corporificadas que são pré-conceptuais, ou seja, estruturas que são anteriores à formulação do pensamento conceptual abstrato. Essas estruturas são chamadas de:

Esquemas imagéticos constituem um nível pré-verbal e, sobretudo, não-consciente; emergente, de sentido. Eles são padrões instanciados nos mapas neuronais topológicos que compartilhamos com outros animais, embora nós, como seres humanos, possuamos esquemas imagéticos específicos, que são mais ou menos característicos do nosso tipo de corpo e das características dos ambientes em que vivemos. Apesar de serem pré-verbais, eles desempenham um papel importante na sintaxe, na semântica e na pragmática das línguas naturais. Eles estão no cerne do significado, e são a base de linguagem, do raciocínio abstrato, e de todas as formas de interação simbólica (JOHNSON, 2007, p. 145).

Dando continuidade ao raciocínio proposto por Johnson (2007), é importante reforçar que são nossas interações com o mundo que ativam os nossos mapas neuronais e, conseqüentemente, a construção dos esquemas imagéticos. Detalharemos, então, como os esquemas imagéticos são instanciados nos mapas neuronais: a nossa experiência sensório-motora e nossa orientação espacial podem ser definidas por padrões recorrentes — como, por exemplo: “em cima-embaixo”, “frente-trás”, “perto-longe”, “dentro-fora” etc. Esses padrões constituem elementos estruturais de nossa interação com o mundo. Por meio da repetição desses atos, nós ativamos padrões neuronais que representam, no cérebro, nossa experiência sensório-motora e orientação espacial. Convém explicitar que “representação”, nesse contexto, não pressupõe a dicotomização “interno x externo”: o cientista é quem identifica esses padrões de ativação neuronal — ou mapas neuronais — e estabelece que esses mapas representam uma estrutura do mundo como, por exemplo, os esquemas imagéticos, advindos de nossa orientação espacial.

Em relação aos esquemas imagéticos, eles são uma parte crucial da nossa união não-representacional com o mundo: num exemplo como o de um esquema imagético como “CONTAINER”, quando ele é ativado por meio da palavra “em”, em vez de a ativação ocorrer por meio da experiência sensório-motora direta — tal como na manipulação direta de um container —, os padrões de ativação neural passam a se estender metaforicamente a experiências não-físicas, não-táteis e não-visuais (ROHRER, 2007a). Portanto, nós, seres humanos, possuímos mecanismos neuronais de extensão metafórica dos esquemas que estão relacionados a como nós executamos nossa abstração e raciocínio. Além disso, somos capazes

de nos tornar conscientes de como o fluxo dinâmico de nossa experiência e pensamento é estruturado pelos esquemas imagéticos. Será detalhado, então, o funcionamento dos mapas neuronais e o papel do cérebro na construção de sentido.

Segundo Johnson (2007, p. 155), “para haver [construção de] sentido humano, você precisa de um cérebro humano, operando em um corpo humano vivo, sempre interagindo com um ambiente humano que é ao mesmo tempo físico, social e cultural”. Assim, a construção de sentido decorre da interconexão desses três elementos. Porém, apesar dessa necessária interconexão, é inegável o papel do cérebro como “o órgão supremo na construção de sentido”. Ao reconhecermos a importância do cérebro na construção de sentido, um dos principais desafios que se colocam para a abordagem teórica da mente corporificada é o seguinte: quais são os agrupamentos neuronais que disparam na instanciação topológica de um determinado Esquema imagético? Ou: Por que alguns agrupamentos neuronais disparam, e não outros?

A fim de responder a essa pergunta, será adotada como ponto de partida a hipótese, postulada por Rohrer (2005), de que a teoria dos repertórios neuronais secundários, proposta por Edelman, é aquela que melhor explica como áreas integrativas do córtex sensório-motor atuam no processo de desenvolvimento, tanto de funções de produção de esquemas imagéticos quanto de funções sensório-motoras. Partindo do princípio de que os esquemas imagéticos são construídos nos e/ou entre os mapas neuronais sensório-motores, o desenvolvimento dos esquemas deve começar durante o desenvolvimento dos mapas, num estágio avançado da formação do tubo neuronal (ROHRER, 2005). O desenvolvimento dos mapas neuronais suscita a questão de eles serem geneticamente determinados ou ambientalmente adquiridos. Segundo Edelman (2004), o número, formato, conectividade e localização final dos neurônios e dos grupos neuronais é muito grande para ser geneticamente determinado. O teórico propõe, então, a teoria do Darwinismo Neuronal ou Teoria da Seleção de Grupos Neuronais (em inglês, TNGS), que é baseada em três princípios (EDELMAN, 2004, p. 39-41):

- a) a Seleção de Desenvolvimento, que é estabelecida durante o desenvolvimento neuroanatômico inicial e cria repertórios primários em cada área cerebral, o que resulta em um conjunto de circuitos altamente diversos — grupos neuronais —, que surgem no

nível sináptico, em decorrência do fato de que “neurônios que disparam juntos conectam-se” (EDELMAN, 2004, p. 39)³;

- b) a Seleção Experiencial, que se sobrepõe à fase 1 e ocorre até após a construção de grande parte da neuroanatomia do cérebro, resultando em modificações na força de conexão entre as sinapses, de modo a favorecer certos caminhos e enfraquecer outros;
- c) a Reentrância, que consiste no intercâmbio recursivo contínuo de sinais paralelos entre diferentes áreas do cérebro, resultando na coordenação de atividades dessas diferentes áreas no espaço e no tempo, por meio das sinalizações reentrantes em curso entre conexões recíprocas.

Segundo Edelman (2004, p. 41), “a consequência desse processo dinâmico é a sincronização ampla da atividade de grupos neuronais amplamente distribuídos. Isso liga suas atividades funcionalmente segregadas em circuitos capazes de uma saída (*output*) coerente”. Como Edelman parte do princípio de que não há um princípio lógico organizador do cérebro — tal como ocorreria num conjunto de instruções de computadores — a reentrância seria o princípio organizador central, que governa a coordenação entre múltiplas redes de seleção do cérebro. Sendo assim, por meio da reentrância, a cor, a orientação e o movimento de um objeto visual podem ser integrados, por exemplo. Não seria necessário, então, um mapa superordenado para ligar e coordenar as atividades dos mapas individuais funcionalmente segregados para cada uma dessas atividades, pois a coordenação entre eles ocorre por meio da comunicação direta de uns com os outros, por meio da reentrância.

Em suma:

Edelman argumenta que o desenvolvimento neuroembrionário é melhor entendido como um processo competitivo conhecido como ‘Dawinismo Neuronal’. Como coisas vivas orgânicas, os neurônios no embrião procuram florescer, encontrar alimento e reforço. Como resultado, os neurônios em desenvolvimento começam a formar associações Hebbianas entre os axônios de uma célula e os dendritos de outra, agrupando-se em grupos neuronais. Esses grupos neuronais agem como organismos que procuram estímulo como alimento e os grupos neuronais competem uns com os outros à medida que eles migram ao longo do tubo neuronal para os órgãos do sentido emergentes. Alguns grupos desafortunados perecem em todos os estágios do processo, enquanto outros esperam em estados intermediários de sucesso, criando árvores neurais sobrepostas que exibem um tipo específico de redundância chamado de ‘degenerescência neural’ (ROHRER, 2005, p. 177-178).

³ “Neurons that fire together wire together”. Esta é uma máxima de Edelman que não conseguimos traduzir ao pé da letra. Portanto, propusemos a tradução que julgamos mais adequada.

Segundo Edelman (2004, p. 44), a degenerescência ou redundância é uma “propriedade biológica ubíqua” necessária à operação da seleção natural. Ela é particularmente importante na solução da maior parte dos problemas do sistema nervoso complexo. Um exemplo disso está relacionado à coordenação dos diferentes mapas neuronais, já apontada nas considerações feitas sobre a reentrância. Segundo Edelman (2004), os circuitos neuronais possuem a propriedade da degenerescência ou redundância: mesmo que haja diferentes circuitos, eles podem produzir saídas (*outputs*) similares, para resolver o problema da ligação (*binding*).

Em relação aos repertórios neuronais secundários, hipótese adotada por Rohrer (2005) para explicar o funcionamento dos esquemas imagéticos, pode-se postular que a competição entre grupos neuronais é tão intensa que, quando os neurônios são privados de seu estímulo sensorio habitual, eles retrocedem aos ramos axonais menos utilizados e se reorganizam. Essas reorganizações latentes dos grupos neuronais são chamadas por Edelman de “repertórios secundários”, ao passo que a organização regular é chamada de “repertório primário” (ROHRER, 2005). No caso dos esquemas imagéticos, quando lemos, por exemplo, sobre pegar um objeto — ou uma ideia — em vez de, de fato, pegarmos o objeto, utilizamos um repertório de funcionamento secundário para simular mentalmente a realização da ação, usando muitas áreas — tais como os córtices sensorio-motores e o córtex pré-motor — que utilizaríamos para realizar a ação.

Sendo assim, uma proposta plausível seria postular que os esquemas imagéticos consistem na ativação coordenada de repertórios secundários localizados no córtex sensorio-motor, composto por alguns neurônios-espelho (ARBIB, 2006) “amplamente congruentes”. Tais neurônios-espelho — que correspondem a dois terços dos neurônios relacionados à atividade de “pegar” localizados na área F5 — respondem a componentes mais gerais e abstratos relacionados ao formato ou ao movimento das mãos, por exemplo. Portanto, a teoria dos esquemas imagéticos prevê que as ações corporais ou corporificadas utilizam as mesmas áreas do córtex que mapeiam as atividades sensorio-motoras para realizar essas ações (ROHRER, 2005). No entanto, em vez de utilizarem os repertórios primários, responsáveis pela execução da ação de pegar propriamente dita, utilizam os repertórios secundários, responsáveis pela simulação da ação.

Por fim, convém reforçar que os esquemas imagéticos advêm da nossa experiência no mundo, não se resumindo apenas à atividade neuronal: “Quando crianças, experienciamos esses padrões de sensação (esquemas imagéticos) antes de desenvolvermos um *self* linguístico, e

esses esquemas imagéticos não são exclusivos a nenhuma modalidade perceptiva, mas possuem uma estrutura que é compartilhada entre eles” (ROHRER, 2006, p. 125). Além disso, como se pode notar na afirmação feita por Rohrer (2006), os esquemas imagéticos também podem ser intermodais. Um exemplo disso pode ser dado por meio da explicação do funcionamento dos neurônios-espelho, melhor detalhado na seção 2.3: os neurônios-espelho de um macaco podem disparar, por exemplo, quando ele ouve um som relacionado ao movimento de pegar, como, por exemplo, o de um pacote sendo aberto. Isso demonstra que, apesar de ter sido originado numa fonte distinta, o contorno perceptivo do esquema imagético tende a ser completado (ROHRER, 2005, p. 171-172).

Em suma, os esquemas imagéticos (ROHRER, 2005, p. 174):

- a) são padrões recorrentes da experiência corporificada;
- b) são tal como imagens, no sentido de preservarem a estrutura topológica da experiência perceptual completa;
- c) operam dinamicamente no e ao longo do tempo;
- d) são estruturas que ligam a experiência sensório-motora à conceptualização e à linguagem;
- e) são provavelmente instanciados como padrões de ativação (ou ‘contornos’) instanciados no processo de mapeamento neuronal topológico;
- f) permitem a ocorrência de padrões ‘normais’ de conclusão, que podem servir como base para inferência;
- g) consistem na ativação de repertórios neuronais secundários.

2.3 A TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL

Outro conceito relevante para este trabalho, fortemente ligado às abordagens experientialista e corporificada é o conceito de metáfora. Será adotada como referencial neste trabalho a teoria da metáfora conceptual, que postula que “a metáfora é onipresente na vida cotidiana, não apenas na linguagem, mas também na ação e no pensamento. Nosso sistema conceptual

comum, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 3). Lakoff e Johnson (1980) demonstraram que “boa parte da linguagem comum que nós utilizamos para caracterizar uma ampla variedade de experiências é sistematicamente formada por um número relativamente pequeno de metáforas” (ROHRER, 2006, p. 124).

Segundo Johnson (2007) as metáforas conceptuais exercem um papel crucial na definição de conceitos abstratos, pois o mecanismo de funcionamento das metáforas lança mão da semântica e dos padrões inferenciais da experiência sensório-motora — vale ressaltar que Lakoff e Johnson (2003 [1980], p. 245) consideram a inferência como “o cerne da metáfora”. Dessa forma, “cada metáfora consiste num mapeamento sistemático das entidades e relações que provêm de um domínio-fonte sensório-motor para um domínio-alvo que é abstrato” (JOHNSON, 2007, p. 165). Sendo assim, na metáfora conceptual, seriam aproveitadas as ricas estruturas de conhecimento relacionadas à atividade física, a fim de tornar mais fácil a compreensão de domínios-alvo mais abstratos (GRADY, 2007).

Johnson (2007) fornece vários exemplos do mecanismo de funcionamento desse tipo de metáfora. Tomaremos como exemplo a metáfora conceptual “ATIVIDADES INTENCIONAIS SÃO JORNADAS”, que pode ser expressa numa frase como: “Nós temos um longo caminho a percorrer antes que a nossa teoria esteja terminada”. A construção da metáfora em questão consiste no mapeamento conceptual de entidades e relações do domínio-fonte — o movimento físico espacial; a jornada — em direção ao domínio-alvo — as atividades intencionais, tanto físicas quanto abstratas. Há, portanto, uma direcionalidade da metáfora — do domínio-fonte ao domínio-alvo —, atestada por Lakoff e Johnson (1980), e que pode ser interpretada como o entendimento de um conceito em termos de outro. Sendo assim, conceitos abstratos tendem a ser estruturados em termos de conceitos mais concretos e mais claramente delimitados pela experiência sensório-motora. Explicitando melhor, a metáfora descrita anteriormente pode ser considerada como uma metáfora de alto nível e amplo escopo cognitivo, que é típica dos nossos conceitos abstratos. Tal como genericamente proposto por teorias da mente corporificada, muitos de nossos conceitos abstratos são baseados e estruturados por vários padrões moldados por nossas interações perceptuais, ações corporais e manipulações de objetos.

Sendo assim, aspectos recorrentes das experiências, tais como aqueles associados a cumprir jornadas, manifestam-se em muitas modalidades sensoriais, dando origem a

esquemas imagéticos — por exemplo: “FONTE-TRAJETÓRIA-OBJETIVO” — que frequentemente são mapeados em domínios diferentes para criar compreensões concretas de conceitos abstratos. Sendo assim, concebemos experiências abstratas — tais como “atividades intencionais” — em termos de ações corporais realizadas por entidades concretas num determinado espaço — por exemplo, movendo-nos ou simulando o movimento a partir de uma fonte, ao longo de um caminho, rumo a um destino específico dentro do espaço afetivo associado a uma atividade intencional. Dessa forma, as experiências corporais fornecem o domínio-fonte para a estruturação metafórica em espaços cujo domínio-alvo é abstrato. Portanto, “podemos estender — por meio da metáfora — essas experiências emergentes diretamente para caracterizar experiências não-espaciais, tais como cair numa depressão ou perder-se no jornal (“ESTADOS MENTAIS SÃO LUGARES”) ou estar numa reunião (“TEMPO É ESPAÇO”)” (ROHRER, 2001, p. 31).

Como é possível notar, as metáforas conceptuais apresentam alto nível de complexidade, resultando geralmente da combinação de metáforas primárias, que emergem naturalmente de nossa experiência sensório-motora. Metáforas primárias são assim consideradas por serem adquiridas desde muito cedo, por meio de nossas experiências — e, conseqüentemente, coativações neurais — mais mundanas, devido à própria natureza de nosso corpo — o que inclui cérebro, órgãos sensoriais, sistemas motores e emoção — tal como ele interage com o ambiente. Essas metáforas primárias emergem, então, de uma correlação entre um domínio sensório-motor particular e algum domínio pertencente à nossa experiência subjetiva.

Em relação à aquisição e instanciação topológica das metáforas no cérebro, Christopher Johnson (apud LAKOFF; JONSON 2003[1980], p. 256) argumentou que as crianças aprendem metáforas primárias com base na fusão (*conflation*) de domínios conceptuais na vida cotidiana. Ele estudou como a metáfora “SABER É VER” se desenvolve, demonstrando que as crianças primeiro utilizam “ver” literalmente, ou seja, apenas relacionado à visão. Depois, há uma fase em que ver e conhecer são fundidas (*conflated*), configurando um uso metafórico do termo. No nosso *corpus* de análise, foram encontrados alguns exemplos desse uso — abordados mais extensivamente no capítulo 7: em uma de suas réplicas, Serra afirma: “Como todos viram, ela não respondeu a pergunta sobre a saúde”. Esse uso remete ao domínio do conhecimento; da comprovação, e não ao domínio da visão do ponto de vista literal.

Segundo Lakoff e Johnson (2003 [1980]), os resultados de pesquisas como a de Christopher Johnson podem ser explicados pela Teoria Neural da Metáfora, cujo foco é a computação neuronal das metáforas via mapas neuronais. Tais mapas seriam aprendidos por meio do recrutamento neuronal, ou seja, “a potencialização de longo termo de neurônios conectados aos conjuntos neuronais fonte e alvo que ficam coativos durante o período de fusão (*conflation*)” (LAKOFF; JOHNSON, 2003 [1980], p. 256). Esse mecanismo de aprendizagem produziria, segundo os autores, um sistema estável e convencional de metáforas primárias que possuem a tendência de permanecerem em funcionamento indefinidamente no sistema conceptual, podendo ser ativadas independentemente da linguagem verbal.

Em suma, metáforas primárias, tais como “AFETO É CALOR” e “ÍNTIMIDADE PSICOLÓGICA É PROXIMIDADE FÍSICA”, surgem de maneira espontânea e automática, sem que seja necessário estarmos cientes ou atentos a elas. A grande maioria delas é aprendida na infância, por meio do simples funcionamento do corpo e do cérebro no mundo cotidiano. Elas abrangem uma série de domínios centrais ao pensamento humano, tais como: o tempo, a causalidade, os acontecimentos, a moralidade, as emoções, dentre outros (LAKOFF; JOHNSON, 2003 [1980]). Além disso, elas proporcionam uma superestrutura para o pensamento metafórico complexo e para a linguagem. Portanto, do ponto de vista de Lakoff e Johnson (2003 [1980]), a metáfora seria um fenômeno neuronal. Dessa forma, o mapeamento metafórico parece ser realizado fisicamente — neurobiologicamente — por meio de mapas neuronais. Esses mapas recrutariam, de maneira natural e inevitável, inferências sensório-motoras para a construção do raciocínio abstrato.

Em suma, as metáforas conceptuais constituem uma maneira primária — embora não a única — para a construção do pensamento abstrato e do raciocínio. Por meio de tais metáforas, nós nos apropriamos da estrutura semântica de um determinado domínio-fonte sensório-motor para entender um domínio-alvo abstrato. Portanto, o pensamento abstrato surge de nossas faculdades sensório-motoras e é moldado pela natureza do corpo, do cérebro e do ambiente. Segundo Johnson (2007), do ponto de vista da evolução, nós não desenvolvemos dois sistemas lógicos e inferenciais separados, um para experiências corporais e outro para o pensamento abstrato e o raciocínio.

Em vez disso, a lógica da nossa experiência corporal fornece toda a lógica de que precisamos para realizar inferências racionais, mesmo no que diz respeito aos conceitos mais abstratos:

Em nosso raciocínio baseado em metáforas, as inferências são realizadas de acordo com a lógica corporal da nossa capacidade sensorio-motora e, em seguida, por meio do mapeamento ‘fonte-para-alvo’, as inferências lógicas correspondentes são desenhadas no domínio de destino” (JOHNSON, 2007, p. 179).

De maneira geral, o processamento de sentido metafórico não é apenas um ato puramente cognitivo, mas também envolve alguma compreensão imaginativa do papel do corpo na estruturação de conceitos abstratos (GIBBS, 2006).

3 MENTE CORPORIFICADA: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO CONCEITO

Do ponto de vista de sua aplicabilidade, a abordagem corporificada, partindo do princípio de que o corpo, o cérebro e o ambiente importam nos estudos cognitivos, conta com diversos teóricos em domínios de pesquisa que vão desde a neurobiologia e a linguística, até a robótica e a filosofia. Isso resulta numa abordagem teórica ampla e multidisciplinar. Rohrer (2007b) propõe uma sistematização dos níveis em que a abordagem corporificada vem sendo pesquisada, “a fim de desenvolver um quadro teórico geral como um cenário no qual esses projetos de pesquisa podem ser situados”. O teórico propõe, então, a descrição do termo “corporificação” em 12 diferentes contextos científicos (ROHRER, 2007b, p. 337-345), dos quais abordaremos apenas aqueles mais diretamente relacionados ao nosso objeto de estudo, pois tratam-se de contextos muito amplos e diferentes entre si, o que também pode ocasionar um problema de ubiquidade: a Ciência Cognitiva Corporificada poderia, em tese, ser aplicada a qualquer domínio. Acreditamos que o perigo de teorias poderosas demais é que o poder de descrição e explicação delas passa a ser pequeno. Portanto, os contextos que nos interessam, tal como detalharemos na subseção de análise são os seguintes:

- a) filosofia: neste domínio, o termo corporificação é usado como um termo que se refere a uma abordagem filosófica contra-cartesiana em relação à mente, à cognição e à linguagem;
- b) situação sociocultural: corporificação, neste caso, refere-se às práticas sociais e culturais, nas quais a linguagem e a cognição são vistas como situadas. Nesse sentido, o termo refere-se a tendências particulares, em vez de universais: como uma mente em particular num corpo em particular são moldados por uma cultura particular na qual se encontram imersos;

- c) fenomenologia: tal como já abordamos nesta seção, corporificação tem um sentido fenomenológico, que se refere, segundo Brandt (2005) às coisas que notamos conscientemente sobre os papéis de nossos corpos na moldagem de nossa autoidentidade e de nossa cultura. Rohrer (2007b), Husserl e Merleau-Ponty referem-se à corporificação não apenas como a experiência vivida de nossos corpos, mas também às maneiras pelas quais a experiencição de movimento de outros corpos animados difere da nossa experiencição de movimento de outros objetos no mundo físico;
- d) perspectiva: corporificação também pode se referir ao ponto de vista subjetivo, a partir do qual uma perspectiva é adotada, como sendo oposto ao ponto de vista objetivo. Esse sentido do termo pode ser visto como filosófico, mas também pode ter implicações linguísticas e psicológicas resultantes do ponto de vista do falante na construção subjetiva da linguagem;
- e) direcionalidade das metáforas: neste sentido, o termo corporificação pode ser interpretado como a direcionalidade dos mapeamentos metafóricos, em que projetamos unidirecionalmente padrões de esquemas imagéticos de um domínio-fonte mais corporal, a fim de compreender um domínio-alvo mais abstrato.

Quadro 1: Quadro teórico-metodológico da Ciência Corporificada

Tamanho	Estrutura Fisiológica	Nível de Investigação	Tarefas Típicas de Ciência Cognitiva	Construções Operativas Teóricas Amostradas	Métodos Amostra de Estudo e Medição
1 m e acima	Sistemas nervosos centrais múltiplos	<i>Sistemas comunicativos e culturais</i> em antropologia, linguagem, ciência e filosofia	Investigações interculturais de rotação e quadros mentais de referência; aquisição da linguagem; metáfora conceitual; gestos	Quadros centrados no espectador, centrados no objeto, e geocentradas de referência em linguagem; práticas de educação da criança; normas relativas ao quadro espacial utilizado	Análise linguística, tipologia interlinguística, entrevista gravada em vídeo, etnografia cognitiva, análise do discurso
0,5 a 2 m	Sistema Nervoso Central	<i>Área de desempenho;</i> Sistemas conceituais, gestuais e linguísticos realizados como sujeitos individuais	Desempenho individual em quadros de referência e tarefas de rotação mental; medindo a capacidade de gesticular em situações de dar instruções tramadas para inibi-lô.	Quadros de referência espacial, velocidade de rotação mental; limitações morfológicas	Relato verbal, neurologia observacional e estudos cognitivos e de desenvolvimento examinando o tempo de reação (TR)
10^{-1} m a 10^{-2} m	Regiões neurais de tamanho bruto a médio (cingulata anterior, lóbulo perietal, etc.)	<i>Sistema Neural</i>	Trajetos de ativação em áreas de processamento somatosensorial, auditivo e visual quando processando quadros de tarefas referências espaciais ou tarefas de rotação mental	Corpo-imagem, corticais motores e visuais, trajeto que- onde;	Análise de lesão, dissociações neurológicas e imagieria neurológica utilizando RMF e PET e métodos PER, simulações neurocomputacionais
10^{-2} m a 10^{-4} m	Redes, mapas e caminhos neurais	<i>Anatomia neural</i> ; Circuitos neurais em mapas, caminhos e folhas	Coneções neuroanatômicas das regiões visuais, auditivas e somatosensíveis até áreas de linguagem	Corticais motores e visuais, mapas neurais topográficos perietais	Gravação eletrocelular, corantas anatómicas, simulações neurocomputacionais
10^{-3} m a 10^{-6} m	Neurones individuais, colunas corticais	<i>Sistemas neurocelulares;</i> Estruturas celulares e intercelulares muito pequenas	Organização neuroanatômica fina de estruturas particulares recrutadas em processamento da linguagem	Celulas afinando a orientação; colunas de dominância ocular	Gravação eletrocelular, corantas anatómicas, simulações neurocomputacionais
Menos de 10^{-6}	Neurotransmissores, canais de íons, sinapses	<i>Sistemas subcelulares;</i> subcelular, molecular e eletrofísico	Sem — além do escopo teórico	Neurotransmissores, sinapses, canais de íons	Métodos neurofarmacológicos, neuroquímicos e neurofísicos

Fonte: Rohrer, 2007b, p. 355

Como é possível observarmos no quadro anterior, do ponto de vista metodológico, Rohrer (2007b, p. 355) propõe uma sistematização dos níveis metodológicos do processo cognitivo corporificado: o nome de cada nível está indicado em negrito na primeira coluna. A coluna seguinte fornece exemplos das estruturas fisiológicas presentes em cada um dos níveis. As

duas colunas finais, por sua vez, reconhecem as liberdades e limites de cada escopo de investigação, especificando alguns construtos teóricos relevantes e várias operações metodológicas de cada um dos níveis. Na seção de análises, a seguir, temos por objetivo analisar uma charge pertencente ao domínio político-eleitoral. Mais especificamente, pretendemos situar o nosso objeto de análise nos domínios de aplicação da Ciência Cognitiva Corporificada, como também explicitar os níveis de sistematização metodológica, expostos no quadro anterior, ao nosso objeto de análise, levando em consideração o contexto semiótico (BRANDT, 2005) em que a charge é construída.

3.1 CONCEITOS EM CONTEXTO: BREVE ANÁLISE DE UMA CHARGE ELEITORAL

Analisaremos a seguinte charge:

Figura 2: Charge da luta entre Dilma e Aécio



Fonte: <http://www.tribunadaimprensa.com.br>

Levando em consideração os níveis metodológicos da Ciência Cognitiva Corporificada propostos por Rohrer (2007b), a charge se situa, sobretudo, nos níveis 1 e 2 do quadro sistematizado pelo autor: Sistemas Culturais e Comunicativos e Domínio do Desempenho, pois, para analisarmos a charge, é necessário levarmos em consideração aspectos relativos, tanto ao contexto de produção e circulação — chargista, público-alvo, veículo —, quanto aspectos relativos ao contexto semiótico-enunciativo — participantes da cena enunciativa, ações praticadas pelos participantes, os atos de linguagem e as metáforas conceptuais que podem ser inferidas a partir da cena enunciativa. Dessa forma, a relação de continuidade entre corpo e mente serve como pano de fundo para as discussões que desenvolveremos sobre como se dá a emergência das metáforas, situadas num gênero de discurso específico — a charge —, que, no caso do exemplar escolhido para análise, pertence ao domínio discursivo político-eleitoral. Em ou-

tras palavras, no caso da charge, do ponto de vista fenomenológico, a cena enunciativa colocada em funcionamento é “filtrada socioculturalmente” pelo domínio discursivo político-eleitoral.

Na situação comunicativa em questão, ou seja, na disputa eleitoral, o chargista, lançando mão de recursos visuais — ou seja, de uma imagem — faz referência à disputa entre dois candidatos à presidência, anunciados por seus respectivos partidos políticos: Dilma Rouseff, do PT e Aécio Neves, do PSDB. Essa disputa é apresentada metaforicamente como uma luta, um combate físico. A metáfora conceptual básica seria, então: “OPOSIÇÃO É COMBATE” e o esquema imagético básico seria o esquema “FORÇA”. Os domínios-fonte e alvo da metáfora conceptual em questão podem ser visualizados no esquema a seguir:

Figura 3: Ilustração da Metáfora Conceptual “OPOSIÇÃO É COMBATE”

<i>Domínio-fonte:</i> Combate físico	<i>Domínio-alvo:</i> Oposição política/Eleições
Combatentes	→ Políticos (Dilma e Aécio)
Combate	→ Propostas/debates
Vitória ou derrota	→ Ganhar ou perder as eleições

Fonte: Elaborado pela autora

Por meio da utilização metáfora conceptual ilustrada anteriormente, o chargista direciona — ou, ao menos, tenta direcionar — a atenção do público-alvo — que corresponderia a internautas interessados nas eleições presidenciais — para a disputa eleitoral que ocorrerá em 2014, acenando para a oposição política entre Dilma e Aécio, representados metonimicamente pela cor de seus partidos políticos: vermelho do PT e azul do PSDB. Esta corresponde a uma disputa inscrita historicamente na memória discursiva do povo brasileiro, uma vez que PT e PSDB vêm disputando o segundo turno das eleições presidenciais desde as últimas três eleições presidenciais — ou seja: desde 2002. Com efeito, por meio da utilização de recursos concisos, tais como a metáfora visual e as metonímias de cor referentes aos partidos políticos, o chargista produz uma imagem que, pelo fato de ser interpretada de maneira global — pois o sentido das partes de uma imagem é determinada pelo sentido do todo — e sintética — pois uma imagem concentra, numa única forma simbólica, sentidos distintos (MCNEILL, 2006) —, resulta numa charge que tem o potencial de ser rapidamente processada e interpretada por leitores de um veículo dinâmico como a internet. Em suma, o chargista, partindo do domínio-fonte do combate físico, apresenta metaforicamente a oposição política e, a partir da instauração do esquema imagético “FORÇA”, que remete ao domínio

corporal da força física, também explora a questão do jogo de forças político-ideológicas envolvidas na disputa eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite-nos corroborar a tese de Gibbs (2006) de que o processamento de sentido metafórico — e, acrescentaríamos, de esquemas imagéticos — não é apenas um ato puramente cognitivo, mas também envolve alguma compreensão imaginativa do papel do corpo na estruturação de conceitos abstratos. É possível constatar, então, a relevância do conceito de mente corporificada, como também a abordagem das dimensões de análise desse conceito, na construção de conceitos e análises no âmbito das Ciências Cognitivas, em geral, e da Linguística Cognitiva, em particular. Ancorando-nos na teoria da metáfora conceptual, em que em que “cada metáfora consiste num mapeamento sistemático das entidades e relações que provêm de um domínio-fonte sensório-motor para um domínio-alvo que é abstrato” (JOHNSON, 2007, p. 165), abordamos, de maneira mais extensiva, a construção de metáforas e esquemas imagéticos visuais.

A investigação de metáforas conceptuais pertencentes à modalidade visual é bastante relevante, pois permite promover a superação da crítica da circularidade feita à teoria da metáfora conceptual, em que se afirma tautologicamente que “expressões metafóricas verbais são uma evidência de metáforas conceptuais [...]. Sabemos disso porque vemos metáforas conceptuais expressas na linguagem verbal” (CIENKI apud CIENKI, 2008, p. 16). Por fim, a análise dos contextos de produção e circulação, como também do contexto semiótico-discursivo de um determinado gênero — a charge — também mostrou-se relevante, uma vez que nos permite situar os gêneros de discurso sociocognitivamente e respondermos, então, à pergunta, proposta por Rohrer (2007a) — e a qual nos comprometemos a responder —, de como fatores socioculturais moldam a nossa cognição.

REFERÊNCIAS

ARBIB, Michael. The Mirror System Hypothesis on the linkage of action and languages. In: *Action to language via mirror neuron system*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 1-3.

- BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a Blend. In: MENDOZA IBÁÑEZ, R. (Ed.). *Annual Review of Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005, v. 3. p. 216-249.
- EDELMAN, Gerald. Elements of the Brain. In: EDELMAN, Gerald. *Wider than the Sky: the phenomenal gift of consciousness*. New Haven, London: Yale University Press, 2004.
- GIBBS, Raymond. Metaphor Interpretation as Embodied Simulation. *Mind & Language*, 21 (3), 2006, p. 434-458.
- GRADY, Joseph. Metaphor. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 188-213.
- JOHNSON, Mark. *The meaning of the body: aesthetics of human understanding*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2007.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1980/2003.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. The embodied mind. In: LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999, p. 16-45.
- MCNEILL, David. Extensions of GP. In: MCNEILL, D. *Gesture and Thought*. Chicago, London: Chicago University Press, 2005, 128-151.
- ROHRER, Tim. The Cognitive Science of Metaphor from Philosophy to Neuroscience. *Theoria et Historia Scientiarum*, v.6, n.1, 2001, p. 27-42.
- ROHRER, Tim. Image Schemata in the Brain. In: HAMPE, B; GRADY, J. (Ed.). *From Perception to Meaning: Image Schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2005, p. 165-196.
- ROHRER, Tim. Three Dogmas of Embodiment: Cognitive Linguistics as a Cognitive Science. In: DIRVEN, R., KRISTIANSEN, G., AND ACHARD, M. (Ed.). *Cognitive Linguistics: Current Applications and Future Applications* Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006, p. 119-146.
- ROHRER, Tim. The Body in Space: Embodiment, Experientialism and Linguistic Conceptualization. In: ZIEMKE, T.; ZLATEV, J.; FRANK, R.; DIRVEN, R. (Ed.). *Body, Language and Mind* Berlin: Mouton de Gruyter, v.1, p. 339-378, 2007a.
- ROHRER, Tim. Embodied and Experientialism. In: GEERAERTS, D; CUYCKENS, H. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, p. 25-48. 2007b.
- SARTRE, Jean-Paul. *Esboço para uma teoria das emoções*. (Trad: Paulo Neves). São Paulo: LPM Editores, 2006.
- THOMPSON, Evan. The Enactive Approach. In: THOMPSON, E. *Mind in life: biology, phenomenology and the sciences of mind*. Cambridge, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007, p. 1-88.
- VARELLA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. Cognition as Embodied Action. In: VARELLA, F.; THOMPSON, Evan; ROSCH, E. *The Embodied Mind*. Cambridge-MA: MIT Press, 2003, p. 172-179.

Recebido em 10 de março de 2015.

Aceito em 3 de junho de 2015.

POR UMA ABORDAGEM ECOLÓGICA DA LINGUAGEM

Paulo Henrique Duque (UFRN)

RESUMO: Neste artigo, pretendo especificar como um tipo particular de conhecimento sobre o mundo (*affordances*) interage com um tipo específico de conhecimento linguístico (construções) para produzir significado. Para isso, identificarei alguns processos envolvidos nessa integração, alguns tipos de combinação possíveis e algumas consequências semânticas dessas combinações, adotando o mecanismo de indexação proposto por Glenberg e Robertson (1999), de acordo com o qual, a compreensão de enunciados engloba três procedimentos: indexação, derivação e combinação de *affordances*, com base em restrições físicas e biológicas, bem como restrições sintáticas fornecidas pela sentença. À medida que a cognição se desenvolve na interação organismo-ambiente, a maneira como semantizamos o mundo depende sobremaneira dos recursos biológicos e físicos fornecidos pelo ecossistema do qual fazemos parte. Integrados ao ecossistema, gerenciamos *inputs*, percebemos, reconhecemos e associamos entidades em tempo real e, assim, aliviemos nossas memórias. Diante disso, a integração da estrutura conceitual (conceitos) com a estrutura material (física, do ambiente, e biológica, do organismo) parece ser uma estratégia cognitiva fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Cognição Ecológica; Semântica Cognitiva; Gramática de Construção.

FOR AN ECOLOGICAL APPROACH TO LANGUAGE

ABSTRACT: The paper specifies how a particular kind of knowledge about the world (*affordances*) interacts with a specific type of linguistic knowledge (buildings) to afford meaning. To account for that, I'll identify some processes involved such integration, some types of potential blends and some semantic consequences from such combinations. I will embrace indexing mechanism proposed by Glenberg and Robertson (1999), according to which, understanding of utterances encompasses three procedures: indexing, derivation and blending of *affordances*, events based on physical and biological constraints and syntactic constraints provided by the sentence. As the cognition develops on the organism-environment interaction, how we assign meaning to the world depends on greatly the biological and physical resources provided by the ecosystem to which we belong. Integrated ecosystem, we manage inputs, we perceive, we recognize and we associate entities on the fly and thereby we relieve charge of our memories. Therefore, the integration of the conceptual framework with the material structure (physical, environmental, and biological, of the body) appears to be a critical cognitive strategy.

KEYWORDS: Ecological Cognition; Cognitive Semantics; Construction Grammar.

INTRODUÇÃO

Dentro de uma perspectiva em que a cognição se desenvolve na interação organismo-ambiente, a maneira como atribuímos sentidos ao mundo depende sobremaneira dos recursos biológicos e físicos fornecidos pelo ecossistema do qual fazemos parte. Integrados ao ecossistema, gerenciamos *inputs*, percebemos, reconhecemos e associamos entidades em tempo real e, assim, aliviemos nossas memórias. Nesse sentido, a cognição se distribui por todo o ecos-

sistema. Essa cognição distribuída, dinâmica e complexa, é organizada graças à linguagem, que estabelece a conexão entre pessoas em si e entre pessoas, recursos ecológicos e tradições. A linguagem emerge quando falamos, fazemos gestos, manipulamos e imaginamos objetos e instituições sociais.

À medida que nossas interações configuram a maneira como construímos significados e desenvolvemos habilidades de enriquecer pensamentos e de refinar ações, a linguagem não deve ser concebida como um objeto autônomo. Por fazemos parte de uma rede social dinâmica, a experiência linguística pode alterar quem somos quando orientamos o outro (e o outro nos orienta). Buscamos a sincronia com o outro, criando expectativas, rastreando olhares e evocando memórias. Enfim, a linguagem conecta o aqui e o agora com o que já foi e, crucialmente, com o que está por vir. Portanto, a linguagem também é um fenômeno distribuído.

Dentro dessa visão ecológica, as redes neurais garantem certa estabilidade e rapidez aos processos cognitivos que dependem de informações perceptuais e motoras não presentes. Nesses casos, informações linguísticas contribuem para a recuperação de imagéticas de ações e das partes do corpo que as executam, por meio da ativação de áreas do córtex motor e pré-motor envolvidas na produção de ações motoras dessas mesmas partes do corpo (cf.: BERGEN; HEEYON, 2010, p. 969). Esse mecanismo de *simulação mental*¹ foi evidenciado em um experimento que verificou como entendemos alguns verbos (HAUK; JOHNSRUDE; PULVERMÜLLER, 2004). Os resultados revelaram que os verbos indexam ações específicas (realizadas por diferentes efetores²) processadas em diferentes regiões do córtex pré-motor. As áreas envolvidas no movimento das pernas, por exemplo, se tornam mais ativas durante o processamento de itens linguísticos relacionados a pernas (p. ex., *chutar*, *andar* e *pular*) do que durante o processamento de itens relacionados a outras partes do corpo (p. ex., *pegar*, *segurar* e *escrever*). Além disso, informações perceptuais sobre a natureza dos objetos manipulados, dos agentes e dos cenários da ação influenciam na precisão do processamento.

¹ De acordo com Bergen e Chang (2005), a simulação mental corresponde ao acionamento interno de sistemas cerebrais para criar ou recriar experiência não presentes. A simulação mental pode ser visual, no que se refere às partes do sistema visual que ficam ativas de maneira semelhante ao modo como reagiríamos se um estímulo externo estivesse realmente presente, ou pode ser motora, no que se refere à ativação de partes do cérebro dedicadas ao controle motor como modelo de ação física, usualmente sem realmente acionar músculos.

² Os efetores, constituídos de músculos e glândulas, são órgãos que recebem estímulos do Sistema Nervoso Central e atuam sobre um sistema muscular ou glandular já existente na anatomia humana (ou específica de cada espécie). A disponibilidade e características específicas dos órgãos efetores é que determinam o tipo de reação do sistema muscular ou glandular aos estímulos do Sistema Nervoso Central.

Diante disso, parece que a integração da estrutura conceptual (conceitos) com a estrutura material (física, do ambiente, e biológica, do organismo) é uma estratégia cognitiva fundamental. Neste artigo, pretendo caracterizar alguns processos envolvidos nessa integração; tipos de combinação possíveis; e consequências semânticas dessas associações. Para isso, em primeiro lugar, descrevo a proposta de Glenberg e Robertson (1999), de acordo com a qual, a compreensão de sentenças envolve três procedimentos: *indexação* de palavras a referentes; *derivação* das *affordances*³ (GIBSON, 1979) desses referentes, e *combinação* (*meshing*) dessas *affordances*, com base em restrições físicas e biológicas, bem como restrições sintáticas fornecidas pela sentença. Para concluir, argumento que conceitos abstratos também podem ser compreendidos em termos de experiências ecologicamente situadas.

1 INDEXAÇÃO LEXICAL E SIMULAÇÃO MENTAL

De acordo com a *Hipótese Indexical*, adaptada aqui de Glenberg & Robertson (1999), a compreensão linguisticamente guiada aciona a simulação da ação e do deslocamento físico por meio de três procedimentos: 1) palavras e expressões linguísticas mais amplas são indexadas a corpos físicos do ambiente de entorno ou à imagética desses corpos, quando estes não estão presentes; 2) dos corpos físicos do ambiente, extraímos *affordances*; e 3) as *affordances* (e não as palavras) restringem a maneira como as idéias podem ser coerentemente combinadas.

Quanto à hipótese da simulação, Glenberg e Kaschak (2002) realizaram um experimento para verificar o tempo de resposta dos participantes ao compreenderem sentenças que descreviam a transferência de objetos concretos, tais como (01) e (02).

- (01) Andy entregou a pizza para você.
- (02) Você entregou a pizza para Andy.

Assim que terminasse a leitura de cada sentença, o participante deveria pressionar um botão para que fosse exibida, no monitor, a frase seguinte. Os pesquisadores verificaram que o intervalo de tempo entre a leitura da frase e o pressionamento do botão foi menor, quando o

³ Segundo Gibson (1986), o verbo *to afford* (fornecer) é encontrado no dicionário, mas o substantivo *affordance* não. O autor deu significado próprio ao termo. O termo passou a designar as possibilidades oferecidas pelo ambiente a um agente particular. Nesse sentido, superfícies possibilitam locomoção, alguns objetos possibilitam manuseio e alguns animais possibilitam interação. Assim, quando um agente percebe superfícies, objetos e animais, ele percebe *affordances*.

tipo de transferência descrito indicava movimento para fora, exemplo (02). Com esse resultado, os autores concluíram que o processamento cognitivo da transferência interfere no movimento de transferência em si, o que parece evidenciar o compartilhamento de circuitos neurais.

2 MODELOS MODAIS E AMODAIS

Os modelos amodais⁴ dependem de um grande número de proposições a fim de modelar a compreensão de eventos simples. Em outras palavras, é preciso representar, por exemplo, o significado de ‘apontar’ por meio de um símbolo amodal. Nessa perspectiva, APONTAR não apresentaria nenhuma conexão com os sistemas perceptual e motor. Em vez disso, sua forma seria completamente arbitrária — apenas um símbolo. Uma coisa que sabemos sobre um símbolo como esse é que ele teria de ser relativamente complexo, uma vez que o ato de apontar necessariamente envolve dois participantes, AQUELE QUE APONTA e A COISA APONTADA. Nesse sentido, a notação de APONTAR seria apresentada como em (03).

(03) apontar [aquele que aponta, coisa apontada]

A notação apresentada em (03) não sinaliza nenhum envolvimento dos recursos motores ou perceptuais do corpo e físicos do ambiente. O símbolo, nesse caso, sugere uma relação meramente representativa de uma ação realizada no mundo: a de *apontar*. De acordo com Bergen (2012), uma forma de se ilustrar o funcionamento da representação amodal é imaginando como seria o comando, em linguagem de programação, que guiasse as ações de um agente autômato. Em tal linguagem, poderia existir, por exemplo, o *comando-z* representando a ação de apontar. O autor esclarece que, por ser amodal, um comando como esse estaria isolado dos mecanismos de controle dos movimentos do autômato e, conseqüentemente, de recursos fundamentais que lhe permitiriam realizar, por exemplo, o reconhecimento de objetos e eventos. Assim, teríamos de programar o *comando-z* para que o robô executasse a ação de apontar quando algum objeto fosse posicionado no seu entorno. O comando seria algo como (04).

⁴ De acordo com esses modelos, a compreensão envolve apenas representações internas do mundo. Essa perspectiva é denominada amodal porque não prevê a correlação entre conteúdos de percepção ou de movimento relacionados às respectivas modalidades perceptuais e motoras.

- (04) se
próximo (objeto, robô)
então
comando-z (objeto, braço mecânico)⁵.

O *comando-z*, relatado em (04), só seria relevante em função das ações que o robô pudesse realizar. No entanto, apesar de esse comando estar fortemente relacionado com a percepção (trata do reconhecimento de um objeto) e com uma ação motora (apontar o objeto reconhecido), ele continuaria sendo amodal, pois não estaria vinculado fisicamente nem a sensores nem a mecanismos de movimento do robô. Tratar-se-ia simplesmente de um símbolo, uma vez que se limitaria meramente a espelhar um evento do mundo, o de apontar, de forma totalmente arbitrária. Em outras palavras, o evento de apontar estaria sendo “representado” pelo símbolo *comando-z* e não por outro símbolo qualquer, como *comando-y* ou *comando-w*. Se a linguagem é uma representação amodal do mundo, então, quando ouvimos ou lemos um enunciado sobre APONTAR precisamos ativar um símbolo amodal, como *comando-z*. Nesse caso, não é preciso simular a ação de apontar porque o próprio símbolo codifica um espécie de significado essencial da palavra “apontar” realizando a representação mental correspondente a APONTAR no mundo.

Não há dúvidas de que essa solução é elegante e econômica. No entanto, como apontam os resultados de alguns experimentos demonstrando que informações motoras e perceptuais relacionadas à forma e à orientação dos objetos são necessárias durante o processamento da linguagem (STANFIELD; ZWAAN, 2001; ZWAAN et al., 2002; BORODITSKY, 2000 e FINCHER-KIEFER, 2001, GLENBERG; KASCHAK, 2002), palavras estão vinculadas aos objetos do mundo de alguma forma, de modo que o processo de indexação parece estabelecer o conteúdo acerca do que (ou de quem) se está falando. Nesse sentido, a compreensão de um enunciado, como (05), a meu ver, exige, dentre outras coisas, a construção do significado de “apontar”.

- (05) Ao usar uma bússola para identificar pontos de referência, um passo é *apontar* a seta de orientação em direção a um lugar determinado.

De acordo com a perspectiva que defendo aqui, o modo como alguém aponta para alguma coisa (ou alguém) depende, em parte, das *affordances* do objeto para o qual se aponta e da parte do corpo envolvida na ação de apontar, os olhos, o braço, a mão e o dedo indicador, ou da ferramenta utilizada com esse intuito, no caso, uma bússola. Sendo assim, apontar com

⁵ Leia-se: se um objeto se encontra próximo do robô, então deve-se executar o *comando-z*, ou seja, apontar o braço mecânico para o objeto.

o dedo indicador ou com a seta de direção de uma bússola orientam a construção de significados distintos, uma vez que essas duas possibilidades mobilizam a indexação de palavras a objetos, utilizando (ou não) ferramentas, que disponibilizam *affordances* bem específicas. Para a compreensão de (05), as dimensões, o peso, o modo de segurar e o mecanismo de funcionamento de uma bússola nos leva a simular uma das várias formas de se apontar para alguma coisa ou para alguma direção.

Um experimento conduzido por Zwaan (1999) demonstrou que, ao lerem sobre uma manobra de *mountain bike*, pessoas sem experiência em ciclismo construíram modelos mentais sem o detalhamento mínimo necessário para a execução da manobra, ao passo que os leitores com experiências no esporte foram capazes de realizar uma compreensão bastante detalhada, envolvendo informações proprioceptivas, motoras, somestésicas e ópticas. Dentro de uma visão ecológica de cognição, é relevante considerarmos a maneira como nos relacionamos com o segmento ambiental (nicho ecológico) e como *affordances* são identificadas.

3 RELAÇÃO ORGANISMO-AMBIENTE IDENTIFICAÇÃO DE *AFFORDANCES*

Em grande medida, a linguagem humana é sobre as coisas do mundo. Nós facilmente nos referimos a objetos usando palavras como “abridor”, “abridor de garrafas” ou “aquela coisa branca de abrir garrafas que eu lhe emprestei ontem durante a festa”. Esse relacionamento entre palavras e mundo, normalmente chamado de “referência”, tem sido objeto de muitas hipóteses e discussões. Muitas teorias e abordagens postulam a existência de uma etapa intermediária entre palavras e mundo, normalmente rotulada de “conceito”. No entanto, essa noção varia até mesmo em questões fundamentais como: um conceito é uma construção mental do usuário da língua ou uma entidade independente, abstrata? Há dois procedimentos que precisam ser considerados quando abordamos a noção de conceito: a caracterização da estrutura interna (se ela existe) do conceito e a explicação de como essa estrutura se relaciona com o mundo. Em muitos casos, as teorias focalizam o primeiro procedimento e negligenciam ou dão uma resposta vaga para o segundo.

Somos autônomos no modo de interagir com o segmento ambiental em que estamos inseridos e desenvolvemos conceitos pessoais sobre isso. Não tentamos internalizar uma representação completa do mundo, nem mantemos cristalizados todos os possíveis conceitos herdados da nossa comunidade linguística. Se quiséssemos construir uma máquina que usasse

a linguagem da mesma forma que um humano, esse artefato precisaria apresentar o mesmo tipo de autonomia humana: ser capaz de construir seus próprios conceitos a partir de experiências sensório-motoras e sociais. Essa máquina dependeria do seu nicho ecológico e social para manter a estabilidade de parte dos significados em geral. A necessidade desse tipo de autonomia é evidente: um robô que se locomove não pode ser considerado um “robô que se locomove” se precisar ser transportado para se locomover. Com relação à dimensão linguística, essa limitação é geralmente aceita: são os seres humanos que fornecem os dados de *input* e a interpretação do *output* às máquinas, eliminando a possibilidade de elas próprias desenvolverem qualquer tipo de intencionalidade.

Outra falha bastante comum é pensarmos que um artefato conectando palavras umas às outras esteja fazendo uso de uma língua, mesmo dependendo dos seres humanos para estabelecer qualquer tipo de significado às suas palavras. Isso não é apenas uma falha do uso linguístico por máquinas. São as teorias sobre conceptualização que nos induzem a esse erro. Há boas razões para construirmos robôs que caminham: configuramos nosso ambiente para ser favorável a nossa locomoção, por isso, se um robô quer compartilhar esse ambiente, deve aprender a andar como um ser humano. O mesmo deveria valer para a linguagem: podem até existir maneiras facilmente implementáveis de as máquinas produzirem arremedios de linguagem sem a exigência de que tal produção esteja vinculada a um ecossistema, mas se pretendemos construir máquinas que usem a linguagem humana de verdade, os conceitos e as intencionalidades devem ser do mesmo tipo e qualidade dos conceitos e intencionalidades humanas. A ausência de uma integração entre a estrutura linguística e um entorno ambiental e social apenas convém a teorias que negligenciam o caráter intencional dos conceitos. Embora as teorias que definam palavras em termos de outras palavras sejam predominantes, se queremos construir uma máquina que use a linguagem de todas as maneiras que o ser humano é capaz, precisamos recomeçar do zero, adotando uma abordagem que considere a intencionalidade e a interação, mediada ou não, entre agente e ambiente, como crucial para a formação de conceitos e concepções. Qualquer teoria que separe o agente do ambiente e o agente de outros agentes está fadada a lidar, não com conceitos, mas com definições destituídas de qualquer sopro de vida, pois um conceito só pode ser apreendido e aprendido e compreendido nas relações intersubjetivas que pavimentam nossos nichos ecológicos.

Essa visão ecológica de cognição e linguagem parece estar em sintonia com a necessidade de considerarmos a relação intencional entre agente e segmento ambiental. A interação, portanto, é o foco principal de uma perspectiva ecológica de cognição. A linguagem

parece estar fortemente fundamentada no aqui e no agora perceptual, em processos sociais e sensório-motores que constituem sistemas abertos, capazes de identificar e resolver uma variedade infinita de tarefas em tempo real. Enquanto parte de um sistema de compartilhamento de foco, a linguagem é continuamente guiada por uma variedade de atos comunicativos locais que a mantém estabilizada.

Uma noção que tem inviabilizado a visão ecológica de cognição é a ideia de que existe um profundo abismo entre o mundo como ele realmente é e o mundo como nós o percebemos. Essa suposição em si não seria tão problemática caso não fosse a implicação inevitável de seus dois pressupostos: a) a pobreza do estímulo, isto é, a noção de que a informação disponível aos nossos sentidos é irremediavelmente fragmentada, limitada e insuficiente para especificar as propriedades e eventos do mundo real; b) a pobreza do mundo real, isto é, grande parte do que nós experienciamos e que parece pertencer ao mundo real não é real. Apresenta um carácter puramente subjetivo, não passando de uma projeção mental de um mundo inerentemente sem cor e sem sentido.

De acordo com Gibson (1977), qualquer substância, superfície ou arranjo tem *affordances*. O problema central dessa teoria é se a informação está realmente disponível durante a percepção dessas *affordances*. O autor enquadra a questão das *affordances* em termos de percepção e não de ação. No entanto, é na atuação que descobrimos, revelamos ou até mesmo criamos o que elas realmente proporcionam. Outro problema é que, ao longo dos anos, Gibson chegou a definir *affordances* em termos de “percepção direta” (e de “percepção literal”), em oposição a uma ampla variedade de exemplos que ele mesmo considerou como sendo de percepção indireta, isto é, a percepção de ilustrações e fotografias, os estereótipos sociais e o uso de microscópios e telescópios. Muitos desses exemplos de percepção indireta envolvem a mediação social. Os críticos da afirmação de Gibson de que *affordances* podem ser percebidas diretamente observaram que as *affordances* de artefatos humanos não podem ser determinadas por alguém que desconheça tais artefatos e esteja isolado de outras pessoas.

A limitação do conceito de *affordances* é que, embora sejam relacionais, sua relação se restringe ao binômio agente-objeto. A *affordance* não se limita a um objeto isolado, mas depende de uma coleção de objetos relacionados e de eventos. Em especial, as *affordances* de artefatos não costumam ser autônomas. Elas dependem de um contexto mais amplo que envolve outros artefatos e um conjunto de ações envolvendo tais objetos. De acordo com Costall e Dreier (2006, p. 11),

[...] as coisas são compreendidas melhor [...] não como estáticas e independentes das pessoas, mas transformadas em si mesmas, ainda por vir, dentro de práticas em andamento, as quais esses objetos, por sua vez, transformam. Nós [...] aprendemos mais sobre as pessoas e as coisas estudando-as como parte do mundo, não apenas como estando no mundo, mas como incorporadas dentro das práticas do mundo⁶.

Cumpramos esclarecer que, entendidas como aspectos da constituição física do mundo em parte socialmente construídas, *affordances* são compatíveis com a proposta cognitiva apesar de terem sido rejeitadas por Lakoff (1987, p. 215) no domínio da Linguística cognitiva. Segundo o autor,

Gibson reforçou a importância da interação constante de seres humanos com, e enquanto parte inseparável de, seus ambientes. Nossas visões em relação a propriedades interacionais e corporalidade se integram com a de Gibson sobre esta questão. O insight de Gibson aqui é de grande importância⁷.

E continua o autor

Mas o trabalho de Gibson é sobre percepção, não sobre cognição. E há um aspecto da psicologia da percepção de Gibson que parece não se estender à cognição. Gibson distinguiu entre realidade física e ambiente. A realidade física é independente de todos os seres animados. O ambiente é definido em relação a como os seres podem interagir com ele. Dessa forma, árvores, por exemplo, são subíveis. Gibson chama essas oportunidades de interação fornecidas pelo ambiente de *affordances*⁸.

Cumpramos esclarecer que o foco de Lakoff está direcionado para a definição referencialista externa de *affordances* (visão inicial de Gibson). A redefinição apresentada aqui (e implícita em parte da literatura sobre *affordances*) contraria completamente essa definição. O processo de identificar *affordances* de objetos linguisticamente já indexados pressupõe que todas as possibilidades de interação de um indivíduo com esses objetos reflete diversas maneiras de interagir (e diversas intenções de interação) com esses objetos num dado espaço e num dado momento. Quanto às *affordances* a serem identificadas, por exemplo, as do objeto *caixa*, se uma pessoa precisa usá-la como um recipiente de livros, a *affordance* ENCHER X COM Y vai ser identificada mais facilmente, ao passo que, se uma pessoa quer usá-la como suporte, a *affordance* DISPOR Y SOBRE X vai ser identificada mais facilmente.

⁶ “Things are best understood [...] not as fixed and independent of people, but as themselves transformed, even coming into being, within ongoing practices, and which these objects, in turn, transform. We [...] learn more about both people and things by studying them as worldly, not just as in the world, but as incorporated into practices in the world”.

⁷ “Gibson stressed the importance of the constant interaction of human beings with, and as an inseparable part of, their environments. Our views concerning interactional properties and embodiment mesh with Gibson’s on this issue. Gibson’s insight here is of the greatest importance”.

⁸ “But Gibson’s work on perception, not on cognition. And there is an aspect of Gibson’s psychology of perception that appears not to extend to cognition. Gibson distinguished between physical reality and the environment. Physical reality is independent of all animate beings. The environment is defined relative to how beings can interact with it. Thus, trees, for example, are climb-up-able. Gibson speaks of such opportunities for interaction provided by the environment as *affordances*”.

4 COMBINAÇÃO DE *AFFORDANCES* E RESTRIÇÕES SINTÁTICAS

Como vimos, no processo de compreensão de enunciados, as *affordances* não ocorrem isoladamente umas das outras. Elas são combinadas por restrições fornecidas pelos próprios objetos e pela sintaxe. Esse dois tipos de restrição contribuem para a criação de padrões de ação direcionados a objetivos específicos. A estrutura do objeto caixa de papelão, por exemplo, permite enchê-la ou dispor coisas na sua superfície. Essas possíveis ações envolvendo o objeto podem ser combinadas com outras ações, tais como usar a caixa como suporte para um jogo de cartas. Em outras palavras, ao combinarmos as *affordances* de caixa de papelão, de suporte e de jogo de cartas, compreendemos uma sentença como (06).

(06) Os homens estão jogando cartas *numa caixa de papelão*.

Por outro lado, ao combinarmos as *affordances* de caixa, de contêiner e de livros, compreendemos uma sentença como (07).

(07) O professor colocou o livro *numa caixa de papelão*.

Cumprе ressaltar que a noção de *combinação* aqui pode ser pensada em termos de *blending* (cf.: FAUCONNIER e TURNER, 2002), desde que esse processo possa englobar restrições biológicas e físicas. A dificuldade de estabelecermos certas combinações é que torna a compreensão de enunciados como (08) extremamente difícil.

(08) Os homens quebraram as barras de ferro *numa caixa de papelão* (?).

Em (08), compreendemos a caixa como sendo um contêiner, pois as *affordances* de caixas de papelão não combinam com a ação de quebrar barras de ferro, devido a sua estrutura frágil e flexível. Além das restrições físicas dos objetos, a sintaxe da sentença também fornece limitações à combinação. A forma de uma sentença fornece pistas do evento geral que está sendo descrito. Um evento de transferência, por exemplo, atribui relevância a certas *affordances* e, sobretudo, fornece instruções para que a combinação seja concretizada, de modo que todos os objetos e pessoas envolvidos sejam dispostos numa relação direta uns com os outros.

Em (06) e (07), a configuração sintática restringe o modo como a combinação das *affordances* pode ser realizada: a posição, com a abertura para cima ou com a abertura para baixo, e o modo como a caixa é manipulada, como recipiente ou como superfície,

respectivamente. Naqueles exemplos, é impossível compreendermos o enunciado numa perspectiva em que a caixa esteja manipulando pessoas. O papel da estrutura sintática na configuração das possibilidades de combinação das *affordances* de objetos distintos exige a adoção de uma concepção de gramática que possibilite a integração, em seu escopo, das noções até aqui apresentadas. Acredito que a GCC possa cumprir esse papel.

5 GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÃO CORPORIFICADA⁹

A Gramática de Construção (GC) foi estimulada pelo desenvolvimento da Semântica Cognitiva, com início em 1975, e se estendeu pela década de 1980. O artigo de Lakoff (1977), “Gestalts Linguistics” (*Chicago Linguistic Society*) foi uma versão inicial da GC, postulando que o sentido do todo não era uma função da composição do significado das partes. Em vez disso, o autor sugeriu que as construções acionavam significados próprios.

O desenvolvimento da GC ocorreu na década de 1980, conduzido por Charles J. Fillmore, Kay Paul e George Lakoff, com a finalidade de explicar casos que, intrinsecamente, ultrapassavam a capacidade da gramática gerativa. O primeiro trabalho, “There-Constructions”, apareceu como um estudo de caso em “Women, Fire, and Dangerous Things”, de George Lakoff (1987). Nesse estudo, o autor demonstrou que o significado do todo não era a soma dos significados das partes; que propriedades gramaticais específicas da construção dêitica “there” se originavam do significado pragmático da construção; e que as variações encontradas na construção central poderiam ser entendidas como simples extensões de uma construção central.

O artigo de Fillmore et al. (1988) sobre a construção “let alone” foi o segundo clássico sobre o assunto. Esses dois trabalhos conduziram a Linguística Cognitiva ao estudo da GC. O aspecto formal da construção é tipicamente descrito como um modelo de sintaxe, mas a forma não abrange apenas a sintaxe. Envolve, além disso, aspectos de fonologia, como prosódia e entonação, bem como o significado semântico e pragmático.

⁹ O rótulo “Gramática de Construção” abrange uma família de teorias ou modelos de gramática que se baseiam na idéia de que a unidade básica da gramática é a construção gramatical em vez de regras que organizam unidades isoladas. Na perspectiva da GC, a gramática de uma língua é composta de taxonomias de famílias de construções.

Uma construção gramatical, independentemente da sua complexidade formal e semântica e da sua composição, é um pareamento de forma e significado. Os estudiosos da abordagem construcional defendem que todos os pareamentos de forma e significado são construções gramaticais, incluindo padrões discursivos (cf.: DUQUE e COSTA, 2011), sentenças, expressões idiomáticas, palavras, morfemas e fonemas. Ao contrário do modelo composicional, a GC nega qualquer distinção rigorosa entre léxico e sintaxe e propõe um *continuum*. Tanto a palavra quanto a construção gramatical complexa são pareamentos de forma e significado e diferem apenas na complexidade interna. Em vez de serem módulos discretos e, portanto, sujeitos a processos, formam os extremos de um *continuum*.

De acordo com Evans, Bergen e Zinken (2007), a língua pode ser caracterizada como constituída de um conjunto de camadas de organizações distintas — a estrutura do som, o conjunto de palavras compostas por esses sons, as estruturas sintáticas constituídas por essas palavras etc. Os autores utilizam a metáfora da torta para explicar a maneira como essas camadas são organizadas, ou seja, uma sobre a outra. As abordagens modulares cortam o bolo horizontalmente tomando camada por camada para estudá-las internamente. Em outra direção, a abordagem da GC corta a fatia do bolo verticalmente, ou seja, ao tomar uma fatia vertical, apreende todas as camadas da língua: fonologia, morfologia, sintaxe e “[...] uma vigorosa cobertura semântica”¹⁰ (p. 4). De acordo com os autores (p. 4),

Uma fatia vertical de língua é necessariamente mais complexa em alguns aspectos do que uma fatia horizontal — ela é mais variada e texturizada — mas, ao mesmo tempo, possibilita possíveis explicações que não estão disponíveis em uma perspectiva modular, horizontal¹¹.

Apesar de a noção de pareamento nos fornecer um aparato teórico interessante para o entendimento de como especificações de sentido são orientadas por construções sintáticas particulares, há muito mistério em torno de como o pareamento forma-significado é construído. Com esse intuito, muitas teorias foram propostas. Uma dessas teorias, a Gramática de Construção Corporificada (GCC), desenvolvida por Bergen e Chang (2005), com o objetivo de compreender o modo como agentes (humanos ou não) adquirem e usam a língua, foi inspirada em noções oriundas da linguística computacional, da linguística cognitiva, da inteligência artificial e da psicologia do desenvolvimento. De acordo com essa perspectiva corpori-

¹⁰ “[...] a healthy dollop of semantics on top”.

¹¹ “A vertical slice of language is necessarily more complex in some ways than a horizontal one — it is more varied and textured — but at the same time it affords possible explanations that are simply unavailable from a horizontal, modular perspective”.

ficada, durante o processo de compreensão, o leitor/ouvinte utiliza a construção linguística para atribuir sentido ao mundo, ativando várias estruturas conceituais inter-relacionadas e, durante o processo de produção, o falante/escritor constrói padrões linguísticos que expressam suas intenções comunicativas.

A GCC se diferencia de outras propostas construcionais por ajustar o foco na maneira como construções favorecem a comunicação, ou seja, por se tratar de uma perspectiva orientada-para-o-processo. Nesse sentido, para a GCC, não é suficiente especificar o pareamento forma/significado. É necessário investigar o modo como esses pareamentos interagem com o conhecimento de mundo e com o ambiente para suportar o uso linguístico. Para isso, devemos caracterizar forma e significado como esquemas de forma e de significado, respectivamente. Nesse caso, os esquemas de forma fornecem informação relevante para a superfície (p. ex. cadeias fonológicas ou gráficas associadas, informação entonacional, ordenação temporal etc.), enquanto os esquemas de significado ajudam a especificar parâmetros para “simulações mentais”¹² (BARSALOU, 1999).

Acredito que é por meio dessas simulações que se torna possível a integração, reivindicada pela abordagem ecológica, entre informações linguísticas, informações perceptuais e motoras e circuitos neurais. Em outras palavras, a linguagem explora grande parte das mesmas redes neurais acionadas na ação, percepção, imaginação, memória e outros processos fundamentados neuralmente. As estruturas linguísticas definem parâmetros para as simulações que, por sua vez, recorrem à ativação e acionamento de circuitos neurais. Sendo assim, os defensores da hipótese da simulação percebem uma nítida relação entre as estruturas linguísticas — construções — e outros processos cognitivos e sensório-motores. Tomemos como exemplo a sentença (14).

(14) O doutor sentou-se numa pedra.

Em (14), há algumas pistas de superfície diretamente acessíveis ao destinatário e algumas inferências que podem ser extraídas dessas pistas. Suponhamos que a sentença seja segmentada em palavras (“O”, “doutor”, “sentou”, “se”, “em”, “uma”, “pedra”) e seja observada a ordem em que elas aparecem. Poderíamos também incluir alguma indicação do contorno entonacional, uma vez que, na forma escrita, a sentença termina com um ponto, sugerindo um contorno neutro ou declarativo para a sua contraparte falada. Com base nesse conjunto limita-

¹² “Mental simulations”.

do de pistas de superfície, é possível inferirmos que o evento SENTAR-SE aconteceu em algum momento anterior ao da fala; que quem se sentou é um indivíduo apresentado como “doutor” (por padrão, um humano do sexo masculino); e que há vários motivos para alguém se sentar (por padrão, para descansar).

Outras inferências podem também ser acessadas, apesar de potencialmente menos relevantes: a personagem presumivelmente tem pernas, gasta energia para flexionar suas pernas, e estava de pé, possivelmente caminhando, antes de parar e se sentar. Essas inferências não são especificamente linguísticas, mas dependem principalmente do conhecimento geral sobre “pessoas que se sentam” e eventos que envolvem “o ato de se sentar”. Além disso, as inferências são subordinadas a contextos interpretativos específicos (isto é, à restrição de que “doutor” caracterize um médico, um advogado, alguém que tenha obtido um título de doutorado etc.) que podem alterar as referências mais prováveis desses usos, o relacionamento inferido entre eles e a natureza do movimento de sentar-se.

6 INTEGRAÇÃO ENTRE A HIPÓTESE INDEXAL E A GCC

Nesta seção, pretendo integrar a perspectiva de construções aos três procedimentos usados na compreensão da linguagem, propostos por Glenberg e Robertson (1999). Em (15), por exemplo, os elementos indexados por crianças, caixa e sala são integrados em um modelo cognitivo.

(15) As crianças empurraram a caixa para fora da sala.

Quando as *affordances* são acionadas por “crianças” e “caixa”, o processo de combinação tem início. À medida que a sentença é lida/ouvida, as *affordances* vão sendo combinadas em uma simulação do evento relatado. A gramática atua em todos esses estágios ajudando no processo de indexação fornecendo restrições sobre como a simulação deve funcionar.

Alterações em qualquer um desses processos, como uma mudança na estrutura sintática da sentença, por exemplo, resultaria numa alteração da simulação a fim de acomodar as mudanças. Grande parte dessa operação é realizada no próprio contexto discursivo, isto é, “crianças”, “caixa” e “sala” já podem ter sido indexados em uma etapa anterior do discurso.

Em geral, se as *affordances* não puderem ser combinadas da forma orientada pela sintaxe (empurrar uma caixa com um barbante, por exemplo), a compreensão é prejudicada.

Esse processo de simulação proporcionado pela integração entre construções e *affordances* envolve também as experiências de controle motor. Por exemplo, de acordo com Bergen (2012), ao pensarmos em que direção giramos a maçaneta de uma porta, normalmente criamos uma imagem visual do movimento da mão girando a maçaneta. Ao realizar esse exercício simples de simulação, alguns chegam a refazer o movimento mimicamente. Durante esse exercício, fazemos mais do que apenas evocar imagens visuais: imaginamos também a força adequada a ser aplicada e refletimos sobre o sentido do giro da mão em torno do pulso (horário ou anti-horário?). Ao imaginar diferentes objetos, simulamos diferentes forças. Bergen e Wheeler (2005) denominam a construção mental dessas rotinas motoras de simulação motora.

De acordo com os autores, a simulação perceptual e motora é a criação de experiências mentais de percepção e de ação na ausência de sua manifestação externa. Em outras palavras, somos capazes de reproduzir a experiência de ver alguma coisa ou ouvir um som (ou ruído) sem que o estímulo esteja sendo captado pelo nosso campo visual/auditivo. Além disso, somos capazes de reproduzir a experiência de executar uma ação mesmo que o movimento não esteja acontecendo de fato. Essas experiências de simulação são sentidas qualitativamente como percepções reais: as cores, por exemplo, são simuladas da mesma maneira como as cores diretamente percebidas e as ações são simuladas da mesma maneira que são sentidas quando são executadas.

Da mesma forma que as outras funções cognitivas, a linguagem depende dessas simulações mentais. Enquanto ouvimos (ou lemos) frases, simulamos mentalmente a visão de cenas e a realização das ações que estão sendo descritas. Incrivelmente, as simulações mentais, realizadas durante a compreensão da linguagem, podem ser bem detalhadas. Observemos o exemplo (16).

(16) Antes de esticar o arame-farpado, o homem enfiou os moirões na terra.

Alguns experimentos (cf.: AZIZ-ZADEH et al., 2006; BERGEN; WHEELER, 2010) evidenciaram que, para compreender sentenças como essa, simulamos ações como ENFIAR. Para compreender esse enunciado, simulamos as *affordances* dos objetos mencionados: os

moirões estão numa posição perpendicular ao chão. Simulamos as cores e formatos dos objetos: moirões são estacas grossas que devem ser parcialmente enterradas no chão.

Exemplos como esse contribuem para reforçar a ideia de que simulamos percepções e ações. Mas o que há na linguagem que nos possibilita a realização dessas simulações mentais com propriedades tão específicas? Parte da resposta a essa pergunta está na própria seleção lexical. Substantivos como ‘homem’ e ‘moirões’ acionam tipos de experiências que podem ser simuladas perceptualmente, já formas verbais como ‘enfiou’ acionam simulações de ações motoras. A seleção lexical é apenas parte da explicação, uma vez que, para que haja a simulação mental do conteúdo integral de um enunciado, os elementos perceptuais e motores acionados pelas palavras devem ser combinados apropriadamente: o homem está enfiando “o moirão na terra”, não “a terra no moirão”. Enquanto as palavras de uma sentença sinalizam quais tipos de experiência devemos simular mentalmente (homens, moirões, terra etc) e suas *affordances*, a gramática nos orienta como organizar tais experiências numa simulação, isto é, a gramática coloca as palavras em ordens específicas caracterizando-as de modos particulares.

Nesse sentido, simulamos cenas diferentes quando nos deparamos com:

- (17) O homem enfiou o moirão na terra.
- (18) O moirão enfiou o homem na terra.

As simulações das sentenças (17) e (18) são diferentes, não por causa da diferença entre as palavras em si, uma vez que os termos são os mesmos nas duas sentenças (“o”, “homem”, “enfiou”, “o”, “moirão”, “na”, “terra”). O que causa essa diferença é principalmente a ordenação dos termos. A ordem gramaticalmente determinada é de importância crucial para a simulação, ou seja, é papel da gramática juntar as contribuições que as palavras individuais trazem para a simulação.

Cabe enfatizar, no entanto, que restringir o papel da gramática à ordenação das palavras numa frase não é novidade nos estudos linguísticos. Em suas definições, a tradição gramatical sempre atribuiu à gramática uma função de ordenação, como o conjunto de regras e princípios que determinam a ordenação de palavras numa sentença. A noção de simulação mental revela que a gramática faz mais do que simplesmente combinar palavras individuais em uma dada sequência ordenada. A gramática exerce outras funções adicionais. De acordo com Bergen (2012):

a) A gramática contribui para a simulação mental, fornecendo-lhe conteúdos reais. Observe as sentenças a seguir:

- (19) Conca lançou a bola para Washington.
- (20) O advogado mostrou o processo para o cliente.

As sentenças (19) e (20) compartilham a mesma organização gramatical, ou seja, são bitransitivas. Em cada uma delas, há uma ação (LANÇOU e MOSTROU), seguida por um objeto físico (BOLA e PROCESSO) e um agente (WASHINGTON e CLIENTE). Logo, a estrutura transitiva em questão compreende uma ação, um objeto e uma pessoa. O que é relevante em sentenças que apresentam essa estrutura é que, enquanto simulamos mentalmente as cenas que elas descrevem, identificamos alguém que transfere um objeto de sua posse para um recipiente. Por exemplo, em (19), Conca agiu de forma a fazer com que Washington recebesse a bola. De onde esse significado de transferência vem?

Sabemos que esse significado de transferência não vem das palavras individuais, pois há muitas formas de lançar sem que haja uma transferência de coisas (lançar um produto, lançar um alerta, lançar a nota no diário de classe etc.), já o jogador Conca é capaz de executar outras tarefas que não sejam a de transferir coisas. Nesse enquadre, o significado de TRANSFERÊNCIA não parece ser acionado pelas palavras em si, mas pela estrutura gramatical da sentença como um todo. Ao serem organizadas em padrões como o apresentado nos exemplos (19) e (20), essas construções acionam o significado de transferência de posse. Portanto, além de ordenar palavras, a gramática em si acrescenta restrições de significado ao processo de simulação.

b) Além de ordenar e ajudar na semantização, as estruturas gramaticais contribuem para a simulação mental de uma outra maneira: além de um enunciado indicar o que simular, a gramática deixa evidente como simular. Quando realizamos a simulação visual, adotamos uma perspectiva particular — a de um agente realizando uma ação, a de um agente para quem (ou o que) uma ação é realizada, ou a de um observador externo. As palavras presentes em uma sentença, por si, normalmente não restringem as perspectivas a serem adotadas. Mas a construção gramatical compensa essa carência atribuindo algumas instruções. Por exemplo, você adota a perspectiva de primeira pessoa quando lê o exemplo (21).

- (21) Eu estou lendo este artigo.

Mas adota a perspectiva de terceira pessoa quando lê o exemplo (22).

(22) O laptop está sobre a mesa.

Nesse sentido, a gramática direciona a perspectiva a ser adotada durante a realização de uma simulação. Nos últimos anos, houve uma ampliação da pesquisa sobre simulação mental no processo de compreensão da linguagem. Com isso, vem sendo cada vez mais aceita a ideia de que as pessoas realizam inconscientemente muitas imagens mentais perceptuais e motoras dos conteúdos dos enunciados. As palavras contribuem, mas é a construção gramatical que reúne e orienta a simulação.

Um questionamento que pode ser feito à perspectiva ecológica é se a noção de *affordances* conjugada com a da GCC pode ser estendida ao tratamento de conceitos mais abstratos.

7 CONCEITOS MAIS ABSTRATOS

Lakoff (1987) defende que a imagética inicial (esquema imagéticos, para o autor) pode se estender metaforicamente a domínios mais abstratos. Dentro desse enquadre, a noção de CONTÊINER, por exemplo, é esquematizada com base na experiência direta de que um contêiner apresenta um *dentro* e um *fora* e que um objeto pode estar dentro ou fora de outro, mas nunca dentro e fora ao mesmo tempo (ver DUQUE, 2015). Essa percepção direta de contêineres e de suas *affordances* seria a base, de acordo com o autor, para a nossa compreensão de um princípio lógico estruturado como “p ou não-p, mas não ambos”. Na visão de Barsalou (1999), a simulação é criada a partir de situações experienciadas no cotidiano que, com o tempo, vão sendo refinadas pela linguagem. Sendo assim, a noção de contêiner emergiria da experiência com exemplos específicos de recipientes, ou seja, usamos a linguagem baseados em situações concretas nas quais *affordances* são identificadas. Nesse sentido, pode ser que a abstração emergja de múltiplos exemplos. O conceito de DEMOCRACIA, por exemplo, parece emergir, em grande parte, de experiências específicas (em primeira ou terceira pessoa) envolvendo o ato de votar.

É claro que uma compreensão mais sofisticada da noção de “democracia” envolve muito mais do que isso. No entanto, essa sofisticação parece estar baseada em exemplares múltiplos, da mesma forma que a compreensão sofisticada sobre CADEIRA inclui CADEIRAS DE JANTAR, CADEIRAS ESTOFADAS, CADEIRAS DE BALANÇO etc. Em

suma, a compreensão de idéias abstratas tem relação com o uso de exemplos concretos em todos os níveis de aprendizagem. Mas como isso ocorre?

Como vimos acima, o ser humano aciona seus sistemas perceptuais e motores durante o processo de compreensão linguística sobre coisas que vê ou ouve. Nesse processo, as pistas linguísticas parecem orientar as simulações. Uma característica da informação linguística, que a diferencia de outras informações perceptuais, é que podemos usá-la para tratar de coisas e ações não-percebidas e não-executadas no ambiente de entorno de quem fala e ouve. Mas que simulações mentais estariam sendo produzidas por indexadores linguísticos como “amor”, “solidão” e “sociedade”? Como será que compreendemos enunciados como (23)?

(23) Vocês vão ter que me engolir!

Tudo indica que, em (23), nossos sistemas motor e perceptual não estão em jogo durante a compreensão. Indexadores linguísticos como esses — sobre conceitos abstratos — apresentam um obstáculo para a noção de que compreensão é simulação. Como podemos acionar simulações mentais a partir de enunciados sobre coisas que não parecem ser capturadas pelos órgãos sensoriais?

Para verificar como ocorre a compreensão de sentenças sobre conceitos abstratos, selecionei algumas ocorrências de palavras que nos remetem a noções intangíveis fisicamente, como SOCIEDADE. Para entender como as pessoas usam o item linguístico “sociedade”, utilizei o mecanismo de busca Google e verifiquei como elas falam de sociedade.

- (24) Entre os mecanismos alienantes da economia e as limitações opressoras do poder, o Homem reage infiltrando, nas *fendas da sociedade*, formas de vivências revitalizadoras para recuperar seu sentido de participação e construção de identidade (<http://www.plurall.com>, em 06/10/2011).
- (25) Atualmente a nossa *sociedade se abriu* para uma grande discussão no âmbito educacional (www.webartigos.com, em 06/10/2011).
- (26) Sempre presentes na história da humanidade, as epidemias continuam a interferir no comportamento das pessoas, trazendo medo e preconceito para *dentro da sociedade* (psiquecienciaevida.uol.com.br, em 06/10/2011).

Apesar de não termos noção de como a sociedade é fisicamente, que cheiro tem ou que som emite, somos capazes de compreender os enunciados (24), (25) e (26). Ao analisar mais detidamente os trechos selecionados, verifiquei que o modo como (24), (25) e (26) se referem à sociedade é semelhante ao modo como falamos de coisas concretas: que possuem fendas por onde passam coisas; que podem ser abertas e onde objetos podem ser introduzidos. Mesmo sem uma análise mais profunda, esses exemplos evidenciam que tratamos a sociedade como

se ela fosse uma espécie de recipiente que possui “fendas”, que pode “ser aberto” e que tem “um interior”, onde podemos “depositar coisas”. Em minha rápida investigação, identifiquei outras maneiras de compreender sociedade. Sociedade pode ser um corpo, como em (27), (28) e (29).

- (27) O arroz representava a *espinha dorsal econômica da sociedade* samurai (www.aikikai.org.br, em 06/11/2011).
- (28) Hoje, o que *mutila a sociedade* é a desagregação da família e o enfraquecimento dos seus valores (www.psdc.org.br, em 06/11/2011).
- (29) Esse vídeo que estou postando junto é de uma banda que gosto muito, e mostra as *mentes e os braços da sociedade* (sociologiass-unesp.blogspot.com, em 06/11/2011).

O uso sistemático de enunciados que normalmente descrevem uma coisa concreta (como um recipiente ou o corpo) para descrever uma coisa abstrata (como SOCIEDADE) é conhecido como metáfora. Por exemplo, em “trazendo medo e preconceito para dentro da sociedade” alguma coisa se move para dentro de um recipiente, por meio de uma abertura. Isso nos leva a simular um movimento físico descrito pelo enunciado. Em outras palavras, realizamos simulações motoras e perceptuais mesmo quando processamos enunciados metafóricos.

Para Bergen (2012), tudo indica que as simulações mentais realizadas quando compreendemos enunciados metafóricos devem ser menos detalhadas que as construídas durante o processamento de enunciados concretos. Apesar disso, com a linguagem metafórica temos, pelo menos, um indicador claro de que coisas concretas estão sendo simuladas mentalmente, o que viabiliza a identificação de *affordances*. No entanto, há enunciados sobre conceitos abstratos que não especificam coisas concretas. Comparemos os exemplos (30) e (31).

- (30) *O preço* no mercado de usados *despencou* e ficou mais fácil comprar um super esportivo nos Estados Unidos (<http://www.boss568.com>, em 06/10/2011).
- (31) Além do novo design, o 307 tem um novo motor e o melhor: *o preço diminuiu* (www.santander.com.br, em 06/10/2011).

Há uma diferença sutil entre a sentença metafórica (30) e a sentença abstrata (31): o verbo ‘cair’ nos leva a simular TRAJETÓRIA, enquanto o verbo ‘diminuir’ não nos indica qualquer movimento no espaço. Sendo assim, como compreendemos enunciados abstratos como o apresentado em (31)? Segundo Bergen, também compreendemos conceitos abstratos como coisas concretas, mesmo que a conexão entre abstrato e concreto não esteja explícita em uma dada sentença. Compreendemos “o preço diminuiu”, em (31), do mesmo jeito que “o preço despencou”, em (30), simulando um movimento para baixo. Como não há especificação de qual domínio concreto é acionado durante a simulação, pode haver uma variação maior no

domínio concreto usado para compreender o conceito abstrato. É possível simularmos preços diminuindo em termos de VOLUME, QUANTIDADE e/ou VERTICALIDADE.

Comprendemos enunciados abstratos não apenas relacionando-os com algum domínio concreto distante, mas também com objetos e eventos concretos que estão diretamente vinculados a eles. Basicamente, simulamos mentalmente coisas e eventos concretos que acompanham o conceito abstrato. Nesse sentido, se lemos/ouvimos pistas como “o preço diminuiu”, podemos muito bem simular uma CAIXA REGISTRADORA, um CORRETOR DA BOLSA ou ALGUÉM REMARCANDO O PREÇO DE UM PRODUTO e combinar as *affordances* dessas entidades e eventos.

CONCLUSÃO: COGNIÇÃO PARA ALÉM DOS CÉREBROS E CORPOS

A cognição se estende para além dos nossos cérebros e corpos! Tentei mostrar aqui que visões comuns sobre cognição e linguagem não são capazes de fornecer elementos para expicar a relação entre linguagem, cérebro e ambiente. O principal problema é que concebem a linguagem como uma forma de operar o sistema nervoso em vez de investigarem o que nos torna excelentes modeladores de significados. Ao adotarmos uma visão ecológica de cognição, torna-se impossível dar conta da cognição sem considerar as várias maneiras como nos integramos aos nossos nichos ecológicos. Dentro dessa visão, a linguagem deixa de ser concebida como um conjunto de símbolos abstratos localizados na cabeça e passa a ser compreendida como uma atividade comportamental modelada pelos acasos da vida, mas que sustenta a unidade do sistema organismo-ambiente em suas interações complexas e dinâmicas. É claro que a abordagem aqui defendida precisa de uma agenda de revisão de pressupostos cognitivistas há muito assumidos e não questionados, a fim de avançarmos na elaboração de uma hipótese ecológica de cognição em que linguagem, cérebro e ambiente sejam vistos como partes de um todo irreduzível a entidades autônomas, de modo que essas entidades só possam ser compreendidas se houver uma adequada compreensão do todo — o ecossistema precisa ser entendido como um sistema cognitivo de vida.

Neste artigo, em especial, argumentei que a identificação de *affordances* é crucial para a compreensão de enunciados, uma vez que o significado normalmente não pode ser caracterizado fora da interação (CLARK; CLARK, 1979; KELLY, 1998). Minha ideia básica foi mostrar que o significado não é alcançado apenas através da combinação de palavras e

outros símbolos abstratos por manipulações sintáticas e probabilísticas. Em vez disso, itens linguísticos precisam ser fundamentados em algum tipo de ação. Mas, da mesma forma que a linguagem não é uma concatenação de palavras, o significado não é uma concatenação de *affordances*. As *affordances* devem ser combinadas em um padrão coerente que se sustente em um evento. O cenário básico especificado pela construção de significados limita possíveis combinações de *affordances* para que os objetivos especificados pela cena sejam alcançados. Se as *affordances* não podem ser combinadas, a compreensão é lenta e mal sucedida. Trabalhos sobre a combinação de informações lexicais e contextuais na compreensão de sentenças (por exemplo, SWINNEY, 1979; FAUCONNIER, 1999) têm lidado com problemas semelhantes. A combinação de perspectivas defendida aqui nos leva a postular que o processamento cognitivo da compreensão faz uso dos sistemas perceptuais e motores, orientados por *affordances* de objetos indexados por palavras configuradas em construções gramaticais específicas. O significado passa a ser modelado no cérebro concretamente por meio de circuitos neurais de experiências de percepção e ação.

REFERÊNCIAS

- AZIZ-ZADEH, L.; WILSON, S.; RIZZOLATTI, G.; IACOBONI, M. *Congruent Embodied Representations for Visually Presented Actions and Linguistic Phrases Describing Actions*, CURBIO, 2006.
- BARSALOU, L. W. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, 22, 577-660, 1999.
- BERGEN, B. K. *Louder Than Words: The New Science of How the Mind Makes Meaning*. New York, NY: Basic Books, 2012.
- BERGEN, B. K.; HEEYON, D. Language-driven motor simulation is sensitive to social context. *Proceedings of the 32nd Annual Meeting of the Cognitive Science Society*, Austin, TX: Cognitive Science Society, 2010.
- BERGEN, B. K.; CHANG, N. Embodied construction grammar in simulation-based language understanding. In: ÖSTMAN, J e FRIED, M. (Ed.). *Construction Grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- BERGEN, B. K.; WHEELER, K. Sentence Understanding Engages Motor Processes. In *Proceedings of the Twenty-Seventh Annual Conference of the Cognitive Science Society*, Austin, TX: Cognitive Science Society, 2005.
- BERGEN, B. K.; WHEELER, K. Grammatical aspect and mental simulation. Elsevier: *Brain & Language*, 112, p. 150-158, 2010.

BORODITSKY, Lera. Linguistic relativity. In NADEL, L. (Ed.) *Encyclopedia of cognitive science*, 917-21. Chichester: John Wiley & Sons, 2006.

CLARK, E. V.; CLARK, H. H. When nouns surface as verbs. *Language*, 55, p. 767-811, 1979.

DUQUE, P. H.; COSTA, M.A. *Linguística Cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências*. RN: EdU-FRN, 2011.

DUQUE, P. H. Discurso e Cognição: uma abordagem baseada em *frames*. *Revista da AN-POLL*, v. 1, n. 39, p. 25-48, 2015.

EVANS, V.; BERGEN, B.; ZINGEN, J. *The Cognitive Linguistics Reader*. London: Equinox, 2007.

FAUCONNIER, G. Mental spaces, language modalities, and conceptual integration. In M. Tomasello (Ed.). *The new psychology of language*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1999.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: The case of let alone. *Language*, 64, p. 501-538, 1988.

FINCHER-KIEFER, R. Perceptual components of situation models. *Memory & Cognition*, 29, 336-343, 2001.

GIBSON, J.J. The Theory of Affordances. In SHAW, R.; BRANSFORD, J. (Ed.) *Perceiving, Acting, and Knowing. Toward an Ecological Psychology*. Hillsdale: NJ, Lawrence Erlbaum Associates, 67-8, 1977.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. New York: Houghton Mifflin, 1979.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

GLENBERG, A. M.; KASCHAK, M. P. Grounding language in action. *Psychonomic Bulletin & Review*, 9, p. 558-565, 2002.

GLENBERG, A. M.; ROBERTSON, D. A. Indexical understanding of instructions. *Discourse Processes*, 28, p. 1-26, 1999.

HAUK, O.; JOHNSRUDE, I.; PULVERMÜLLER, F. Somatotopic representation of action words in the motor and premotor cortex. *Neuron*, 41, p. 301-307, 2004.

KELLY, M. H. Phonological biases in grammatical category shifts. *Journal of Memory and Language*, 27, p. 343-358, 1988.

LAKOFF, G. Linguistic gestalts. In: *Regional meeting of the chicago linguistics society*, 13, Chicago Linguistics Society, p. 236-287, 1977.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*: What categories reveal about the mind. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1987.

STANFIELD, R. A.; ZWAAN, R. A. The effect of implied orientation derived from verbal context on picture recognition. *Psychological Science*, 12, 153–156, 2001.

SWINNEY, D. A. Lexical access during sentence comprehension: (Re)consideration of context effects. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 18, p. 645-659, 1979.

ZWAAN, R. A.; STANFIELD, R. A.; YAXLEY, R. H. Language comprehenders mentally represent the shape of objects. *Psychological Science*, 13, 168–171, 2002.

Recebido em 2 de março de 2015.

Aceito em 1 de maio de 2015.

METÁFORA E FUTEBOL NA MÍDIA DAS GERAIS¹

Luciane Corrêa Ferreira (UFMG)

RESUMO: Este artigo apresenta linguagem metafórica, assim como metonímica, veiculada na mídia impressa de Minas Gerais nas reportagens sobre futebol. Analisamos metáforas e metonímias que motivam Modelos Cognitivos Idealizados a partir de diferentes domínios experienciais, utilizadas para falar sobre futebol. A análise foi centrada em dados coletados em jornais de Belo Horizonte, Minas Gerais, e utilizou como marco teórico a Teoria da Metáfora Conceitual. A pergunta que norteou essa pesquisa foi: que domínios experienciais irão mapear o domínio FUTEBOL? Os resultados apontaram a utilização dos domínios GUERRA, ARTE, RELIGIÃO, JOGOS DE AZAR, ALIMENTO, VIDA, CONTÊINER, MÁQUINA e NAÇÃO na imprensa mineira para falar do domínio FUTEBOL.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol; Metáfora; Cognição.

METAPHOR AND SOCCER IN THE PRESS FROM MINAS GERAIS

ABSTRACT: This article presents metaphoric as well as metonymic language presented by the press from Minas Gerais, Brazil in the sports news. We analyzed metaphors and metonymies motivated by different experiential domains to talk about soccer. The analysis focused on data collected in newspapers from Belo Horizonte, Minas Gerais using as theoretical framework Conceptual Metaphor Theory. Our research question was: which experiential domains will map onto the domain SOCCER? Results pointed out the use of the domains WAR, ART, RELIGION, GAMES OF CHANCE, FOOD, LIFE, CONTAINER, MACHINE and NATION in the press from Minas Gerais in order to talk about the domain SOCCER.

KEYWORDS: Soccer; Metaphor; Cognition.

1 A METÁFORA/A METONÍMIA

A metáfora, sua função retórica e o seu papel na cognição humana sempre despertaram o interesse de estudiosos da linguagem. Aristóteles (2000) considera a metáfora como um tipo de linguagem nobre e elevada que emprega termos raros. Segundo a visão clássica, a metáfora seria um tropo, uma figura de linguagem, um desvio da norma que refere outro significado que não o literal com um objetivo estético. Mahon assinala que “Aristóteles adota uma posição acerca da onipresença da metáfora na conversa e escrita que apóia visões atuais sobre a onipresença da metáfora no discurso cotidiano e na mídia impressa” (MAHON, 1999, p. 69).

¹ Este projeto recebeu apoio de uma bolsa PIBIC/PROBIC, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) em 2011/2012. Agradeço à minha bolsista IC Catarina Flister pelo apoio. Esse artigo foi finalizado durante estágio pós-doutoral na University of California, Santa Cruz (UCSC) em 2014/2015 (Agência CAPES, processo BEX 1825/14-3) e os resultados apresentados no CSDL na *UC Santa Bárbara* em novembro de 2014.

Lakoff & Johnson (1980) propõem que nosso pensamento é estruturado por meio de mapeamentos metafóricos. De acordo com esses autores, quando usamos metáforas em nosso discurso cotidiano, conceituamos uma coisa em termos de outra, lançando mão de conceitos mais concretos para explicar conceitos mais abstratos (LAKOFF & JOHNSON, 1980). Tal proposta foi reformulada posteriormente, sugerindo que, ao utilizarmos metáforas, estabelecemos relações de semelhança entre os conceitos ou imagens, destacando os aspectos percebidos que apresentam relações de similaridade (GRADY, 1997). O uso de metáforas/metonímias no discurso visa a destacar algum aspecto do que se fala de maneira criativa, ocultando outros, considerados pelo falante como menos importantes. Por meio desse uso específico da linguagem, busca-se suscitar no interlocutor um grande impacto cognitivo, à medida que esse interlocutor vai associar tal informação com o contexto discursivo mais relevante que lhe é acessível naquele determinado momento e entorno social. Eis porque a metáfora/metonímia assume um papel de destaque no discurso da mídia e é amplamente utilizada no discurso da mídia sobre futebol. A metonímia é um mapeamento que ocorre dentro de um mesmo domínio cf. Kövecses (2010), estabelecendo diferentes tipos de relações entre esses domínios, por exemplo LUGAR POR EVENTO e LUGAR PELA INSTITUIÇÃO, como é o caso quando se usa ‘casa’ para falar de ‘estádio’ (2010, p. 173).

Veja a seguir como o escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade escreveu sobre a Copa do Mundo utilizando metáforas e metonímias no texto intitulado “Explosão”, que foi publicado no Jornal do Brasil em 1982:

Se a gente ganha a Copa do Mundo, este país explode. Se perder, explode também. Não há alternativa. No primeiro caso, ainda haverá a tentativa oficial de convocar os campeões da Taça Jules Rimet para governarem o Brasil, sob o comando do General de 11 estrelas Telê Santana. Mas sem resultado. Cada brasileiro se sentirá campeão e há de querer governar, sozinho, pelo menos a América Latina, ou a Europa — e o Brasil ficará, desculpem, desgovernado. No segundo caso... Cala-te, boca (DRUMMOND DE ANDRADE, 2002, p. 163).

Drummond escreve que o Brasil ‘explode’, fazendo uma alusão às fortes emoções experienciadas pelos torcedores ao assistir um jogo de futebol, especialmente quando joga a seleção brasileira. O autor também refere o contexto de uso em que tal enunciado e tal jogo se inserem, que é a ditadura militar ainda no poder em 1982, utilizando a metonímia ‘estrelas’ para falar dos jogadores e utilizando uma metáfora de semelhança para referir o trabalho do técnico, que é semelhante ao trabalho de um General de exército. Drummond nos fornece um belo exemplo de como a metáfora está em toda parte e pode ser veiculada com objetivos diversos. No caso de seu texto, a metáfora e a metonímia foram usadas para provocar um efeito humo-

rístico no seu leitor e a metáfora primária INTENSIDADE DE EMOÇÕES É CALOR licencia as metáforas de emoções no texto cf. o quadro proposto por Kövecses (2010, p. 144):

Tabela 1 — Mapeamento Metafórico

<i>Fonte</i>	<i>Alvo</i>
<i>O que esquenta</i>	→ <i>A entidade envolvida na situação</i>
<i>O fogo</i>	→ <i>A situação (ação, evento, estado)</i>
<i>O calor do fogo</i>	→ <i>A intensidade da situação</i>
<i>A causa do fogo</i>	→ <i>A causa da situação</i>

Essa metáfora conceptual foi originalmente estudada por Grady (1997) que propõe que metáforas conceituais primárias envolvem uma ligação entre conceitos distintos que surgem de cenas primárias e suas correlações. Segundo esse autor, os conceitos fonte de metáforas primárias têm um conteúdo relacionado à percepção física ou à sensação. Por exemplo, quando abraçamos alguém ou — estamos próximos de alguém que está se escondendo em uma brincadeira de criança, ‘estamos quentes’. Essa expressão metafórica é a realização linguística de uma metáfora conceptual, PROXIMIDADE É CALOR, que, no caso, seria primária e foi motivada por uma experiência muito básica para todos os seres humanos desde que nascemos, que é o calor experienciado no colo materno.

Outro aspecto importante explorado no exemplo acima é o que Kövecses (2010) denomina de “criatividade induzida pelo contexto” (*context-induced creativity*). Por meio desse conceito, Kövecses explica como a escolha de um domínio-fonte específico para um novo mapeamento é motivada por fatores contextuais, dentre eles, o contexto cultural imediato, o contexto social em que a linguagem figurada é enunciada, assim como o lugar em que o enunciado metafórico é proferido e o que sabemos sobre os participantes do discurso em questão.

Para os linguistas cognitivos, a linguagem reflete aspectos do sistema conceitual humano, motivado pela cognição corpórea (GIBBS, 2006). Padrões sistemáticos de estrutura e comportamentos linguísticos são motivados por padrões recorrentes de experiência corpórea. Nessa linha, metáforas conceituais como ‘bom é para cima’ e ‘ruim é para baixo’ estruturam o nosso pensamento e irão motivar expressões linguísticas como ‘ela é uma pessoa para cima’, significando ela é uma pessoa feliz, assim como ‘isso foi uma baixaria’, significando uma ação avaliada como negativa pelo falante. Portanto, para os linguistas cognitivos, o significado não é arbitrário, mas motivado pelo modo como nosso corpo se desloca no ambiente e intera-

ge com outros objetos no mundo, e isso se reflete na linguagem. Tal reflexão de que o nosso raciocínio e a nossa compreensão são estruturados por metáforas foi muito bem sistematizada por Lakoff e Johnson (1980) em seu trabalho seminal, representando um marco na área de estudos da metáfora. Esses autores propõem claramente, a partir de um vasto inventário de expressões metafóricas abstraídas a partir da língua em uso, que metáforas conceituais são o mapeamento de aspectos de um domínio de experiência, o domínio-fonte, geralmente mais concreto, em termos de aspectos não-metafóricos de um outro domínio, o domínio-alvo, geralmente mais abstrato. Depois que se aprende um mapeamento metafórico, ele se torna convencionalizado e é usado automaticamente.

O objetivo do presente estudo é analisar como a mídia de Minas Gerais, mais especificamente os jornais *O Tempo* e *Estado de Minas*, utiliza expressões metafóricas e metonímicas motivadas por outras experiências para falar sobre o futebol de maneira criativa, como veremos a seguir.

2 COGNIÇÃO E A COMPREENSÃO DE METÁFORAS/METONÍMIAS

Além da dificuldade de se determinar qual é a metáfora/metonímia conceitual a partir da análise sistemática de expressões convencionais, há também o problema de se descobrir como as inferências, i.e. correspondências de determinada metáfora/metonímia conceitual, são criadas e armazenadas. Tendo como ponto de partida um corpus de conversas sobre câncer, Semino et al. (2004) discutem problemas metodológicos encontrados ao identificar e analisar metáforas. Os autores demonstram como diferentes decisões no processo de análise teriam conduzido a conclusões distintas sobre a maneira como o câncer parece ser construído metaforicamente nos dados. Segundo eles, há duas possibilidades diferentes de percursos analíticos para a mesma metáfora, dependendo da escolha do domínio-alvo ser CÂNCER ou CÂNCER FICANDO ATIVO. Nesse caso, o câncer é conceitualizado como um vulcão, pois o câncer é mencionado como ‘entrando em erupção’ e posteriormente como estando ‘adormecido’ na conversa entre médico e paciente (SEMINO et al., 2004, p. 1281). Em outro trecho da conversa, o câncer é conceitualizado como um cavalo que está ‘galopante’. Semino et al. chegam a afirmar que o exemplo ‘adormecido’ pode acionar os dois mapeamentos simultaneamente, i.e. CÂNCER É ANIMAL e CÂNCER É VULCÃO. Isso seria uma evidência de que esses con-

ceitos são convencionalmente mapeados em outros domínios, além dos domínios com os quais o seu significado é associado.

Em outro estudo sobre compreensão metafórica, Gibbs e Ferreira (2011) investigaram se os participantes entendem umas, algumas ou todas as correspondências, i.e. acarretamentos associados com a metáfora conceitual quando processam expressões metafóricas convencionais motivadas por determinada metáfora conceitual. A literatura na área de Linguística Cognitiva não apresenta uma resposta para tal pergunta porque ela nunca havia sido arrolada anteriormente. Já sob uma perspectiva psicolinguística, provavelmente existam várias respostas, dependendo do momento da compreensão analisado. Outro objetivo do estudo foi descobrir porque algumas correspondências de metáforas conceptuais estão mais relacionadas do que outras. Por exemplo, ao ouvir o enunciado metafórico “Ela lutou contra a sua raiva”, perguntou-se se o indivíduo reconhecia que as várias correspondências associadas com a metáfora conceitual *RAIVA É UM OPOSITOR* (em uma briga) (LAKOFF, 1987, p. 392) estavam implicadas. Ou se o sujeito ao ler “Ela lutou contra a sua raiva”, julgava expressões como “Ela explodiu de raiva” ou “Ela ficou cheia de raiva” como não sendo relacionadas com a primeira, porque elas são motivadas por uma metáfora conceitual distinta que é *RAIVA É UM LÍQUIDO AQUECIDO EM UM RECIPIENTE* (KÖVECSES, 2005, p. 39), embora elas se refiram ao mesmo domínio-alvo *RAIVA*, mas têm um domínio-fonte diferente (*RECIPIENTE*) que dá origem a um conjunto diferente de correspondências do que para a metáfora conceitual *RAIVA É UM OPOSITOR* (em uma briga). A hipótese preditiva foi de que itens com uma metáfora conceitual, metáfora linguística e correspondência consistentes, por exemplo, o enunciado metafórico “Ela ficou cheia de raiva” combinado com “sentir raiva é como sentir uma substância ou objetos contidos em um recipiente”, cuja metáfora conceitual é *RAIVA É UM LÍQUIDO AQUECIDO EM UM RECIPIENTE*, assim como itens que têm enunciados metafóricos com um domínio-fonte comum, tal como *OPOSITOR* em “Ela lutou contra a sua raiva” ou “Ela foi dominada pela sua raiva” seriam julgados com uma pontuação mais alta. Por outro lado, também foi previsto que os sujeitos, ao lerem enunciados metafóricos com domínios-fonte diferentes e, portanto, não relacionados, como “Ela ficou cheia de raiva” (DF: *RECIPIENTE*) não conseguiriam associá-los à correspondência “o indivíduo luta contra a raiva, assim como luta contra o opositor em uma briga” (DF: *OPOSITOR*). Os resultados apontam que os participantes envolvidos no estudo julgaram com pontuação maior os enunciados metafóricos com as correspondências consistentes do que os não relacionados. Isso sugere que os indivíduos parecem reconhecer que uma expressão metafórica implica certos significados rela-

cionados à metáfora conceitual subjacente, embora a compreensão de metáforas verbais não pareça implicar diretamente correspondências com o domínio-alvo que emergem de metáforas conceituais distintas, como é o caso das duas metáforas conceituais com o domínio RAIVA. Tal resultado constitui evidência de que as pessoas conseguem inferir ao menos uma pequena gama de correspondências motivadas por uma metáfora conceitual subjacente quando leem enunciados metafóricos convencionais.

Tal estudo revela como um domínio-alvo experiencial, como FUTEBOL no caso dessa pesquisa, pode vir a ser motivado por vários domínios-fonte distintos, licenciando diferentes metáforas conceituais que refletem diferentes aspectos do domínio-fonte FUTEBOL. Tal possibilidade certamente tem como implicação a dificuldade de se determinar a metáfora conceitual que motiva uma expressão metafórica.

3 METÁFORAS DE FUTEBOL NA CULTURA BRASILEIRA E EM OUTRAS CULTURAS: EVIDÊNCIAS INTERLINGUÍSTICAS

A experiência com o futebol está entrincheirada na cultura brasileira e isso se reflete no nosso falar cotidiano. Se algo não correu como se esperava, então “deu na trave”. Se alguém não quer mais namorar, então “dá um cartão vermelho” para o parceiro, utilizando expressões do domínio experiencial do futebol para falar das emoções. De acordo com o experiencialismo, a linguagem figurada de uma comunidade pode ser encarada como reflexo dos padrões convencionais de pensamento e visões de mundo daquela comunidade (LAKOFF, 1987). Assim, a maneira como o brasileiro conceitualiza suas experiências cotidianas é amplamente influenciada pela experiência com o futebol, avaliado pelos entrevistados em uma pesquisa da Folha de São Paulo (20/10/2010) como o terceiro elemento que melhor qualifica a cultura brasileira, depois da Música Popular Brasileira e do carnaval.

A relação entre cultura e língua(gem) é fundamental para que possamos compreender os universos sociodiscursivos em que determinado grupo social se situa. Sabemos, a partir de Duranti (1997) que, para entendermos determinada cultura, faz-se necessário que entendamos sua língua. Assim, língua é compreendida através de sua relação com as práticas discursivas que formam a cultura e, tais práticas, por sua vez, realizam-se através da interação entre indivíduos e grupos sociais. Quando se refere à base cultural da metáfora, Gibbs (1999) destaca que antropólogos e linguistas defendem que a presença de metáforas em expressões linguísti-

cas refletiria tanto a operação de estruturas mentais individuais, como também o trabalho de diferentes modelos culturais. Tais modelos culturais são definidos pelo autor como esquemas culturais subjetivamente compartilhados que funcionam no intuito de interpretar experiências e guiar ações em vários domínios, incluindo eventos, instituições e objetos mentais e físicos. Kövecses discorre sobre o papel da cultura na conceitualização metafórica: “[...], as mentes que evoluem ‘em cérebros’ em determinadas culturas são moldadas pelos diferentes contextos (histórico, físico, discursivo, etc) que, em parte, constituem as culturas. Isso leva a sistemas conceituais alternativos” (KÖVECSES, 2010, p. 741). Dessa forma, modelos culturais são interpretados como uma representação de visão de mundo de uma sociedade/cultura/grupos sociais no tocante às suas crenças, atos, socioletos e experiências de mundo. Tal relação entre metáfora e cultura é ressaltada também por Lakoff e Johnson (1980), uma vez que as metáforas estruturariam o sistema conceitual humano, o qual, por sua vez, estaria edificado sobre as bases da cultura. Assim sendo, se metáforas são criadas dentro de contextos comunicativos, logo, elas variam de uma cultura para outra e, conseqüentemente, de uma língua para outra.

Porto & Romano (2013) destacam o papel do contexto na criação e desenvolvimento do uso de expressões metafóricas na mídia espanhola e britânica durante a crise econômica a partir de 2009 na Espanha e durante a erupção do vulcão Eyjafjallajökull em 2010. O presente estudo se situa nessa mesma linha, buscando estudar os efeitos da metáfora no discurso e o papel do contexto na sua compreensão e função. Um estudo de Semino & Maschi (1996) revelou como Silvio Berlusconi se alinhou com os eleitores italianos, usando o seu conhecimento sobre futebol e seu poder como dono do A. C. Milan, a fim de fazer oposição à esquerda e ganhar as eleições italianas no início dos anos noventa. Esses autores constataram que Berlusconi utilizou os domínios experienciais FUTEBOL, GUERRA e RELIGIÃO para falar do domínio-alvo POLÍTICA.

Nessa linha, expressões metafóricas refletem o domínio experiencial futebol, tanto como fonte para falar de outro domínio da experiência humana, como é o caso da metáfora POLÍTICA É FUTEBOL, utilizada especialmente pelo ex-presidente Lula para referir a composição de seu ministério, comparando-o com as posições em um time de futebol, tendo ele como técnico da equipe (MACHADO, 2010), como quando o deputado Eduardo Suplicy deu um cartão vermelho para o Senador Sarney no Senado (Ferreira e Gonçalves, 2011). Isso também ocorre quando usamos elementos de outro domínio experiencial para falar de futebol, como o faz o técnico Scolari ao afirmar “É guerra. Tenho que matar para não morrer” (*The Sun*, 19.6.2004), expressão metafórica licenciada pela metáfora conceitual FUTEBOL É

GUERRA, por meio da qual Scolari descreve metaforicamente a vitória do seu time contra outro time. Gibbs afirma em seu livro *The Poetics of Mind* (1994) que toda metáfora reflete um aspecto diferente da percepção de alguma experiência. Nesse sentido, as expressões que vamos encontrar na mídia brasileira refletem aspectos da cultura brasileira e da experiência dos brasileiros com o futebol que são necessariamente diferentes das experiências de outros povos com o futebol, como apontam os dados de Almeida e Sousa (2013) em um estudo sobre metáforas na mídia portuguesa e alemã, assim como os dados de Ferreira e Gonçalves (op. cit.) sobre metáforas na mídia alemã e brasileira.

Tanto na mídia brasileira como na mídia alemã à época da Copa do Mundo da FIFA 2010, na África do Sul, foram encontradas evidências do domínio futebol motivando o domínio política na mídia brasileira e alemã. Contudo, na mídia alemã, outros domínios experienciais também foram utilizados para se falar de política, como GUERRA, JOGOS DE AZAR (CARTAS) e MÁQUINAS. Na mídia brasileira, foram identificados os seguintes domínios para se falar sobre futebol: GUERRA, RELIGIÃO, NAÇÃO, POLÍTICA, ARTE, MÁQUINA e ALIMENTO, enquanto na mídia alemã há evidências dos domínios GUERRA, ARTE e NEGÓCIOS. Na mídia alemã, quando o futebol é conceitualizado como ARTE, jogadores são descritos como ‘bailarinos’ e o futebol como uma ‘obra de arte’ e como ‘mágica’, o que Almeida (2013) denomina de domínio conceitual FANTÁSTICO para se falar de futebol. Durante os dois meses da coleta de dados, i.e. maio e junho de 2010, metáforas de futebol foram mais produtivas no domínio-alvo POLÍTICA no português brasileiro do que em alemão (FERREIRA e GONÇALVES, 2011). Não foi encontrada nenhuma expressão metafórica motivada pelo domínio experiencial RELIGIÃO durante a Copa de 2010 na mídia alemã no período estudado (06.07.2011 a 15.07.2011). Foram analisados os diários *Die Welt* e *Berlin Morgenpost*, assim como a revista semanal *Der Spiegel*. Em um estudo comparativo sobre reportagens da mídia alemã e brasileira sobre futebol durante a Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizada na Alemanha em 2011, foram encontradas somente na mídia brasileira expressões metafóricas cuja metáfora conceitual subjacente é FUTEBOL É RELIGIÃO.

Almeida e Sousa (2013) fizeram um levantamento das ocorrências de metáforas conceituais, cujo domínio-alvo foi futebol, nos títulos de reportagens sobre o tema publicadas no jornal desportivo português *A Bola* entre os anos de 2003 e 2007. As autoras encontraram 138 exemplos (p. 71), divididos entre os seguintes domínios experienciais: GUERRA, NATUREZA e TECNOLOGIA. Esse domínio foi em parte conceitualizado como MÁQUINA na classificação das metáforas no português brasileiro, por exemplo, ao conceitualizar os jogadores

como ‘peças’ de uma engrenagem, que seria o time. O domínio GASTRONOMIA, usado por Almeida e Sousa (2013), foi denominado ALIMENTO, ARTE e ECONOMIA nos dados do português brasileiro.

Estudos apontam que expressões metafóricas para descrever esportes e jogos frequentemente são motivadas pelos domínios experienciais ARTE, GUERRA, RELIGIÃO e VIOLÊNCIA (SIMÓ, 2008). Por exemplo, quando um repórter afirma que “a torcida não conseguia ver sangue durante o jogo”², o domínio experiencial VIOLÊNCIA é ativado a fim de descrever a experiência abstrata de sofrimento envolvida quando os fãs assistem a um jogo de futebol. Simó (op. cit.) distingue entre o domínio experiencial VIOLÊNCIA e GUERRA na conceitualização do jogo de xadrez, pois a autora argumenta que nem todas as expressões do domínio experiencial GUERRA, utilizadas para falar do esporte, são violentas, mas sim se referem à estratégia. O mesmo se aplica ao futebol, pois falamos de tática, ataque e defesa em futebol, e tais conceitos não estão necessariamente relacionados a atitudes violentas no campo.

Tanto os dados do português brasileiro, levantados por Ferreira e Silva (2014) como os dados sobre o português europeu, apresentados por Almeida e Sousa (2013), agregam evidências à afirmação de Simó (2008) de que expressões metafóricas para descrever esportes e jogos frequentemente são motivadas pelos domínios experienciais ARTE, GUERRA e RELIGIÃO. Talvez aqui uma diferença na conceitualização dos domínios seja a causa para diferenças entre os dados do português brasileiro e europeu. Por exemplo, TECNOLOGIA, foi denominado como MÁQUINA, aplicando-se somente à parte dos dados na classificação das metáforas no português brasileiro. O domínio GASTRONOMIA foi denominado ALIMENTO nos dados do português brasileiro, e o domínio-fonte SOBRENATURAL que, na classificação de Almeida e Sousa (op. cit.) engloba os subdomínios RELIGIÃO e FANTÁSTICO foi, nos dados brasileiros, em parte classificado por meio dos domínios conceituais RELIGIÃO e ARTE. O domínio RELIGIÃO motiva expressões como ‘ter fé’ em um time, em que conhecimentos do domínio religião estão sendo usados para falar de futebol. O domínio ARTE motiva expressões como ‘elenco’ para falar do time e ‘dança’ para falar dos movimentos dos jogadores em campo.

² DVD Penta a hegemonia do Flamengo, 2009.

Foram apresentados aqui vários estudos que revelam o uso de metáforas para se falar sobre o futebol no discurso cotidiano em diferentes idiomas e culturas. A seguir apresentaremos a metodologia adotada no presente estudo.

4 METODOLOGIA

Este é um estudo de natureza qualitativa. Realizou-se uma análise indutiva, a partir da observação de instâncias de metáforas e metonímias para se proceder à descrição de sistemas conceituais, partindo-se de regularidades observadas na língua em uso. Fez-se um tipo de análise *bottom-up*, i.e. do discurso para o pensamento, a partir de metáforas linguísticas identificadas em textos da mídia e, a partir, daí, foram agrupadas metáforas linguísticas, cuja metáfora conceitual é comum.

Os dados foram coletados na mídia impressa de Minas Gerais, mais especificamente nos jornais *O Tempo* e *Estado de Minas (Super)* no período de 8.07.2011 a 02.09.2011 e examinados manualmente pelo analista³. Seguiu-se os procedimentos metodológicos descritos em Lakoff & Johnson (1980, 1999) e Kövecses (2010) na identificação das metáforas e metonímias conceituais que licenciam as expressões metafóricas/metonímicas observadas nos dados. Os procedimentos adotados para a análise das metáforas e metonímias foram os seguintes:

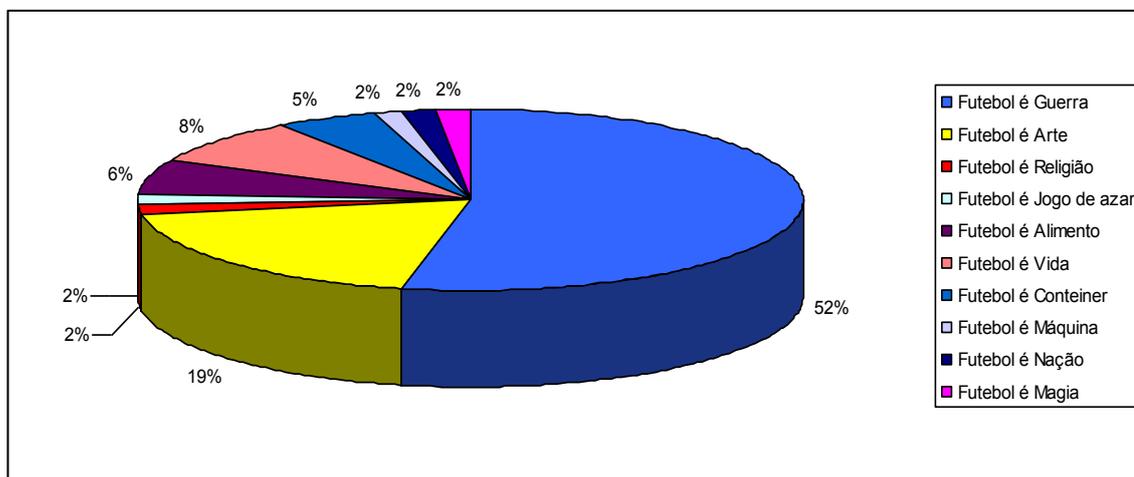
- 1) Identificação das expressões metafóricas nos textos em jornais;
- 2) Identificação dos domínios conceituais das metáforas;
- 3) Determinação da metáfora conceitual de cada expressão metafórica analisada no estudo.

Foram examinadas manchetes e seus respectivos textos da coluna de esportes dos respectivos jornais de Minas Gerais. Fez-se a opção por extrair e investigar as expressões metafóricas em seu contexto discursivo, pois, como apontam Porto & Romano (2013), “o texto principal que segue é igualmente importante, à medida que constitui o contexto discursivo maior e o quadro (*frame*) das metáforas, [...]”. Tais textos foram especialmente úteis na identificação de expressões metafóricas novas ou de novos usos das expressões metafóricas já exis-

³ Com o auxílio de uma bolsista PIBIC/PROBIC, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) em 2011, Bárbara Gonçalves.

tentes” (p. 63). Foram encontradas um total de 62 ocorrências metafóricas (cf. Fig. 1 a seguir 5% das expressões encontradas foram metonímias) que estão representadas na figura 1:

Fig. 1 — Percentual de ocorrências de diferentes domínios conceituais



A seguir apresentaremos evidências linguísticas retiradas da mídia, mais especificamente de jornais da cidade de Belo Horizonte, a fim de ilustrar como o futebol é descrito na mídia de Minas Gerais por meio de uma diversidade de metáforas, motivadas por diferentes domínios conceituais.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Foram encontradas um total de 62 ocorrências no período, que foi de 8.07.2011 a 02.09.2011, nos dois jornais mineiros de maior circulação, *O Tempo* e o *Estado de Minas* (*Super*), que serão discutidas na sequência.

5.1 FUTEBOL É GUERRA

Foram encontradas 33 expressões metafóricas motivadas por esse domínio experiencial. Quando um repórter afirma que “os fãs não conseguiram ver sangue durante o jogo”, o domínio GUERRA é ativado, a fim de descrever a experiência abstrata de sofrimento envolvida quando os fãs assistem a um jogo de futebol. Portanto, a metáfora conceitual ativada aqui é

FUTEBOL É GUERRA. Franco Jr. escreve que “futebol é guerra simbólica” (FRANCO Jr, 2007, p. 236), destacando varias expressões metafóricas do domínio GUERRA utilizadas no futebol. O jogador que ocupa a função de fazer gols é o ‘artilheiro’, o ‘matador’ é o carrasco dos adversários e o representante do time perante o juiz é denominado segundo uma patente militar, i. e. o ‘capitão’ do time. Nessa linha, o treinador do time é designado como ‘general’, ‘comandante’, já que determina as regras a serem seguidas pela ‘legião’, i.e. os jogadores do time, destacando a importância das virtudes militares da camaradagem e da disciplina e fazendo com que a equipe siga regras na ‘concentração’, o lugar onde os jogadores se reúnem para se preparar física e psicologicamente antes do jogo, outro termo que alude à Segunda Guerra Mundial.

A seguir, alguns exemplos de como metáforas de GUERRA foram veiculadas na mídia no contexto do Campeonato Brasileiro:

- (1) “[...] é o que o técnico Cuca quer que seus *comandados* mentalizem para o retorno do Campeonato Brasileiro [...]” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 42).
- (2) “[...], destacou o *comandante*, mencionando o *trunfo* por 3 a 0 sobre o Fluminense” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 3).
- (3) “Ele começou a perder o *comando* quando os dirigentes entenderam que não havia mais espaço no futebol para um técnico mais *amigo* do que *comandante* ou mais pai do que treinador” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 03/09/2011, p. 1).
- (4) “[...], tem 13 jogos no *comando* celeste [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 5).
- (5) “[...] a situação do Atlético mexe com *uma legião de torcedores* espalhados pelos quatro cantos do mundo” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 38).

Alguns jogadores mais ativos durante a partida são chamados de ‘guerreiros’ e a própria partida é chamada de ‘duelo’, ‘confronto’, ‘peleja’ e ‘embate’. Os jogadores usam suas ‘armas’, fazem ‘treinamentos’ e são ‘rivais’, ainda que, na mesma linha de argumentação de Ha-ser (2005), pode-se afirmar que rivalidade, treinamento e ofensiva caracterizam qualquer tipo de jogo ou competição, e não são características exclusivas do domínio experiencial futebol.

A seguir, temos alguns exemplos que referem o Campeonato Mineiro e outros cujo quadro (*frame*) é o Campeonato Brasileiro. Todas as metáforas apresentadas a seguir são metáforas convencionais amplamente veiculadas na imprensa sobre futebol.

- (6) “[...], o Coelho chegou a *levar perigo* nas cobranças de bola parada” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 41).
- (7) “[...] o encontro entre os dois *rivais* históricos provoca o mesmo frisson?” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 26/08/2011, p. 3).

- (8) “Já o Cruzeiro tem muitos jogadores com larga experiência no *duelo*, [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 26/08/2011, p. 4).
- (9) “Mostrando ter conhecimento do mais tradicional *confronto mineiro* ele promete buscar inspiração em atacantes como [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 26/08/2011, p. 4).
- (10) “Mas *preparou armas* durante os *treinamentos* secretos, [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 5).
- (11) “[...] Na busca do aumento do *poder ofensivo* para superar a Ponte Preta” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).
- (12) “Diego Renan não *enfrentou* o Atlético-PR no ano passado, [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).
- (13) “[...] a Ponte Preta pode *recolocar o Boa na briga* por um lugar no G4” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).
- (14) “*Confronto direto/As armas* de cada um” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 4).
- (15) “Ao contrário do *rival*, esse time mantém uma base, [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 4).
- (16) “Atlético e Cruzeiro se enfrentam hoje, às 18h, na Arena do Jacaré, em Sete Lagoas, pela 19a. rodada, buscando a *redenção*” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 4).

Note-se que várias fases da GUERRA se refletem no discurso sobre o futebol, desde ‘preparar as armas’ que seria a preparação para o ‘confronto’ até o ‘embate’ e, por fim, a ‘redenção’. Tratam-se de evidências que parecem atestar a existência de um domínio FUTEBOL bastante bem delineado. A arena onde ocorre o jogo de futebol é decorada com escudos e bandeiras, e lá se ouvem hinos e ‘gritos de guerra’ das torcidas. Algumas torcidas chegam a levar nomes como ‘Exército Gremista’ e ‘Pavilhão 9’, torcidas respectivamente dos times Grêmio, de Porto Alegre, e Corinthians, de São Paulo, que aludem claramente ao contexto da prisão e do domínio militar.

Tal riqueza de dados discursivos possibilita ter uma idéia das diferentes facetas do domínio GUERRA, ressaltando aspectos a partir dos quais o futebol é percebido por meio de metáforas de semelhança (GRADY, 1997) que vão licenciar metáforas discursivas como ‘comando’, ‘armas’, ‘confronto’, ‘rival’ e outras que aparecem contextualizadas acima. Expressões metonímicas como ‘armas’ e metafóricas como ‘duelo’ vão destacar alguns aspectos do jogo, como o confronto entre equipes rivais, e deixar de lado outros aspectos, por exemplo, do jogo como uma festa de confraternização entre equipes adversárias. Tal potencial da metáfora e da metonímia para destacar alguns aspectos de um domínio experiencial são amplamente

utilizados no discurso da mídia, também da mídia desportiva, a fim de provocar um grande impacto cognitivo no seu leitor.

A seguir serão apresentadas evidências de outro domínio experiencial bastante utilizado no português brasileiro para se falar de futebol, que é ARTE.

5.2 FUTEBOL É ARTE

Foram encontradas 12 expressões metafóricas motivadas por esse domínio experiencial no mesmo período de tempo do estudo. A importância das artes na cultura brasileira também se reflete nas maneiras de falar sobre o futebol no português brasileiro que é conceitualizado como ‘futebol arte’, fazendo uma alusão ao artigo clássico em que Pier Paolo Pasolini descreve o futebol brasileiro na Copa de 70 como ‘futebol poesia’, comparando-o com o futebol italiano que seria o ‘futebol prosa’ (WISNIK, 2007). O ‘futebol poesia’ é a dança dos jogadores sul-americanos, idéia veiculada por meio de expressões que aludem ao mundo do teatro e do cinema, como ‘grandes atuações’, ‘elenco’, ‘roteiro’, ‘estreia’ para descrever o futebol brasileiro, como se pode ver nos exemplos que seguem:

- (17) “Ele treinou muito durante a semana e se depender de seu futebol o *encanto* será *quebrado*: a primeira vitória do argentino diante do maior rival” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 4).

Tal exemplo suscita uma discussão frequente entre os estudiosos da metáfora, que é qual metáfora conceitual irá licenciar a expressão metafórica acima, que claramente pertence ao subdomínio da MAGIA e do FANTÁSTICO. Almeida e Sousa (2013) referem o domínio do SOBRENATURAL (ALMEIDA; SOUSA, 2013, p. 86), em que se encaixaria também o domínio RELIGIÃO. Enquanto o rito futebolístico tem uma relação mais estreita com a MAGIA, e isso explicaria as superstições ligadas ao futebol, i.e. o uso de amuletos para trazer boa sorte e a crença de que alguma atitude pode trazer azar para o time⁴ ou para o jogador. Portanto, o jogo de futebol apresenta inúmeras referências religiosas. Franco Jr. (2007) escreve que o espaço do ritual é o estádio que seria o santuário do mundo industrial e, assim como se construam igrejas nas cidades européias na Idade Média, hoje são construídos grandes templos do futebol, nos países onde o futebol é importante, como o Brasil.

⁴ Veja-se fala de torcedor no filme *Fiel*, acesso em 23.02.2014, hora 12.27 <<https://www.youtube.com/watch?v=mrPn4TGkLx4>>.

É comum no Brasil os clubes terem um patrono, um santo protetor, por exemplo, São Jorge é o patrono do Corinthians. Seguindo essa linha de raciocínio, a camisa é chamada de ‘manto sagrado’ e os estádios de futebol são ‘templos’ do futebol, os torcedores carregam a imagem de São Judas Tadeu vestindo um manto com a bandeira do Flamengo em dia de jogo. Portanto, a própria referência ao estádio de futebol como sendo um ‘templo’ é uma referência ao domínio experiencial RELIGIÃO, assim também como chamar a camisa do time de ‘manto sagrado’ é outra referência ao domínio experiencial RELIGIÃO para se falar de FUTEBOL.

Antes de entrar em campo no Brasil, frequentemente os jogadores fazem o sinal da cruz e pedem proteção. A cultura brasileira e a religiosidade do povo brasileiro também têm seus reflexos no campo, de modo que os torcedores e técnicos têm ‘fé’:

- (18) “Tenho *fé* no nosso trabalho e no que temos feito durante as últimas semanas [...]” (*Estado de Minas*, 08.07.2011).

Os times fazem um ‘jejum’ quando deixam de jogar:

- (19) “O representante mineiro na competição quebrou sexta-feira à noite *jejum* de três partidas sem vitória [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 2).

Novamente tem-se a possibilidade de utilizar dois domínios experienciais como motivadores da metáfora conceitual, como no estudo de Semino et al. (2004) sobre a conceitualização do câncer como um VULCÃO ou como um ANIMAL. No exemplo (19), o domínio futebol pode ser visto como conceitualizado em termos de ALIMENTO, nesse caso seria o mesmo domínio experiencial ALIMENTO/COMIDA que motiva a expressão metafórica ‘vitoria magra’, ou de RELIGIÃO. Embora o futebol tenha várias referências religiosas, no período observado foram registradas poucas ocorrências, de modo que se optou por agrupar o domínio religião junto ao domínio ARTE. Ao discorrer sobre o futebol como dança, Franco Jr. ressalta que “o caráter sagrado da dança é com frequência reforçado por cantos e encantos” (FRANCO Jr, 2007, p. 228).

Conceitos do domínio ARTE vão descrever um cenário em que o futebol é o palco para ‘história’ com um ‘elenco’ e um ‘roteiro’ pré-determinado. Fala-se do futebol ‘espetáculo’, cujo ‘elenco’ tem uma ‘estreia’, cujos atores, i.e. jogadores irão ‘buscar inspiração’ para uma grande ‘atuação’.

- (20) “As grandes *atuações* renderam a Fábio mais uma convocação para a seleção” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 43).
- (21) “[...], isso causaria um cansaço maior ao *elenco* celestes, [...]” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 43).
- (22) “[...] o momento é o ideal para mudar esse *roteiro* ruim no Campeonato Brasileiro” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 42).
- (23) “[...], na *estrela* do *time* no Campeonato Brasileiro” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 42).
- (24) “Mostrando ter conhecimento do mais tradicional confronto mineiro ele promete *buscar inspiração* em atacantes como [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 4).
- (25) “Torço para que o nosso *meio-campo* continue *criativo* e eficiente [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 2).
- (26) “Cada jogo é uma *história*, [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011).

O futebol brasileiro é caracterizado pela ‘dança’ dos seus jogadores que driblam os adversários com manobras que revelam a malandragem da ginga brasileira. A ponto dos jogadores brasileiros terem sido referidos na imprensa alemã durante a Copa do Mundo de 2010 como ‘Samba-Jungs’, i.e. os meninos do samba (*Der Spiegel*, 15.06.2010). O conceito de criatividade induzida pelo contexto (KÖVECSES, 2010) pode ajudar a explicar porque numa cultura fortemente marcada pelas artes, como dança e músicas de forte cunho nacional, como a cultura brasileira, metáforas associadas a tais domínios são utilizadas para se falar de outra manifestação da cultura brasileira, que é o futebol.

Outros domínios experienciais utilizados para falar de futebol na imprensa mineira foram JOGO DE AZAR, ALIMENTO, MÁQUINA e NAÇÃO, como veremos nos dados arrolados a seguir.

5.3 FUTEBOL É JOGO DE AZAR

Expressões metafóricas motivadas pelo domínio JOGOS DE AZAR (CAMERON, 2010, p. 600) enfatizam a falta de controle da pessoa sobre o desfecho de uma situação.

- (27) “Nós não perdemos uma partida na Copa do Mundo e chegamos a um momento em que não temos o controle da situação, que são os pênaltis. Eles são *loteria* mesmo e não deu para seguir em frente” (*Estado de Minas*, 11.07.2011).

O sentido que é atribuído a essa metáfora é de ‘estar à mercê de algo’ ou ter ‘falta de domínio’ sobre uma situação. Essa metáfora pode também dar uma idéia de ‘manipulação de uma situação’.

Foi tomado como referência aqui o domínio conceitual DOENÇA como proposto por Lakoff e Johnson (1980). Foi encontrada somente uma ocorrência motivada por essa metáfora conceitual nos dados analisados.

- (28) “A dispensa e a contratação de jogadores porém, não é a melhor *receita* [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 1).

No exemplo (28), ‘receita’ é uma metonímia para solução. No exemplo a seguir, note-se que uma metáfora do domínio GUERRA aparece associada a uma metáfora do domínio VIDA/ORGANISMO:

- (29) “[...] e mesmo uma *vitória magra* é bem-vinda” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).

A vitória ‘magra’ seria uma vitória com poucos gols. Tal metaforema (CAMERON e DEIGNAN, 2006) representa um padrão estável de uso contendo julgamentos de valor cultural e temporal específicos. Geralmente, utiliza-se a expressão ‘vitoria magra’ para se falar sobre futebol ou política, embora o uso não seja restrito somente a esses dois domínios. Na sequência, o domínio VIDA será discutido à luz de alguns exemplos.

5.5 FUTEBOL É VIDA

Nos exemplos a seguir, o domínio FUTEBOL é conceitualizado como uma emoção que se experiencia e o técnico é descrito como parte da família, como pai e amigo. Foram encontradas somente cinco (5) ocorrências motivadas por essa metáfora conceitual nos dados analisados.

- (30) “O volante Charles *volta a viver* intensamente o Cruzeiro [...]” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).

- (31) “Ele começou a perder o comando quando os dirigentes entenderam que não havia mais espaço no futebol para um técnico mais *amigo* do que comandante ou mais *pai* do que treinador” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 03/09/2011, p. 1).

Nos exemplos acima, foram apresentadas algumas evidências de que o jogador é conceitualizado como uma pessoa que ‘vive intensamente’ e o técnico é descrito como um ‘pai’ e ‘amigo’, o que configura o sub-domínio família dentro do domínio conceitual VIDA.

Agora veja-se um uso metonímico que apareceu na busca sobre futebol.

5.6 ESTÁDIO/CASA COMO CONTÊINER (LAKOFF, 1987)

O uso metonímico de CASA para ‘estádio de futebol’ já havia sido observado na fala dos participantes do grupo focal no estudo sobre metáfora, futebol e violência urbana, quando os participantes do grupo focal relataram sua experiência com violência no futebol (Ferreira, 2013) para referir o ‘estádio’ como um lugar tão seguro como uma casa, enquanto que a ‘rua’ é o lugar do perigo, onde acontece a ‘batalha’, i.e. as brigas de torcidas e com a polícia. Foram encontradas três (3) ocorrências motivadas por essa metonímia conceitual nos dados analisados.

(32) “Fator *casa*, arma do adversário” (*Estado de Minas*, *Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).

(33) “*Dentro de casa* tem que pensar em vitória [...]” (*Estado de Minas*, *Super Esportes*, 16/08/2011, p. 5).

(34) “[...], mas deixou os *visitantes* dominarem as ações e virar o jogo” (*Estado de Minas*, *Super Esportes*, 28/08/2011, p. 6).

Foram apresentadas acima evidências de que a imprensa desportiva conceitualiza metonimicamente o estádio de futebol como uma ‘casa’ que fornece uma sensação de segurança ao jogador, já que ele teria, supõe-se, o apoio da torcida para conseguir a vitória. O time adversário que vem de fora para jogar na ‘casa’ é conceitualizado como ‘visitante’.

É interessante destacar que o uso metonímico ‘casa’ também foi verificado na fala dos participantes dos grupos focais tanto em Belo Horizonte como em Fortaleza (FERREIRA et al., 2014), quando esses relataram suas experiências com violência no futebol, ao aludir a ‘casa’ como o estádio que seria um local policiado e seguro, segundo os torcedores.

Outro domínio experiencial identificado foi MÁQUINA. A seguir serão apresentadas evidências de como o futebol e os jogadores são conceitualizados como máquina e peças da máquina.

5.7 FUTEBOL É MÁQUINA

Esta expressão metafórica sugere que o jogo de futebol é como uma ‘máquina com engrenagem’ e que o time — e seus jogadores- seriam ‘peças dessa engrenagem’:

- (35) “O problema é que o *time não está se encaixando [...]*” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011).

Nesse sentido, quando as peças se encaixam, pode-se pressupor que o time funciona e ganha a partida. Se há algum problema com uma peça da engrenagem, no caso com um jogador, o time perde em campo. A partir dessa metáfora, apresentamos as metáforas conceituais que tiveram somente uma (01) ocorrência no corpus estudado no período de tempo delimitado. A seguir serão apresentadas evidências linguísticas de como o futebol é conceitualizado como NAÇÃO e RAÇA.

5.8 FUTEBOL É NAÇÃO

A identidade conceitualizada como os domínios NAÇÃO e RAÇA permeia o discurso do esporte em geral, não sendo restrita ao futebol. Quando as seleções nacionais jogam, os torcedores demonstram seu orgulho nacional pendurando bandeiras dos seus países, o mesmo ocorre com relação aos times locais. Ouve-se falar em ‘nação corinthiana’ e ‘raça verdão’ (uma referência a outro clube paulista, o Palmeiras), os clubes têm bandeira e hino próprios. Fala-se no ‘rei Pelé’ e no ‘reinado de Maradona’ que era considerado o ‘rei de Nápoles’ na época em que jogou por lá. Tal domínio também motiva expressões nos dados coletados em Minas Gerais:

- (36) “O técnico Joel Santana queria um *reinado* no Cruzeiro” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 16/08/2011, p. 1).

No futebol, os clubes tem ‘hino’ e ‘bandeira’ como marca de pertencimento clubístico. Fala-se em um ‘time soberano no campeonato’, i.e. que está vitorioso. Tratam-se, pois, de marcas de identidade do time em que o clube é conceitualizado como NAÇÃO, os jogadores como ‘reis’ e os torcedores como ‘súditos’. Em alguns campeonatos, como o Campeonato Europeu, a expressão de um sentimento nacional emerge em meio ao futebol, por exemplo na recente vitória da Polônia contra a Alemanha no Estádio Nacional de Varsóvia em 11.10.2014

nas eliminatórias para o Campeonato Europeu na França em 2016, em que um sentimento nacional de revanche pela destruição causada pelos alemães durante a Segunda Guerra. Tais manifestações de nacionalidade e de rivalidades nacionais são fenômenos observáveis durante campeonatos em que seleções nacionais se enfrentam, momento em que rivalidades e sentimentos nacionais emergem.

5.9 UM MODELO COGNITIVO IDEALIZADO (MCI) DE FUTEBOL?

A cognição é corporificada e motivada por situações culturais e cada metáfora reflete um aspecto diferente da compreensão metafórica de alguma experiência (GIBBS, 1994). Lakoff (1987) propõe que cada metáfora conceitual refere um aspecto diferente de um Modelo Cognitivo Idealizado (MCI) e que um modelo cognitivo pode reunir diferentes metáforas contendo vários aspectos de nossa compreensão de uma determinada estrutura conceitual. Tais metáforas podem estar associadas em uma estrutura radial.

No presente trabalho, buscamos apresentar evidências linguísticas e suas respectivas motivações conceituais para corroborar o modelo de Lakoff e Johnson (1980/1999). Os exemplos apresentados, motivados conceitualmente por meio de ações, como o ‘duelo’ (exemplo 8) ou ‘preparar armas’ (10), são licenciados por diferentes aspectos de uma *gestalt* experiencial que vai delinear o domínio GUERRA da metáfora conceitual FUTEBOL É GUERRA, por exemplo. A noção de PARTE/TODO relacionada a um esquema de imagem que reflete a noção de CONTENIMENTO, subjacente à expressão metonímica ‘casa’ em ‘dentro de casa’, é outro exemplo de esquema metonímico que vai compor uma estrutura radial a configurar um possível modelo cognitivo idealizado de FUTEBOL. A ideia de CONTENIMENTO também se materializa na língua quando se fala em estar dentro/fora de uma Copa, de uma Liga, de um time e de uma torcida organizada, por exemplo.

Outros ICMs licenciados por metáforas conceituais, utilizados para falar sobre FUTEBOL que apareceram nos dados da mídia examinados no período, foram, além de GUERRA, ARTE, RELIGIÃO, JOGOS DE AZAR, ALIMENTO, VIDA, MÁQUINA, NAÇÃO e MÁGICA. Tais metáforas e metonímias conceituais estão possivelmente associadas em uma estrutura radial que compõe o ICM de futebol situado na cultura brasileira. As evidências linguísticas coletadas em jornais, blogs de torcidas e blogs sobre futebol refletem na mídia

brasileira a importância que o futebol possui na motivação de expressões metafóricas e metonímicas no Português Brasileiro.

A seguir serão discutidas algumas conclusões do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no presente artigo, como expressões metafóricas e metonímicas são utilizadas na mídia mineira para falar sobre futebol. Apresentamos vários exemplos de expressões metafóricas, cuja motivação conceitual pode corroborar a hipótese de que haja um possível Modelo Cognitivo Idealizado (MCI) de FUTEBOL, estruturado metaforicamente em termos de GUERRA, como ilustrado por expressões como (14) “*Confronto direto/As armas de cada um*” (*Estado de Minas, Super Esportes*, 28/08/2011, p. 4), ARTE, como em (22) “[...] o momento é o ideal para mudar esse *roteiro* ruim no Campeonato Brasileiro” (*O Tempo*, 2/09/2011, p. 42), assim como cf. os exemplos discutidos anteriormente, que vão utilizar os domínios experiências VIDA, ALIMENTO, CONTÊINER, RELIGIÃO/MAGIA, JOGO DE AZAR, NAÇÃO e MÁQUINA para falar sobre futebol. Essas metáforas estão, por hipótese, ligadas em uma estrutura radial que vai configurar o MCI de futebol.

O futebol é um componente importante da cultura brasileira e isso naturalmente se reflete no português brasileiro. Os diferentes aspectos do jogo, de seus participantes, assim como elementos da vida cultural que têm relevo na experiência com o futebol, como os ritos simbólicos, são destacados por meio de expressões metafóricas que irão chamar a atenção para alguns aspectos dentro do referido domínio, em detrimento de outros. Tais escolhas certamente estão relacionadas com o papel da cultura e do contexto no uso da língua. Isso pode explicar algumas variações nas escolhas das metáforas na mídia mineira, mais especificamente nos jornais *O Tempo* e *Estado de Minas (Super)* no período de 08.07.2011 a 02.09.2011, que foi o objeto do presente estudo, se comparadas com as metáforas utilizadas na mídia portuguesa. O mesmo foi verificado ao compararmos metáforas e metonímias veiculadas em outros contextos culturais e situacionais, como é o caso de metáforas de futebol usadas pela imprensa alemã.

Ao compararmos evidências de expressões metafóricas de vários domínios experienciais para se falar sobre futebol na imprensa brasileira e na imprensa portuguesa (ALMEIDA e

SOUSA, 2013), podemos traçar vários paralelos com algumas pequenas diferenças que podem ser atribuídas ao papel desempenhado pela cultura. Tais evidências interlinguísticas revelam uma grande sistematicidade do sistema conceitual humano que se reflete no uso de metáforas e metonímias na língua.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.C.; SOUSA, B. Mesclas e contrafactuais. In ALMEIDA, M.C.; SOUSA, B.; ÓRFÃO, P.; TEIXEIRA, S. *Jogar futebol com as palavras: Imagens metafóricas no Jornal “A Bola”*. Lisboa: Ed. Colibri, 2013, p. 91-109.
- ARANTES, P. C.; FERREIRA, L.C. *A metáfora no contexto midiático sociodiscursivo*. Anais do IX Encontro do CELSUL. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2010. p. 9-21.
- ARISTÓTELES. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 2000.
- CAMERON, L. Responding to the Risk of Terrorism: The Contribution of Metaphor. *DELTA* [online]. 2010, v. 26, Special issue Metaphor and Cognition, p. 587-614.
- CAMERON, L.; DEIGNAN, A. The Emergence of Metaphor in Discourse. *Applied Linguistics*, 27 (4), p. 671- 690.
- DER SPIEGEL. 15.06.2010
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. *Quando é dia de futebol*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- DURANTI, A. *Linguistic Anthropology*. New York: CUP, 1997.
- ESTADO DE MINAS (SUPER), Belo Horizonte, 11 jul. 2011, p. 1-5.
- ESTADO DE MINAS (SUPER), Belo Horizonte, 16 ago. 2011, p. 1-5.
- ESTADO DE MINAS (SUPER), Belo Horizonte, 26 ago. 2011, p. 3-4.
- ESTADO DE MINAS (SUPER), Belo Horizonte, 28 ago. 2011, p. 2-6.
- ESTADO DE MINAS (SUPER), Belo Horizonte, 3 set. 2011, p. 1.
- FERREIRA, L. C. *Metáfora, Futebol e Violência em Minas Gerais*. Revista Signo. vol. 38, n. 65, 2013, p. 273-291.
- FERREIRA, L. C. *A Conceitualização de violência e futebol*. ANTARES, v. 4, n. 7, 2012, p. 166-177.
- FERREIRA, L. C. *Futebol e metáfora na mídia*. IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO DISCURSO. CD-Rom. FALE, UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- FERREIRA, L. C. *Metáfora e futebol na vida cotidiana*. Anais. V Congresso Linguística e Cognição. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em:

<http://www.nupffale.ufsc.br/lincognition/Papers/LucianeFERREIRA_95-101.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2014.

FERREIRA, L. C.; GONÇALVES, B. L. *Football and metaphor*. IV Congress on Metaphor in Language and Thought. UFRGS, Porto Alegre, 2011. Comunicação oral.

FERREIRA, L. C.; SILVA, P. H. S. O discurso sobre futebol e violência em Minas Gerais. *Revista Scripta*, Vol. 18, nr. 34, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 20 out 2010.

FRANCO Jr., H. *A Dança dos Deuses: Futebol, Sociedade, Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIBBS, R. *Embodiment and Cognitive Science*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2006.

GIBBS, R. *The Poetics of Mind*. New York: CUP, 1994.

GIBBS Jr., R.W. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In: GIBBS, R. W.; STEEN, G. (Ed.). *Metaphor in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 146-166.

GIBBS, R.; FERREIRA, L.C. Do people infer the entailments of conceptual metaphors during verbal metaphor understanding? In M. Brdar & M. Fuchs (Ed.). *Converging and diverging tendencies in cognitive linguistics*. Amsterdam : John Benjamins, 2011.

GRADY, J. *Foundations of Meaning: Primary Metaphors and Primary Scenes*. Ph.D. thesis, UC Berkeley, 1997.

HASER, V. *Metaphor, Metonymy, and Experientialist Philosophy: Challenging Cognitive Semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: a Practical Introduction*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2010.

KÖVECSES, Z. *Metaphor in Culture. Universality and Variation*. Cambridge: CUP, 2005.

LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: University of Chicago Press, 1980.

MACHADO, I. *8 anos de Lula em uma partida de futebol*. UOL notícias. Dez/2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/01/03/8-anos-de-lula-em-uma-partida-de-futebol.htm>> Acesso em: 17 fev 2014.

MAHON, J. Getting your Sources Right: What Aristotle did't Say. *Researching and Applying Metaphor*. CAMERON, L.; LOW,G. (Eds.) Cambridge: CUP, 1999. p. 69-80.

O TEMPO, Belo Horizonte, 2011, p. 5.

O TEMPO, Belo Horizonte, 2 set 2011, p. 38, 41, 43.

PORTO, M. D.; ROMANO, M. Newspaper Metaphors: Reusing Metaphors Across Media Genres, *Metaphor and Symbol*, 28:1, 2013. p. 60-7 acesso em <http://dx.doi.org/10.1080/10926488.2013.744572>

SIMÓ, J. Chess Metaphors in American English and Hungarian. *Metaphor and Symbol*. Vol. 24, nº1, 2008.

REDDY, M. J. The Conduit Metaphor: A Case of Frame Conflict in our Language about Language. In: Ortony, A. (Org.). *Metaphor and Thought*. 1979.

SEMINO, E; MASCHI, M. Politics is football: Metaphor in the Discourse of Silvio Berlusconi in Italy. In: *Discourse and Society*. 1996. p. 243-269.

SEMINO, E; HEYWOOD, J; SHORT, M. Methodological Problems in the Analysis of Metaphors in a Corpus of Conversations about Cancer. *Journal of Pragmatics*, 36, 2004, p. 1271-1294.

THE SUN, 19.6.2004

WISNIK, J.M. *Veneno Remédio. O futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em 14 de março de 2015.

Aceito em 10 de maio de 2015.

METÁFORA NA ESCOLA BRASILEIRA: DICIONÁRIOS EM PAUTA

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)

RESUMO: No espaço escolar brasileiro, de um modo geral, ainda, se trabalham as metáforas, de forma a apresentá-las aos alunos como um recurso retórico, limitado-as à língua, ao seu léxico e ao texto literário, ainda que, pelo menos desde os primórdios dos anos de 1980, com a publicação do livro *Metaphors We Live By*, de George Lakoff e de Mark Johnson, o fenômeno metafórico tenha sido direcionado ao pensamento, à ação, passando a ser interpretado como um mecanismo de compreensão do mundo que circunda os seres humanos, tendo sido, portanto, reinterpretado como uma ferramenta de conceptualização, logo, interconectado à cognição humana. Sabendo disso, elaborei um estudo cujo objetivo principal foi procurar compreender como a metáfora é apresentada em dicionários utilizados em escolas brasileiras, a fim de verificar se, nessas obras, já ocorre algum tipo de transposição didática que atualize as paráfrases definitórias. Após realização deste estudo, este artigo apresenta os seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora; Ensino; Dicionários Escolares; Linguística Cognitiva; Metalexigrafia.

METAPHOR IN BRAZILIAN SCHOOL: DICTIONARIES IN DISCUSSION

ABSTRACT: In the Brazilian school environment, in general, even if work metaphors in order to present them to students as a rhetorical device, limited them to the language, its lexicon and literary texts, although at least since the early 1980s, with the publication of the book *Metaphors We Live By* by George Lakoff and Mark Johnson, the metaphorical phenomenon has been directed to thought, to action, but should be interpreted as a world understanding mechanism that encircles humans, having thus been reinterpreted as a conceptualization tool thus interconnected to human cognition. Knowing this, I prepared a study whose main objective was to try to understand how the metaphor is presented in dictionaries used in Brazilian schools in order to determine whether, in these works, as is some sort of didactic transposition to update the definitórias paraphrases. After this study, this paper presents the results.

KEYWORDS: Metaphor; Education; School dictionaries; Cognitive Linguistics; Metalexigrafia.

DIANTE DE UM INÍCIO: AS LINHAS NORTEADORAS DO ESTUDO

O artigo, ora principiado, expõe resultados de um estudo que objetivou compreender como ocorre a abordagem da metáfora em dicionários utilizados em escolas brasileiras, especificamente, em obras lexicográficas destinadas a alunas e alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático — Dicionários, 2012¹

¹ Como é sabido, “o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira [...] O PNLD é voltado para o ensino fundamental público, incluindo as classes de alfabetização infantil [...]”. Disponível em: www.pnld.org.br

(doravante, PNLD — Dicionários, 2012). Assim sendo, procurei verificar se, nessas obras, já ocorre algum tipo de transposição didática, de modo que apresentassem, em seus respectivos verbetes, paráfrases definitórias atualizadas que considerassem as atuais e recentes discussões acerca da metáfora promovidas no âmbito da Linguística Cognitiva², por especialistas desse fenômeno, como George Lakoff, Mark Johnson (1999; 2002 [1980]) e Zoltán Kövecses (2005, 2009). Para atingir aos objetivos estabelecidos, além de guiar-me por pressupostos da Teoria da Metáfora Conceptual (doravante, TMC), traçando diálogos com os autores antes citados, norteiei-me por premissas da Metalexigrafia, trazendo para as discussões pesquisadores como Sanromán (2000), Welker (2007) e Gomes (2007).

Com a finalidade de divulgar, no espaço acadêmico, o estudo desenvolvido e, em particular, os seus resultados, este artigo foi constituído por cinco partes que se interconectam, a fim de alcançar tal propósito, de modo que, para além da sua apresentação intitulada *Diante de um início: as linhas norteadoras do estudo*, o texto contém, também, as seguintes divisões: 1) *Diante da metáfora: concepções tradicionais e concepções recentes*, em que são apontadas e comentadas divergências entre duas relevantes linhas teóricas que se dedicam ao fenômeno metafórico; 2) *Diante do ensino e dos dicionários: Metalexigrafia e Metalexigrafia Escolar*, em que são expostos conceitos e objetivos dessas duas áreas do saber hominal; 2.1) *Diante dos dicionários escolares e do PNLD: tipologia*, em que são tecidos comentários, acerca da forma como dicionários escolares foram abordados no âmbito desse Programa, em sua última edição; 2.2) *Diante dos dicionários escolares aprovados pelo PNLD-Dicionários, 2012*, em que são indicadas as obras aprovadas pelo processo seletivo desse mesmo Programa; 3) *Diante da metodologia: percursos do estudo*, em que são traçadas as linhas metodológicas que conduziram o desenvolvimento da pesquisa realizada; 4) *Diante da metáfora nos dicionários: um exercício para chegar a um entendimento do objeto de estudo*, em que é exposto o percurso realizado, visando à compreensão do objeto em destaque, e são aduzidos os resultados alcançados; 5) *Diante de um fim e de caminhos para um recomeço*, em que são listadas as con-

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&Itemid=668. Acesso em: 01.10.2010. Em 2000, foi “[...] inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª [...]” Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico>. Acesso em: 01.10.2010.

² A Linguística Cognitiva surge, entre os finais dos anos 70 e primórdios dos 80, como reação à visão puramente formalista da linguagem. Como ressalta Silva, “é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autónomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual” (SILVA, 1997, p. 59).

siderações finais deste texto e outras vias de pesquisa, que, por sua parte, são seguidas pelas referências que alicerçaram as discussões constantes das linhas a seguir.

1 DIANTE DA METÁFORA: CONCEPÇÕES TRADICIONAIS E CONCEPÇÕES RECENTES

Como é sabido por quem se dedica à pesquisa sobre metáfora, no devir da constituição da tradição dos estudos retóricos, foi tomada como verdade uma série de postulados, a respeito desse fenômeno, de tal sorte que foi concebido e ratificado por eminentes pensadores que esse fenômeno se dava quando uma palavra fosse utilizada de forma distinta do seu uso cotidiano, do seu sentido próprio, natural, compreendendo-o, então, como uma questão léxica, por conseguinte, linguística, bem como foi entendido que a metáfora, apenas, ocorria, eventualmente, na língua, e que era característica, em especial, do texto literário, e, também, se pensava que a linguagem metafórica era corrompida, um desvio de usos naturais, originais, reais do léxico de uma língua e que os usos metafóricos convencionais do cotidiano eram metáforas já mortas, fixadas em expressões literais. Enfim, a metáfora era concebida como um mecanismo que evidenciaria similaridades preexistentes entre o que, normalmente, palavras designam e o que designam, quando são empregadas metaforicamente.

A partir dos finais dos anos 70, ocorreu, no seio da Linguística Cognitiva, uma releitura, ou melhor, uma reconceptualização do que se entendia por metáfora que, com o advento desse modelo científico, passou a ser vista como um modo de raciocinar sobre o mundo, através do qual os seres humanos são capazes criar realidades.

A metáfora, então, foi situada para além da linguagem; deixou de ser concebida, tão somente, como uma figura de linguagem e passou a ser lida como uma figura do pensamento, como um fenômeno humano conceptual, neural, corporal, linguístico, social e cultural (KÖVECSES, 2009), constituído historicamente.

Acha-se, portanto, a metáfora infiltrada no dia a dia de crianças, de mulheres e de homens, em seus pensamentos, em suas ações e não apenas em suas linguagens, visto que o sistema conceptual ordinário dos seres humanos é, em essência, metafórico (LAKOFF; JOHNSON (2002 [1980])), ainda que as suas diferentes linguagens, sendo todas concebidas metaforicamente como a ponta de um iceberg, possibilitem elaborar construções teóricas a-

cerca do que acontece nas profundezas do cérebro, ou dito a partir outra perspectiva, o acesso a variadas redes de linguagem viabiliza pensar sobre as interconexões do ser humano com as suas experiências cotidianas, porque a conceptualização metafórica ou por qualquer outro mecanismo conceptual só acontece em interconexão interativa e integrativa; conclusão que elaborei, inspirada em minhas leituras sobre a Teoria da Complexidade (CAPRA, 2006; 2005; MATURANA; VARELA, 2001; MORIN (2011; 2009) e sobre a própria Linguística Cognitiva (LAKOFF, 1996; 1999).

2 DIANTE DO ENSINO E DOS DICIONÁRIOS: METALEXICOGRAFIA E METALEXICOGRAFIA ESCOLAR

Assim como a Linguística Cognitiva, a Metalexigrafia ou Lexicografia Teórica é uma área recente no Brasil, tendo sido os seus primeiros estudos confeccionados nos decênios derradeiros do século XX (WELKER, 2006). À Metalexigrafia, cabe elaborar saberes teóricos e metodológicos a respeito dos produtos lexicográficos e as suas discussões mais proficuas tratam da tipologia de dicionários, da constituição histórica da lexicografia e da sua produção, da crítica aos produtos lexicográficos, dos usos feitos dos variados dicionários e, da mesma forma, das necessidades dos seus consulentes (SANROMÁN, 2000).

No devir do seu desenvolvimento, surgiu uma nova rede de pesquisa voltada, especificamente, ao ensino; trata-se, no caso, da Metalexigrafia Escolar que consiste na “[...] análise teórica que visa fornecer subsídios conceituais e técnicos à lexicografia escolar [...]” (GOMES, 2007, p. 76). Assim sendo, essa nova rede do saber humano oferece contribuições teórico-metodológicas para a elaboração de materiais lexicográficos, empregados no plano educacional.

Os seus pesquisadores devem proceder ao estudo e à avaliação criteriosa de dicionários destinados ao público infanto-juvenil, de maneira tal que possam possibilitar que se reflita sobre essa produção dicionarística, bem como possam favorecer a geração de um posicionamento crítico dos agentes sociais da escola e, também, da família e, ainda, do Estado, em relação a um gênero textual³ tão importante para as sociedades com cultura escrita, uma vez que

³ Alguns consideram o dicionário como um suporte para o gênero verbete, Gonçalves (2012, p. 132), por exemplo, afirma que: “[...] faz-se necessário esclarecermos que o dicionário será considerado por nós como um suporte”, para o gênero verbete.

essa cultura, ao menos no Ocidente, ao longo de sua formação histórica, desejou, e, como consequência desse desejo, projetou, produziu e vendeu dicionários e continua a desejar, a projetar, a produzir e a vender dicionários. O mercado editorial desse segmento, ao menos, no que concerne ao espaço atinente aos dicionários escolares no Brasil, nunca esteve tão aquecido.

Os dicionários em geral e, conseqüentemente, os escolares possibilitam que se conheçam saberes formulados pelas pessoas com o adentrar dos anos, em diferentes espaços sociais, e, para uma comunidade acadêmica, ainda, bastante inspirada pelos ditames do cartesianismo, em que partes de um todo são segmentadas e analisadas, essas obras contemplam tanto os saberes formados pela cultura humanística, quanto científica, tanto saberes linguísticos quanto enciclopédicos, sendo que, de algum modo e paradoxalmente, valorizam e, ao mesmo tempo, diluem dicotomias tão apreciadas na ciência e tão bem avaliadas no cenário dos estudos linguísticos e em outras áreas do saber hominal⁴.

Por serem, então, os dicionários obras tão gerais de guarda da memória do conhecimento humano, de cariz histórico e, simultaneamente, normativo, prescritivo, conhecem, de um modo geral, apreciação e reconhecimento social e os conteúdos que apresentam, por um lado, acabam sendo lidos, relidos, ratificados, reproduzidos e, por outro, também, pelo próprio poder social que desfrutam, são comentados, avaliados, retificados⁵. Em face desse cenário multifacetado em que os dicionários se inscrevem nas sociedades que têm tradição escrita, pesquisadores da Metalexigrafia procuram refletir sobre esses patrimônios dessa mesma cultura escrita, proporcionando o desenvolvimento, entre outros, de estudos críticos de variados dicionários, de tal modo que as reflexões sobre as obras lexicográficas voltadas para consulentes infanto-juvenis têm aumentado o seu escopo em diferentes espaços de poder, como o acadêmico, a partir da realização de pesquisas de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado, e como o do próprio Estado Brasileiro, a partir do desenvolvimento do PNL D — Dicionários.

⁴ Recentemente, desenvolvi um estudo em que discuto a perspectiva multidisciplinar e, ao mesmo tempo, interdisciplinar dos dicionários, pois, compreendo que se, por uma parte, conhecimentos de várias áreas são colocados, lado a lado, de maneira multidisciplinar, nos mais diferentes verbetes, por outro, a linguística é tomada, de uma forma interdisciplinar, pelo lexicógrafo e por sua equipe, visando à compreensão do léxico e de suas unidades constituintes em todos os seus aspectos.

⁵ Sobre as discussões que podem ocorrer na sociedade, a propósito do conteúdo apresentado em dicionários, conferir a polêmica, a respeito do verbo *cigano*, no dicionário Houaiss que apareceu, em diferentes veículos de circulação do domínio discursivo jornalístico, a exemplo da matéria *Temporada de caça ao dicionário*, de Luiz Costa Pereira Junior (2012). Disponível em: <http://revistalingua.com.br/textos/78/temporada-de-caca-ao-dicionario-255310-1.asp> Acesso em: 10.12.2015.

As reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores em *Metalexiconografia Escolar* são variadas, para exemplificar, no que concerne, especificamente, à microestrutura⁶ de obras usadas nas escolas, o que é, de certa forma, o objeto do estudo que ora apresento resultados, as pesquisas podem promover, por exemplo, discussões atinentes à inserção e à pertinência de definições, de exemplos e/ou de abonações; podem discutir se os dicionários trazem, em suas definições, preconceito social, o que ocorre não poucas vezes, inclusive, pela tensão do lexicógrafo em descrever e prescrever os usos das palavras (ALMEIDA, 2015).

2.1 DIANTE DOS DICIONÁRIOS ESCOLARES E DO PNLD: TIPOLOGIA

A mais recente edição do PNLD — Dicionários iniciou-se, em 2011, quando foi publicado o último Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de dicionários brasileiros de língua portuguesa pelo referido Programa, adequados aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio da rede pública brasileira. Nesse Edital, são definidos quatro tipos de dicionários, tendo como público-alvo os alunos que se iniciam no processo de inserção no mundo da cultura escrita até aqueles que concluirão a última fase da educação básica, de forma que os diferentes dicionários foram divididos em quatro grupos, em consonância com as necessidades de cada fase escolar do Ensino Fundamental. O quadro a seguir, coletado do mencionado Edital, condensa as informações atinentes aos dicionários:

⁶ A microestrutura é o conjunto de informações oferecidas no artigo lexicográfico (PORTO DAPENA, 2002). Os informes dados nos verbetes podem variar, conforme os objetivos estabelecidos para o dicionário. Relativamente à microestrutura, Gomes (2007) apresenta os seguintes elementos constituintes da sua estrutura básica, além da entrada: 1) divisão silábica, 2) categoria gramatical, 3) definição, 4) exemplo e 5) plural. Também, observou que outros 24 itens eram optativos, de sorte que apareciam em certos verbetes, mas não em outros; os elementos facultativos, identificados pela referida autora, foram: 1) flexão verbal, 2) indicação de pronúncia, 3) indicação de prancha ilustrada, 4) nota gramatical, 5) gênero, 6) forma feminina, 7) forma masculina, 8) transitividade, 9) sílaba tônica, 10) palavra composta, 11) expressão idiomática, 12) locução, 13) colocação, 14) sinônimo, 15) antônimo, 16) remissão, 17) superlativo absoluto sintético, 18) paradigma de conjugação verbal, 19) marca de uso, 20) diminutivo, 21) aumentativo, 22) palavra derivada, 23) abonação e 24) informação enciclopédica. Gomes (2007) constatou que informes opcionais distribuíam-se não equitativamente nos dicionários, pois a opção de inseri-los ou não liga-se à proposta lexicográfica, que, por seu turno, devia relacionar-se aos objetivos estabelecidos para cada ano de ensino, levando em consideração, ainda, a relação do seu público-alvo, tanto com o gênero dicionário/verbe, quanto com a escrita (ALMEIDA; GOMES, 2012).

Quadro 1 — Informes sobre os dicionários consoante Edital de Convocação 01/2011 —
 CGPLIN

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de tipo 1	1º ano do ensino fundamental	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes; • Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.
Dicionários de tipo 2	2º ao 5º ano do ensino fundamental	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; • Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de tipo 3	6º ao 9º ano do ensino fundamental	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; • Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.
Dicionários de tipo 4	1º ao 3º ano do ensino médio	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; • Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.

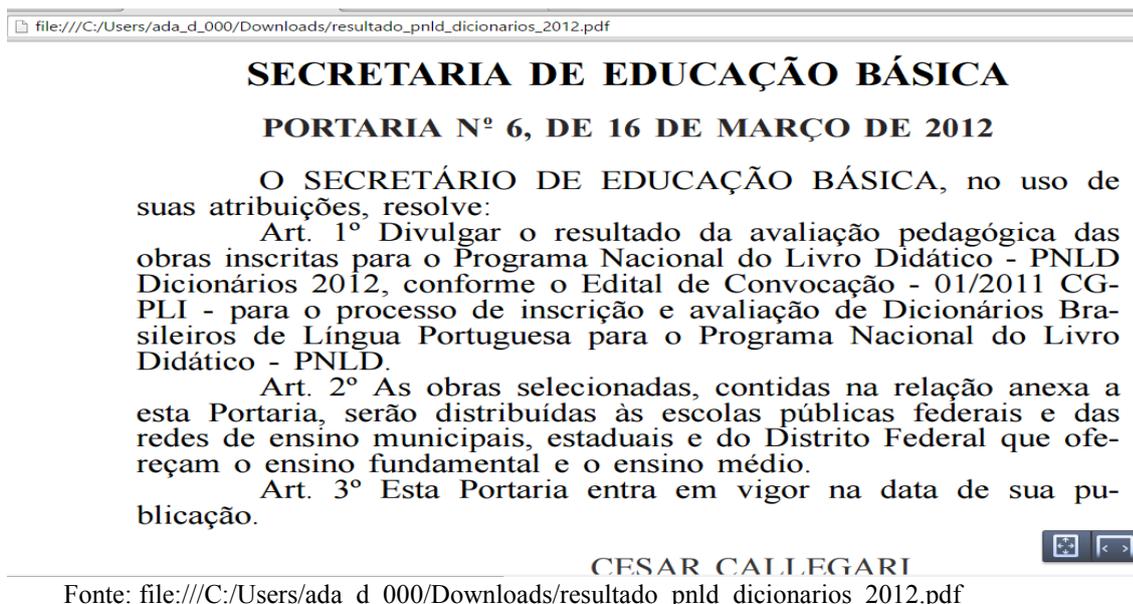
Fonte: file:///C:/Users/ada_d_000/Downloads/pnld_dicionarios_2012_edital.pdf

2.2 DIANTE DOS DICIONÁRIOS ESCOLARES APROVADOS PELO PNLD-DICIONÁRIOS, 2012

Após a fase de inscrição e, também, de realização de todo o processo de avaliação das obras inscritas no Edital de Convocação 01/2011 — CGPLI Programa Nacional do Livro Didático, PNLD — Dicionários 2012 — especificamente, no Edital de convocação para o pro-

cesso de inscrição e avaliação de dicionários brasileiros de língua portuguesa para o Programa Nacional do Livro Didático — PNLD, foi divulgado o resultado do processo avaliativo, no Diário Oficial de 22 de março de 2012:

Figura 1 — Portaria n. 6, de 16.03.2012: divulgação do resultado da avaliação do PNLD — Dicionários, 2012



Com essa divulgação, a sociedade tomou conhecimento das obras que foram aprovadas pelo PNLD — Dicionários, 2012, que foram, tão somente, cinco dicionários do tipo 3, conforme demonstra o quadro a seguir, também, coletado de outro maior, constante do referido Diário da União em sua seção 1:

Figura 2 — Extrato da Portaria n. 6, de 16.03.2012: resultado da avaliação do PNLD — Dicionários, 2012, para tipo 3:



EDITORES		LÍNGUA PORTUGUESA ILUSTRADO
Tipo 3		
Código	Editora	Título da obra
32237L0000	EDITORA POSITIVO LTDA	AURÉLIO JÚNIOR: DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA
32241L0000	LEXIKON EDITORA DIGITAL LTDA	CALDAS AULETE MINIDICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA
32249L0000	EDIÇÕES SM LTDA	DICIONÁRIO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA
32251L0000	COMPANHIA EDITORA NACIONAL	DICIONÁRIO ESCOLAR DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA
32300L0000	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	SARAIVA JOVEM - DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA ILUSTRADO

Fonte: file:///C:/Users/ada_d_000/Downloads/resultado_pnld_dicionarios_2012.pdf

3 DIANTE DA METODOLOGIA: PERCURSOS DO ESTUDO

Em face das diferentes etapas do ensino e dos variados dicionários voltados para o espaço escolar, conforme já pontuei, em outras passagens deste artigo, para proceder ao estudo, foram escolhidas as obras lexicográficas aprovadas pelo PNLD — Dicionários, 2012, destinadas a estudantes 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, portanto, do tipo 3, sendo que, nessas obras, foram, especificamente, selecionados os verbetes para entrada metáfora. O recorte, considerando, exclusivamente, os dicionários do tipo 3, foi feito, pelo fato de serem, de um modo geral, os estudos sobre o fenômeno em questão principados nos últimos anos do Ensino Fundamental; essa decisão é avalizada, inclusive, pelo próprio texto do Edital do PNLD — Dicionários, quando lá se afirma que: “[N]os dicionários de Tipo 3 [...] *a terminologia específica das diferentes áreas disciplinares curriculares do segundo segmento do ensino fundamental deve fazer-se significativamente presente*” (EDITAL, 2011, p. 17 — Grifos meus)⁷.

Delimitados o objeto de estudo e a fonte a partir da qual a pesquisa seria desenvolvida, foram, então, consultados os verbetes destinados para metáfora constantes dos cinco dicionários⁸ aprovados pelo PNLD — Dicionários, 2012, pois, adotando este comportamento, o estudo realizado enfocaria verbetes de obras lexicográficas que passaram pelo crivo de renomados especialistas do léxico da língua portuguesa, bem como seria o trabalho ancorado pela certeza de serem essas obras parte do acervo de escolas públicas de todo o país, uma vez que as obras selecionadas pelo PNLD — Dicionários são distribuídas em instituições educacionais públicas do Brasil.

Depois de feita a leitura de cada verbete em cada uma das obras selecionadas, foi constituído o corpus, a partir da digitação, em um arquivo do Word, de todos os verbetes antes lidos; posteriormente, foram estudadas as microestruturas, com enfoque nas definições expostas, nos

⁷ Os dicionários do tipo 4, também, poderiam ter sido considerados, porém, o estudo não foi ampliado, devido à limitação do tempo destinado à elaboração deste artigo e do espaço para a exposição dos resultados alcançados.

⁸ Ao longo da exposição deste estudo, alguns dicionários serão citados por meio de siglas, quais sejam: SM, para o *Dicionário Didático de Língua Portuguesa*, e ABL, para o *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras — Língua Portuguesa*, outros serão retomados, metonimicamente, pelo nome do organizador da obra em pauta, no caso do Aulete — *Caldas Aulete Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* — e no do Ferreira — *Aurélio Júnior: Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, e outro, ainda, será recobrado pelo de nome de sua editora, especificamente, o Saraiva — *Saraiva Jovem — Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado*. Assim sendo, não será feita a referência de uma dada obra toda vez que a mesma for citada, por isso, caso considere necessário, o leitor deverá verificar as referências completas ao final do texto.

exemplos ou nas abonações e nas marcas de uso aduzidas em cada uma dessas obras, ainda que outras informações dadas em suas microestruturas não tenham sido desprezadas.

A fim de compreender os elementos constitutivos das microestruturas dos dicionários postos, aqui, em destaque, no tocante à entrada para metáfora, com base nas informações constantes dos próprios verbetes constituintes do corpus, foram estabelecidas oito categorias, visando ao desenvolvimento das reflexões sobre o objeto de estudo, quais sejam: 1) sílabas; 2) classe; 3) marcas de uso; 4) definição; 5) exemplo/abonação; 6) derivação; 7) étimo; 8) uso, ainda que o cerne deste estudo diga respeito, especialmente, a três dessas categorias, a saber: a) definição, b) exemplo/abonação e c) marcas de uso, dado que são essas as categorias que permitem saber como os dicionários escolares aprovados pelo PNLD — Dicionários, 2012 compreendem o uso e o conceito de metáfora.

4 DIANTE DA METÁFORA NOS DICIONÁRIOS: UM EXERCÍCIO PARA CHEGAR A UM ENTENDIMENTO DO OBJETO DE ESTUDO

Ao comentar para que serve um dicionário, Rangel (2012) enfoca a questão da terminologia no dia a dia de uma sociedade, de modo a tratar da importância dos saberes acerca das palavras terminológicas, para os utentes de uma língua, pois esses saberes podem ser cruciais para a infalibilidade de determinada situação cotidiana, quer quando as pessoas usam a oralidade, quer a escrita.

A fim de exemplificar a sua discussão, o autor traz como exemplo o domínio discursivo da medicina e comenta a necessidade de um médico conhecer, em relação à terminologia que usa, em interação com o paciente, o significado e as distinções efetivas entre os termos da sua área e os vocábulos empregados, corriqueiramente, pela população não especializada, pois acredita que, apenas, dessa maneira, o médico poderá se assegurar que o paciente compreendeu o diagnóstico e, assim, o último prosseguirá com o seu tratamento.

Ainda, afirma que, por explicar e por fazer circular a terminologia da área, o médico poderá ouvir do paciente uma descrição mais eficiente acerca da sua saúde, de sorte que acabará se favorecendo com isto, já que, conforme pensa Rangel (2012), traduzir a terminologia que utiliza e fazer a transposição da linguagem do paciente para a da medicina, no momento

de fazer o diagnóstico, não é, tão somente, uma questão de educação ou de habilidade pessoal/social do médico, mas parte inerente do seu trabalho.

Em sequência, de um lado, Rangel (2012) destaca que todo e qualquer especialista, quando informa ou relata sobre os seus atos a quem é de direito, acaba se colocando em face dessa mesma necessidade e, de outro, esse autor salienta que os dicionários são obras que auxiliam os seus consulentes nessas situações, de tal maneira que reduzem o espaço entre o vocabulário, os recursos lexicais que o usuário possui e as possibilidades de que o léxico dispõe, logo, sempre que o sentido de uma palavra estiver em foco, os dicionários poderão colaborar sobremaneira com aquele que os consulta.

Não indo tão longe quanto Rangel (2012) e, também, não saindo da esfera do domínio discursivo da educação, acredito que a terminologia empregada em textos didáticos, a partir da segundo ciclo do Ensino Fundamental, precisa ser compreendida por professores e, também, por alunos, e, se o dicionário tem a função de apresentar essa terminologia, como já ressaltou Rangel (2012), precisa fazer isto com qualidade, pois, ainda, como destaca o mesmo autor:

Os dicionários de Tipo 3 devem cobrir um conjunto mais diverso e mais complexo de lexias, estendendo a experiência do aluno para todos os tipos de palavras (lexicais e gramaticais; simples e compostas; expressões idiomáticas; neologismos; palavras de uso restrito; etc.), e para um maior número de esferas públicas da comunicação, com destaque para a mídia e as produções escritas destinadas ao público infanto-juvenil, como os cadernos ou seções próprias para crianças e jovens (em revistas e jornais de grande circulação), a literatura infanto-juvenil e *os materiais didáticos voltados para o ensino fundamental. A terminologia específica das diferentes áreas disciplinares curriculares do segundo segmento do ensino fundamental deve fazer-se significativamente presente* (RANGEL, 2012, p. 94; Grifos meus).

Diante da importância da terminologia para a sociedade em geral e para a educação, especificamente, penso ser necessário, então, proceder a questionamentos em relação ao comportamento dos dicionários voltados para a educação básica, de tal maneira que, no âmbito deste estudo, cabe-me perguntar se essas obras da lexicografia estão, de fato, tratando a terminologia com a devida qualidade, bem como cabe-me indagar se estão definindo os termos usados nos livros didáticos e, no caso específico do objeto de estudo aqui posto em tela, cabe-me perguntar se tratam a metáfora e, se sim, como é feita esta abordagem.

Hoje, cada vez mais, é defendido que os alunos não precisam ter um conhecimento arraigado de metalinguagem⁹, mas a tradição metalinguística do ensino de língua portuguesa, ainda, não deixou de ter forte influência nos espaços escolares e de propagar metalinguagem sem uma maior reflexão, sem pensar criticamente sobre essa metalinguagem e, pelo que sei, de um modo geral, salvo poucas exceções, não se produz, ainda, um ensino epilinguístico eficiente e com a qualidade esperada em todas as escolas brasileiras, especialmente, quando o público-alvo dessas escolas é constituído de alunos oriundos das classes sociais menos favorecidas da sociedade. Dessa maneira, é preciso refletir como os dicionários, instrumentos utilizados para a realização de leitura e escrita de qualidade, amplamente, difundidos nas sociedades com cultura escrita e, assim sendo, também, propagados no Brasil, tratam os fenômenos semânticos e, em particular, a metáfora.

Postas estas primeiras observações, passo a exposição do estudo propriamente dito. Inicialmente, apresento o quadro a seguir em que são colocadas, paralelamente, as informações obtidas nos verbetes para metáfora dos cinco dicionários consultados:

⁹ Conforme Antunes (2007), por exemplo, não há necessidade de apressar e trazer para as primeiras séries a estranheza da metalinguagem, com definições, classificações e subdivisões.

Quadro 1 — Os dicionários e as categorias estabelecidas para o estudo

Dicionário	Separação de sílabas	Classe	Marcas de uso	Definição	Exemplo/ Abonação	Derivação	Étimo	Uso
AULETE (2012)	(me.tá.fo.ra)	sf.	Gram.	Figura de linguagem que consiste em estabelecer uma analogia de significados entre duas palavras ou expressões, empregando uma pela outra.	(p. ex. <u>asas</u> da imaginação).	me.ta.fô.ri.co a	[F.: Do lat. metaphora, ae]	
SARAIVA (2010)	me.tá.fo.ra	sf.	Ling.	Figura de linguagem que consiste em utilizar uma palavra em lugar de outra por haver entre elas uma relação de semelhança.	(quando se diz que alguém tem um “coração de pedra”, usar o significado de “pedra” para exprimir dureza e falta de sentimentos é uma metáfora.)			
FERREIRA (2011)	me.tá.fo.ra	subst. fe	Lingua-gem	Recurso da linguagem em que a significação natural duma palavra é substituída por outra com que tem relação de semelhança.	[Por metáfora, chama-se raposa a uma pessoa astuta]			
SM (2009)	(me.tá.fo.ra)	sf.		Figura de linguagem em que se designa um ser por outro nome, para indicar uma qualidade que não aparece, mas pode ser subentendida.	Ela é uma flor é uma metáfora para indicar uma pessoa delicada ou bonita.			[] uso É diferente de comparação *figura de linguagem em que se estabelece expressamente um semelhança em dois ou mais termos)
(ABL, 2008)	(me.tá.fo.ra)	s.f.	(Gram.)	Figura de linguagem que consiste em designar uma coisa, mediante uma palavra cujo significado tem uma relação de semelhança ou analogia.	“A vida é um barco a voar” é uma bela metáfora do poeta Alphonso Guimarães.	metafórico adj.		

Fonte: Própria autora

As informações constantes dos verbetes estudados são: 1) separação de sílabas, 2) classe de palavras, 3) marcas de uso, 4) definição; 5) exemplo/abonação; 6) derivação, 7) étimo e 8) uso, por isto mesmo, essas foram as categorias propostas para nortear as reflexões, aqui, promovidas. Alguns desses conteúdos figuram em todos os verbetes, mas outros não. A primeira, segunda, quarta e quinta categorias (separação de sílabas, classe de palavras, definição e exemplo/abonação) documentam-se em todas as microestruturas destinadas à entrada metáfora dos dicionários consultados, já a terceira (marcas de uso) falta no SM, enquanto a sexta (derivação) registra-se, tão somente, no Aulete e no ABL; a sétima (étimo), por sua vez, aparece, apenas, nesse primeiro, ou seja, no Aulete, e, finalmente, a oitava (uso), no SM. Assim sendo, o conteúdo que constitui a parte estrutural dos verbetes é variável.

De todas as categorias antes arroladas, considero, de um lado, a primeira, a segunda, a sexta e a sétima (separação de sílabas, classe de palavras, derivação e étimo) acessórias, no âmbito deste estudo, e, por outro, tomo a terceira, a oitava e, sobretudo, a quarta e a quinta categorias (marcas de uso, uso, definição e exemplo/abonação) como basilares para o entendimento de como os dicionários aprovados pelo PNLD — Dicionários, 2012 compreendem a metáfora e, também, para saber se essas obras apresentam algum tipo de transposição didática dos mais recentes conhecimentos adquiridos pela TMC.

No que concerne aos informes, aqui, considerados secundários (separação de sílabas, classe, derivação e étimo), os cinco dicionários oferecem informações idênticas, a respeito da separação de sílabas e da classe de palavras, o que, obviamente, demonstra que essas obras seguem a norma culta do português do Brasil; no entanto, no tocante à derivação, apenas, o Aulete e o ABL informam-na, de tal modo que dão a conhecer a formação adjetival (metafórico, a), no mesmo verbe para metáfora, enquanto outros trazem-na em outra microestrutura específica para o adjetivo. Esse comportamento variável se justifica pelos critérios de estabelecimento da macroestrutura de cada obra. Essa variação expressa, da mesma forma, que não há uniformidade, no tocante à abordagem dada ao léxico nos diferentes dicionários. Relativamente ao étimo, apenas, é informada a origem da palavra pelo Aulete, dado que nenhum outro traz a etimologia da entrada metáfora. Inclusive, devo pontuar que esse informe constante deste verbe desse dicionário pode ser discutido, uma vez que é atribuída uma origem latina sem qualquer menção ao grego que, em última instância, pode ser considerado seu étimo remoto.

No tocante às categorias fulcrais do estudo, relativamente, à terceira categoria, marcas de uso, foram identificadas diferenças entre os dicionários, pois, se, por uma parte, o Aulete e

o ABL inserem, em seus respectivos verbetes, a marca de uso gram., colocando a metáfora no âmbito da gramática, por outra, o Saraiva e o Ferreira projetam-na para domínio de uso da linguagem. Além disso, o SM não oferece informes acerca dessa categoria. A respeito do uso, oitava categoria, aqui, examinada, o dicionário SN, único a inseri-la, procede à clássica dicotomia entre metáfora e comparação, entendendo a primeira com base em semelhanças subentendidas e a segunda como semelhanças expressas, sendo que essa dualidade não condiz com as premissas da Linguística Cognitiva que procura vencer visões dicotômicas tão preconizadas nos estudos linguísticos.

Sobre a quarta categoria — definição —, os cinco dicionários situam o fenômeno metafórico no plano da linguagem, sendo que quatro — Aulete, Saraiva, SM e ABL — categorizam-no como figura e um — Ferreira — como recurso.

Também, é unânime a compreensão desse mesmo fenômeno como pertencente ao léxico das línguas (“[...] estabelecer uma analogia de significados entre duas *palavras* [...] (Aulete)”; “[...] utilizar uma *palavra* em lugar de outra [...] (Saraiva)”; “[...] significação natural duma *palavra* é substituída por outra [...] (Ferreira)”; “[...] designa um ser por outro *nome* [...] (SM)” e “[...] designar uma coisa, mediante uma *palavra* [...]” (ABL)¹⁰), ainda que, no caso do SM, possa ser percebida uma concepção referencialista permeando o texto definitório e que, no Aulete, possa ser entrevista uma perspectiva para além das palavras, já que lá se compreende que a metáfora, também, se conecta com expressões.

Para além do subsistema léxico, o Aulete (“analogia de *significados*”), o Ferreira (“*significação* natural”) e o ALB (“*significado*”¹¹) evidenciam a relação semântica que ocorre na metáfora. No caso do Ferreira, chama a atenção o entendimento da metáfora como um tipo de desvio; afinal, é expresso, em seu verbe, que as palavras possuem significação natural que é substituída por outra; diante desta colocação, cumpre-me perguntar: o que seria mesmo uma significação natural de uma palavra?

A analogia é tida como mecanismo responsável pela metáfora (“estabelecer uma *analogia* de significados (Aulete)”; “designar uma coisa, mediante uma palavra cujo significado tem uma relação de semelhança ou *analogia*” (ABL)). Além disso, acredita-se que há uma relação de semelhança entre as palavras (“por haver entre elas [palavras] uma relação de se-

¹⁰ Todos os grifos registrados, neste parágrafo, são meus.

¹¹ Também, neste parágrafo, os grifos são meus.

melhança” (Saraiva); “significação natural duma palavra é substituída por outra com que tem relação de *semelhança*” (Ferreira); “designar uma coisa, mediante uma palavra cujo significado tem uma relação de *semelhança* ou analogia” (ABL)¹².

No que diz respeito à categoria exemplo e/ou abonação, a maior parte dos casos é constituída por metáforas convencionais (“p. ex. asas da imaginação”. (Aulete); “quando se diz que alguém tem um “coração de pedra”. Usar o significado de “pedra” para exprimir dureza e falta de sentimentos é uma metáfora”. (Saraiva); “[Por metáfora, chama-se raposa a uma pessoa astuta]”. (Ferreira); “Ela é uma flor é uma metáfora para indicar uma pessoa delicada ou bonita”. (SM)). Apenas, o dicionário ABL, talvez, por ser um representante da Academia Brasileira de Letras, traz uma abonação coletada de um poeta (“A vida é um barco a voar” é uma bela metáfora do poeta Alphonso Guimarães”. (ABL)). Então, aqui, pode ser observada uma dissonância entre a tradição dos estudos retóricos, os quais limitam, basicamente, a metáfora ao campo da linguagem literária e os exemplos criados pela equipe lexicográfica, coletados, provavelmente, da própria memória de quem elaborou o verbete, de modo a indicar como usos metafóricos aqueles do cotidiano, com a exceção já mencionada do dicionário ABL. Assim sendo, há um nítido descompasso entre definições oferecidas e exemplos usados para ratificá-las, uma vez que os textos definitórios, principalmente, categorizam a metáfora como figura de linguagem.

DIANTE DE UM FIM E DE CAMINHOS PARA UM RECOMEÇO

Percebo, ainda meio intuitivamente, pois os estudos, aqui, propostos encontram-se em fase inicial de elaboração, que, no espaço escolar brasileiro, de um modo geral, se trabalham as metáforas, de forma a apresentá-las aos alunos como um recurso retórico, limitado-as à língua, ao seu léxico, mesmo tendo sido, pelo menos desde os primórdios dos anos 80, com a publicação do livro *Metaphors We Live By*, de George Lakoff e de Mark Johnson, o fenômeno metafórico direcionado ao pensamento, à ação, passando a ser interpretado como um mecanismo de compreensão do mundo que circunda os seres humanos, tendo sido, portanto, reinterpretado como um meio de conceptualização, logo, interconectado à cognição humana.

¹² Neste parágrafo, todos os grifos que se documentam são meus.

No Edital do PNLD — Dicionários, 2012, ao se tratar da qualidade das definições apresentadas nessas obras da Lexicografia, informa-se que “*as definições apresentadas para os vocábulos devem estar livres de erros. [...]*” (EDITAL, 2011, p. 18— Grifos meus). Não posso afirmar que as definições estudadas expressam erro, no sentido de exporem o que já foi tido como verdade absoluta, no âmbito dos estudos sobre questões de significação, mas posso assegurar que são omitidas informações importantes acerca da palavra definida, pois outros conhecimentos já foram constituídos e são esses saberes mais atuais, completamente, silenciados.

Os resultados do estudo feito, a partir desse levantamento, demonstraram que não ocorre, nessas obras, a transposição didática de recentes conhecimentos elaborados pela TMC, embora sejam usados exemplos do cotidiano em boa parte dos verbetes esquadrinhados, e, ainda que, no Edital, se assegure que sobre a “[...] Contextualização[,] será observada a presença, para cada acepção, de exemplos ou abonações que auxiliem o aluno na compreensão dos empregos possíveis para dado vocábulo” (EDITAL, 2011, p. 18), não posso dizer que a contextualização oferecida nas obras ajudem, de fato, os alunos, porque não condizem, propriamente, com as definições apresentadas nas obras consultadas.

Enfim, apresentei, neste artigo que ora se finda, resultados parciais de uma pesquisa acerca do ensino da semântica que estou realizando, com membros do GESCOG — Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva, associado ao PROHPOR — Programa para a História da Língua Portuguesa. E, embora este texto seja concluído agora, outros trabalhos serão realizados, de tal maneira que pretendo, em estudo vindouro, ainda, pesquisar os verbetes para metáforas em dicionários do tipo 4, assim como almejo cotejar os diferentes verbetes, para saber se, de fato, há mudanças significativas nos verbetes dos dicionários dos tipos 3 e 4. Pretendo, ademais, comparar os verbetes das obras aprovadas com as reprovadas e, ainda, com outras não escritas no Edital, para verificar se há mudanças significativas entre essas obras e tentar entender como ocorre a compreensão, no âmbito escolar, do que se entende por metáfora. E, ainda, almejo propor verbetes, para cada etapa do ensino, constituídos por informes que considero adequados para o que se entende por metáfora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Ariadne D.; GOMES, Patrícia (2012). *Lexicografia e ensino: em busca de um uso reflexivo do dicionário em sala de aula*. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/c8e334_38d04bbc102d4e26bb0a9884e7e3793d.pdf Acesso em 01.08.2015.

ALMEIDA, A. Ariadne D.; COELHO, Juliana Soledade Barbosa; GOMES, Patrícia Vieira Nunes (2008). Em busca da lexicografia didática: o uso do dicionário na sala de aula. In: MENDES, Edleise; CASTRO, Lúcia. (Org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes. p. 187-203.

ALMEIDA, A. Ariadne D. O dicionário na escola brasileira: algumas questões ideológicas. In: ALMEIDA, A. Ariadne D.; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos. (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015.

ANTUNES, Irandé Costa (2007). *Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Ed. Parábola.

AULETE, Caldas (2012). *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Paulo Geiger (Org.). Rio de Janeiro: Lexicon.

BECHARA, Evanildo (Org.) (2011). *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

CAPRA, Fritjof (1996). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof (2002). *As conexões ocultas: ciência para a vida sustentável*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. SEÇÃO 1, n. 57, quinta-feira, 22 de março de 2012. Disponível em: file:///C:/Users/ada_d_000/Downloads/resultado_pnld_dicionarios_2012.pdf. Acesso em 31.07.2015.

Dicionário didático. 3 ed. São Paulo: Edições SM, 2009:

Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE DICIONÁRIOS BRASILEIROS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO — PNLD. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/ada_d_000/Downloads/pnld_dicionarios_2012_edital.pdf. Acesso em: 31.07.2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2011). *Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa*. 2 ed. Curitiba: Positivo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2011). *Aurélio Júnior*: dicionário escolar da língua portuguesa coordenação de Mariba Baird Ferreira e Margarida dos Anjos, ilustrações Axel Sarde. 2 ed. Curitiba: Positivo.

GEIGER, Paulo (Org.) (2011). *Caldas Aulete* — minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon.

GOMES, Patrícia Vieira Nunes (2007). *O processo de aquisição lexical na infância e a meta-lexicografia do dicionário escolar*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

GONÇALVES, Sheila de Carvalho Pereira. (2012). *A importância da análise de gêneros textuais na formação docente*. Disponível em: file:///C:/Users/ada_d_000/Downloads/261-956-1-PB.pdf Acesso em: 14.12.2015.

<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>

LAKOFF, George (1987). *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. (1999). *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. Nueva York: Basic Books.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco (1984). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MORIN, Edgar (1999). Trad. Eloá Jacobina. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

MORIN, Edgar (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. 4 ed. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PORTO DAPENA, José-Álvaro (2002). *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros.

RAMOS, Rogério de Araújo (ed. resp.) (2011). *Dicionário didático de língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: SM, 2011.

RANGEL, Egon (2012). *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*/[elaboração Egon Rangel]. — Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Disponível em: file:///C:/Users/ada_d_000/Downloads/dicionario_em_sala_de_aula_pnld%20(1).pdf. Acesso: 31.07.2015.

RANGEL, Egon; BAGNO, Marcos (2006). *Dicionários em sala de aula*. Brasília: MEC/SEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/polleidicio.pdf>. Acesso em: 01 feve. 2010.

SARAIVA JOVEM: dicionário da língua portuguesa ilustrado. Organização da editora. São Paulo: Saraiva. 2010.

SARAIVA, Kandy S. de Almeida & Oliveira, Rogério Carlos G. de (2010). *Saraiva jovem; dicionário da língua portuguesa ilustrado*. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Augusto Soares da (1997). *A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*. Revista Portuguesa de Humanidades, 1/1-2, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, p. 59-101. Disponível em:
<http://www.inf.unioeste.br/~jorge/MESTRADOS/LETRAS%20-%20MECANISMOS%20DO%20FUNCIONAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20-%20PROCESSAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20NATURAL/ARTIGOS%20INTERESSANTES/Lingu%EDstica%20Cognitiva.pdf> Acesso em 10.12.2015.

SILVA, Augusto Soares da. (1997). *A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*. Disponível em:
<http://www.inf.unioeste.br/~jorge/MESTRADOS/LETRAS%20-%20MECANISMOS%20DO%20FUNCIONAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20-%20PROCESSAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20NATURAL/ARTIGOS%20INTERESSANTES/Lingu%EDstica%20Cognitiva.pdf> Acesso em: 14.12.14.

WELKER, H. A (2006). *Breve histórico da metalexigrafia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros*. MATRAGA, Rio de Janeiro, ano 13, n.19, p. 69-84. Disponível em:
<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga19/matraga19a04.pdf>. Acesso em: 29.07.2015.

Recebido em 11 de março de 2015.

Aceito em 10 de maio de 2015.

POR UMA ABORDAGEM COMPREENSIVA DA REDUPLICAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Carlos Alexandre GONÇALVES (UFRJ/CNPq/Faperj)

Luciana de Albuquerque Daltio VIALLI (IFRJ)

RESUMO: Neste texto, pretendemos mostrar que a reduplicação é um processo de formação de palavras de uso bem abrangente no português brasileiro. Observando em que situações o fenômeno se manifesta, procuramos diferenciar repetição de reduplicação, além de fornecer uma descrição adequada (formal e semântica) para cada padrão de reduplicação existente em português: (a) a composição V_iV_i ('puxa-puxa', "doce"), (b) a sufixação intensiva ('chororô', "choro excessivo") e (c) a prefixação reduplicativa em nomes de parentesco ('vovó'), hipocorísticos ('Dedé', a partir do antropônimo 'André') e na interação pelo baby-talk ('neneca', redução afetiva de 'boneca').

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Formação de Palavras; Reduplicação; Afixação.

FOR A COMPREHENSIVE APPROACH OF REDUPLICATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE

ABSTRACT: In this paper, we intend to show that reduplication is a word-formation process extremely productive in Brazilian Portuguese (BP). Observing in what situations the phenomenon manifests itself, we try to differentiate reduplication of repetition, providing an adequate description (formal and semantic) for each pattern of reduplication in BP: (a) the V_iV_i compounding ('puxa-puxa', "toffee"), (b) intensive suffixation ('chororô', "excessive cry") and (c) the reduplicative prefixing in kinship names ('vovó', "grandma"), truncation names ('Dedé', affective reference of the anthroponym 'André') and in the interaction called baby-talk ('neneca', affective reduction of 'boneca', "doll").

KEYWORDS: Morphology; Word-formation; Reduplication; Affixation.

INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendemos mostrar que a reduplicação é um processo de formação de palavras de uso bem abrangente no português brasileiro. Observando em que situações o fenômeno se manifesta, procuramos, em primeiro lugar, diferenciar repetição de reduplicação, além de fornecer uma descrição adequada (formal e semântica) para cada padrão de reduplicação que identificamos em português: (a) a composição V_iV_i ('puxa-puxa', "doce"), (b) a sufixação intensiva ('chororô', "choro excessivo") e (c) a prefixação reduplicativa em nomes de parentesco ('vovó'), hipocorísticos ('Dedé', a partir do antropônimo 'André') e na interação pelo *baby-talk* ('neneca', redução afetiva de 'boneca').

O texto se estrutura da seguinte maneira: na próxima seção, definimos reduplicação, apresentando um pequeno conjunto de exemplos do português brasileiro. Na sequência, mos-

tramos que muitas onomatopeias apresentam formas replicadas, mas não devem ser entendidas como oriundas de um processo morfológico de reduplicação. Logo após, com base em Garcia (1996), distinguimos reduplicação de repetição. Por fim, analisamos cada padrão de reduplicação existente em português, sobretudo na variante brasileira.

1 REDUPLICAÇÃO: PRIMEIRAS IDEIAS

A reduplicação é um processo morfológico que envolve a cópia de material fonológico de uma base, à qual se chega, algumas vezes, por meio de um encurtamento, como em ‘André’ > ‘Dé’ > ‘Dedé’. Pode ocasionar a repetição de toda a palavra ou de apenas parte dela, à esquerda (‘pai’ > ‘papai’) ou à direita (‘bolo’ > ‘bololô’), com alteração fonológica (‘madrinha’ > ‘dindinha’) ou não (‘Raquel’ > ‘Quequel’). Dito de outra maneira, a reduplicação pode ser total, como nos dados em (01) e (02), ou parcial, como em (03). A diferença entre (01) e (02) reside no fato de, em (02), haver um mecanismo de redução antes da cópia; em (03), um ou mais segmentos tornam as sequências fonicamente diferentes, embora, como em (02), também haja encurtamento:

- (01) come-come (jogo eletrônico); pega-pega (brincadeira infantil)
- (02) bumbum (bunda); vovó (avó); Lili (Sueli)
- (03) Bebel (Isabel); bololô (embolação); dodói (machucado)

Nas línguas do mundo, a reduplicação é usada em flexões, para transmitir uma função gramatical, tal como a pluralidade, e em derivações lexicais para criar novas palavras com valores semânticos os mais variados. Casos conhecidos de redobro flexional são a prefixação reduplicativa em Agta e a sufixação reduplicativa em Saho, como nos dados exemplificados, a seguir, extraídos de Marantz (1982). Em ambos os casos, a reduplicação manifesta o número plural:

- (04) Agta
 - (a) takki ‘perna’ > taktakki ‘pernas’
 - (b) uffu ‘coxa’ > ufuffu ‘coxas’
- Saho
 - (a) lafa ‘osso’ > lafof ‘ossos’
 - (b) illa ‘primavera’ > illol ‘primaveras’

Línguas indo-européias formalmente utilizavam a reduplicação para criar uma série de formas verbais, especialmente no pretérito perfeito. Nas línguas indo-européias mais conhecidas, mas já extintas, muitas dessas formas verbais são encontradas (KIYOMI, 1995):

- (05) Latim: *spondeo, spopondi* (“eu juro, eu jurei”)
Grego: *λείπω, λέλοιπα* (“eu saí, eu deixei”)
Gótico: *háitan, haiháit* (“nomear, eu nomeei”)

No *tok pisin*, crioulo inglês da Papua Nova Guiné (Oceania), observa-se o redobro total na formação de verbos, como *tok-tok* (“falar”) e *luk-luk* (“olhar”). Nos crioulos franceses (COUTO, 1999), o emprego do fenômeno também é frequente, como em *tous-touse* (“tossir sem parar”), *bouz-bouze* (“mexer-se ligeiramente”). Logo, é notório que a reduplicação é um processo presente em quase todas as línguas do mundo. Isso leva Couto a defender a tese de que a reduplicação pode ser um dos primeiros processos morfológicos e gramaticais a existir, já que parte da simples junção de duas formas da maneira mais econômica: através de uma cópia.

Reduplicação é o termo padrão para esse fenômeno na literatura linguística. Outros são usados ocasionalmente: clonagem, duplicação e repetição (CRYSTAL, 1997). Como lembra Couto (2000), a reduplicação não é um fenômeno desconhecido das gramáticas tradicionais; no entanto, é tratada, nesse tipo de compêndio, sobretudo como composição. É exemplificado, quase sempre, como formas como ‘luze-luze’, ‘ruge-ruge’ e ‘quero-quero’, nem todas com o mesmo estatuto na língua, tal como apontado por Vialli (2011). O fenômeno da reduplicação encontra-se na lista dos processos marginais de formação de palavras do português não apenas por apresentar escassez de análises linguísticas e dificuldades em sua delimitação, mas também porque sua regularidade está na relação da morfologia com a fonologia (GONÇALVES, 2004).

2 REPETIÇÃO E REDUPLICAÇÃO

Couto (1999) observa que o fenômeno da reduplicação também aparece nos tratados de retórica, como em Tavares (1978), que apresenta a epizeuxe (ou reduplicação) entre as figuras feitas por “repetição ou excesso”. Exemplifica a repetição seguida pelo mesmo vocábulo com um trecho de Gonçalves Dias: “São uns olhos verdes, verdes...”. Com o objetivo de deixar clara a diferença entre repetição e reduplicação, podemos recorrer a Garcia (1996):

repetição é a reaparição de um ou mais elementos linguísticos depois de sua primeira ocorrência no texto. Como processo expressivo, não só intratextual, mas também intertextual, a repetição [...] constitui um dos recursos mais efetivos para a intensificação da linguagem nos níveis fonológico, morfológico e sintático.

Como se depreende da citação, a repetição pode ser frasal ou lexical; no entanto, somente a lexical implica a aparição de palavras autônomas, como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios. Ora, nesse sentido, a chamada epizeuxe é um caso de repetição discursiva, muito diferente de exemplos como “Eles ficam nesse canta-canta e não fazem nada”, em que temos como resultado da repetição um substantivo. Nesse exemplo, não há mera repetição, mas um processo morfológico de reduplicação em que a clonagem da forma verbal leva à formação de uma nova palavra.

Outros exemplos de repetição vocabular utilizada com função expressiva — e que, portanto, não devem ser confundidos com a reduplicação — são os seguintes, extraídos da *Internet*, letras de músicas ou obras literárias (VIALLI, 2013):

(06) O sol chegou, tão atrevido.

Penetrando na cortina.

Eu posso ver todo seu corpo.

Descoberto, linda, linda (Zezé di Camargo e Luciano).

Me Abraça e Me Beija, Amor

Que o meu Coração chamou, chamou (Banda Calipso).

Ela é uma mulher grossa, grossa, grossa.

E eu dizia:

— Ainda é cedo, cedo, cedo, cedo, cedo.

(Legião Urbana).

Te amo muito, muito, muito!

Wierzbicka (1986) observa que repetição e reduplicação são fenômenos bem diferenciados funcionalmente. O primeiro é marcado por pausa, representada por meio de uma vírgula na escrita (‘Ele caminha devagar, devagar’); o último não admite pausa ou vírgula na escrita e constitui novo item lexical (‘bate-bate’ — “brinquedo de parque de diversões”). A autora observa que, nos casos de reduplicação, como processo, apesar de haver relação de significado com a base original, o produto é um item diferente, que mantém relação morfofonológica com a palavra-fonte; na repetição vocabular, a ideia veiculada é sempre a de intensificação.

3 REDEFININDO A REDUPLICAÇÃO

Retomando Couto (1999), pode-se concluir que na repetição existe total igualdade entre a base e a cópia do ponto de vista formal e funcional; na reduplicação, essa igualdade se dá apenas formalmente, podendo a cópia da base ser total ou parcial. O autor decide, então, adotar o conceito de reduplicação formulado por Kiyomi (1995), transcrito em (07), a seguir:

(07) Reduplicação:

Dada uma palavra com a forma fonológica X, a reduplicação refere-se a XX ou xX (em que x é a parte de X e x pode aparecer antes, após ou no interior de X).

Condições:

- (i) XX ou xX devem ser relacionados semanticamente a X.
- (ii) XX ou xX devem ser produtivos.

Dessa forma, a reduplicação pode ser total (XX) ou parcial (xX) e a forma reduplicada não preserva a mesma função semântica e gramatical da base. Quando a reduplicação for parcial, os segmentos copiados podem pertencer ao início, meio ou final da base original; por isso mesmo, a reduplicação é um tipo especial de afixação (GONÇALVES, 2009), um processo morfológico que, de acordo com Key (1965), pode dar ideia de iteração, pluralidade, intensificação, distributividade, diminuição e mudança de categoria gramatical.

Ao analisar o alcance da reduplicação em português, Albuquerque & Gonçalves (2004: 47), como Kiyomi (1995) estabelecem condições para que se identifiquem formas resultantes desse processo:

- (i) a base copiada deve ser sincronicamente depreendida e haver relação de significado entre base e produto. Nesse caso, ‘bebelo’ é uma reduplicação porque a base ‘cabelo’ é reconhecida sincronicamente. O mesmo não acontece, por exemplo, com ‘mamão’, em que a isolabilidade do suposto prefixo reduplicativo destruiria as relações de significado no interior da palavra, uma vez que a noção de ‘mão’ não está contida em ‘mamão’;
- (ii) o resultado do processo deve ser uma forma com função lexical ou expressiva de avaliação (BASILIO, 1987), como ocorre, respectivamente, em ‘corre-corre’, que denomina um evento, e em ‘Dedé’, hipocorístico do antropônimo ‘André’, marcado pela expressão de afeto;
- (iii) a forma resultante não deve possuir valor onomatopaico, o que caracterizaria simplesmente a reprodução de um som e não uma cópia feita a partir de uma base, como ‘fonfom’ e ‘auau’. Essas formações são casos de reduplicação bem motivados onomatopaicamente, ao contrário de ‘bate-bate’ e ‘pega-pega’, entre outros.

4 REDUPLICAÇÃO E ONOMATOPEIA

Couto (1999, 2000), Albuquerque & Gonçalves (2004) e Vialli (2008) alertam para as comparações entre onomatopeia e reduplicação, também feitas por diversos autores já citados. Key (1965) aponta que, por ter como função primordial a imitação de sons, a onomatopeia não pode expressar funções gramaticais, tal qual a reduplicação. Alguns exemplos de onomatopeia que se assemelham à reduplicação são elencados em (08), a seguir. Sem dúvida alguma, os dados em (08) exibem sequências replicadas e formalmente fazem uso da repetição, mas de modo algum resultam de um processo produtivo, como prevê a condição (07ii) acima. Nesses casos, a forma resultante é motivada pela reprodução aproximada, imitativa, com os recursos fonológicos de que a língua dispõe, de algum som/ruído natural:

- (08) auau = cachorro latindo
bibí = buzina acionada; pedido de passagem; carro (infantil)
fonfom = buzina tocando; pedido de passagem
gluglu = gorgoletar do peru; praticar sexo (fazer gluglu)
quero-quero = nome de uma ave que pretensamente faz esse som
tique-taque = barulho do relógio
chuá-chuá = água caindo abundantemente
trim-trim = telefone tocando
plimplim = Rede Globo (som emitido durante intervalos comerciais)
toc-toc = batida na porta

Como se vê em (08), ruídos, gritos, canto de animais, sons da natureza, barulho de máquinas, timbre da voz humana, entre outros domínios, fazem parte do universo das onomatopeias. No domínio da fala, há várias onomatopeias com três sílabas idênticas (09), a primeira delas criada muito recentemente:

- (09) mimimi = utilizado para satirizar alguém que passa a vida reclamando
nhenhém = lamúria; resmungo
títiti = vozerio; confusão de vozes
zunzunum = excessiva confusão

Algumas onomatopeias acabam adquirindo significados especializados, através da metáfora ou da metonímia. É o que se observa com ‘piu-piu’, barulho emitido pelo pinto, que, por também fazer referência ao órgão genital masculino, acaba sendo usada eufemisticamente como sinônimo de “pênis”, sobretudo de crianças.

Muitas formas replicadas fazem referência ao domínio do sexo e envolvem redobro total, ainda que não seja possível identificar uma base, o que torna questionável o estatuto de

reduplicação. É provável que algumas tenham motivação onomatopaica, por conta do ruído durante a prática sexual:

- (10) nheco-nheco; fuc-fuc-; lepo-lepo; vuc-vuc; tuf-tuf; lesco-lesco

Algumas onomatopeias vêm prontas de outras línguas, como o inglês (11). Além disso, muitas formas do inglês acabam sendo reinterpretadas por falantes do português como casos de reduplicação, por conta da semelhança sonora que apresentam com palavras já consagradas na língua (12), ainda que possam ter vindo do inglês:

- (11) bang-bang = barulho de tiros; tiroteio; gênero de filme
sniff-sniff = som de alguém chorando; chororô

- (12) what's up >> zap-zap “aplicativo de celular”
self-service >> serve-serve “restaurante em que se o cliente se serve”

Por conta da influência das línguas africanas na formação histórica do português, muitas delas com amplo uso da reduplicação, várias palavras com sílabas idênticas acabaram chegando até nós, muito embora não sejam casos de reduplicação, aqui entendida como em (07), ou seja, tal como concebida por Kiyomi (1995):

- (13) gogó, Iaiá, tutu, cocô, babá, nenê(m), bobó, chuchu, fofoca, babaca

Também é de origem africana a expressão ‘lero-lero’, que significa “conversa fiada; palavreado vazio”. Essa forma, nos dias de hoje, é sentida como reduplicada porque sofreu o processo de truncamento e ‘lero’, sozinha, assumiu o significado de conversa, sem conotação negativa, como se observa no exemplo a seguir. Com isso, ‘lero-lero’ passa a ser entendida como um caso de reduplicação em português:

- (14) @guiafolha Muito obrigada pela atenção, em nome de toda a equipe do Guia! E bom show aqui em SP. Bom gente, foi um prazer imenso levar esse *lero* com vocês. Espero que vcs tb tenham gostado. Beijão!!! (*Folha de São Paulo*, 27/04/2011).

5 SUFIXAÇÃO REDUPLICATIVA

De acordo com Couto (1999), Araújo (2000) e Albuquerque & Gonçalves (2004), a reduplicação é um processo altamente produtivo no português brasileiro (PB), sendo, mostram Villalva & Gonçalves (no prelo), de produtividade muito limitada no português europeu e em

outras variantes do mundo lusófono. Na variedade brasileira, novas formas reduplicadas são facilmente encontradas. Por exemplo, o acréscimo do molde subespecificado VCV (vogal-consoante-vogal) no final da palavra expressa intensificação:

(15)	chor+o	chororô	“choro excessivo”
	bol+o	bololô	“grande aglomeração”
	trel+a	trelelê	“dar confiança demais”
	baf+o	bafafá	“confusão; gritaria”

Em todas as palavras que expressam intensidade usando esta estratégia, as vogais resultantes são sempre idênticas, existindo, portanto, perfeita harmonia na melodia vocálica. Exemplos como os de (15) nos levam a considerar que o processo de cópia faz uso dos segmentos da raiz (não da palavra), uma vez que o índice temático da base nunca aparece. Assim, a partir de ‘ch[o]ro’, temos ‘chororô’, instanciando uma vogal média-fechada, [o], como o núcleo das três sílabas da palavra resultante. O mesmo pode ser dito sobre ‘b[a]fo’, em que a eliminação da vogal temática produz três vogais baixas idênticas (‘bafafá’).

Esse padrão de reduplicação aparece em outros casos, sempre expressando intensidade, como ‘piriri’ (“diarreia excessiva”) e ‘sururu’ (“confusão”), nos quais é difícil identificar uma base, sendo impossível uma interpretação mais composicional. Para as palavras reduplicativas desse grupo, podemos definir um modelo fonológico abstrato, C(C)V_iC_jV_iC_jV_i, em que i e j, subscritos, indicam identidade completa de segmentos e C e V, consoante e vogal, nesta ordem. Parênteses representam opcionalidade: a segunda consoante pode ou não existir: cf. ‘bafafá’ vs. ‘trelelê’.

6 COMPOSIÇÃO V_iV_i

Um segundo caso de reduplicação, igualmente mais comum no português brasileiro que em outras variedades, envolve a duplicação de um verbo para formar um composto V_iV_i, em que V representa verbo e _i, subscrito, identidade entre as formas. Os produtos podem transmitir dois significados: ação (16a) ou objeto (16b). Em alguns casos, ambos os sentidos podem ser observados na mesma palavra (16c):

(16)	a. borra-borra	“ato de borrar repetidamente”
	b. bate-bate	“brinquedo do parque de diversões”
	c. pula-pula	“ato de pular repetidamente/brinquedo”

As bases de compostos V_iV_i são geralmente dissilábicas (‘chupa-chupa’, “tipo de picolé”; ‘treme-treme’, “nome de um edifício em São Paulo”; ‘pisca-pisca’, “luminoso que pisca repetidamente”)¹. Há também casos como ‘empurra-empurra’, ‘espreme-espreme’ e ‘esbarra-esbarra’, com três sílabas, mas a primeira é sempre desprovida de *onset* (ataque silábico, elemento pré-nuclear). Uma vez que a reduplicação de bases verbais é regida por exigências prosódicas, os produtos sempre terminam em sílabas abertas (sem coda, elemento de travamento). Finalmente, a principal característica do processo é a seleção da terceira pessoa do singular do presente do indicativo (P3 Ind Pres): assumimos que essa é a forma não-marcada do paradigma do verbo, fato que permite a releitura do verbo como substantivo.

Evidência de que P3 Ind Pres é, de fato, a forma não-marcada em português é o fato de figurar em compostos VS, como em (17), composição com estrutura muito semelhante à de sintagmas verbais, e em compostos V_iV_j , com dois verbos diferentes igualmente na terceira pessoa do singular do presente do indicativo:

- | | | |
|------|------------------|---|
| (17) | guarda-costas | “tipo de segurança” |
| | lava-louça(s) | “instrumento para lavar louças” |
| | quebra-cabeça(s) | “jogo de montagem” |
| | porta-copos | “objeto para pendurar copos” |
| | paraquedas | “artefato de lona para amortecer a queda” |
| (18) | bate-entope | “iguaria que logo sacia” |
| | sobe-e-desce | “subir e descer repetidas vezes” |
| | leva-e-traz | “fofoqueiro” |
| | morde-e-assopra | “indivíduo que critica alguém e logo depois elogia” |

Vale a pena comentar o tratamento dado à reduplicação verbal no italiano por Thornton (2008), pois também vale para o português. A autora destaca exemplos como *fuggi-fuggi* (“debandada”) e *copia-copia* (“cópia generalizada”), afirmando a composição V_iV_i é responsável pela nominalização de ações em italiano, sendo muito usual nessa língua. Ela mostra que, no espanhol, esse tipo de composto é responsável pela nomeação de plantas (*duerme-duerme*, “dormideira”), brincadeiras (*pega-pega*, “brincadeira de correr”), jogos (*mata-mata*, “bola de gude”) e pessoas (*chapa-chapa*, “rico”). Guilbert (1971) elenca poucos nomes oriundos dessa operação morfológica em francês; são eles: (a) instrumentos: *coupe-coupe* (“facão”) e *vire-vire* (“ventilador”) e (b) jogos: *passe-passe* (“abracadabra”) e *cache-cache* (“esconde-

¹ Todas essas formas apresentam interpretação mais verbal, uma vez que também atualizam um significado mais aspectual (iterativo), remetendo a algo feito excessivamente.

esconde”). Desse modo, o processo parece bem mais usual em italiano que em outras línguas neolatinas.

Os compostos V_iV_i em italiano, como *compra-compra* (“ato de comprar repetidamente”) e *parla-parla* (“ato de falar muito e dizer pouco”), são nomes de ação bem mais padronizados que em espanhol e francês, o que leva Thornton (2008) a afirmar que é o italiano a língua em que o uso da reduplicação de base verbal se faz mais presente. De modo algum concordamos com a autora, pois a variedade brasileira faz amplo uso desse mecanismo que, na maioria esmagadora dos casos, apresenta conteúdo iterativo: ato de praticar a ação expressa pela base reiteradas vezes.

Couto (1999, 2000) classifica as diversas formas de reduplicação V_iV_i , por ele observadas, da seguinte maneira:

(a) Formas citadas pelas gramáticas, algumas das quais em desuso:

- (19) (i) *bule-bule*: ‘?’
(ii) *corre-corre*: ‘*correria*’,
(iii) *luze-luze*: ‘*pirilampo*’,
(iv) *pega-pega*: ‘1. *carrapicho*; 2. *conflito*; 3. *prisão em massa*; 4. *brinquedo*’,
(v) *ruge-ruge*: ‘1. *ruído por saias que roçam o chão*; 2. *rugido*; 3. *barulho*’

(b) Formas usadas como nomes próprios:

- (20) (i) *troca-troca*: ‘*nome de feira popular de Olhos d’água, Goiás*’,
(ii) *Vaivai*: ‘*nome da escola de samba mais famosa de São Paulo*’

(c) Formas não encontradas nas gramáticas, mas já dicionarizadas:

- (21) (i) *bate-bate*: ‘1. *movimento constante de objetos que se chocam*; 2. *batida*’,
(ii) *lambe-lambe*: ‘1. *fotógrafo*; 2. *primeira fila dos teatros de revistas*’,
(iii) *lufa-lufa*: ‘*grande afã, azáfama*’,
(iv) *mexe-mexe*: ‘*tipo de jogo*’,
(v) *pisca-pisca*: ‘1. *cacoete de piscar*; 2. *ato de piscar seguidamente*, 3. *farol intermitente*, 4. *farolete dos automóveis*’,

(vi) *pula-pula*: ‘1. *tipo de ave*, 2. *ato de pular repetidamente*, 3. *brinquedo*’
(vii) *puxa-puxa*: ‘1. *doce ou bala de consistência elástica e grudenta*; 2. *espécie de alfêloa, puxa*’,
(viii) *quebra-quebra*: ‘1. *arruaça com depredações*; 2. *cobra-de-vidro*’,
(ix) *roque-roque*: ‘1. *Ato de roer*; 2. *tipo de peixe*’.

(d) Formas que não constam nas gramáticas nem estão dicionarizadas:

- (22) (i) beija-beija: ‘ação de várias pessoas beijando umas às outras’,
 (ii) empurra-empurra: ‘tumulto, em que cada um quer se safar primeiro’,
 (iii) gira-gira: ‘brinquedo giratório de parquinho infantil’,
 (iv) mata-mata: ‘jogo decisivo’

Os mais de cinquenta dados recolhidos por Vialli (2013) — e diferentes dos já citados por Couto (1999, 2000), Araújo (2000), Albuquerque & Gonçalves (2004) e Vialli (2008) — evidenciam que, pelo menos na variedade brasileira (PB), a reduplicação de bases verbais é tão ou mais usual que em italiano, o que nos leva a repensar a afirmação feita por Thornton (2008).

No PB, há um padrão associado a esse tipo de reduplicação. No polo formal, o tema de um verbo de ação dissilábico (‘pega-pega’, ‘pula-pula’, ‘corre-corre’) ou trissilábico sem *onset* (‘agarra-agarra’, ‘espreme-espreme’, ‘empurra-empurra’) é repetido e o redobro cria um substantivo. No polo semântico, dois significados geralmente emergem. O mais básico (e comum a todas as formações) é o de evento, como em ‘pisca-pisca’ significando simplesmente “pisca repetidas vezes”. Nessa palavra, ocorre interpretação metafórica da ação expressa pelo verbo, isto é, como o evento se desdobra no tempo, manifesta o aspecto iterativo. Nas demais acepções, ocorre nova extensão semântica e o significado se torna mais fixo, como coisa (‘pisca-pisca’ como “luzes de Natal” ou “alerta do automóvel”). Nesse caso, o nome é acessado estaticamente e a interpretação que leva ao nome-coisa é feita por meio da metonímia, uma vez que o objeto tem a propriedade de piscar reiteradas vezes. No quadro abaixo, distribuimos alguns dos dados de Vialli (2013) com base no tipo de significado que manifestam, fornecendo um exemplo para cada uso.

Tabela 1 — Exemplos contextualizados de reduplicação de base verbal.

Forma	Sentido	Exemplo
Acende-acende	evento	O fósforo não acendia de jeito nenhum. O vento sempre apagava e a gente ficou naquele acende-acende rindo pra caramba!
Agarra-agarra	Evento	Eu já não aguento mais ficar nesse agarra-agarra no portão.
Alisa-alisa	Evento	E não diga que gosta de cafuné não... que você não vai ter sossego!! Vai ser um alisa-alisa danado!!
Arranha-arranha	Evento	Disseram que foi um empurra-empurra, um arranha-arranha que só Deus e ainda naquele calor, aff...
Ataca-ataca	Evento	E de repente, foi aquele ataca-ataca na mesa de doces. Um horror!
Bate-bate	Evento	“Arriscavam um tímido mexer da cabeça, acompanhando o bate-bate do compasso”.

	Coisa	“Carrinho de bate-bate do parque de diversões solta e acidenta menino de 7 anos”.
Beija-beija	Evento	Agora vai terminar a dança do beija-beija
Bole-bole	Evento	Dança do bole-bole (música)
Cai-cai	Evento	A unção do cai-cai iniciou-se com o americano Randy Clark, que foi ordenado pastor em 1950.
	Coisa	Fama de “cai-cai” vira brincadeira com Neymar no Twitter; veja frases mais engraçadas.
Canta-canta	Evento	“Eles ficam nesse canta-canta e não fazem nada.”
Cheira-cheira	Evento	Depois as posições se invertem e começa um cheira-cheira danado.
Cisca-cisca	Evento	Lembro que lá em casa era agitado sempre... um cisca-cisca danado quase o dia todo...
	Coisa	Como dizem os meus amigos gaúchos, vocês contrataram um eterno reserva, um cisca-cisca.
Coça-coça	Evento	Coça-coça. Seu cão ou gatinho se coça demais em partes do corpo como patas, orelhas e olhos?
Come-come	Evento	E acabou a novela sem ninguém tê-la “comido”, justo numa novela que, desde o início, foi um “come-come” adoidado.
	Coisa	Todos conhecem o famoso Pacman, vulgo come-come. É só comer as bolinhas e escapar dos inimigos.
Empurra-empurra	Evento	Confusão e empurra-empurra no final dos treinos abertos do UFC em São Paulo.
Engana-engana	Evento	A educação nunca foi prioridade em nenhum governo sempre é um engana-engana: governo fazendo de conta que paga um bom salário ao professor e o professor faz de conta que ensina.
	Coisa	Chamo de engana-engana aquele tipo onde uma pessoa finge ser competente para a organização (e o pior, o chefe acredita).
Esconde-esconde	Evento	De toda a prova apenas um não escondeu o jogo. Foi o canadense Pascal Wollach que ficou com o 2º tempo da prova com 55:69 e fez sua melhor marca pessoal. O resto foi um esconde-esconde geral.
	Coisa	Veja como inovar no jogo do Esconde-Esconde, que pode ser jogado por crianças a partir dos 2 anos de idade.
Lambe-lambe	Evento	A superlotação felina em casa prejudicou o dengo do Nico. Esta semana tá um lambe-lambe do cacete!
	Coisa	O lambe-lambe basicamente é um pôster de papel colado com cola, em muros e postes.
Mata-mata	Evento	“Mata-mata entre gangues”.
	Coisa	“O mata-mata decisivo, com jogos de ida e volta, começa com 32 equipes.”
Mexe-mexe	Evento	“É um mexe-mexe, é um desaponta” (música)
	Coisa	O jogo proposto pelo fabricante é o nosso “Mexe-mexe” (regras abaixo).

Mija-mija	Evento	“Eu já estava na fase mijá-mijá e tinha que ir ao banheiro a toda hora”.
	Coisa	“Porque será que os mijá-mijá (lava-vidros dos carros) ficam sem água quando fazem mais falta?”
Pega-pega	Evento	Mas às vezes, sinto eu, porém, o que se vê é um pega-pega danado!
	Coisa	O pega-pega ou apanhada é uma brincadeira infantil muito conhecida.
Pinga-pinga	Evento	Ninguém resolve o problema do pinga-pinga do ar-condicionado.
Rala-rala	Evento	No samba ela gosta do rala-rala. Me trocou pela garrafa. Não aguentou e foi ralar.
Toca-toca	Evento	Forró do toca-toca E a galera nesse tal de toca- toca quero ver você dançando nesse refrão.
	Coisa	Peça sua música aqui no Toca-Toca e dedique a quem você quiser.
Troca-troca	Evento	Troca-troca virtual: livre-se do que não presta e adquira novos objetos.
	Coisa	Evitar o troca-troca não é garantia de que o menino será heterossexual quando for adulto.

Como se vê, a maioria só veicula a noção de evento, tendo, portanto, leitura mais verbal. Mesmo aqueles cuja referência primeira parece apontar para a noção de coisa, como ‘batebate’ e ‘pega-pega’, também podem ser usados com valor de evento, o que justifica argumentar que, no PB, a composição V_iV_i , assim como no italiano (THORNTON, 2008), constitui padrão regular e produtivo de formação de palavras. As interpretações mais idiossincráticas — se é que podemos nos referir a elas dessa maneira — decorrem de um processo de lexicalização fortemente motivado pela metonímia. Assumimos, aqui, seguindo Brinton & Traugott (2005), que a lexicalização é o processo através do qual duas ou mais unidades linguísticas se transformam em uma unidade autônoma. Nesse caso, então, o termo se refere à perda da composicionalidade morfológica e semântica, tendo em que vista que a unidade deixa de ser interpretada por acesso às partes e passa a ser tomada holisticamente.

7 PREFIXAÇÃO REDUPLICATIVA

Além dos casos já comentados de reduplicação (padrão sufixal, como em ‘chororô’, e composição V_iV_i , como em ‘puxa-puxa’), o português apresenta outros casos, alguns de uso

mais geral, como nas situações de *baby-talk* e na formação de hipocorísticos, e outro mais específico: a prefixação afetiva em nomes de parentesco. Começamos com esse último caso.

Há, no léxico do português, um grupo de formas reduplicadas constituído por apenas seis palavras: o de nomes afetivos de parentela. O reduzido número de dados, no entanto, não causa estranhamento, já que as relações de parentesco são limitadas e partem de chamada “família nuclear”, o casal, para outros membros mais distantes, ligados por laços de consanguinidade (VILELA, 1979). Assim, uma estrutura familiar mais ampla inclui, além dos pais, (i) os irmãos, (ii) os filhos dos irmãos, (iii) os pais dos pais, (iv) os irmãos dos pais, e (v) os filhos dos irmãos dos pais (AUGÉ, 1975). Em português, são passíveis de reduplicação apenas os termos que denominam os pais (‘papai’, ‘mamãe’), os pais dos pais (‘vovô’, ‘vovó’) e os irmãos dos pais (‘tito’, ‘titia’). Esse grupo de palavras é analisado em Gonçalves (2010).

Em todos os dados, o reduplicante é um prefixo e tem o formato CV (Consoante+Vogal). Em primeiro lugar, a estrutura vazia CV é adjungida à esquerda da base e desencadeia um processo automático de cópia pela esquerda. Tomemos como exemplo a forma ‘pai’, que ilustra o comportamento de todas as demais, à exceção de ‘vovô’ e ‘vovó’. No caso de ‘pai’, a oclusiva /p/ é associada à posição de C e, logo após, a vogal /a/ se liga à posição de V do molde CV adjungido à esquerda da base. O material que sobra — a semivogal /j/ — é descartado, o que leva à formação de ‘papai’. No caso de ‘vovô’ e ‘vovó’, a cópia para o molde prefixal CV parte das formas encurtadas ‘vó’ e ‘vô’, bem mais afetivas que as plenas correspondentes. Desse modo, a reduplicação passa a ser total, uma vez que a base e o reduplicante são idênticos.

Em sua análise sobre a reduplicação, Couto (1999) aborda o fenômeno do *baby-talk*. Segundo ele, *baby-talk* é a linguagem utilizada pelos adultos ao se comunicarem com crianças, na tentativa de reproduzir a fala infantil, numa espécie de adaptação. Segundo Crystal (1997: 38), o fenômeno é também conhecido como *motherese* (“linguagem materna”): adultos, ao falar com crianças pequenas, ou mesmo mães, situação na qual é mais comum o *baby-talk*, fazem uso de um tipo de linguagem altamente distintiva e, mostra Vialli (2008), a reduplicação constitui um dos recursos encontrados nesse tipo de interação “frequentemente estereotipado de pronúncia e palavras” (CRYSTAL, 1997: 38).

Nesse tipo de linguagem, podemos perceber padrões prosodicamente bem organizados, de modo que uma abordagem morfofonológica é a mais apropriada para dar conta desse pro-

cesso. Vejam-se os dados em (23), a seguir, extraídos de Vialli (2008), nos quais os diacríticos (^) e (˘) representam vogais médias fechadas e abertas, respectivamente, o ponto marca fronteira silábica e o símbolo (´), antes de uma sílaba, o acento lexical:

(23)	chupeta	[pê.˘pê.ta]	boneca	[né.˘né.ka]	cabelo	[be.˘bêlu]
	martelo	[te.˘té.lu]	mamadeira	[dê.˘dê.ra]	chapéu	[pé.˘péw]
	iogurte	[gu.˘gu.tsi]	estrela	[tê.˘tê.la]	picolé	[lé.˘lé]
	biscoito	[kô.˘kô.tu]	pirulito	[li.˘li.tu]	dormiu	[mi.˘miw]

Observando os dados, podemos prever etapas para a formação das formas em (23), carinhosamente emitidas para crianças ou produzidas por elas: (1) o encurtamento da palavra de base; (2) a atuação de restrições de silábicas sobre o material fonológico encurtado; e (3) a anexação do reduplicante CV à esquerda. Nesse caso, portanto, a reduplicação é também do tipo prefixal. Pelos dados, percebemos que é preservada, da esquerda para a direita, toda a sequência fonológica a partir da sílaba tônica. Em (24), representa-se o processo de encurtamento. O símbolo (*), acima da sílaba, representa a tônica e o tachado, o material que não será aproveitado:

(24)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
	chupeta	chapéu	estrela	mamadeira	picolé
	[...]	[...]	[...]	[.....]	[..]
Sobra	[˘pê.ta]	[˘péw]	[˘trê.la]	[˘dej.ra]	[˘lé]

O material fonológico que sobra é bastante diversificado, do ponto de vista da estruturação silábica, apresentando os seguintes formatos: CV.CV (‘peta’ << ‘chupeta’), CVC (‘péu’ << ‘chapéu’), CVC.CV (‘coito’ << ‘biscoito’), CCV.CV (‘trela’ << ‘estrela’), CV (‘lê’ << ‘picolé’). Como, nas primeiras fases de aquisição da linguagem, sílabas complexas tendem a ser simplificadas (SMOLENSKY, 1996), *no baby-talk*, que constitui tentativa mimética de reproduzir a fala de crianças pequenas, são extremamente relevantes as condições de boa-formação silábica. Essas condições atuam no material fonológico encurtado, exigindo tanto a presença do ataque (*onset* da sílaba, consoante em posição explosiva) quanto o bloqueio de complexidade nesse constituinte, ou seja, deve haver um ataque, mas não um grupo consonantal. Assim, as formas [˘pê.ta] (‘chupeta’), [˘té.lu] (‘martelo’), [˘pa.tu] (‘sapato’), [˘lé] (‘picolé’) e [˘bê.lu] (‘cabelo’), entre outras, por já serem bem-formadas, não se submetem a tais condições. O mesmo não ocorre, por exemplo, com [˘kôj.tu] (‘biscoito’), [˘gux.tsi] (‘iogurte’) e [˘trê.la] (‘estrela’), que apresentam diferentes realizações na palavra reduplicada. Podemos admitir, portanto, as seguintes condições de boa-formação silábica:

- (25) a. sílabas devem ter a posição de ataque preenchida;
b. ataques devem ser simples;
c. sílabas não-finais são sempre abertas.

As condições (a) e (b) regulam o formato do *onset*, que deve aparecer sempre e não pode ser complexo. A restrição em (c) condiciona a presença de codas (elementos travadores de sílabas). Assim, sílabas fechadas (não terminadas em vogal) só são permitidas na margem direita da palavra: codas internas são proibidas. Essa condição explica a manutenção da semi-vogal em ‘pepéu’ (<< ‘chapéu’) e a falta desse segmento em ‘cocoto’ (<< ‘biscoito’). Ao mesmo tempo em que garantem estruturas não-marcadas, tais condições levam a forma reduplicada a destoar da palavra-fonte.

As estruturas simplificadas passam a funcionar como bases para o processo de reduplicação. No fenômeno em análise, repetimos, o reduplicante é do tipo prefixo e copia, da esquerda para a direita, a primeira sequência CV da base encurtada. Desse modo, como o reduplicante tem o formato CV e as bases tendem a ser constituídas de duas sílabas ([‘pê.ta], de ‘chupeta’, e [‘né.ka], de ‘boneca’) ou, menos frequentemente, de uma única sílaba com coda ([‘péw], de ‘chapéu’, e [‘miw], de ‘dormiu’), sendo raros os monossílabos leves ([‘lé], de ‘pícolé’, e [‘gu], de ‘angu’), a reduplicação em análise quase nunca é total. Nos dissílabos, o prefixo é sempre igual à primeira sílaba da base; nos monossílabos sem coda, o reduplicante é uma cópia perfeita da base. Nos monossílabos travados, no entanto, o reduplicante é infiel à base, uma vez que a coda não é copiada, por não caber no molde CV do prefixo reduplicativo. Como se vê, o processo é altamente regular, considerando-se que atua na fronteira da morfologia com a fonologia, não sendo, de modo algum, arbitrário ou assistemático.

Em relação aos hipocorísticos, nomes próprios encurtados afetivamente, a seguinte lista de formas reduplicadas é bastante extensa e em (26), a seguir, damos uma pequena amostra de hipocorísticos reduplicados. Adotamos, aqui, a definição de hipocorização proposta por Gonçalves (2004: 08): “processo morfológico pelo qual antropônimos são encurtados afetivamente, resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original”.

- | | |
|------------------------|--------------------|
| (26) Cacá (< Carlos) | Bebel (< Isabel) |
| Dudu (< Edu < Eduardo) | Teteu (< Mateus) |
| Gegê (< Getúlio) | Quequel (< Raquel) |
| Zeze (< José) | Ceceu (< Alceu) |
| Juju (< Juliana) | Lalau (< Nicolau) |

Lima, Thami da Silva & Gonçalves (2010) analisaram a reduplicação nesse tipo de formação e concluíram haver severas restrições sobre o reduplicante, que não pode se iniciar por vogal, nem apresentar coda, tendo sempre o formato CV, independente de ser aproveitada a sílaba inicial ('Cacá' < 'Carlos'), a primeira com ataque ('Dudu' < 'Edu' < 'Eduardo') ou a tônica ('Zezé' < 'José'). Observa-se, pelos dados em (26), que a reduplicação pode ser total ('Lulu' << 'Luíza') ou parcial ('Bebel' << 'Isabel'), mas tem sempre o formato CV e é do tipo prefixal. Do ponto de vista do processo de reduplicação, portanto, a regularidade é absoluta.

PALAVRAS FINAIS

Podemos concluir que a reduplicação é um fenômeno que abrange os dois principais processos morfológicos da língua: a derivação e a composição. Além disso, é um típico fenômeno de interface morfologia-fonologia, já que os reduplicantes são desprovidos de conteúdo segmental, manifestando-se através de uma operação de cópia. Resumindo, em português, o fenômeno se manifesta nas seguintes situações:

- (a) reduplicação em início de palavra, utilizada, sobretudo,
 - i. em relações de parentesco: 'papai', 'mamãe', 'títio', 'vovó', 'vovô';
 - ii. em hipocorísticos: 'Dedé', 'Bebel', 'Lulu', 'Teteu';
 - iii. no *baby-talk*: 'pepeta', 'bebelo', 'pipito', 'neneca', 'dedera'.
- (b) reduplicação no final de palavra, quase sempre vinculada à expressão da intensidade: 'bololô', 'chororó', 'bafáfá', 'trelelé', 'melelé';
- (c) reduplicação de base verbal: 'pega-pega', 'mata-mata', 'quebra-quebra'.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. R.; GONÇALVES, C. A. V. Análise da reduplicação em dados de aquisição: uma abordagem otimalista. In: VIII Congresso Nacional de Filologia e Linguística, 2005, Rio de Janeiro. *Questões de morfossintaxe*. Rio de Janeiro: CiFeFil, 2004, v. 8, p. 45-53.

ARAÚJO, G. Processos morfológicos marginais no português brasileiro: truncamento e reduplicação. Comunicação apresentada no Colóquio Acento em Português. Campinas: UNICAMP, 2000, mimeo.

AUGÉ, M. *Les domaines de la parenté*. Paris: François Maspero, 1975.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BRINTON, L.; TRAUGOTT, E. C. *Lexicalization and Language Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.

COUTO, Hildo Honório do. A reduplicação em português. *Lusorama*. 1999.

COUTO, Hildo Honório do. A reduplicação nos crioulos portugueses. In: D'ANDRADE, Ernesto; MOTA, Maria A.; PEREIRA, Dulce (Org.). *Crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, p. 61-80, 2000.

CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 4^a ed., London: Copyright, 1997.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GARCIA, D. *La oralidad en el discurso narrativo escrito de adolescentes mexicanos : el fenómeno lingüístico de la repetición*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

GONÇALVES, C. A. V. A morfologia autosegmental e o tratamento não-linear da reduplicação. In: MARÇALO, M. J.; LIMA-HERNANDES, M. C.; ESTEVES, E.; FONSECA, M. C.; VILELA, A. L.; GONÇALVES, O.; SILVA, A. (Ed.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, p. 35-49, 2010.

GONÇALVES, C. A. V. Retrospectiva dos estudos em Morfologia Prosódica: das circunscrições e regras à abordagem por ranking de restrições. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, v. 53, p. 195-221, 2009.

GONÇALVES, C. A. V. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004.

GUILBERT, L. Fondements lexicologiques du dictionnaire. In: ---. *Grand Larousse de la langue française en six volumes* (p. IX–LXXXI). Paris: Larousse, 1971.

KEY, H. Some semantic functions of reduplication in various languages. *Anthropological linguistics*, New York, 2 (1): 23-45, 1965.

LIMA, B. C.; SILVA, H. T.; GONÇALVES, C. A. V. A hipocorização no português do Brasil: análise por padrões gerais de formação. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre et al. (Org.). *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 115-151.

KIYOMI, S. A new approach to reduplication: a semantic study of noun and verb reduplication in the Malayo-Polynesian languages. *Linguistics*, Massachusetts, 23 (1): 234-257, 1995.

MARANTZ, A. Reduplication. *Linguistic Inquiry*, MA: MIT, 21 (1): 435-483, 1982.

THORNTON, A. M. *Italian verb-verb reduplicative action nouns*. Italy: Facoltà di Lettere e Filosofia. 2008.

VIALLI, L. D. A reduplicação em língua portuguesa: análise do baby-talk. In: GONÇALVES, C. A. V. et al. *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

VIALLI, L. A. D. *Reduplicação de base verbal: uma análise pela morfologia construcional*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

VIALLI, L. D. *Reduplicação em baby-talk: uma análise morfo-prosódica*. Dissertação (Mestrado): Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

VILALVA, A.; GONÇALVES, C. A. V (no prelo). The phonology and morphology of Word-formation. In: WETZELS, L. et al. (Org.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.

VILELA, M. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra, Almedina, 1979.

WIERZBICKA, A. Italian reduplication: cross-cultural pragmatics and illocutionary semantics. *Linguistics*, 24 (2), 287-315, 1986.

Recebido em 6 de março de 2015.

Aceito em 12 de maio de 2015.

UM ENFOQUE DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL SOBRE AS FORMAÇÕES X-ÁRIO NO PORTUGUÊS ARCAICO

Natival Almeida Simões Neto (PPGLinC/FAPESB/UFBA)

Juliana Soledade (UFBA/PROHPOR)

RESUMO: Neste artigo, buscamos investigar a polissemia apresentada pelo esquema de construção das formações com o sufixo *-ário* no português arcaico, para tanto, analisamos um *corpus* representativo do período em questão (séc. XIII a meados do séc. XVI) e aplicamos a esses dados a proposta de modelo construcional para a morfologia, seguindo Booij (2010, 2012, 2014). Assim, nos dedicamos a apresentar os pressupostos básicos da Morfologia Construcional, entendendo-a como uma alternativa teórico-metodológica para uma Morfologia Histórica, para, então, empreender a análise dos dados, que veio a demonstrar aspectos interessantes acerca das relações polissêmicas entre os tipos de instanciações desse esquema, como, por exemplo, a centralidade da noção relacional ou ainda, as relações metonímicas entre subesquemas agentivos.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia Construcional; Português Arcaico; Polissemia.

A FOCUS ON THE CONSTRUCTIONAL MORPHOLOGY FORMATIONS X-ÁRIO IN ARCHAIC PORTUGUESE

ABSTRACT: In this article, we investigate the polysemy represented by the formations construction scheme with suffix *-ário* in Archaic Portuguese, therefore, we analyze a representative corpus of the period (century XIII the middle of the century. XVI) and apply to such data the proposed model for Constructional Morphology, following Booij (2010, 2012, 2014). Thus, we are dedicated to present the basic assumptions of the constructional morphology, understanding it as a theoretical-methodological alternative to a Historical Morphology, to then undertake data analysis, who came to show interesting aspects about the polysemic relations between the types of instantiations of this scheme, for example, the centrality of the relational notion or the metonymic relations between agentive sub-schemas.

KEYWORDS: Constructional Morphology; Archaic Portuguese; Polysemy.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O sufixo latino *-arius* tem, em língua portuguesa, duas formas correspondentes: *-ário* e *-eiro*. Estudos de perspectiva histórica, como o de Soledade (2001, 2005) e Viaro (2008) mostram que *-eiro* alcançou uma produtividade que *-ário* jamais conseguiu. Certamente por isso, há muito mais pesquisas desenvolvidas sobre os aspectos morfossemânticos do *-eiro*. Neste trabalho, porém, serão tratadas apenas as questões relacionadas à polissemia com as formas em *-ário* no português arcaico (século XIII ao XVI), sob o enfoque da Morfologia Construcional, como proposta por Booij (2010, 2012, 2014).

O modelo proposto por Booij (2010) se alia a algumas agendas da Linguística Cognitiva, não fazendo, por exemplo, clássicas separações como *léxico e gramática*, *conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico* e *forma e significado*. Como observado por Basílio (2010), os estudos desenvolvidos pela Linguística Cognitiva têm se orientado pela constatação de que sintaxe, morfologia e léxico formam um contínuo de unidades simbólicas que materializam processos cognitivos capazes de evocar a relação entre o homem e a realidade. As palavras, então, não devem ser observadas somente em seus aspectos formais, representados por regras de formação, precisando considerar também as redes de significado que são ativas conforme o uso.

A associatividade entre forma, função e significado é prevista no modelo da Morfologia Construcional. Se na Hipótese Lexicalista do Gerativismo, a competência lexical do falante lhe permitia, a partir de um conjunto restrito de palavras, depreender os aspectos formais de regras de estruturação das palavras, que servirão de base para a formação de novas palavras, no âmbito da Morfologia Construcional, o falante exposto a um conjunto de palavras complexas compreende os esquemas construcionais atuantes, que envolvem tanto os aspectos formais quanto os semântico-funcionais e, por meio deles, prevê o significado de outras palavras formadas pelo mesmo esquema e cunha novas a partir deles.

Esses esquemas morfológicos, segundo Booij (2010, 2014), não devem ser entendidos como mecanismos formais para representações lexicais econômicas, como acontece nos modelos de Jackendoff (1975) e de Aronoff (1976). A principal função dos esquemas é motivar a existência de um conjunto de palavras complexas, prevendo como se dá a sua extensão e reduzindo o nível de arbitrariedade das relações de forma-significado nessas palavras. Além disso, os esquemas morfológicos contribuem para a estruturação do léxico, no momento em que esquemas construcionais como *X-ário* revelam parte da estrutura do léxico dos falantes de língua portuguesa.

As palavras formadas pelo esquema são, segundo Booij (2010), suas instanciações. Assim, *abecedário* é entendida como uma instanciação do esquema morfológico *X-ário*. Para formar novas palavras em *-ário*, deve haver uma substituição da parte variável do esquema (o X que representa o *input*), resultando, nos termos de Booij (2010), em uma operação de *unificação* entre o item lexical e o esquema $[X_i\text{-ário}]_{N_j}$. Gonçalves e Almeida (2013), leitores de Booij (2010), preferem, no entanto, usar o termo *compatibilização*, pois entendem que deve haver uma combinação das propriedades do item lexical com as propriedades semânticas dis-

ponibilizadas pelo esquema. Isso pode ser visto em criações do século XX (cf. Houaiss e Villar, 2001), como *fraldário* (lugar público em que se faz troca de fralda), *berçário* (lugar em que ficam os berços) e *rimário* (coletânea de rimas). As propriedades semânticas de *rima* se diferem das de *fralda* e *berço*, o que faz com que *rimário* não seja, a priori, instanciada por um esquema de lugar.

A polissemia, advinda de metáfora, metonímia ou de outros processos, pode atuar em um conjunto particular de palavras disponibilizadas por um mesmo esquema dominante, orientando para um novo significado que deverá ser representado por meio de subesquemas, que partirão dos diferentes níveis de generalizações e graus de abstração. Em se tratando dos exemplos mencionados do sufixo *-ário*, por exemplo, a polissemia pode atuar em um esquema dominante como o de *lugar*, criando distinções entre *lugar onde há grande quantidade de X* (*berçário*) e *lugar onde se faz algo relacionado a X* (*fraldário*). Essas distinções, então, devem ser especificadas em subesquemas. A relação entre esquemas e subesquemas é uma das representações da visão hierárquica e radial do léxico, defendida por Booij (2010).

Com base nesses pressupostos, o artigo que aqui se desenvolve segue os passos de Soledade (2013), ao apresentar a Morfologia Construcional como uma alternativa teórico-metodológica para uma Morfologia Histórica. Feitas as considerações iniciais na seção 1, a seção 2 detalhará mais propriedades do modelo a ser seguido. A seção 3 revisará os trabalhos desenvolvidos sobre o *-ário*. Na seção 4, apresentar-se-á o *corpus* de análise e aplicar-se-á sobre ele o modelo de Booij (2010). Na seção 5, serão feitas as considerações finais, seguidas das referências.

1 ESQUEMAS CONSTRUCIONAIS: APRESENTANDO PROPRIEDADES E LANÇANDO QUESTÕES

O esquema construcional, conceito de suma importância para a teoria desenvolvida por Booij (2010), tem uma representação formal própria. Soledade (2013, p. 87), leitora de Booij (2012, p. 04), explica que devem ser representados da seguinte maneira:

$$(01) \quad \langle [X_i Y]_{Y_k} \leftrightarrow [\text{significado de } Y \text{ relacionado a } SEM_{X_i}]_k \rangle$$

Soledade (2013), seguindo Booij (2012), explica que, nessa representação, os símbolos de *maior que* e *menor que* demarcam o esquema e o símbolo (\leftrightarrow) relaciona forma e significa-

do no interior do esquema. Essa relação se torna evidente também através da coindexação do significado da palavra base, à direita da seta, à parte relevante da estrutura formal do lado esquerdo da seta. “O significado (SEM) das palavras da base só é especificado no léxico, ao passo que a contribuição do significado fornecida pelos afixos é especificada nos esquemas de construção” (SOLEDADE, 2013, p. 87), pois seus significados não são autônomos em relação à estrutura morfológica em que ocorrem.

Como o modelo construcional se volta para a palavra e não para o morfema, Booij (2010) entende que cada item lexical apresenta um pareamento de características fonológicas (PHON), morfossintáticas (SYN) e semânticas (SEM). Nesses moldes, o autor considera que, para a formulação de esquemas, existam características absolutas e anuláveis, que são detalhadas a seguir.

1.1 CATEGORIA DO *INPUT* E CATEGORIA DO *OUTPUT*

A primeira característica que Booij (2010, 2014) considera imprescindível diz respeito às categorias do *input* (palavra primitiva; base) e do *output* (palavra complexa; produto). O autor propõe que, nos esquemas, só uma dessas categorias seja fixa: a categoria morfossintática do *output*. Nesse contexto, Booij (2010, 2014) se mantém fiel à hipótese gerativista do *Produto Categorical Único*, de Aronoff (1976). Na visão de Aronoff, toda palavra derivada deve fazer parte de uma categoria lexical exata, especificada pela regra de formação da qual se originou. Nos termos construcionais, a categoria lexical exata da palavra complexa (*output*) deve ser especificada pelo esquema construcional do qual ele é uma instanciação e herda suas propriedades. Booij (2010, 2014) mostra que há alguns esquemas em que a categoria da palavra base pode ser anulada, e outros que parecem ser mais rígidos quanto à especificidade categorial da base. Em português, as construções *X-ção* e *X-mento* têm sempre verbos como *inputs* e substantivos como *outputs*. Por isso, nesse caso, não é permitido que os esquemas sejam indiferentes nem à categoria morfossintática do input, nem à do output. As construções em *-ismo*, por outro lado, possibilitam essa anulação, como mostrado por Soledade (2013, p. 88):

(02)	Base	Raiz	Substantivo derivado
	Sc	átomo, derrota	atomismo, derrotismo
	Sp	Lula, Carlos (ACM)	lulismo, carlismo
	A	colonial, favorito	colonialismo, favoritismo
	V	batizar, caquizar,	batismo, catecismo
	C	bota-abaixo, sem-vergonha	bota-abaixismo, sem-vergonhismo
	Sig	PT, PMDB	petismo, peemedebismo

Soledade (2013) observa que, mesmo a formação a partir de bases adjetivas (A) sendo a mais produtiva na história da língua portuguesa, a forma etimológica grega *-ismós* tinha por base verbos, mas essas formações não têm expressividade em termos de produção no português contemporâneo, contexto em que se verifica o surgimento de novas possibilidades bastante produtivas, como a seleção de bases das categorias dos substantivos próprios (Sp) e das siglas (Sig). Tudo isso sugere que, no esquema dominante de *-ismo*, a categoria da base não é uma propriedade absoluta, sendo possível essa informação ser omitida. No entanto, deve-se especificá-la por meio de subesquemas, quando for uma característica relevante e produtiva. Soledade (2013, p. 88), sugere, portanto, que o *-ismo* apresente um esquema dominante como em (03):

(03) $\langle [X_i -ismo]_{sj} \leftrightarrow [relacionado\ a\ SEMi]_{sj} \rangle$ (SOLEDADE, 2013)

Sobre essa formulação em (03), Soledade (2013) observa que

a categoria do constructo, ou seja, do conjunto de palavras que foi e pode ser gerado por um esquema, parece ser uma propriedade essencial, haja vista, no caso das palavras formadas por esquemas de sufixação, a sua função essencial de determinar a categoria morfossintática do item lexical gerado (SOLEDADE, 2013, p. 88).

A respeito da manutenção da proposta de Aronoff do *Produto Categorical Único*, elaborada numa perspectiva gerativista, cabe mencionar outras formas de tratamento dessa questão. A primeira foi feita inicialmente por Basílio (1980) e aprimorada em Basílio (1981 apud MARINHO, 2004), ainda no âmbito gerativo, embora também semântico-associativo. A segunda proposta foi vista em Botelho (2009), dentro de um modelo sociocognitivista em que se intenta aplicar a Gramática das Construções, proposta por Adele Goldberg, aos vários tipos de construções da língua portuguesa, incluindo a morfologia.

No entendimento de Basílio (1980), a aplicação do Produto Categorical Único pode ser problemática para alguns casos. Em português, a autora (1980, p. 90) observa isso com o su-

fixo *-dor*, assumindo que a regra de formação prevista para o sufixo seja como expressa em (04):

$$(04) [X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ dor}]_{N_{Ag}} \text{ (BASÍLIO, 1980)}$$

A formulação em (04) propõe que o sufixo *-dor* opera sempre sobre bases verbais (V) e tem sempre como produto um substantivo (N) com valor agentivo (Ag). Basílio (1980), no entanto, chama a atenção para o fato de que essa regra só dá conta de uma parte do conjunto de palavras possíveis formadas pelo referido sufixo agentivo. A autora apresenta exemplos:

(05) (a) O administrador não conseguiu resolver o problema (BASÍLIO, 1980).

(b) A firma administradora não conseguiu resolver o problema (BASÍLIO, 1980).

Com essas sentenças, Basílio (1980) sugere que alguns agentivos em *-dor* podem flutuar entre as categorias de adjetivos e substantivos. Outros exemplos dados por ela são *produtor* (o produtor, a firma produtora), *gerador* (o gerador, mecanismo gerador), *colonizador* (o colonizador, os grupos colonizadores). Há também a constatação de que alguns agentivos que aparecem somente como substantivos e outros que aparecem somente como adjetivos. Os exemplos em (06) mostram os agentivos que são apenas substantivos e (07) exhibe aqueles que são somente adjetivos, nos termos de Basílio (1980).

(06) governador — cobrador — escultor — maquilador — ventilador (BASÍLIO, 1980)

(07) tentador — revelador — desesperador — promissor — enganador (BASÍLIO, 1980)

Diante de todas essas constatações, Basílio (1980) observa que: (i) os agentivos em *-dor* são formados por uma mesma sequência fonológica e com o mesmo significado geral de “que X”, em que X expressa o significado da base; (ii) as bases selecionadas pelo sufixo são sempre verbos; e (iii) “a determinação das possíveis interpretações de agentivo X-dor está diretamente relacionada à presença de traços +N e +Adj” (BASÍLIO, 1980, p. 93). A autora conclui que, com base nas descrições feitas, o sufixo *-dor* deve apresentar duas regras de produção, caso seja seguida a proposta de Aronoff: uma seria a expressa em (04) e a outra está expressa em (08).

$$(08) [X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ dor}]_{Adj_{Ag}} \text{ (BASÍLIO, 1980)}$$

A única diferença entre (04) e (08) é, portanto, a categoria do produto. Representar as duas dessa forma é admitir que uma mesma sequência fonológica correspondente a um item lexical seja duplicada no léxico. Ou seja, haveria, por exemplo, duas entradas para a palavra

administrador, uma substantiva e outra adjetiva. Nesses casos de agentivos flutuantes, Basílio (1980) propõe algo como (09):

(09) $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ dor}]_R$ em que R é uma arquicategoria (BASÍLIO, 1980)

Basílio (1981, apud Marinho, 2004) observa que o mesmo tipo de flutuação categorial que ocorre com o sufixo *-dor* acontece com o sufixo *-nte* e sugere que essa seja uma característica dos agentivos deverbais, ratificando que, para esses casos, haja uma regra de formação única e de produto arquicategorial, como em (9). Nesse trabalho de 1981, a autora propõe que as operações lexicais sejam abordadas por dois níveis. No primeiro, está o nível da formação de palavras, onde estão inseridas as regras de formação. No segundo nível, Marinho (2004, p. 28) interpreta que estão as “variações no sentido da palavra e a possibilidade de emprego do vocábulo com mais de uma especificação categorial”. Assim, para Basílio (1981), a atribuição categorial não deve aparecer nas regras de formação, pois não é uma informação da morfologia, e sim da sintaxe. A partir disso, a autora propõe, para além da regra de formação, uma regra de extensão de categoria, que atua no componente sintático.

Em um modelo como o gerativista, de caráter modular, essa proposta de Basílio (1981) de extensão de categoria se mostra eficiente para o tratamento da flutuação categorial de agentivos.

Outros autores, como Marinho (2004) e Souza (2006), aplicaram as propostas de Basílio sobre derivações do tipo *X-eiro* e *X-ário*, que tomam prototipicamente bases substantivas, e encontraram correspondência, o que sugere que esse fenômeno seja característico dos agentivos de uma forma geral.

A flutuação categorial é um fenômeno aparentemente restrito a substantivos e adjetivos, revelando-se como um problema histórico na descrição das línguas. A dificuldade de definir quais os limites dessa ou daquela categoria existe desde a tradição greco-latina, como observam Lobato (1986) e Castilho (2010). Os estudiosos da Antiguidade Clássica não distinguiam as duas classes e consideravam uma categoria maior *nomen* (nome)¹, com especificações de *nomen substantivum* (nome substantivo) e *nomen adiectivum* (nome adjetivo). Somente no século XVIII, segundo Castilho (2010), os estudiosos das línguas românicas passaram a dis-

¹ Sobre isso, cabe menção ao trabalho de Perini (1995) em que o autor se questiona se há mesmo a necessidade de serem definidas duas categorias, considerando que as propriedades morfossintáticas e semânticas de substantivos e adjetivos são muito próximas. Sobre o assunto da flutuação categorial, são destacáveis os trabalhos de Câmara Jr. (1970), Basílio (1995) e Viaro (2006).

tinguir as duas categorias. Justamente nessas línguas, observa-se esse fenômeno em maior produtividade.

A importância de trazer aqui a proposta de Basílio (1980, 1981) é questionar se a categoria do *output* não é, até certo ponto, anulável, quando a extensão categorial é muito produtiva no sistema linguístico em uso. Se Basílio (1980, 1981), ainda inserida num modelo gerativista, foi capaz de modalizar a proposta de Aronoff (1976), talvez seja o caso de o modelo proposto por Booij ver se é realmente interessante para a descrição linguística considerar esquemas particulares para instanciações em que a flutuação é previsível, como nos contextos de agentivos que ora se realizam como substantivos, ora como adjetivos.

Botelho (2009) trabalha com as construções *X-eiro* no português brasileiro contemporâneo, tentando aplicar sobre essas os pressupostos da Gramática das Construções e experimentando uma perspectiva cognitivista e construcional sobre a morfologia. Essa abordagem, no entanto, não se vincula às propostas de Booij, embora esse também parta das reflexões de Goldberg. Ao abordar as palavras derivadas em *-eiro*, Botelho (2009) não distingue as categorias de adjetivos e substantivos, no que tange à noção de agentividade, propondo que essa distinção seja proveniente de uma projeção semântico-pragmática de *figura-fundo*. Esse mecanismo, segundo Valenzuela, Ibarretxe-Antuñano e Hilferty (2012), é um conceito gestaltista que aparece de maneira basilar nos pressupostos da Linguística Cognitiva e através dele, focaliza-se, de maneira preferencial, a atenção para uma zona concreta do domínio, destacando-a de todo o resto. Nesses termos, o elemento destacado é *figura* e todo o restante é *fundo*. Em se tratando de morfologia, mais precisamente das construções agentivas *X-eiro*, Botelho (2009) sugere que os usos substantivos tornam *figura* a agentividade no elemento derivado, ao passo que os adjetivos a colocam como *fundo*. Exemplos da autora estão em (10).

(10) (a) O traiçoeiro chegou ... vamos ficar quietos! (BOTELHO, 2009)

(b) Ele teve uma atitude traiçoeira e perdeu a confiança de todos (BOTELHO, 2009)

No entendimento de Botelho (2009), (10a) apresenta *traiçoeiro* como um substantivo e (10b) mostra *traiçoeira* como um adjetivo. Nesses casos, a noção agentiva de *aquele que comete traição* perpassa as duas realizações, mas em (10a), a agentividade é central (*figura*), pois, metonimicamente, designa-se o agente pelo ato que comete (cf. BASÍLIO, 2011) e em (10b), a agentividade é periférica (*fundo*), pois qualifica a atitude tomada por um agente.

Com base nessas constatações, sugere-se que um esquema para agentivos em *-dor*, em um modelo construcional como o boojiano, possa ser representado como em (10), em que R é a arquicategoria que engloba substantivos e adjetivos, tal qual sugerido por Basílio (1980).

$$(11) \langle [X_{vi} -dor]_{Rj} \leftrightarrow [AGENTE envolvido em SEM_{vi}]_{Rj} \rangle^2$$

Em que se pese a recorrente e inacabada distinção entre categoria e função nos estudos linguísticos e eximindo-se de chegar a uma proposta definitiva acerca da flutuação categorial histórica entre substantivos e adjetivos, a representação em (11) ainda precisa de maiores debates. Entretanto, para uma descrição morfológica em um modelo sistemicamente conectado, como o da Linguística Cognitiva e da Morfologia Construcional, talvez seja interessante discutir se a categoria dos constructos não deve ser atribuída de maneira mais integradora, promovendo uma interface entre morfologia, sintaxe e semântica, e desfazendo-se da proposta de que deva ser uma tarefa somente do léxico, como cunhado por Aronoff (1976) e mantido por Booij (2010). Assumir uma proposta dessa natureza no modelo construcional, entretanto, incorre no risco de só restarem fonologia e semântica para atribuírem a categoria dos constructos, desprivilegiando talvez o papel da morfologia.

1.2 HERANÇA DO CORPO FÔNICO NAS CONSTRUÇÕES

A segunda característica que Booij (2010, 2014) considera absoluta em um esquema é a herança do corpo fônico das construções, mas não deixando de considerar o fenômeno da alomorfia, alteração na representação fonológica dos morfemas, e o seu impacto para a formulação dos esquemas. Em Booij (2014, p. 24), o autor apresenta dois exemplos em que discute o fenômeno, com base em palavras do holandês e do italiano, adaptados e traduzidos respectivamente em (12) e (13).

² A formulação desse esquema pode ser comparada à formulação da regra de formação do modelo gerativista de Aronoff, apresentada em (09). Uma das diferenças significativas entre esquema e regra é a possibilidade de o *input* variar de categoria no esquema. Embora, nesse exemplo de *-dor* não varie, no modelo construcional, isso pode acontecer, como visto no exemplo com *-ismo*, enquanto no modelo gerativista, diferenças entre as categorias dos *inputs* requerem postulações de regras distintas. Segundo Booij (2010), isso se deve, sobretudo, ao fato de a teoria de Aronoff ser pautada no *input* e nas relações que estabelecem com as operações morfológicas que atuam sobre ele, ao passo que a teoria construcional se volta mais focadamente para o *output*, ainda que não desconsidere as questões ligadas à base. A diferença mais impactante, no entanto, é a explicitação da contraparte semântica que não acontece nas regras de formação gerativistas. O modelo construcional, portanto, considera, em primazia, o significado das construções, sem deixar de levar em conta os seus aspectos formais.

- (12) (a) aanva[ŋ] ‘begin’ (*início*)
aanva[ŋk]-elijk ‘initially’ (*inicialmente*)
(b) toega[ŋ] ‘access’ (*acesso*)
toega[ŋk]-elijk ‘accessible’ (*acessível*)
(c) afha[ŋ] ‘to depend’ (*depende*)
afha[ŋk]-elijk ‘dependent’ (*dependente*)
- (13) (a) ami[k]-o — ami[tʃ]-i ‘friend(s)’ (*amigo*)
ami[tʃ]-izia ‘friendship’ (*amizade*)
(b) mendi[k]-o — mendi[k]-i ‘mendicant(s)’ (*mendigo*)
mendi[tʃ]-izia ‘mendicity’ (*mendicidade*)

Em (12), Booij (2014) mostra derivações com o sufixo holandês *-elijk*. Nos três casos, há uma mesma variação no corpo fônico da base, portanto uma alomorfia regular: todas as bases terminam com o fonema [ŋ] e, quando derivadas com *-elijk*, o fonema [k] se agrega à base. Essa alteração, no entanto, não impede que relações lexicais entre *input* e *output* sejam estabelecidas. O mesmo pode ser dito de (13), com as palavras derivadas com o sufixo italiano *-izia*: as bases sofrem uma alteração previsível no seu corpo fônico, com o fonema [k] passando a [tʃ], sem prejudicar as relações. Alguns exemplos do português podem ser vistos em (14) e (15).

- (14) (a) coleção — colecionar
(b) infecção — infeccionar
(c) seleção — selecionar
- (15) (a) árvore — arbóreo
(b) lágrima — lacrimal
(c) vidro — vitral

Os exemplos em (14) mostram a derivação de verbos cujas bases têm o sufixo *-ção*, oriundo do latim *-tion, ōnis*. Nesses casos, há uma tendência de as bases retomarem, em parte, sua forma etimológica na formação dos verbos. Em (14a), *coleccionar* deriva de *coleção*, cujo étimo é o latim *collectio, ōnis*. A base *coleccion*, então, remete à forma latina. (14b), com *infeccionar*, e (14c), com *seleccionar*, seguem o mesmo modelo, com o primeiro vindo de *infecção* (*infectio, ōnis*) e o segundo de *seleção* (*selectio, ōnis*). Essas pequenas alterações não impedem as relações lexicais de se estabelecerem.

Nos casos em (15), as alomorfias das bases também remetem aos étimos das palavras, que são retomados nas palavras derivadas: *árvore* vem do latim *arbor, -ōris*, *lágrima* vem do latim *lacrima, -ae* e *vidro* vem do latim *vitrum, -ī*. Essas situações, portanto, confirmam: (i) o caráter histórico de alguns fenômenos de alomorfia; (ii) a necessidade da investigação histórica da morfologia, como sugerem Soledade (2005), Viaro (2010) e Lopes (2013); e (iii) a im-

portância de o modelo linguístico se permitir a integrações elegantes com os achados de outras disciplinas, como, por exemplo, a Linguística Histórica, conforme as sugestões de Jackendoff (2011, apud BOOIJ, 2014).

Para esses casos de alomorfia, Booij (2014), então, assume que a herança completa do corpo fonológico não é imprescindível para o reconhecimento de uma relação lexical e admite que o corpo fonológico seja, até certo ponto, uma categoria anulável, se as relações semânticas envolvidas estiverem suficientemente claras. Nota-se, nessa proposta de Booij (2014), a omissão de contextos em que a alomorfia impede as relações lexicais entre *input* e *output*. Sugestões para isso estão expressas em (16):

- (16) (a) chuva — pluvial
(b) ilha — insular
(c) peixe — písceo

Em (16), há, respectivamente, exemplos com os sufixos *-al*, *-ar* e *-eo*. Todas as palavras são instanciações de esquemas construcionais que têm como *outputs* adjetivos de valor relacional e selecionam como *input* um substantivo. Embora apresentem significados similares, trata-se de formas fonológicas distintas, reivindicando, por isso, esquemas construcionais diferentes. Observa-se que há, nesses casos, necessidade de um conhecimento histórico da língua, pois o estabelecimento das relações lexicais parece ser menos visível nesses casos. Esquemas hipotéticos são apresentados para os exemplos de (16) estão formulados em (17).

- (17) (a) *pluvial*: <[[chuva_{si}] al]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{si}]_A>
(b) *insular*: <[[ilha_{si}] ar]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{si}]_A>
(c) *písceo*: <[[peixe_{si}] eo]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{si}]_A>

Nota-se em (17) que as formas derivadas remetem ao étimo dos *inputs*. Em (17a), *pluvial* retoma o latim *plūvia*, *-ae* (étimo de *chuva*), da mesma forma que, em (17b), *insular* remete ao latim *insūla*, *-ae* (étimo de *ilha*). Em (17c), *písceo* se aproxima de *piscis*, *-is* (étimo de peixe). Se comparados aos casos em (15), os exemplos em (17) apresentam bases que, ao longo da história da língua, sofreram transformações fonológicas mais impactantes, sendo esse talvez um contexto em que o estabelecimento de relações lexicais entre *input* e *output* seja mais difícil. Nesses casos, lançam-se duas hipóteses: (i) os itens lexicais derivados de (16) devem ser considerados instanciações dos esquemas em (17) e a herança do corpo fônico passa a ser uma propriedade anulável, nos termos de Booij (2010, 2014); ou (ii) os itens derivados em (16) devem ser assumidos como convencionalizados ou idiossincráticos, cabendo um

armazenamento no léxico como itens lexicais desvincilhados de esquemas morfológicos como os de (17).

Outra ausência na proposta de Booij (2014) é a discussão se essa alomorfia, sempre exemplificada com os *inputs*, pode se estender aos afixos. Ou seja, é possível que, para sufixos ditos alomorfes, o corpo fonológico seja também anulável, até certo ponto? Sejam observados os casos em (18).

- (18) (a) medidor — auditor — professor
(b) duradouro — classificatório

Em (18a), há exemplos de derivados dos sufixos alomorfes *-dor*, *-tor* e *-sor*, todos provenientes do latim *-or, -oris*. As três palavras podem ser consideradas instanciações de um esquema como em (11). O mesmo não pode ser dito dos casos em (18b). Tanto o sufixo *-douro* quanto o *-tório* são oriundos do latim *-orius, -a, -um*, mas um falante comum, talvez não faça essa associação com a mesma rapidez que faz nos casos em (18a). Nesses casos, por *-douro* e *-tório* apresentarem formas fonológicas tão distintas, não se pode aceitar que, embora adjetivos, *duradouro* e *classificatório* sejam considerados instanciações de um mesmo esquema, requerendo, assim, dois esquemas distintos para as suas representações.

Cumprе ressaltar ainda em relação a (18a) que esses exemplos encontram correspondência no tratamento proposto por Basílio (1980) para o sufixo *-dor*. A autora é indiferente à alomorfia sufixal nesse caso. Dessa forma, a ideia de Booij (2014) de que a conservação do corpo fônico é uma propriedade que pode ser anulada em alguns contextos de alomorfia da base pode ser estendida para alguns contextos dos afixos, desde que se mantenha a ressalva de que essa alteração fonológica não deve impedir a identificação de relações lexicais. Assim, no que toca aos sufixos, se for possível estabelecer relações entre os alomorfes, como é possível, com *-dor* e os seus, não há motivos para não estender a visão de Booij (2014). Se num modelo formalista, como o empenhado por Basílio (1980), há essa aceitabilidade, não há porque um modelo mais associativo não aceitar, com cautela, a alomorfia de sufixos.

1.3 AS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS NOS ESQUEMAS

Na formulação dos esquemas, a terceira e última característica que Booij (2010) estabelece como imprescindível são as propriedades semânticas das construções, pois essas são tidas

como centrais no processo de organização do sistema cognitivo, não permitindo que o esquema as dispense. Entretanto, nem sempre essas são passíveis de uma descrição em termos de substituição de variáveis. Soledade (2013) observa que

Há casos em que as propriedades semânticas das palavras complexas individuais não estão previstas pelo esquema morfológico dominante. Esse fato decorre de que muitas vezes atuam sobre itens lexicais complexos mecanismos universais de polissemia, decorrentes de extensões metonímicas e metafóricas. Assim, uma palavra complexa pode ter propriedades semânticas que não são motivadas pelo esquema morfológico dominante (SOLEDADE, 2013, p. 89).

Segundo Booij (2010), as palavras morfológicamente complexas nem sempre podem ser analisadas em termos componenciais, pois, não raras vezes, são carregadas de significados específicos (metafóricos, sobretudo) que não são derivados dos significados dos elementos constituintes. Embora destaque a centralidade do componente semântico para um modelo construcional aplicado à morfologia, é tímida a incursão de Booij sobre as questões que implicam uma reflexão acerca dos sentidos e das relações que estes estabelecem entre si.

Assim, o modelo com base no desenvolvimento de rede construcional morfológica, nos moldes de Goldberg (1995), oferece fundamentos essenciais para a compreensão da estruturação do léxico em termos de construção e esquemas; contudo, ainda não é suficiente para dar conta de aspectos importantes, sobretudo, quando se trata da contraparte semântica e das mais variadas relações de sentido que demandam especificação.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MORFEMA –ÁRIO

O produtivo sufixo latino *-arius* chegou à língua portuguesa sob duas formas: os sufixos *-ário* e *-eiro*. Se tomada a abordagem estruturalista de Câmara Jr. (1970, 1975) e Elson e Picket (1973), *-ário* e *-eiro* seriam tratados como *alomorfes*, pois provêm de um mesmo étimo, às vezes apresentam o mesmo valor linguístico e estão em contextos de distribuição complementar, ou seja, em um contexto morfológico em que um se realiza, o outro tende a não se realizar. Soledade (2001, 2005) e Viaro (2008), com abordagens historicistas, sugerem que sejam considerados *morfemas divergentes*, pois, embora de uma mesma origem etimológica, os dois morfemas seguiram trajetórias distintas. Uma terceira proposta para tratar os dois elementos é seguir a proposta de Rio-Torto (2014) e considerá-los *morfemas cognatos* que se diferenciam pelo grau de erudição das suas formações, em que o *-ário* seria [+ erudito] e o –

eiro [- erudito]. Os segundo e terceiro termos se mostram mais pertinentes, por razões que ficarão mais claras a partir da seção 4.

Com base nas constatações de Soledade (2001, 2005) e Viaro (2008) a respeito de o *-eiro* ter alcançado uma produtividade que *-ário* jamais conseguiu, é possível justificar o porquê de os estudos sobre *-ário* se mostrarem bem menos recorrentes. A título de revisão, sobre o morfema *-ário*, foram considerados aqui: (i) os trabalhos descritivos das gramáticas históricas de Said Ali (1964) e Nunes (1969); (ii) a descrição feita por Soledade (2001, 2005), dentro de um quadro panorâmico de sufixação nominal do português arcaico; (iii) o trabalho diacrônico de orientação gerativista feito por Souza (2006); e (iv) o trabalho diacrônico semântico-evolutivo empreendido por Viaro (2008).

2.1 O QUE DIZEM AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS?

Algumas gramáticas históricas, como as de Said Ali (1964) e Nunes (1969), deram contribuições significativas para o estudo histórico da morfologia, fornecendo informações sobre o funcionamento de afixos portugueses, desde a sua forma etimológica até o estado atual naquele contexto.

A respeito do *-ário*, tanto Said Ali (1964) quanto Nunes (1969) apresentam o morfema de maneira secundária em relação ao seu divergente *-eiro*. Em *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Said Ali (1964) observa que, a partir de *-arius*, a trajetória do sufixo foi *ariu* > *airo* > *eiro*, em que *-airo* é uma forma intermediária atestada no período arcaico e que, em função do caráter erudito dos latinismos, tendeu a retomar forma *-ário*. A influência da erudição latinista é destacada pelo autor, em formações do português que retomam a norma latina, como *argentário*, *funcionário* e *fracionário*. São mencionados também os paralelismos de formas de mesma etimologia, como *operário* e *obreiro*, *ovário* e *oveiro* e *solitário* e *solteiro*. O último destaque dado nessa gramática é a formação de adjetivos, que o autor considera produtiva, exemplificando com *originário*, *plenário*, *precário* e *subsidiário*. Na descrição de Said Ali (1964), não há qualquer tratamento semântico sobre o *-ário*, ao passo que o *-eiro* é mais detalhado.

Em *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Nunes (1969) aborda o *-ário* também de maneira secundária, em relação a *-eiro* e *-deiro*. O autor observa que os sufixos ori-

ginados do latim *-ariu* veiculam acepções, como profissão, instrumento, lugar e aglomeração. Ao apresentar os exemplos, o autor divide em dois grupos: um para formações em *-eiro* e *-deiro* e outro para as formações em *-ário*. No primeiro grupo, há ainda três subgrupos: um para as formações em *-eiro*, sem diferenciações semânticas, o segundo para as formações em *-deiro*, sem detalhamentos também, e o terceiro para as formações em *-eiro* de agentes vegetais (*figueira*, *amendoeira*). No grupo de *-ário*, não há tratamentos semânticos, mencionando-se apenas exemplos como *vigário*, *armário*, *depositário*, *boticário*, *corsário*, *relicário* e *sagitário*.

2.2 O SUFIXO NO QUADRO GERAL DO PORTUGUÊS ARCAICO

Em seus trabalhos sobre a sufixação nominal no português arcaico, Soledade (2001, 2005) observa uma menor produtividade do *-ário* em relação ao *-eiro*, mas alertando que esse não caiu em desuso e, no português contemporâneo, foram criadas novas formas com o sufixo. A autora chama a atenção também para a presença de *-airo*, como uma variante característica do período e que, mais tarde, voltou à forma mais etimológica. Quanto aos aspectos formais, a autora considera que as bases das palavras derivadas com o sufixo são substantivos, adjetivos e preposições. A respeito dos significados, em Soledade (2001), a respeito da primeira fase do período (séculos XIII e XIV), a autora destaca:

- Indivíduo que possui qualidade ou atividade relacionada a X: *proprietario*, *boticayro*, *falsayro* e *mansionario*.
- Locativo (lugar onde se guarda X): *almario*
- Sem significado visível: *contrairo* (caso em que a base é uma preposição)

Já na segunda fase (séculos XV e XVI), Soledade (2005) classifica dessa maneira:

- Ocupação, ofício, profissão relacionadas a X: *cossarios* e *secretario*.
- Formador de adjetivos: *aversairos*, *contrairos* e *necessário*.

2.3 UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA DE ORIENTAÇÃO GERATIVISTA

No trabalho de Souza (2006), unem-se os conceitos básicos da Morfologia Gerativa, como propostos por Aronoff (1976) e Basílio (1980), aos pressupostos da Morfologia Diacrônica, explicada por Joseph (1998). O *corpus* reunido pela autora envolve jornais, revistas, dicionários e qualquer manifestação oral ou escrita em que uma palavra derivada com o sufixo se realize. São considerados também os dados de pesquisas anteriores.

Souza (2006) define sete grupos de afinidade semântica. São eles:

- a. *adjetivo*: alfandegário, cambiário, hereditário, lendário, literário, necessário, prioritário e solidário.
- b. *agente circunstancial*: adversário, estagiário, falsário, mesário, milionário, presidiário, universitário e voluntário.
- c. *agente profissional*: aeroaviário, bibliotecário, discotecário, empresário, ferroviário, operário e publicitário.
- d. *beneficiário*: alugatário, comodatário, depositário, destinatário, indultário, locatário e testamentário.
- e. *classificador zoológico*: antozoário, cnidário, entozoário, metazoário, parazoário e locustário.
- f. *locativo*: antiquário, aquário, armário, confessionário, fraldário, minhocário, planetário e vestiário.
- g. *objeto*: calendário, diário, dicionário, fichário, formulário, glossário, lampadário e refratário.

Desses grupos, somente o *locativo* é considerado produtivo pela autora, considerando a capacidade de formar novas palavras em português, além do fato de o significado locativo ser o primeiro acessado pelos falantes, ao se depararem com uma formação *X-ário*, o que é validado por trabalhos anteriores sobre o assunto. Outro ponto que merece destaque nesse trabalho é a categoria de *agente circunstancial*, que se diferencia da categoria de *agente habitual*, que muito se vê com o *-eiro* (*fofoqueiro*, *farofeiro*, *bagunceiro*). O agente circunstancial envolve situações pontuais e tem um caráter temporário mais delimitado e situacional, ao passo que o habitual envolve a noção de frequência. O *mesário* só o é na época das eleições, assim como o *presidiário* o é enquanto está preso. Diferentemente, uma pessoa *bagunceira* tem o hábito de fazer bagunça, de ser desorganizada, assim como *faladeira* é aquela pessoa que tem o hábito de sempre falar muito.

2.4 UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA SEMÂNTICO-EVOLUTIVA

Viaro (2008), com base nas palavras derivadas em *-ário* encontráveis em Houaiss e Villar (2001), descreve a diacronia do sufixo, observando os significados atestados, as etimologias e as frequências de uso, comparando, muitas vezes, os resultados atestados com o que se verifica com a forma divergente *-eiro*. O autor divide a sua investigação em três partes: *do português pré-literário ao português renascentista* (séculos IX-XIV), *do português renascentista ao português moderno* (séculos XV-XVIII) e *português contemporâneo* (séculos XIX e XX). Os significados atestados por Viaro (2008) são detalhados nos Quadros 1, 2 e 3, seguindo as paráfrases e divisões propostas pelo autor.

Quadro 1 — O morfema *-ário* do português pré-literário ao português renascentista (Adaptado de Viaro, 2008, p. 2-4)

<i>Significado/Valor</i>	<i>Substantivo</i>	<i>Adjetivo</i>
diminutivo	igrejário	
local onde há X	santuário, armário, igrejário,	
objeto em que há muitos X	antifonário, breviário, questionário	
pessoa referente a X	proprietário, questionário	
preparado de X	eletuário	
que (ocorre em) X		calendário
que é de X		vestiário, ordinário, tributário
que é X (valor redundante)		necessário, falsário
que está X		contrário
que está X		vigário, adversário
que recebe X		porcionário
que vale X		denário, ternário
que X todo Y		aniversário (que <i>volta todo ano</i>)
relativo a X		salário, vestiário,

Sobre os dados no Quadro 1, Viaro (2008) observa que o valor relacional que o *-ário*, certamente, já traz do *-arius* latino, serve de embrião para vários significados. A depender da

base em que se adjunge, ele pode estender o seu significado. O autor dá como exemplo o caso de *questionário* em relação à base *questão*. Inicialmente, tinha valor relacional. Nesse caso, *relativo a questão*. Caso se adjunja a palavra a outra que designe pessoa, a leitura será de pessoa que faz questões. Por outro lado, se a palavra for adjungida a um objeto, será um objeto em que há muitas questões, como uma prova. Esses movimentos, segundo o autor, se ajustam com a dinâmica própria da língua. Cabe ressaltar, desse primeiro quadro, que somente *igrejário* e *porcionário* são formas inovadoras do português, sendo todas as outras heranças do latim.

Quadro 2 — O morfema *-ário* do português renascentista ao português moderno (Adaptado de Viaro, 2008, p. 5-7)

<i>Significado/Valor</i>	<i>Substantivo</i>	<i>Adjetivo</i>
abstrato	seminário	
conjunto de X	comentário, horário, mobiliário	
lugar de onde se X	promptuário	
objeto em que há X	aquário, dicionário, vocabulário	
profissão	aquário, imaginário, operário	
que age com X		voluntário
que é de X		extraordinário, plenário
que está (na sequência de) X		secundário, primário
que está em X		sumário
que vale X		centenário
relativo a X		imaginário, judiciário, veterinário, penitenciário, bancário, agrário, literário, horário, mobiliário, diário

No Quadro 2, observa-se uma maior realização do significativo primitivo relacional do sufixo e um melhor tratamento do valor profissional e o destaque para o valor abstrato de *seminário*. Há uma presença destacável de palavras que chegam ao português por meio do francês, que começava a se desenvolver como língua de cultismo e prestígio internacional, tal qual o inglês é hoje. A partir do Quadro 3, do português contemporâneo, essa realidade se mostra ainda mais recorrente.

Quadro 3 — O morfema *-ário* no português contemporâneo (Adaptado de Viaro, 2008, p. 7-9)

<i>Significado/Valor</i>	<i>Substantivo</i>	<i>Adjetivo</i>
conjunto de X	vestuário, noticiário	
de que se tem X		usuário
local onde (ocorre) X	cenário	
peessoa a quem se X	destinatário, locatário	
peessoa que X	usuário	
profissão	monetário, empresário	
que está X		unitário, intermediário
relativo a X		beneficiário, monetário, ferroviário, imobiliário, revolucionário, sanitário, solidário, comunitário, universitário, documentário, publicitário, rodoviário, agropecuário

Em linhas gerais, o trabalho de Viaro (2008) apresenta um cauteloso tratamento evolutivo dos significados do sufixo. Com base no que o autor atestou, o detalhamento exaustivo pode ser resumido da seguinte maneira: (i) *agente*: empresário, operário, imaginário, questionário, proprietário; (ii) *objeto*: antifonário, breviário, dicionário, vocabulário, aquário; (iii) *local*: cenário, santuário, armário, igrejaário; (iv) *coletivo*: comentário, horário, mobiliário, vestuário, noticiário; e (v) *adjetivo relacional*: imaginário, judiciário, penitenciário, agrário, literário, horário, mobiliário, diário, monetário, ferroviário, imobiliário, revolucionário, solidário, comunitário, universitário, documentário, publicitário, rodoviário, agropecuário.

3 CONSTITUIÇÃO DE CORPUS: COLETA, METODOLOGIA E ANÁLISE

3.1 METODOLOGIA

Os dados de investigação desta pesquisa foram coletados em todo o site do *Corpus Informatizado do Português Medieval*³, constando todos os textos entre os séculos XIII e XVI. Ao total, foram encontradas 4834 palavras terminadas em *-ário*, *-airo* e *-eiro*. Para o trabalho que aqui se desenvolve, foram excluídas as formas em *-eiro*, considerando que esse, embora de um mesmo étimo, é um morfema divergente, com o qual o *-ário* nem sempre estabelece uma relação próxima, a ponto de os falantes atuais não interpretarem como uma variação fônica de um mesmo afixo. Diferentemente, a forma *-airo* foi mantida, considerando que seja um alomorfe que sofre um pequeno processo fonológico (metátese) e que não impede de relacioná-lo com o *-ário*, tendo em vista que, no português arcaico, são encontráveis as chamadas formas duplas, como *vicário* e *vicaíro*, certamente em função de não existir ainda uma normatização linguística. Além disso, as gramáticas históricas mostram que as formas em *-airo* do período voltaram a *-ário*, por influência da linguagem culta.

As medidas aqui tomadas se pautam também nas visões de Booij (2014) acerca da aceitabilidade da alomorfia quando essa não impedir relações morfolexicais. *X-ário* e *X-airo* são, então, tratadas como variações de uma mesma construção. Excetuadas as formas *X-eiro*, o *corpus* passa a compreender 514 realizações de *X-ário* e *X-airo*, mas isso não quer que sejam 514 palavras diferentes. Desconsideradas as repetições, são atestadas apenas 58 instanciações distintas do esquema $[X_i\text{-ário}]_{N_j}$.

Num segundo momento, foi feita uma consulta lexicográfica, o que inclui a pesquisa etimológica, para 1) atestar se a palavra é realmente sufixada ou apenas terminada⁴ em forma fonológica equivalente ao sufixo; 2) verificar se é herança latina ou criação do português arcaico e, 3) fornecer pistas acerca do significado, que não pode ser atestado, valendo-se exclusivamente de dicionários da língua contemporânea. As obras consultadas foram:

- (i) etimológicos, como o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2007), de Antônio Geraldo da Cunha;
- (ii) históricos acerca do período arcaico, como são o Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica (2005), de Zenóbia Collares Moreira, o Dicionário Etimológico do Portu-

³ Disponível em: <cipm.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 05 set 2015.

⁴ Exemplos para esse *problema* são os casos de *cadeira* e *macaxeira*, palavras terminadas em *-eir-*, mas onde a sequência fônica não é um morfema e sim partes das raízes dessas palavras, como pode ser atestado numa consulta etimológica. Para mais informações, ver Viaro, Ferreira e Guimarães Filho (2014).

guês Arcaico (2013) e o Pequeno Vocabulário do Português Arcaico (2014), ambos de Américo Venâncio Lopes Machado Filho e o Dicionário de dicionários do galego medieval, obra disponibilizada via web e coordenada por Ernesto González Seoane, María Álvarez de la Granja e Ana Isabel Boullón Agrelo, entre os anos de 2006 e 2012;

(iii) antigos, como o Vocabulario portuguez e latino, de Raphael Bluteau (1728)⁵, o Dicionario de lingua portugueza, de Antonio de Moraes Silva (1789)⁶, o Diccionario da Lingua Brasileira, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832)⁷ e o Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1865)⁸;

(iv) modernos, como o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, de Antônio Houaiss e Mauro Villar (2001) e o Dicionário Online Caldas Aulete⁹, ambos utilizados em último recurso e com muita ressalva.

3.2 ANÁLISE

Como dito anteriormente, os dados levantados no *corpus* selecionado ofereceram um total de 514 realizações de *X-ário* e *X-airo*, que, desconsideradas as repetições, representam 58 instâncias distintas do esquema $[X_i\text{-ário}]_{R_j}$. Partindo da consideração de Viaro (2008) de que o valor relacional, herança do *-arius* latino, serve de embrião para vários significados do sufixo *-ário*, desconstruímos a tese de extensão de sentido polissêmico cujo percurso tenderia a ir do sentido mais concreto para o mais abstrato, que está na base tanto da teoria da gramaticalização, cujo percurso unidirecional aponta a trajetória do lexical para o gramatical, quanto da teoria da metáfora conceitual, dada a cadeia monodirecional causal que partiria da experiência sensorio-motor, levando a esquemas imagéticos, desses esquemas imagéticos a conceitos abstratos e deles a expressões linguísticas.

⁵ Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 08 mar 2015.

⁶ Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em 08 mar 2015.

⁷ Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em 08 mar 2015.

⁸ Disponível em < <http://purl.pt/13944>>. Acesso em 08 mar 2015.

⁹ Disponível em < <http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em 08 mar 2015.

Ao que parece, os empregos de *-ário* como adjetivos ocupam um lugar de centralidade na expansão dos sentidos polissêmicos do esquema de construção a partir desse elemento formativo e tem implicações diretas acerca da formulação do esquema dominante, uma vez que, como foi discutido na seção 2.1, a descrição de padrões que implicam a flutuação categorial entre substantivos e adjetivos requer, em português, a adequação do modelo proposto por Booij (2010), relativizando o caráter absoluto da propriedade esquemática identificada como a categoria do *output*.

Assim, a análise dos dados indica que o esquema dominante, para as construções em *-ário* no português arcaico, implica na não explicitação de categorias morfossintáticas, nem para os produtos (que flutuam entre adjetivos e substantivos), nem para as bases (*inputs* — que são variados conforme irá ser demonstrado na análise de subesquemas a seguir). Desse modo, propõe-se um esquema dominante, sem marcas morfossintáticas e de caráter semântico geral, para que possa abrigar as variedades de sentido que os subesquemas irão produzir:

$$\langle [X_i \text{-ário}]_{R_j} \leftrightarrow [x \text{ envolvido em SEM}_i]_{R_j} \rangle$$

As instanciações de valor relacional representam 18 das 58 ocorrências (arbitraria, extra-ordenario ~ extraordinário, hereditária, hordenairos ~ ordinários, ãediario, involuntárias, leigario ~ leigaryo, mundairas ~ mumdayras, caluario, necessaria ~ necessário, penitenciario, reliquairo, secundario ~ secundarios, selario, solitaria ~ solitário, temerário, ternário, voluntario). Em algumas delas, o emprego como modificador (MOD) pode causar estranhamento ao falante atual, uma vez que são formas usualmente empregadas como núcleos de sintagmas nominais (NSN), como por exemplo, calvário, que aparece como modificador de monte e reliquairo (relicário) que ocorre como modificador de samto, apresentando o sentido de ‘precioso, de grande valor’. Essas ocorrências, no entanto, reforçam o caráter central das instanciações relacionais que, por sua vez, já apresentam embriões de outras noções que irão integrar a rede polissêmica desse formativo, por exemplo, o valor agentivo já se pode antever em instanciações como ternário (‘que herda a terça parte’) e voluntário (‘que não age por obrigação’), ou ainda a noção de quantidade embutida em selário (‘quantia/taxa paga pelo selo’), ou por exemplo, o valor locativo que já se antecipa em solitária (çella solitaria).

Nesse subesquema, a noção relacional tem implicação direta sobre o comportamento morfossintático e vice-versa, assim, a representação formal contará com a especificação da categoria do *output* como A (adjetiva), contudo, a categoria das bases (*inputs*) deverá ser omitida, uma vez que constam como bases: verbos, substantivos, preposições e numerais.

$\langle [X_i - \text{ário}]_{A_j} \leftrightarrow [\text{qualidade relativa a SEM}_i]_{A_j} \rangle$

As instanciações de um subesquema agentivo também se revelaram bastante produtivas nos dados analisados, contabilizando um total de 23 palavras (*adversario* ~ *adversairo* ~ *aversario* ~ *averssairo*, *ceroferario*, *comendatário*, *compromisario*, *correlarios*, *domaayros*, *falsario* ~ *falsayro*, *hostiário*, *hũquentayro*, *notario* ~ *notayro*, *prisioneiros*, *proprietário*, *secretairo* ~ *secretario*, *solicitario*, *terçenairo*, *uestiayro* ~ *vistiario*, *vicayro* ~ *vigayro*, *vsufructuarya*, *cõcubinario* ~ *concobinario* ~ *concupinário*, *ordenaria* ~ *ordinayro* ~ *ordinário*, *tributarios* ~ *tributário*, *vsorario* ~ *vsurario*, *boticairos* ~ *buticayro*). Há que se considerar, contudo, aspectos variantes entre os tipos de agentes, pois podemos encontrar uma natureza agentiva que implica uma habitualidade em relação aquilo que se pratica (p. ex.: *falsário*, *usuário*, *tributário*), bem como um caráter eventual/circunstancial da agentividade (p. ex.: *prisioneiro*, *proprietário*), por sua vez, instanciações desses subesquemas ainda podem apresentar uma noção de agente beneficiário (p. ex.: *usufrutuário*, *tercenário*) ou ainda de um agente profissional (p. ex.: *boticário*, *corsário*, *vestiário*, *vigairo*, *domaayro*, *notário*, *ostiário*, *ceroferário*).

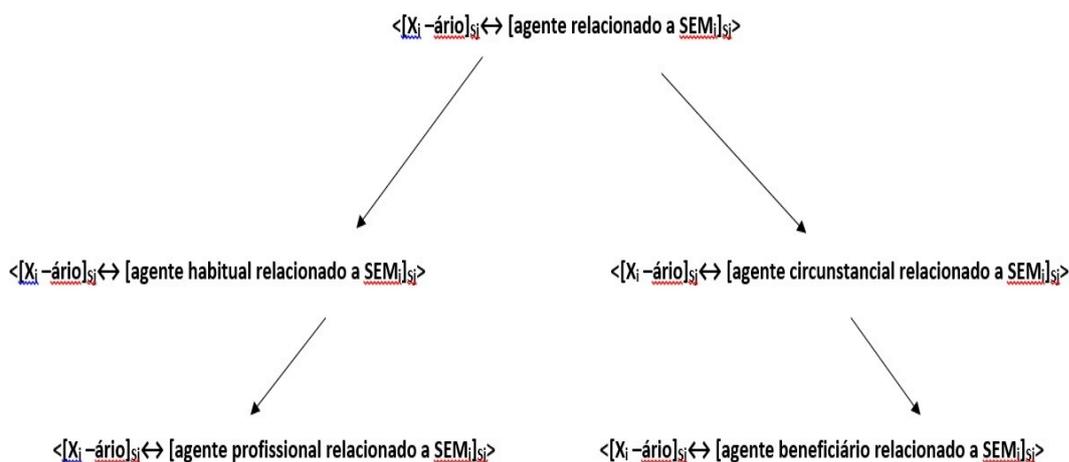
Acerca do caráter profissional dos agentivos é importante ressaltar a sua estreita relação com os agentes habituais. Soledade (2015), acerca dos agentes produzidos pelo esquema do sufixo *-dor*, explica que qualquer agente habitual, em tese, pode ser recategorizado como agente profissional, é uma questão de conceptualização que depende do uso, da necessidade expressiva dos indivíduos, das relações interacionais e socioculturais dos agentivos em dada comunidade linguística, e que essa conceptualização em nada depende das relações de herança da base.

A distinção entre agente habitual e agente profissional parece residir no fato de que todo agente profissional habitualmente pratica a ação expressa pelo verbo, contudo, dessa prática decorrem pelo menos dois comportamentos socioculturais que o especificam, a saber: 1) o retorno financeiro a fim de subsistência e 2) o acúmulo de conhecimento ou de prática específica para o exercício da ação.

Portanto, a relação polissêmica que se dá entre os agentes habituais e os profissionais parece ser de natureza metonímica, sendo uma relação entre parte-todo, ou ainda de continente-conteúdo.

Da mesma forma, agentes beneficiários parecem ser uma subcategorização de agentes eventuais/circunstanciais, uma vez que não implica num estado ou numa habitualidade, mas sim em uma situação decorrente de um contexto circunstancial, pontual.

Assim, segundo o modelo construcional de Booij (2010), uma possível representação dessa rede polissêmica em torno da noção de agente poderia ser formulada como a seguir:



Observe-se que a categoria do *input* foi omitida, enquanto se especifica a categoria do *output* como substantiva.

Há ainda, nos dados analisados, 14 instanciações que podem ser descritas como objetos (*antifanario, bribiario, calandairo ~ kallemdairo, capitulayro, cartairos ~ cartarios, ãuentayro ~ jnuentario, lycionayro, octauayros ~ octauairos, rosairo, sodayro ~ ssudayro, penentenciario ~ penitenciários, ssumayro ~ sumario*), ainda que algumas apresentem um caráter fronteira entre objeto e lugar (*almario, cossairo ~ corsário*).

Propor uma rede de subesquemas para a categoria objeto é tarefa bem complexa, uma vez que, como se observa nas reflexões de Viaro (2008) expostas nos quadros 1, 2 e 3 na seção 3.4, as bases têm um papel preponderante sobre os sentidos das instanciações desse subesquema, assim temos objetos que se apresentam com a noção ‘resultado de processo’, como *inventário*; objetos que são ‘instrumentos de uso’ como *sudário*, objetos que se apresentam com a noção ‘conjunto’ como *capitulário*, e ainda, aqueles já destacados, que se apresentam na fronteira entre objeto e local. Assim, na descrição desses dados, não se buscará a descrição

dos subesquemas de objeto, que será representado com a categoria do produto como substantivo e a categoria da base não especificada, uma vez que se verificam verbos e substantivos como *outputs* possíveis de serem compatibilizados a esse esquema.

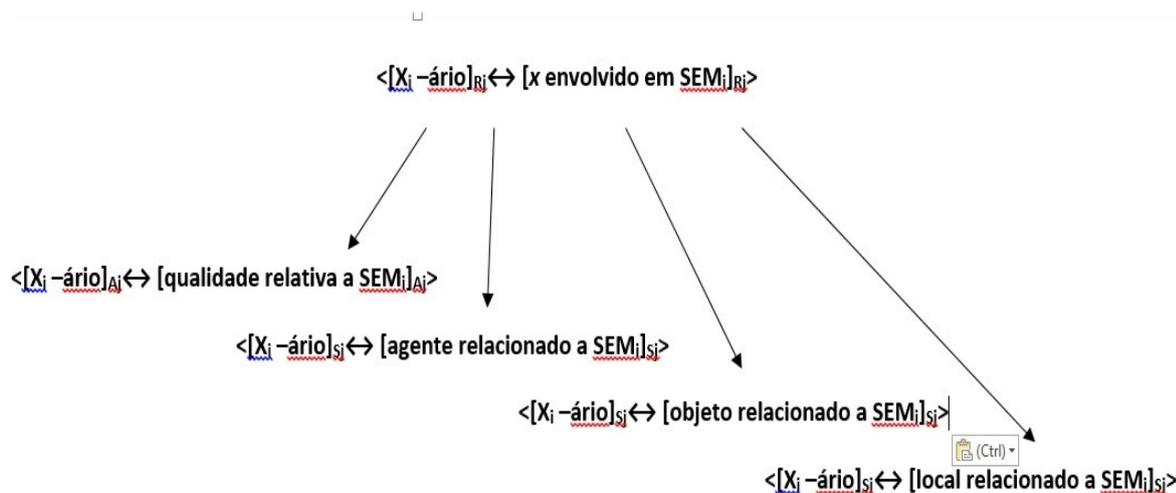
$\langle [X_i - \text{ário}]_{s_j} \leftrightarrow [\text{objeto relacionado a SEM}_i]_{s_j} \rangle$

As instanciações em *-ário* ainda apresentaram no português arcaico a possibilidade de realizarem a noção de local, revelando-se em 5 palavras distintas (*campanario, fossario, sacrario ~ sagrario, santuario ~ santuários, solayro ~ solairo*). Assim, como o esquema de objeto, os locativos, em geral, também podem apresentar uma polissemia produtiva, por exemplo: ‘lugar onde existe grande quantidade da base’, ‘lugar onde existe a base’, ‘lugar onde se pratica uma atividade relacionada a base’ e ainda ‘local relacionado a base’. Nos exemplos encontrados podemos verificar, três sentidos distintos: 1) em *fossário* ‘onde existem muitos fossos, cemitério’ e *sacrário* ‘onde se guardam os objetos sagrados’, tem-se o valor descrito como ‘lugar onde existe grande quantidade da base’; 2) em *campanário* ‘torre da igreja onde fica o sino (campana)’, tem-se a noção de ‘lugar onde existe a base’ e 3) em *santuário* ‘altar, lugar sagrado’ e *solário* ‘terraço sobre as casas, parte mais exposta ao sol’, identifica-se a noção de ‘local relacionado a base’. Pode-se, contudo, entender que esses sentidos estão relacionados entre si, num crescendo de especificação, i.e., existe uma relação de conteúdo-contendor:



Novamente, a categoria da base deve ser omitida, uma vez que adjetivos e substantivos se apresentam como *inputs* para as instanciações do esquema locativo, já a categoria do produto pode ser especificada como substantiva.

Em síntese, considerando o esquema dominante e os subesquemas mais gerais, segundo a proposta da morfologia construcional de Booij (2010), as formações em *-ário*, nos dados do português arcaico, podem ser representadas na esquematização:



Note-se, contudo, nesse modelo de representação a dificuldade de se inserirem os sub-esquemas que refletem a polissemia de subsesquemas como os de agente e local. Além disso, aspectos como produtividade, prototipicidade e herança semântica da base também não estão contemplados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é importante considerar que, no modelo proposto por Booij (2010, 2012, 2014), há ainda um forte apego a métodos de representação usuais dentro do modelo gerativista, bem como, uma preocupação, ainda incipiente, de descrição da contribuição semântica para os processos de construção morfológicos.

Ressalte-se, contudo, que morfologia construcional de Booij (2010) oferece fundamentos essenciais para a compreensão da estruturação do léxico em termos de construção e esquemas; embora careça de adaptações, uma vez que ainda não se mostra eficiente no tratamento de aspectos importantes, levantados nas análises aqui desenvolvidas, como flutuação categorial do constructo e, sobretudo, das mais variadas relações semânticas que demandam especificação, como as que se dão entre bases e palavras complexas, entre esquemas e palavras complexas, entre esquemas e subsesquemas, entre subsesquemas e subsesquemas.

REFERÊNCIAS

ALI, Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

- ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1976.
- BASÍLIO, Margarida. Re-estudo de agentivos. *Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981.
- BASÍLIO, Margarida. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. In: *Linguística*, v. 5, n. 2, p. 01-14, dez. 2010.
- BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BASÍLIO, Margarida. O fator semântico na fluidez substantivo/adjetivo em português. IN: HEYE, Jürgen (Org.). *Flores verbais*. Rio de Janeiro: 34/Nova Fronteira, 1995, p. 177-192.
- BASÍLIO, Margarida. O papel da metonímia na morfologia lexical. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, p. 99-117, 2011.
- BOOIJ, Geert . Morphology in Construction Grammar [to appear in Thomas Hoffmann and Graeme Trousdale (Ed.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2012].
- BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, Geert. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: GISBORNE, Nikolas; HIPPISEY, Andrew. (Eds.). *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press. [to appear]. Disponível em: <<https://geertbooiij.files.wordpress.com/2014/02/booiij-2015-inheritance-issues-in-construction-morphology-feb-2014.pdf>>. Acesso em: 23 set 2015.
- BOTELHO, Laura Silva. Uma abordagem sociocognitiva das construções agentivas em X-eiro. In: MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 178-201.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1975.
- CASTILHO, A. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- ELSON, B.; PICKETT, V. *Introdução à Morfologia e à Sintaxe*. Tradução de Aryon D. Rodrigues e outros. Petrópolis: Vozes, 1973.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction Grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995

- GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorino; ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*. São Paulo, 58 (1), 2013. p. 165-193.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JACKENDOFF, Ray. Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. In: *Language* 51, 1975, p. 639-71.
- JACKENDOFF, Ray. What is the human language faculty? Two views. *Language* 87.2011, p. 586-624.
- JOSEPH, B. Diachronic Morphology. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. (eds.). *The Handbook of Morphology*. Londres: Basil Blackwell, 1998.
- LOBATO, Lúcia. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LOPES, Mailson dos Santos. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. 943p. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Dicionário etimológico do português arcaico*. Salvador: Edufba, 2013. 536p.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Pequeno Vocabulário do Português Arcaico*. Brasília: Editora UnB, 2014. 520p.
- MARINHO, Marco Antonio Ferreira. *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*. 2004. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.
- MOREIRA, Zenóbia. *Dicionário da língua portuguesa arcaica*. Natal: EDUFRN. 2005. 574p.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- RIO-TORTO, Graça Maria. Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento. In: VIARO, Mário Eduardo (Org.). *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 31-57.
- SOLEDADE, J. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [[X — EIR]_N] no português arcaico. *Revista Diadorim/Revista de Estudos Linguísticos e Literários* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, número especial, 2013. p. 83-111.
- SOLEDADE, Juliana. *Aspectos morfolexicais do português arcaico: sufixação nos séculos XIII e XIV*. 2001. 2 v. 400 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOLEDADE, Juliana. De pecadores a sabedores: agentes de –dor no Livro das Aves. (Comunicação Pessoal) *I congresso internacional de semântica cognitiva*, Salvador, 2015.

SOLEDADE, Juliana. *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2005. 2v. 575 p. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Mariana Pereira. *Formações X-ário no português do Brasil: um estudo sobre a produtividade lexical*. 2001. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

VALENZUELA, Javier; IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; HILFERTY, Joseph. La Semántica Cognitiva. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VALENZUELA, Javier. (Ed.). *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012, p. 34-60.

VIARO, Mário Eduardo. Os sufixos -eiro e -ário: história de morfemas divergentes. In: Anais do I Simpósio *Mundial de Estudo de Língua Portuguesa — SIMELP*. São Paulo: Simpósio Mundial de Estudo de Língua Portuguesa — SIMELP, 2008.

VIARO, Mário Eduardo. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo -eiro. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 35, 2006, p. 1443-1452.

VIARO, Mário Eduardo; FERREIRA, Michael; GUIMARÃES FILHO, Zwinglio. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, Mário Eduardo (Org.). *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 58-105.

Recebido em 12 de março de 2015.

Aceito em 13 de maio de 2015.

RESENHA

DESAFIOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

Maria Neuma Mascarenhas Paes (UNEB)

Referência da obra resenhada:

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015.

Mesmo reconhecendo os esforços do Ministério da Educação para normatizar o ensino de línguas no Brasil, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), da concessão do livro didático às escolas públicas brasileiras, por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), dentre outras iniciativas implementadas pelos governos federais, estaduais e municipais, sabe-se que encontrar uma metodologia ideal para o ensino de línguas no Brasil, que possa conciliar a formação continuada do professores e a atuação em sala de aula, não é uma tarefa fácil, pois a multiplicidade de abordagens metodológicas atrelada a complexidade dos estudos linguísticos, que se desmembram em subáreas, têm dificultado muito a formação de professores. Entende-se que, no universo complexo do ensino de línguas, é, sem dúvida, impossível o professor conciliar de forma plena a formação continuada com as atribuições em sala de aula. Daí, muitas vezes, acomodar-se na superficialidade do livro didático ou na gramática normativa e descontextualizada para o ensino da Língua Portuguesa.

Diante da necessidade de se discutir sobre o assunto pautado, no livro intitulado *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*, as autoras reúnem, sem dúvida, uma coleção de trabalhos originais e de fecundas reflexões a respeito da formação de professores no campo das Letras. A obra reúne artigos de diferentes autores nos quais são apresentados estudos sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas, a filologia e as teorias linguísticas, considerando suas aplicabilidades no ensino de línguas.

A obra foi organizada de forma que, em primeiro lugar, são apresentados textos voltados para a formação de professores da área de Letras, com reflexões sobre a educação inclusiva (ZOGHBI, 2015), mais especificamente sobre os modos de os docentes lidarem com alunos especiais na Educação Básica; sobre o estágio supervisionado no curso de Letras (MEDRADO, 2015); sobre a natureza bilíngue dos cursos de graduação em LIBRAS (SOARES; TEIXEIRA, 2015) e sobre a aquisição da língua estrangeira espanhol por brasileiros (LOPES; SILVA, 2015). Nesses textos, os autores, a partir de uma fundamentação teórica consistente e das experiências em sala de aula, sugerem estratégias que podem ser aplicadas ao ensino de línguas materna e não materna. Enfim, tratam-se de reflexões que procuram orientar o professor de línguas, oferecendo-lhe subsídios possíveis para enfrentar os obstáculos da ciência e os paradigmas da modernidade.

Na sequência, no campo da filologia, é apresentado um estudo em que Santos (2015, p. 55), a partir do questionamento “Por que ensinar Filologia nos cursos de Letras?”, mostra como a filologia ocupa-se da língua e da literatura como expressões de uma cultura. O trabalho volta-se para uma compreensão de que os estudos filológicos, em uma perspectiva humanista, permitem se chegar aos significados que se encontram arquivados na materialidade discursiva de um determinado texto. Nesse sentido, a leitura de um texto é um processo no qual se deve considerar “autor e obra, por sua inscrição, pelos valores que a sociedade e os sujeitos constroem e são também construídos” (SANTOS, 2015, p. 58), enfim pelas relações de poder e saber que se encontram imbricadas na produção de um texto. A autora, na reflexão que faz sobre os estudos filológicos na contemporaneidade, mostra o vigor dessa área do conhecimento que se coloca aberta aos aspectos discursivos, trazendo, assim, uma grande contribuição para a formação docente.

Por último, são apresentados dois trabalhos que mostram a importância dos aspectos semânticos no ensino da Língua Portuguesa. No primeiro, tomando como objeto de análise uma coleção de livros didáticos para a Educação Básica, Santana dos Santos (2015) observa que os aspectos semânticos abordados nos livros investigados respaldam-se na semântica “tradicional e normativa”, sem considerar os avanços dos estudos semânticos que levam em conta os aspectos cognitivos e comunicativos e de uso. Apesar Santana dos Santos (2015, p. 82) não apontar caminhos possíveis para o ensino da Língua Portuguesa, ela considera que não se deve “fechar os olhos e discutir a presença, a relevância e a produtividade” dos fenômenos semânticos e cognitivos na escola. É preciso, portanto, aproximar os sentidos que se operam de forma complexa na língua em uso ao cotidiano da sala de aula. No segundo traba-

lho, Almeida (2015) mostra como a ideologia que constitui as formações discursivas funciona na polissemia de um item lexical. Para desenvolver o trabalho, a autora respalda-se em teorias do léxico associadas aos estudos da semântica cognitiva. E, como objeto de análise, toma algumas palavras do campo lexical “animal” para verificar o funcionamento da ideologia em acepções de verbetes de dicionários selecionados para este fim. No estudo feito, a autora mostra que os sentidos de uma palavra posta no dicionário muitas vezes são reproduzidos em outros, mantendo, assim, a formação discursiva dominante e, por conseguinte, a ideologia. O trabalho de Almeida (2015) é, portanto, de extrema importância para o professor e para o aluno, considerando que mostra como se mantém a circularidade dos sentidos.

Para finalizar, considera-se que, mesmo diante da dificuldade de se traçar caminhos para o ensino de línguas no Brasil, a obra resenhada pode ser considerada importante tanto pelos resultados que apresenta no campo dos estudos pedagógicos, filológicos e linguísticos, com abordagens contemporâneas, quanto pela grande contribuição que poderá dar ao ensino de línguas, apontando em alguns momentos caminhos possíveis a serem experimentados, respaldando-se em abordagens que levam em consideração tanto os aspectos cognitivos e discursivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. O dicionário na escola brasileira: questões ideológicas. ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 85-101.

LOPES, Mailson dos Santos; SILVA, Maria Eugênia Olímpio de Oliveira. Aprendizado da língua espanhola por brasileiros: uma reflexão sobre a influência da proximidade entre línguas para a aquisição de língua. ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 43-53.

MEDRADO, Betânia Passos. Estágio supervisionado na formação de professores: tempo de ler realidades. ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 21-41.

SANTANA DOS SANTOS, Elisângela. A semântica em uma coleção de livros didáticos de língua portuguesa. ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 63-83.

SANTOS, Rosa Borges dos. Por que ensinar Filologia nos cursos de Letras? Língua, Literatura e Cultura: Construção de identidade e relações de poder. ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 55-62.

SOARES, Claudia Vivien Carvalho de; TEIXEIRA, Elizabeth Reis. A natureza bilíngue dos fóruns de discussão do curso de graduação Letras Libras. ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 31-42.

ZOGHBI, Denise Maria Oliveira. Formação de professor e educação inclusiva. In: ALMEIDA, A. Ariadne Domingues Almeida; ZOGHBI, Denise Maria Oliveira; SANTOS, Elisângela Santana dos (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 9-19.

Recebido em 14 de março de 2015.

Aceito em 3 de junho de 2015.

ENTREVISTA

COM JOSÉ DE SOUSA TEIXEIRA (UNIVERSIDADE DO MINHO)

A SEMÂNTICA COGNITIVA E SUAS CONEXÕES COM AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM E COM ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)

Elisângela Santana dos Santos (UNEB)

RESUMO: A entrevista é dirigida ao Professor Associado da Universidade do Minho (Portugal), José de Sousa Teixeira. Ele é doutor em Ciências da Linguagem/Linguística com o trabalho sobre espaço, cognição e língua portuguesa *A Configuração Linguística do Espaço no Português Europeu: modelos mentais de frente/trás*. Possui várias publicações em Portugal e no estrangeiro que podem ser consultadas na Web, através do Repositório da Universidade do Minho. É atualmente o Diretor do Mestrado em Português Língua Não Materna, tendo sido um dos primeiros linguistas que em Portugal introduziram os estudos da Linguística Cognitiva. As principais áreas de investigação são a relação entre o significado e a cognição, a semântica do português e a linguagem da publicidade.
PALAVRAS-CHAVE: Semântica Cognitiva. Ciências da Linguagem.

ABSTRACT: The interview is directed to Associated Professor at the University of Minho (Portugal), José Teixeira. He has a PhD in Language Sciences/Linguistics with a work about space, cognition and the Portuguese language *A Configuração Linguística do Espaço no Português Europeu: modelos mentais de frente/trás*, one of the first works on Cognitive Linguistics in Portugal. He has several published papers which can be found and downloaded from the Repositório of Universidade do Minho. He is the Director of the Master's degree in Portuguese as a Second and a Foreign Language. His main areas of research interest are linguistic meaning and cognition, Portuguese semantics and the language of advertising.

KEYWORDS: Cognitive Semantic. Language Sciences.

APRESENTAÇÃO

A investigação de questões relativas ao significado sob a ótica cognitivista tem trazido, nos últimos anos, importantes contribuições para o conhecimento das capacidades e mecanismos cognitivos envolvidos no processo de construção dos sentidos e no uso da linguagem como manifestação do pensamento. Em linhas gerais, segundo a abordagem cognitiva, a linguagem não pode estar dissociada da cognição e do contexto sociocultural dos indivíduos, uma vez que a construção dos sentidos resulta da interação entre mente e meio, que, por sua

vez, se reflete no uso da língua. Nessa perspectiva, o significado é considerado natural e se constrói a partir das interações físicas, dos movimentos dos corpos e da relação que os indivíduos estabelecem com o mundo, a partir das suas experiências individuais, sociais, culturais e sensório-motoras.

Para melhor explicar tais questões, entrevistamos o professor e pesquisador da área da Semântica Cognitiva do Instituto de Letras e Ciências Humanas do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho, em Portugal, José de Sousa Teixeira, que, conforme já explicitado no resumo, é doutor em Ciências da Linguagem/Linguística e autor de vários livros e artigos relacionados a significado e cognição; língua portuguesa, Semântica e linguagem da publicidade, dentre outros temas, além de ser um grande expoente da Linguística Cognitiva dos últimos tempos.

Ariadne Almeida e Elisângela Santana: Como pode ser descrito o contexto de surgimento da Semântica Cognitiva em finais do século XX?

José de Sousa Teixeira: Não sei se é por acaso e se alguém já acentuou suficientemente o facto, mas os estudos que irão consolidar a Semântica Cognitiva acontecem um século depois de uma outra revolução no panorama das ciências da linguagem, o surgimento dos neogramáticos e de Ferdinand de Saussure. Frequentemente se diz que foram estes os criadores da Linguística como ciência moderna, entre o último quartel do século XIX e os primeiros anos do século XX. É um século depois (coincidência quase exata) que se dá a confluência de várias áreas e vários estudos: os de Eleanor Rosch, os de alguns deserdados e descontentes com o generativismo de Chomsky obliterador da importância do plano semântico das línguas, outros das áreas da antropologia (que muito influenciam George Lakoff, por exemplo), enfim, um conjunto de estudos que recentram as línguas humanas em novos paradigmas e novas relações. Não apenas nos que o estruturalismo europeu e chomskiano defendiam, mas noutros que ao chamado “objetivismo” cartesiano querem contrapor os novos dados conhecidos sobre a percepção humana e como ela difere da dimensão lógica que a ciência tradicional defendia ser a ideal nas abordagens científicas. Há, portanto, no último quartel do século XX, um novo ar que se respira em ciência: o de ter percebido que tudo o que envolve o conhecimento humano (e as línguas entram como produtos e instrumentos dessa vertente) não pode ter apenas uma focagem racional e lógica. As investigações que cada vez mais iam evidenciando o fun-

cionamento neuronal e cerebral ajudaram muito. É sintomático o título da obra de António Damásio de 1994 (uma autoridade global que trabalha nos Estados Unidos em Neurociência) que se chama precisamente *Descartes' Error: Emotion, Reason, and the Human Brain* (*O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano* [DAMÁSIO, 1995]). Representa o questionar, pelo novo paradigma, o facto de que a característica primeira do ser humano não é a racionalidade, o “cogito” de Descartes, mas que a emoção e todo o conjunto das construções cognitivas humanas deve ser tido em conta se se quiser entender como o ser humano compreende o mundo e constrói os seus mundos através das percepções e da linguagem. Não é também por acaso que (para falar de obras que sintetizam este espírito de mudança) em 1999 aparece a obra de George Lakoff e Mark Johnson com o título *Philosophy in the Flesh — The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought*. A forma como começa é ilustrativa do desejo de se construir um novo paradigma em ciência: “The mind is inherently embodied./Thought is mostly unconscious./Abstract concepts are largely metaphorical” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 3). (“A mente é inerentemente corporizada./O pensamento é maioritariamente inconsciente./Os conceitos abstratos são em grande parte metafóricos”). E depois acrescenta-se, imediatamente, que estes princípios são básicos para a ciência cognitiva, que irão revolucionar dois mil anos de pensamento e que a forma como encaramos a hermenêutica científica nunca mais será a mesma. E não será, de certeza. Estou convencido que estamos no início de uma nova forma de pensar, de uma revolução científica (sobretudo nas ciências ligadas ao humano e ao comunicativo) de que ainda não nos apercebemos completamente.

A.A./E.S.: Que contribuições a Semântica Cognitiva trouxe para as ciências e, mais especificamente, para as ciências da linguagem, segundo o seu ponto de vista?

J. S. T.: Na lógica do que disse anteriormente, penso que ainda não podemos perceber todas as consequências que resultarão desta revolução para as ciências da linguagem. Há pouco comparei a revolução cognitiva à “revolução saussureana”. E há uma afirmação do *Curso* de Saussure que, referindo-se ao princípio fundador de toda a sua conceção de Língua, o princípio da arbitrariedade, diz textualmente: “é muitas vezes mais fácil descobrir uma verdade do que conceder-lhe o lugar que lhe compete. O princípio enunciado acima domina toda a linguística da língua; as suas consequências são inesgotáveis. É certo que nem todas aparecem com igual evidência a uma primeira abordagem; só as descobrimos depois de várias tentativas e só então alcançamos a importância primordial do princípio” (SAUSSURE, 1978, p. 125). Penso que estamos num momento parecido, cem anos depois. As consequências de ver o coração da linguagem como baseado no significado e não nas regras sintáticas, de ver que a

linguagem se constrói metaforicamente e de ver que os conceitos não funcionam por condições necessárias e suficientes, as consequências disto são inesgotáveis e não podem ser alcançadas todas a uma primeira vista. As ciências da percepção, as da linguagem e as da inteligência artificial, entre outras, se encarregarão de evidenciar as consequências destes princípios que agora ainda estamos a começar a perceber.

Para as Ciências da Linguagem, as consequências são evidentes: um centramento do coração da linguagem na comunicação e no significado, na pragmática comunicacional, corrigindo também “o erro de Saussure” (TEIXEIRA, 2001), o de que a “*parole*”, a fala, pouco interessava e de que a língua era uma “álgebra pura”. Sem nos apercebermos, temos uma nova forma de pensar sobre os fenômenos linguísticos e respectivos enquadramentos. Por exemplo, a expressão que agora estamos a utilizar “Ciências da Linguagem” em vez de “Linguística” é reveladora destas alterações que já temos como adquiridas: a “nossa ciência” antiga já não é mais única, uniforme, a Linguística clássica, a herdeira da Gramática, formalista, estruturalizante, lógica, “conjunto de regras”, mas é agora vista como plural, “Ciências da Linguagem”, porque achamos que só faz sentido em interconexão com outras, com a Neurologia, com a Psicologia, com Inteligência Artificial, com a Filosofia da percepção e todas as ciências que envolvam processos cognitivos. Sem o saber, já respiramos ares novos. E mesmo os nossos amigos que ainda torcem o nariz à visão cognitiva já aceitam o plural de Ciências da Linguagem. Pode parecer que é só uma alteração terminológica, mas penso que também é conceitual (ou concetual/conceptual).

A.A./E.S.: Considerando que a sua tese de Doutorado trata da relação entre a Semântica e a espacialidade, poderia nos falar sobre as suas principais descobertas e observações? Podemos dizer que as noções de espaço estabelecem alguma relação entre o que é cognitivo e o que é cultural?

J.S.T.: Se o significado é corporizado (*embodied*) como pressupomos e vamos tendo cada vez mais evidências, então, necessariamente, o espaço é a sua primeira base de construção. Somos seres ineludivelmente espaciais. A percepção do espaço é a mais fundamental, a mais básica, a primeira que suporta todas as outras. Não é por acaso que usamos a expressão “espaço vital”. Que não é só relativo ao espaço do viver, mas também à forma como vivemos e que, por isso, tem implicações com percecionamos todos os processos a isso relativos. Até, em jeito provocador, em vez de se perguntar o que é que a língua tem a ver com a espacialidade se poderia perguntar o inverso: se há alguma coisa na língua que, direta ou indiretamen-

te, não tenha a ver com a percepção espacial. Basta olhar para a história da construção conceitual para verificarmos como construímos as percepções mais complexas através da metaforização de percepções espaciais. O “ser” implica uma percepção física no espaço (*sedere*), o “compreender” implica o “prender com”, implica dominar o espaço. Aliás, todo o viver implica dominar o espaço: por isso não podemos fugir a conceber a vida como viagem num espaço. Os verbos que utilizamos para falar da vida são verbos da espacialidade: “como vais?” significa “como tens vivido?”, os pontos fortes e fracos da vida são ditos espacialmente como “os altos e baixos” que a vida tem e deixar de viver é expresso como o “fim do caminho” ou “passar para o outro lado”, para outro espaço. Não conseguimos conceber a vida como não ligada à espacialidade.

As observações e descobertas que se podem fazer sobre as relações entre a língua e a percepção espacial evidenciam como as vivências culturais interferem e condicionam as posições e perspetivas que a língua manifesta sobre as configurações espaciais. Por exemplo, no Português Europeu (penso que no Brasileiro não será diferente) a base da oposição *frente-trás* pode tomar como referência vários modelos estáticos ou então um modelo dinâmico. Os primeiros estão presentes, por exemplo, quando digo *Estás à minha frente, não consigo ver o jogo na TV, Estar de frente para a câmara, Estar atrás do muro*. Aqui, a noção de *frente-trás* é construída pela posição estática do locutor, pelo seu face-a-face e pelas condicionantes da visão. Mesmo nestes modelos estáticos, as configurações podem ser complexas, como se pode constatar quando alguém se refere à parte da *frente* de uma cama, podendo entender uns a cabeça e outros o sítio onde ficam os pés. Mas o modelo mais forte é o dinâmico, o que implica o movimento. Aqui, o face-a-face é anulado e é a direção do movimento e a sua “cabeça” que estabelece a *frente* (como quando dizemos que *O corredor 45 vai à frente do corredor 57*: os dois corredores não estão face-a-face, porque agora não é este aspeto que determina que um está à frente do outro). Escolher um dos tipos de modelo envolve aspetos cognitivos, mas também culturais. Por exemplo, se nos referirmos a realidades em que o movimento predomine, é natural que escolhamos o modelo dinâmico, ao passo que se nos referimos a realidades onde o movimento não é visível iremos optar tendencialmente pelos modelos estáticos. Mas se as coisas puderem ser vistas em perspetivas antagónicas? Aqui é que entra a opção cognitiva e cultural da língua, mais do que a do indivíduo. Por exemplo, quando olhamos para um texto escrito como este, parece que vemos todos o mesmo objeto, um espaço com letras. Mas não. Umas línguas podem ver o texto como uma realidade estática, fixa, como um desenho num papel e outras vê-lo como um processo dinâmico. Por isso é que enquanto para a

maior parte das línguas a *frente* da palavra ou frase é a esquerda da palavra ou da frase e pôr um asterisco à *frente* (*in front of, devant*) de NOTA resulta *NOTA. Para o Português Europeu a *frente* de uma palavra ou frase situa-se à direita: pôr um asterisco à *frente* de NOTA resulta NOTA*. É que enquanto para muitas línguas a escrita é perspectivada como um objeto estático, cada palavra tem a sua cabeça no início. Para o português, a escrita é um processo dinâmico, faz-se no tempo, começa e depois acaba e por isso é vista como um movimento, sendo a frente o que está *mais* adiante no processo de escrita, portanto o fim da palavra ou frase. Já assisti a uma conferência dada por um professor alemão que simpaticamente falou em português e passou uma hora a referir várias vezes, para escândalo dos assistentes, que o sujeito verbal era o sintagma que estava à *frente* do verbo em português. Só no fim, quando eu fui ter com ele e lhe disse que em Português Europeu à *frente* significa à direita é que percebeu que tinha estado toda a conferência a pôr o sujeito no lugar do objeto ou complemento direto.

É interessante verificar como estes aspetos que ligam língua e perspectivas cognitivas são obliterados. Por exemplo, num estudo que fiz com alunos sobre a forma como as crianças começam a construir esta noção de *frente-trás* quando estão a aprender a escrever (publicado com o título “Os processos diferenciados entre o português e outras línguas na conceptualização da linearidade gráfica” que pode ser encontrado na Rede [TEIXEIRA, 2006]), nota-se perfeitamente que no primeiro ano de escolaridade as crianças não sabem o que é a *frente* da palavra e que perceber isto só acontece com segurança no quarto ano. Isto quer dizer que para os professores do ensino básico que estão a ensinar as crianças a escrever nunca lhes passou pela cabeça que a *frente* de uma palavra ou frase é um conceito complexo, que pode ser mais do que uma coisa e que é preciso ensiná-lo explicitamente à criança.

As relações entre o cognitivo e o cultural na espacialidade não deixam de nos trazer surpresas. Uma das mais interessantes, a este respeito, é a da língua Aimará, falada no continente sul-americano. Muitos pensavam que era cognitivamente “obrigatório” associar o passado à noção de *atrás* e o de futuro à de *à frente*, como fazemos nas línguas conhecidas. Na verdade, o tempo, o movimento e o espaço interseccionam-se e a nós parece-nos que a única forma lógica de perspectivar o futuro é como “aquilo que está na frente do movimento do tempo”. Portanto, o passado ficou para trás. Isto mostra-se-nos inquestionável cognitivamente. Mas parece que o Aimará não perspectiva assim, escolhendo “outra lógica”. Para eles, o passado e o presente são as únicas realidades *visíveis*, enquanto o futuro é *invisível*, porque ainda não existiu. Dentro desta lógica cognitiva, inquestionável também, o passado fica diante dos olhos, *à frente*, enquanto o futuro invisível fica *atrás* das costas. E, assim, quando se querem

referir ao passado apontam para a frente do corpo e quando querem indicar o futuro apontam para trás das costas.

A.A./E.S.: Como os estudos em Semântica Cognitiva podem colaborar para a compreensão do contexto sociocultural em que estamos inseridos e para o campo linguístico-literário? Em que medida a comunicação publicitária é uma boa área de pesquisa para se tentarem evidenciar as relações entre a conceptualização linguística, os estereótipos socioculturais e a forma como, no discurso, a publicidade se alicerça?

J.S.T.: Não será preciso um grande esforço para nos apercebermos que é a língua e as perceções que temos, os nossos quadros mentais que fazem de nós o que somos e, por conseguinte, da sociedade o que ela é, ou seja, que constituem os alicerces culturais em que assenta. A esse propósito toda a gente conhece a obra de Lakoff *Don't Think of an Elephant!: Know Your Values and Frame the Debate* (LAKOFF, 2004). Os nossos quadros mentais são influenciados pela linguagem que usamos. É um tema vasto, multidisciplinar, porque envolve, como diz a questão, todo o contexto sociocultural.

No que toca às relações entre a Semântica Cognitiva e os estudos literários, penso que muito haverá a fazer. A Linguística, em muitos círculos, pelo menos em Portugal, tem sido vista como inimiga da Literatura, como árida, assassina da beleza do texto literário. Se é verdade que certas tendências da Linguística podem ter a sua quota parte de culpa nesta visão, não deixa de ser menos verdade que hoje o panorama pode ser muito diferente graças à perspetiva cognitiva. A Literatura é a arte em forma de língua e este aspeto é uma componente essencial da língua no seu todo. Acabei, precisamente há meia dúzia de dias, de orientar uma tese de mestrado sobre as metáforas do conceito de “Hora” em Fernando Pessoa, tese que procura cruzar a Semântica Cognitiva e a Literatura. Estes cruzamentos não serão fáceis (em Pessoa nada é fácil...) mas terão sempre o mérito de mostrar como os estudos literários podem ganhar e muito recorrendo aos instrumentos e métodos que a Linguística Cognitiva pode fornecer.

Outro campo interessante sobre a importância da relação entre a cognição e a linguagem é, como referem, o da publicidade. Sem publicidade, não seria possível vivermos como vivemos. A nossa sociedade, dita de consumo, capitalista, alicerça-se na publicidade. Basta ver que, sem ela, dificilmente haveria jornais, televisão, grandes acontecimentos desportivos com a dimensão que hoje exigem. A publicidade, possibilitadora de gigantescos negócios,

assenta em linguagens, uma das quais é a verbal. As técnicas linguísticas vão procurar todos os truques para nos convencer que seremos mais felizes se comprarmos o produto X ou Y. E nessa procura, a forma como se nos dirigem é fundamental. O recurso aos nossos (pre)conceitos, às nossas visões do mundo codificadas nas nossas percepções e na linguagem verbal é uma vertente fundamental. Os criativos publicitários sabem isso. O neuromarketing sabe isso. Cada campanha publicitária é constituída por um conjunto de especialistas que não deixam de ter como desejo fundamental o convencer-nos emotivamente e não tanto racionalmente; apelar mais às emoções do que à racionalidade. No fundo, a publicidade não vende produtos, vende-nos emoções através de produtos. Onde é que não entra a cognição e a linguagem nestes processos?

A.A./E.S.: Tendo em vista as diferentes teorias e linhas de investigação da Linguística Cognitiva, a exemplo da Teoria da Metáfora Conceptual, com base nos seus estudos sobre o assunto, como pode ser explicada a metáfora no futebol?

J.S.T.: É atribuída a William Shankly, futebolista escocês, a seguinte afirmação: “Algumas pessoas acreditam que o futebol é uma questão de vida ou de morte. Fico muito dececionado com essa atitude. Eu posso garantir que o futebol é muito, muito mais importante.”

O futebol, quer no universo cultural brasileiro, quer no português, tem uma importância superpredominante sobre todos os outros desportos (no Brasil com muito mais eficácia e proveito de reconhecimento e títulos internacionais...). Assim sendo, nele desaguam as humanas tendências da luta, do domínio e predomínio. O futebol (ou o desporto, em geral) é a luta civilizada, com regras e (preferencialmente) sem mortos (embora, por vezes, com alguns feridos...). Como é compreensível, para os nossos mecanismos cognitivos, o futebol é uma luta e assim é metaforizado. Basta olhar para as palavras e expressões que usamos (algumas são diferentes em Portugal e no Brasil, como sabemos). Muitas são palavras de guerra: *atacar, defender, matar a jogada, ponta de lança, muralha defensiva, lutar pela bola*. Os da outra equipa constituem *hostes adversárias* e os da nossa podem ser *heróis*. É toda uma terminologia guerreira. Um antigo selecionador de Portugal (o brasileiro Luiz Felipe Scolari) referia-se aos jogos da eliminatórias (*eliminar*, também é um termo violento) como jogos de “mata-mata”. Podemos pensar e falar do futebol sem ser através de metáforas guerreiras? Dificilmente (TEIXEIRA, 2010).

Há muitos estudos que evidenciam estes aspetos, de encarar o futebol como uma luta. Portanto, a questão, a dificuldade não estará em explicar a metáfora da guerra no futebol: difícil seria explicar o futebol sem as metáforas da guerra!...

A.A./E.S.: Por fim, gostaríamos que nos dissesse, de acordo com as suas pesquisas, como as metáforas interferem na compreensão do atual cenário econômico ocidental?

J.S.T.: A tradição retórica via a metáfora como um ornamento, uma figura da linguagem (ainda assim aparece definida na maior parte dos dicionários...). Lakoff e Johnson levam a metáfora para a área da cognição e não apenas da expressão. Sendo assim, a metáfora permite que pensemos uma coisa em termos de outra, ou seja permite “conversões cognitivas”. Para dar o exemplo anterior do futebol, podemos pensar o futebol como uma luta. Essa conversão cognitiva pode restringir-se mais ou menos civilizadamente à linguagem, mas pode não se ficar por aí. Os fenómenos de holiganismo no futebol demonstram o quão fisicamente e literalmente pode ser vivida a metaforização futebolística.

Isto demonstra que as metáforas possibilitam acionar um modelo, um domínio, para representar outro modelo, outro domínio. Como é evidente, este processo acarreta consequências. Se se evocar um domínio positivo, faz-se uma valorização positiva do metaforizado, mas se se evocar um domínio negativo a impressão final é diferente.

Como os economistas não se cansam de repetir, as grandes questões económicas são sobretudo questões de perceção. Qualquer moeda sólida, se perder a confiança dos mercados, deixa de ter valor, porque ninguém a quer. Qualquer banco sólido, se se construir a perceção que não vale nada e que vai à falência, acaba mesmo por ir à falência, porque as pessoas o abandonam. Isto demonstra a importância de construir perceções no âmbito da economia. E as metáforas são excelentes instrumentos para se construírem as perceções que mais se desejam.

É que não se fala apenas de economia com números: fala-se sobretudo com metáforas. *A economia sobe e desce, está à beira do abismo, as bolsas estão em maré vermelha, aproxima-se uma tempestade financeira, há dias de sol e bonança nas bolsas, etc.* É interessante, para dar um exemplo concreto, verificar como a imprensa metaforizava a crise económica europeia quando a Grécia esteve quase a sair do euro por causa do governo de esquerda que resultou das eleições. Havia globalmente duas visões europeias sobre a situação: para os partidos de esquerda, a crise era internacional e afetava todos, sendo os mais afetados a Grécia, Portugal e a Irlanda. Era a metáfora do monstro: *a crise é um monstro que devora as econo-*

mias. Para os partidos da direita, a crise era uma doença que podia *contaminar* a economia europeia.

É indiferente usar uma ou outra metáfora? Obviamente que não. Se a crise é um monstro que ataca (*Crise ataca a economia grega*), os países em crise não têm culpa de serem atacados (a culpa é do monstro que ataca) e o dinheiro que devem resulta do ataque desse monstro e por isso as dívidas devem ser aliviadas e até perdoadas. Se, ao invés, a crise é uma doença (*Economia grega está doente*) é porque quem ficou doente tem deficiências ou cometeu excessos, gastou dinheiro a mais, e por isso a crise é culpa própria e como para um doente tem que haver remédios, tem que se curar dos males, dos excessos que cometeu, das *gorduras* (gastos) excessivos e por isso a dívida não pode nem deve ser perdoada. Aparecem, assim, dois campos opostos de metaforizações. A doença, o pecado metaforizam a culpa própria de quem sofre e implicam não serem perdoadas as dívidas; o ataque do monstro implica a heroidade de quem está a ser atacado e como merece ser ajudado, merece que se perdoem as dívidas. Usar metáforas como *Ministro grego a lutar com Alemanha é David contra Golias*, *Ministro grego é Hércules*, *Ministro grego é Ulisses* denotam a perspectiva que se adota, contrária a outras como *Governo (grego) vai enterrar a Grécia*, *Economia grega contagia a Europa*.

A percepção vencedora tem sempre uma enorme importância no desfecho final. Em economia, as percepções levam muito rapidamente a resultados. Toda a perspectiva da metáfora concetual parte da obra de Lakoff e Johnson *Metaphors We Live By* (1980) — mais ou menos dizer que “Vivemos através de metáforas”. E porque nos servem, as metáforas, para viver, servem também com instrumento útil para defendermos a forma como queremos viver, os nossos interesses, os nossos pontos de vista. Para defendermos as nossas mentiras, dirão outros. Basta tirar uma simples letrinha, e o mesmo título serve: *Metaphors We Lie By*. É que as metáforas são tão importantes que não podemos viver sem elas, vivemos e morremos por elas: não apenas é verdade que *Metaphors We Live By* como também é *Metaphors We Die For*.

REFERÊNCIAS

DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. The University of Chicago Press: Chicago, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, George. *Don't Think of an Elephant!: Know Your Values and Frame the Debate*. Chelsea Green Publishing, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Lisboa: D. Quixote, 1978.

TEIXEIRA, José. Referente/significado: o erro de Saussure. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 4, 1/2, 2000. Braga: Faculdade de Filosofia da U. C. P., 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/5365>.

TEIXEIRA, José. Os processos diferenciados entre o português e outras línguas na conceptualização da linearidade gráfica. *VII Congrès de Linguística General — Actes*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2006. CD-Rom. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/5364>.

TEIXEIRA, José. Texto jornalístico e metáforas de vida e morte no futebol. In: SILVA, Augusto Soares; MARTINS, José Cândido; MAGALHÃES, Luísa; GONÇALVES, Miguel. (Org.). *Comunicação, cognição e media, volume 2*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 305-322. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/11258>.

Recebido em 14 de março de 2015.
Aceito em 24 de maio de 2015.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Aurelina Ariadne Domingues Almeida (ariadnealmeida@uol.com.br) é Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professora Adjunto dessa mesma instituição.

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves (carlexandre@bol.com.br) é Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atua como Professor Associado.

Elisângela Santana dos Santos (elis_312000@yahoo.com.br) é Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia e Professora Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

José de Sousa Teixeira (jsteixeira@ilch.uminho.pt) é Doutor em Ciências da Linguagem/Linguística Portuguesa pela Universidade do Minho (UM — Portugal), onde atua como Professor Associado.

Juliana Soledade Barbosa Coelho (julisoledade@gmail.com) é Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, onde atua como Professora Associada.

Luciana de Albuquerque Daltio Vialli (brillant@ig.com.br) é Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Luciane Corrêa Ferreira (lucianeufmg@gmail.com) é Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Maira Avelar (mairavelar@gmail.com) é Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Professora Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Maria Neuma Mascarenhas Paes (neumapaes@gmail.com) é Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia e Professora Adjunto da Universidade do Estado da Bahia.

Natival Almeida Simões Neto (nativallneto@gmail.com) é Mestrando em Letras no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB).

Paulo Henrique Duque (duqueph@gmail.com) é Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).